

Breve histórico: descrever sumariamente o histórico do emissor

Fundada em 1993 por José Janguê Diniz como Complexo Educacional Bureau Jurídico, a Ser Educacional começou com cursos preparatórios para concursos em Recife. Em 2003, com a publicação da portaria 1.109 do MEC, a Faculdade Maurício de Nassau, mantida pelo ESBJ – Ensino Superior Bureau Jurídico Ltda., sucessora do Complexo Educacional Bureau Jurídico, foi oficialmente estabelecida, rapidamente se tornando uma referência no Norte e Nordeste do Brasil.

A expansão começou em 2006, com aquisições estratégicas em João Pessoa e Campina Grande. Em 2008, o grupo criou um Conselho de Administração e recebeu um investimento significativo do Cartesian Capital Group. A Faculdade Joaquim Nabuco foi lançada como um novo modelo de negócios, focado em classes C e D.

Em 2010, a Empresa adotou o nome Ser Educacional S.A., após implementar a ISO 9001. A Companhia continuou a crescer, adquirindo instituições no Piauí, Bahia e Pará. Em 2013, a Ser Educacional abriu capital na B3, destacando-se em governança corporativa.

Através da portaria 701 do MEC, em 2012, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau, no Recife, o credenciamento como centro universitário e a nomenclatura da Faculdade passou a ser UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau. Nesse mesmo ano, iniciaram-se as atividades na unidade Caruaru, em Pernambuco, e foram incorporadas as unidades dos municípios de Manaus e São Luís, nos Estados do Amazonas e Maranhão, respectivamente.

Nos anos seguintes, a Companhia expandiu sua presença no Sudeste com a aquisição da Universidade de Guarulhos e outras instituições, aumentando também sua oferta de ensino a distância. Em 2020, a Ser Educacional diversificou suas operações, investindo em Edtechs como Beduka e ProvaFácil, e ampliou sua atuação em Medicina, Medicina Veterinária e ensino digital (ensino a distância).

Além disso, a Ser Educacional inovou com o lançamento da Ubíqua e a criação da fintech b.Uni e da rede social Peixe30. Em 2023, comemorou 20 anos de transformação social através do ensino superior de qualidade, integrando ações de responsabilidade social e iniciativas inclusivas.

Em 2024, a Ser Educacional ampliou suas vagas em cursos de Medicina e lançou o Programa Ser Solidário, focando na expansão acadêmica e na redução de endividamento, além de ser reconhecida por suas iniciativas em diversidade, resultando na inclusão de suas ações na carteira do índice IDIVERSA B3, a partir de setembro de 2024. O IDIVERSA B3 tem como objetivo servir como um indicador de desempenho das ações de empresas que se destacam no Score de Diversidade, desenvolvido pela B3, promovendo boas práticas e avanços no mercado financeiro em relação à diversidade.

Ainda em 2024, a Companhia publicou seu Relatório de Transparência e Igualdade Salarial entre Mulheres e Homens, apresentando dados significativos sobre o tema:

- a) Em 80% das empresas controladas pela Companhia, com relatórios publicados, a população feminina é superior à masculina;
- b) Em 60% das empresas com relatórios publicados, a população que se declara negra é maior do que a de não negros;
- c) O salário contratual mediano (não pago) das mulheres é equivalente ou superior ao dos homens em 77% das empresas que publicaram relatórios. Quando se considera a remuneração média, incluindo descontos e acréscimos, esse percentual é de 70%.

Com um portfólio de marcas renomadas, a Ser Educacional continua comprometida com o desenvolvimento do Brasil, promovendo educação de qualidade e iniciativas sociais que fortalecem o vínculo com as comunidades atendidas.

A Companhia é uma organização privada no setor de ensino superior nas modalidades presencial (Ensino Híbrido) e de ensino à distância ("EAD" ou "Ensino Digital") no Brasil, com atuação na área da educação desde 1993 e com forte presença nas regiões Nordeste, Norte e Sudeste do País.

Em 31 de dezembro de 2024, a plataforma da Companhia era composta por 59 unidades, 814 polos e super-polos (polos equipados com laboratórios para aulas práticas), distribuídos em todos os estados do País. A Companhia acredita que a sua atuação é abrangente e diversificada, contando, em 31 de dezembro de 2024, com 330,3 mil alunos matriculados, com um crescimento de 5,6% em comparação com os 312,9 mil alunos do período anterior. Destes alunos, 164,9 mil estão matriculados em cursos de graduação de Ensino Híbrido, 143 mil em cursos de graduação no Ensino Digital, 21,1 mil matriculados em cursos de pós-graduação (presencial e Digital) e 1,3 mil matriculados em cursos técnicos. O crescimento na base total de alunos ocorreu em virtude do foco na oferta de um portfólio de cursos mais enxuto e dedicado às áreas de conhecimento da saúde, visando maximizar os diferenciais competitivos da Companhia, relativos à sua estrutura diferenciada de laboratórios e clínicas, bem como à localização privilegiada de suas unidades e posicionamento das marcas nas cidades em que opera, com a base de alunos dos cursos de saúde correspondendo a 64% da base de alunos de graduação de Ensino Híbrido e 45% da base total de graduação, além de no Ensino Digital, os cursos de saúde terem aumentado sua participação em 3 p.p., passando de 20% ao final de 2023 para 23% da base de alunos de graduação de Ensino Digital ao final de 2024, refletindo os resultados da estratégia da Companhia de aumentar seus investimentos em laboratórios e de promover a integração de sistemas de treinamento dos polos parceiros entre as marcas regionais legadas com a UNIFAEL.

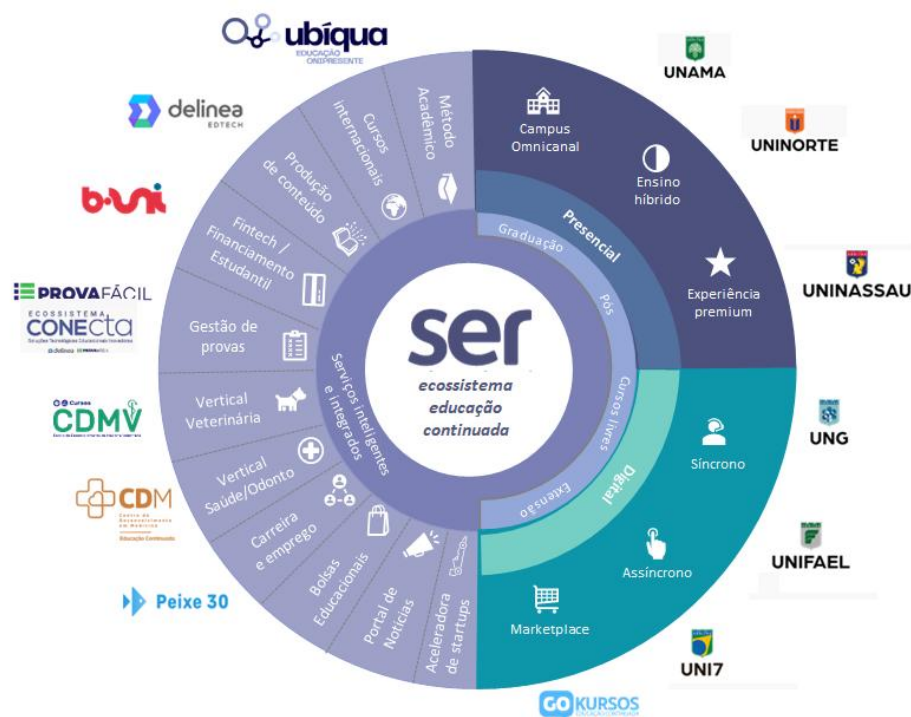
Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com 312,9 mil alunos matriculados, um crescimento de 6,0% em comparação com os 295,2 mil alunos em 2022, sendo 149,8 mil matriculados em cursos de graduação de Ensino Híbrido, 129,3 mil em cursos de graduação no Ensino Digital, 32,0 mil matriculados em cursos de pós-graduação presencial e Ensino Digital e 1,8 mil matriculados em cursos técnicos.

A receita líquida da Companhia, entre os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2024, apresentou um crescimento médio anual (CAGR) de 8,7%¹, passando de R\$1.676.343 mil para R\$1.981.354 mil, em virtude: (i) do aumento do volume de alunos matriculados na graduação híbrida, em função do aumento da captação; (ii) do crescimento da base de alunos do curso de Medicina, e (iii) do repasse da inflação. Neste período, a base de alunos total da Companhia cresceu a uma taxa composta anual de 5,8%.

¹ Essa medida não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerada como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular essa medida de maneira diferente de nós. Vide informações adicionais a respeito de sua utilização no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

A estratégia da Companhia consiste em criar um ecossistema de ensino superior que atue de forma integrada por meio de um modelo acadêmico que permite a flexibilidade de oferta e criação de novos cursos e modelos de oferta nos segmentos de graduação, pós-graduação e educação continuada (*life-long learning*), por meio de marcas com grande apelo regional e reconhecimento dos alunos, professores e empregadores em cada uma das regiões do país em que a Companhia atue.

Ecosistema de Educação Continuada – Ser Educacional



Essa oferta é realizada por meio de plataforma completa de ensino que atua como um verdadeiro ecossistema acadêmico, baseado em tecnologia de ponta, conteúdo digital de qualidade e moderna infraestrutura de campi dedicada a proporcionar uma experiência cada vez melhor aos alunos a preços competitivos de mensalidade, criando uma proposta diferenciada de valor.

Para que a criação desse ecossistema de oferta de ensino superior fosse possível, foi lançado em 2021 a Ubíqua, a novo modelo acadêmico da Companhia baseada em um modelo de educação onipresente e estruturada para oferecer metodologias ativas de ensino e conteúdo digital moderno, que permite a rápida criação de novos cursos com muita flexibilidade ([click aqui para ver o vídeo](#)).

UBÍQUA PERMITE FLEXIBILIDADE NA CRIAÇÃO DE CURSOS, COMBINANDO EXCELÊNCIA PEDAGÓGICA, TECNOLOGIA E TREINAMENTO DOS DOCENTES



As marcas mais relevantes da Companhia são: **(i)** no Nordeste, por meio da UNINASSAU, Faculdades UNINASSAU e Centro Universitário 7 de Setembro – UNI7; **(ii)** no Norte, por meio da Universidade da Amazônia – UNAMA, Universidade do Norte – UNINORTE e UNINASSAU; **(iii)** no Centro-Oeste, por meio da UNINASSAU; **(iv)** no Sudeste, com a Universidade de Guarulhos - UNG e UNINASSAU; e **(v)** no Sul a UNIFAEEL – Centro Universitário da Lapa.

A Companhia procura estar perto de seu público-alvo. Assim, suas unidades de ensino presencial e Ensino Digital estão localizadas em pontos estratégicos nas principais regiões metropolitanas em que opera, especialmente em localidades que contam com alta demanda por ensino superior e que oferecem infraestrutura urbana adequada para atender os seus alunos, gerando uma maior percepção de valor ao público-alvo. No tocante ao ensino digital, além da localização estratégica dos polos, são privilegiadas as cidades com oferta precária de ensino presencial e maior renda per capita.

A Companhia mantém, portanto, uma administração focada na rentabilidade, disciplina financeira, excelência operacional e na criação de valor para seus acionistas, que se refletem na qualidade de nossos indicadores financeiros. A tabela a seguir demonstra os principais indicadores financeiros e operacionais para os períodos indicados:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em			% Variação	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	24x23	23x22
Receita Líquida	1.981.354	1.830.934	1.676.343	8,22%	9,22%
EBITDA Ajustado ⁽¹⁾	437.699	364.688	292.569	20,02%	24,65%
Margem EBITDA Ajustado ^{(2) (3)}	22,1%	19,9%	17,5%	2,2 p.p.	2,5 p.p.
Lucro Líquido	(1.162)	(28.044)	(222.148)	-95,86%	-87,38%
Margem Líquida ⁽⁴⁾	-0,1%	-1,5%	-13,3%	1,5 p.p.	11,7 p.p.
Dívida (caixa) Líquida ^{(2) (5)}	718.546	792.469	783.890	-9,33%	1,09%
Dívida (caixa) Líquida/EBITDA ⁽²⁾ ajustado (UDM)	1,64	2,17	2,68	(0,24)	(0,19)
Total de Alunos ⁽⁶⁾	330.284	312.898	295.162	5,56%	6,01%
EBITDA ajustado/Aluno ⁽⁷⁾	1,33	1,17	0,99	0,14	0,18

⁽¹⁾ O EBITDA, segundo disposições da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa, e (c) os aluguéis mínimos, compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado. O EBITDA e o EBITDA Ajustado não são medidas contábeis segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA e o EBITDA Ajustado de maneira diferente da Ser Educacional S.A. Vide informações adicionais a respeito de sua utilização no item 2.5 (a) deste Formulário de Referência.

⁽²⁾ Essa medida não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerada como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular essa medida de maneira diferente de nós. Vide informações adicionais a respeito de sua utilização no item 2.5 (a) deste Formulário de Referência.

⁽³⁾ Margem EBITDA Ajustado: refere-se a divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida dos serviços prestados.

⁽⁴⁾ Margem Líquida: refere-se a divisão do Lucro Líquido pela Receita Líquida dos serviços prestados.

⁽⁵⁾ Dívida (caixa) líquida: Foi calculada a dívida líquida por meio da soma de empréstimos e financiamentos, debêntures, e compromissos a pagar, retirando a soma de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes.

⁽⁶⁾ Número total de alunos matriculados no final de cada exercício, somando-se alunos de graduação (presencial e digital), pós-graduação (presencial e digital) e cursos técnicos.

⁽⁷⁾ Razão entre o EBITDA ajustado nos últimos 12 meses e o número total de alunos no final de cada exercício.

Vantagens Competitivas da Companhia

A Companhia acredita estar bem-posicionada para competir no mercado do ensino superior brasileiro, em especial nas regiões Nordeste e Norte, como consequência dos seguintes fatores:

Posicionamento diferenciado em regiões com alto potencial de crescimento

A Companhia acredita ser a maior organização privada no setor de ensino superior com atuação no Nordeste em termos de unidades, contando, em 31 de dezembro de 2024, com 32 unidades credenciadas pelo MEC na região, com a marca UNINASSAU uma das marcas mais relevantes da região, com forte *recall* no mercado de trabalho e inclusive a marca

mais lembrada do Recife. Adicionalmente, tem também forte presença na região Norte do país, onde possui mais 18 unidades credenciadas, pelas marcas UNAMA, maior universidade privada do Pará e UNINORTE marca relevante no estado do Amazonas, incluindo três instituições de ensino com curso de Medicina, nas cidades de Cacoal (RO), Vilhena (RO) e Santarém (PA). A Companhia acredita que nessas regiões é a companhia mais capilarizada do setor, com unidades presentes em todos os estados.

Em janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição do Centro Universitário UNIFAEL. Com mais de 600 polos de Ensino Digital, a união com a Ser Educacional criou uma rede de mais de 1.000 polos de Ensino Digital ativos, conferindo alcance nacional à Companhia. Em 2023, foi concluído o processo de integração da UNIFAEL, que atualmente conta com investimentos na ampliação e otimização do portfólio dos polos parceiros, visando um mix de cursos também priorizando as áreas da saúde e engenharias, assim como no Ensino Híbrido, conforme planejamento estratégico e plano de ação implementados pela Companhia, o que propiciou o atingimento de uma base total de alunos de 330,3 mil alunos, em 31 de dezembro de 2024.

Criação de valor, desempenho financeiro e crescimento

A Companhia implementou, nos últimos anos, diversos esforços visando a melhoria da operação de suas unidades, bem como de seus resultados e rentabilidade. A Companhia lançou, em 2014, um Centro de Serviços Compartilhado (CSC), de forma a permitir o crescimento de sua base de alunos com despesas marginais bastante baixas. Em 2016, lançou sua nova central de operações de EAD, localizada em Recife. A Companhia acredita que tal central terá a capacidade de absorver e atuar de forma centralizada com relação a toda a necessidade projetada para as operações de ensino a distância.

A partir de 2020, a Companhia passou a atuar sob o conceito de ecossistema de educação continuada, que visa criar avenidas de geração de valor por meio da oferta combinada de cursos no Ensino Híbrido e Ensino Digital, capacitando os seus campi a realizar uma oferta cada vez mais omnicanal, adquirindo e criando empresas que permitam o oferecimento de novos serviços educacionais e correlatos, de forma a aumentar o retorno sobre os seus ativos educacionais.

A partir de 2021, a Companhia implantou a sua nova metodologia de ensino, a Ubíqua, que tem como objetivo oferecer um conceito de educação onipresente, utilizando metodologias ativas de ensino por meio de uma plataforma tecnológica de ponta permite que os alunos tenham uma experiência diferenciada de ensino seja qual for a modalidade educacional escolhida (presencial, digital ou híbrida) ou modo de certificação (graduação, pós-graduação ou educação continuada) com conteúdo modernos e com alta flexibilidade de criação e novos cursos e modelo de distribuição.

Em 2023, a Companhia implementou uma reorganização do portfólio de cursos, de forma a priorizar a oferta de cursos de saúde e engenharias no Ensino Híbrido, que possuem ticket médio mais elevado, visando melhor aproveitar seus diferenciais relativos à estrutura de laboratórios, clínicas e reconhecimento de suas marcas regionais, enquanto no Ensino Digital foi concluído o processo de integração da UNIFAEL e que atualmente conta com investimentos na ampliação do portfólio dos polos parceiros, visando um mix de cursos também priorizando as áreas da saúde e engenharias, além do aumento dos investimentos em laboratórios e da promoção da integração de sistemas de treinamento dos polos parceiros entre as marcas regionais legadas com a UNIFAEL.

Modelo de negócios de alta escalabilidade, replicabilidade e padronização de operações

A Companhia acredita ter condições de expandir as suas operações por meio de aquisições, gerando importantes ganhos de eficiência, bem como a partir de seu modelo de negócio escalável, capaz de absorver um número maior de unidades e alunos a um custo incremental reduzido. Desde a sua Oferta Pública Inicial de Ações em dezembro de 2013, a Companhia adquiriu e integrou mais de 20 instituições. A eficiência operacional, obtida por meio da implementação de instrumentos de controle pioneiros no setor da educação como a gestão eficiente de salas de aula, a padronização de seus processos e do plano pedagógico, em conjunto com o uso intensivo de tecnologia, permite agregar novas unidades, cursos e alunos em pouco tempo e de maneira eficiente, sem comprometer a rentabilidade. O projeto pedagógico unificado da Companhia permite controlar de forma mais eficiente a qualidade e a consistência do ensino oferecido, disseminar as melhores práticas pedagógicas e oferecer um conteúdo educacional uniforme e de melhor qualidade por toda a rede de ensino. As atividades administrativas da Companhia, centralizadas em seu CSC, permitem eficiência na implementação do seu plano de expansão, gerando ganhos de escala. Esse modelo contribuiu para aumentar os níveis de qualidade e eficiência dos processos internos, possibilitando o crescimento com um custo incremental reduzido. Com tal estrutura, acredita ter condições de expandir suas operações de forma orgânica e por meio de aquisições, gerando importantes ganhos de eficiência a partir de seu modelo de negócio escalável e processos padronizados. Adicionalmente às oportunidades de crescimento inorgânico, a Companhia acredita estar operacionalmente preparada para um crescimento orgânico de suas unidades presenciais e de sua plataforma de ensino digital.

Proposta diferenciada de valor para os alunos

A Companhia acredita que os potenciais alunos selecionam sua instituição de ensino superior baseados em uma combinação de quatro principais fatores:

(i) *Marcas com forte apelo nas suas respectivas regiões de atuação:* a Companhia tem marcas regionais fortes, altamente reconhecidas pelo público-alvo e pelo mercado de trabalho por sua excelência no ensino.

(ii) *Infraestrutura física e tecnológica oferecida pela instituição*: edifícios renovados com salas de aula equipadas com equipamento de audiovisual, ar-condicionado e wi-fi; além de modernos laboratórios. Ainda, possui também uma forte infraestrutura tecnológica, possuindo um Portal Acadêmico em plataforma digital para que os alunos e professores, possam realizar o acompanhamento de sua vida acadêmica, com acessos a diversas informações como o diário eletrônico de classe, a prova colegiada, seus acordos financeiros conosco, seus requerimentos online, sua renovação de matrícula, dentre outros;

(iii) *Matriz curricular diferenciada*: a Ubíqua oferta um modelo educacional onipresente que oferece educação utilizando metodologias ativas de ensino, por meio de uma plataforma tecnológica de ponta, que permite que os alunos tenham uma experiência diferenciada de ensino, seja qual for a modalidade educacional escolhida (presencial, digital ou híbrida) ou modo de certificação (graduação, pós-graduação ou educação continuada) com conteúdo moderno e com alta flexibilidade de criação de novos cursos e modelo de distribuição;

(iv) *Criação de um ecossistema educacional*: a Companhia passou a investir na criação de novos formatos de distribuição dos cursos que incluiu a criação de novos formatos de graduação e pós-graduação, que foram denominados cursos digitais. Esses cursos permitem um leque mais amplo de cursos, oferta de graduações e pós-graduações. Outro aspecto desse ecossistema é a criação de novas formas de comercialização como a criação do portal de vendas online GoKursos (www.gokursos.com.br) que além dos cursos de graduação e pós-graduação já conhecidos no mercado, passou a ofertar cursos livres e um modelo de educação continuada onde os alunos possam fazer quantos cursos desejarem por meio de um pagamento mensal fixo.

Em 2021, lançou a primeira *fintech* focada em atender o segmento de ensino continuado, o b.Uni (www.buni.digital), que será um pilar importante no ecossistema, pois permitirá ofertar novos serviços financeiros e gerar receitas auxiliares para a Companhia. Já em março de 2022, a Companhia realizou o lançamento do Peixe30 (www.peixe30.com), uma rede social com foco na nova geração de profissionais, mais dinâmica, moderna e humanizada, que tem como objetivo promover networking, visibilidade e oportunidades, de forma gratuita, tanto para os usuários quanto para as empresas. Nela, as pessoas podem se apresentar para o mercado e “vender o seu peixe” gravando vídeos de até 30 segundos. Um dos diferenciais da plataforma é a ferramenta de *assessment*, que faz o mapeamento do perfil comportamental do usuário usando a metodologia DISC, ou seja, das *soft skills*, além de gerar o currículo automaticamente em formato web ou PDF a partir do preenchimento dos dados por parte do usuário. O Peixe30 ultrapassou a marca de 400 mil usuários em menos de um ano de lançamento.

(v) *Localização privilegiada e de fácil acesso aos alunos.* Fator primordial para a escolha da instituição de ensino pelos nossos potenciais alunos, as unidades estão estrategicamente localizadas nas principais capitais e regiões metropolitanas das regiões Nordeste, Norte e Sudeste, geralmente próximos aos respectivos locais de trabalho, ou de residência do público-alvo, bem como em regiões de fácil acesso e com infraestrutura local conveniente para o aluno. Tal característica gera uma maior percepção de valor ao público-alvo, tanto do ensino presencial quanto do Ensino Digital (EAD), uma vez que os alunos matriculados em cursos à distância devem, periodicamente, comparecer presencialmente às unidades de ensino. A Companhia acredita que a combinação de tais fatores gera impacto relevante na percepção de valor oferecida ao aluno. Dada a importância da localização das unidades para o sucesso de uma companhia do setor de educação, a Companhia avaliará as opções que permitam assegurar os melhores imóveis nas praças em que operam e, simultaneamente, obter retornos adequados para a operação. A Companhia entende ainda que as suas unidades são um fator decisivo no crescimento e expansão de Ensino Digital devido ao fato de que possuem polos para tal serviço nos quais os alunos devem periodicamente comparecer.

Ensino de qualidade com custo-benefício atrativo

A Companhia desenvolve uma estrutura que tem permitido oferecer aos alunos ensino de qualidade a um preço mais competitivo em relação ao praticado pelos principais concorrentes. Os cursos, serviços educacionais de graduação e pós-graduação, bem como o corpo docente, discente e instalações físicas têm sido consistentemente avaliados de forma positiva pelo MEC e pelos alunos. A Companhia acredita que tal resultado seja reflexo de esforço constante para melhorar a qualidade do ensino ministrado e da infraestrutura oferecida em diversos cursos. A Companhia tem uma área de auditoria acadêmica com capacidade de padronizar e controlar as atividades acadêmicas, permitindo a manutenção de um alto nível de qualidade e consistência em todos os processos. A Companhia acredita que o seu padrão de ensino, com a maioria dos professores com titulação em mestrado ou doutorado, é também um atrativo para potenciais alunos. Os preços de mensalidade são cuidadosamente definidos com base no preço ofertado pelos concorrentes diretos, de forma a adequar-se à proposta de valor oferecida aos alunos da Companhia e garantindo níveis saudáveis de rentabilidade. Isso é possível, pois, ao aperfeiçoar o desenvolvimento acadêmico oferecido, o treinamento do corpo docente e as funções gerenciais e administrativas de controle na sede, a Companhia é capaz de reduzir os custos relativos à estrutura administrativa e de gestão em cada uma de suas unidades, permitindo cobrar mensalidades acessíveis e manter a prestação de serviços educacionais de qualidade aos alunos.

Administração profissionalizada e práticas de governança corporativas consolidadas

Desde a sua fundação, a Companhia tem por foco adotar uma filosofia empresarial em suas operações. A administração é composta de administradores profissionais com significativa experiência no setor de educação, particularmente no ensino superior, com uma visão de negócios delineada por metas claras e definidas, larga experiência na abertura de novas unidades, autorização de novos cursos e aquisição de outras companhias, favorecendo um processo ágil de tomada de decisões. A maioria de seus executivos seniores possui em média mais de dez anos de experiência no setor e mais de seis anos de carreira atuando na Companhia, o que acredita garantir maior alinhamento entre a atuação desses profissionais e seus valores e práticas de governança. Além disso, a Companhia entende que parcerias estratégicas que agreguem conhecimento e experiências complementares, adicionam grande valor aos seus negócios. Além dos comitês de Finanças e de Gente, Gestão e Governança Corporativa, a partir de 2021, a Companhia adotou o Comitê de Auditoria não estatutário e, em 2022, instituiu o Comitê de Inovação. Em 2015, a Ser Educacional, após aprovação de proposta espontânea da administração da Companhia, implantou o Conselho Fiscal, composto por três membros titulares. Desde sua implantação em 2015, também como parte da proposta da administração, o Conselho Fiscal foi reconduzido para todos os exercícios sociais subsequentes.

A Estratégia da Companhia

O objetivo da Companhia é manter a sua posição de liderança no mercado do Ensino Superior para as regiões do Norte e Nordeste e, também, tornar-se um player ainda mais relevante em outras regiões do País. Para isso, desenvolveu uma estratégia de crescimento baseada em cinco pilares principais:

(i) crescimento orgânico presencial, com a criação de novos cursos de graduação em unidades já existentes, bem como o credenciamento de novas unidades;

(ii) crescimento orgânico por meio do ensino a distância, segmento que vem apresentando um grande potencial de crescimento e apresenta melhores margens;

(iii) credenciamento de novos cursos de medicina, por meio da aprovação de processos administrativos em curso junto ao MEC e participação nos chamamentos públicos para o programam mais médicos, bem como o desenvolvimento de oferta de cursos;

(iv) investimentos na melhoria da experiência dos alunos, expansão do ecossistema de educação continuada e tecnologias educacionais, desenvolvendo novas tecnologias educacionais e do modelo acadêmico da Companhia implantando melhores práticas pedagógicas e ferramentas de tecnologia para propiciar trilhas de aprendizados cada vez mais individualizadas e adaptativas para os alunos, bem como a criação de novos cursos em linha com as demandas do mercado de trabalho; e

(v) busca contínua de ganhos de eficiência e rentabilidade por meio do aumento da utilização do parque imobiliário locado, automação de processos e geração de sinergias entre negócios existentes, visando aumentar a geração de caixa e reduzir o endividamento financeiro.

Crescimento Orgânico dos cursos presenciais, EAD e cursos de medicina

a) Investimentos e criação de novos cursos de graduação e aumento de vagas em unidades já existentes

Nos últimos cinco anos, a Companhia apresentou uma forte expansão de suas atividades, com foco em seu crescimento orgânico.

A Companhia busca a expansão de suas unidades de menor porte, de modo a aumentar o número de vagas disponíveis, permitindo um crescimento orgânico com baixa necessidade de investimentos e riscos reduzidos. Adicionalmente, os Centros Universitários que opera possui maior autonomia para a criação de novos cursos e o aumento de novas vagas, potencialmente permitindo a aceleração de seu crescimento orgânico.

A Companhia pretende continuar credenciando novos cursos em suas unidades que oferecem oportunidade de crescimento, focando em cursos de maior rentabilidade e com maior demanda, como os cursos de saúde (Medicina, Odontologia, Psicologia, entre outros) e engenharia, que possuem ticket mensal médio mais elevado e uma menor evasão.

b) Credenciamentos de novas unidades

O credenciamento de novas unidades de ensino presencial perante o MEC leva, em média, 36 meses. A partir da inteligência de mercado e da experiência da administração da Companhia em abrir novas unidades, foram identificadas oportunidades de abertura de novas unidades em localidades com demanda ainda não atendida pelas instituições de ensino locais. Tais novas unidades serão estrategicamente localizadas para manter os atuais níveis de atratividade de cursos em outras praças.

c) Expansão do ensino digital (EAD)

A Companhia possui uma ampla rede de mais de 800 polos de ensino a distância e uma base de alunos de 185 mil alunos, considerando alunos das modalidades de graduação e pós graduação e acredita que possa continuar a ofertar cursos nessa modalidade por meio de sua estrutura diferenciada de qualidade de ensino, especialmente laboratórios para cursos de saúde e engenharia e com isso continuar o crescimento orgânico de suas operações.

d) Expansão de vagas do Curso de Medicina

A Companhia acredita que os cursos de Medicina no Brasil são relevantes para a geração de receitas, os resultados operacionais e a melhoria do reconhecimento de suas marcas. Para expandir sua exposição neste segmento, a Companhia vem buscando crescer a quantidade de cursos e vagas autorizadas para medicina, por meio de iniciativas de crescimento orgânico e aquisições. Entre 2020 e 2022, a Companhia realizou 3 aquisições de instituições de ensino que elevou a base de vagas autorizadas desse curso de 268 vagas anuais para 521. Organicamente, a Companhia busca credenciar novos cursos de medicina com base na Lei do SINAES, objeto de discussão na Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 81), bem como está participando do mais recente Edital do Programa Mais Médicos que visa criar novos cursos de Medicina no País. Impulsionada pela decisão favorável obtida pela Companhia no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 81), conforme divulgado em fato relevante de 3 de junho de 2024² e detalhado no item 1.6 deste Formulário de Referência, a Companhia ampliou significativamente sua oferta de vagas nos cursos de medicina.

e) Fortalecimento das campanhas de marketing visando manter o elevado reconhecimento das marcas e aumentar a captação de alunos

A Companhia acredita que no mercado de educação superior prevalecerão as marcas com forte apelo regional e com identificação com as comunidades nas quais se inserem. Dessa forma, a Companhia continuará a investir em esforços de comunicação junto às comunidades em atua, visando manter ou expandir o reconhecimento de suas marcas. A Companhia utiliza uma estratégia de comunicação integrada, que combina inserções em mídia, ações socioambientais, apoio ao esporte e campanhas comerciais de captação de alunos, visando não apenas aumentar a captação de alunos em cada período, mas também gerar reconhecimento da marca e inserção do Grupo nas comunidades das cidades nas quais atua. Essas atividades são realizadas em conjunto com sua força de vendas, que trabalha de forma coordenada com esforços comerciais em suas unidades, realizando

² O fato relevante pode ser acessado diretamente através do link: <https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/ae2cf645-0e53-6f08-92b8-fe0afe4dee4c?origin=1>

contato direto com público-alvo. Além disso, realiza outras iniciativas específicas, como parcerias com empresas para geração de estágios e programas de *trainee* para seus alunos, órgãos públicos, escolas, participação em feiras universitárias e outros eventos importantes para prospecção de alunos em potencial.

Busca contínua de ganhos de eficiência e rentabilidade

Com o investimento contínuo na inovação do modelo de ensino, a Companhia continua a desenvolver e oferecer ensino universitário e técnico de qualidade com cursos constantemente atualizados em linha com as necessidades e perfis de nossos alunos e do mercado, ministrados por um corpo docente altamente capacitado, com modernas metodologias e ferramentas pedagógicas e com instalações adequadas e convenientemente localizadas. A Companhia sabe que além de obter uma educação de primeira linha, com foco no encaminhamento ao mercado de trabalho, o aluno também valoriza um atendimento e serviço de alto padrão. Assim, investirá de modo relevante e contínuo em infraestrutura, em especial infraestrutura digital, buscando melhorar a experiência do aluno presencialmente em unidades e no EAD. Além disso, espera continuar a melhorar a eficiência operacional por meio de **(i)** uma gestão inteligente do portfólio de cursos oferecidos, com a escolha de cursos com alta demanda e com alto potencial de rentabilidade; **(ii)** criação de turmas com números mínimos de alunos; e **(iii)** cruzamento de grades curriculares. A Companhia reavalia regularmente o portfólio de cursos que oferece nas unidades com base em pesquisas de mercado, no desenvolvimento econômico de cada região em que atua e nas ofertas de seus concorrentes. A equipe acadêmica da Companhia centralizada também está atenta para desenvolver novos projetos de cursos além daqueles que atualmente oferece, de acordo com a demanda existente.

Investimento contínuo em tecnologia

A Companhia pretende continuar a investir em tecnologia para uma melhoria contínua da qualidade no ensino e no relacionamento com seus alunos e professores. Ao continuar a investir em tecnologia, acreditam que aumentar a sua eficiência operacional, com a redução de custos e aumento da comodidade para os administradores e alunos. O investimento em novas tecnologias permitirá ainda flexibilizar a oferta de produtos, proporcionando ainda mais ganhos no controle de qualidade de ensino e redução de custos nas unidades. Por fim, a Companhia realizará ainda investimentos expressivos com o objetivo de suportar o crescimento esperado, disponibilizando uma adequada infraestrutura de tecnologia para os alunos, professores e área administrativa.

Investimento na experiência educacional dos alunos

A Companhia pretende continuar a investir em proporcionar uma experiência educacional cada vez melhor aos alunos combinando um ambiente que proporciona acesso fácil e intuitivo, seja para atividades presenciais ou online. Nesse conceito, está investindo na evolução da Ubíqua, o modelo acadêmico que apresenta uma matriz curricular focada no aprendizado onipresente, conteúdos de qualidade ofertados por meio de metodologias ativas de ensino que permite melhor capacidade de aprendizado e que transita facilmente entre ambientes online e presencial. Além disso, está criando um portfólio cada vez mais amplo e novas formas de comercialização de cursos utilizando meios digitais tais como a distribuição via redes sociais, aplicativos de mensagens, ou mesmo por meio da oferta via plataformas de *e-commerce* de varejo que permitem experiência diferenciada de acesso ao ensino superior, aliando formatos convenientes de ensino com acesso a conteúdo de qualidade direcionado às necessidades profissionais dos alunos.

Aquisições e consolidação do setor

A Companhia pode acelerar sua velocidade de crescimento por meio de aquisições de instituições de ensino e empresas que possam contribuir com o crescimento de seu ecossistema de educação continuada.

A Companhia adota critérios rígidos na aquisição de novas unidades, inclusive a adequação do local e de suas instalações, conveniência para os alunos e ambiente competitivo local. Tais critérios são verificados por meio de uma extensiva análise de mercado que leva em consideração variáveis tais como tamanho do mercado-alvo, ambiente competitivo, taxa de penetração de educação superior, quantidade de egressos do ensino médio, poder de compra dos alunos em potencial e estratificação do nível de renda. Em geral, dada a estrutura do mercado de educação superior nas regiões Nordeste e Norte, no qual a maioria dos possíveis alvos para aquisições são pequenas e médias faculdades, centros-universitários e universidades, a Companhia realiza pesquisas de mercado para a implantação de novos cursos que atendam à demanda em tais unidades adquiridas.

Nossos Pontos Fracos, Obstáculos e Ameaças

Os pontos fracos, obstáculos e ameaças a nós, nossos negócios e condição financeira estão relacionados à concretização de um ou mais cenários adversos contemplados em nossos fatores de risco, ocorrendo de maneira combinada. Para mais informações veja os itens 4.1 a 4.3 deste Formulário de Referência.

a. produtos e serviços comercializados

A Companhia desenvolve suas atividades e baseia sua tomada de decisão de negócio considerando um único segmento operacional, que é a prestação de serviços educacionais. Apesar de oferecer cursos destinados a um público diverso, tais cursos não são controlados e gerenciados pela administração da Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

A Companhia tem como atividades preponderantes o desenvolvimento e a administração de atividades nas áreas de educação de nível superior, educação profissional e outras áreas relacionadas à educação nas regiões Nordeste, Norte, Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil. Nesse sentido, auferir receita por meio da prestação de tais serviços, com a consequente cobrança de matrículas e mensalidades dos seus alunos.

Em 31 de dezembro de 2024, contava com 330.284 alunos matriculados na modalidade híbrida e de ensino digital, em cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e cursos profissionalizantes.

Graduação Universitária Híbrida (Presencial)

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de graduação universitária com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos					
	2024	%	2023	%	2022	%
Ciências Biológicas e da Saúde	105.491	64,0%	93.785	62,6%	83.777	61,6%
Ciências Humanas/Sociais	41.590	25,2%	38.353	25,6%	35.271	25,9%
Engenharias / Ciências Exatas	10.081	6,1%	10.363	6,9%	10.758	7,9%
Tecnólogos	7.717	4,7%	7.316	4,9%	6.294	4,6%
Total	164.879	100,0%	149.817	100,0%	136.100	100,0%

A duração média dos cursos de graduação universitária com relação às respectivas áreas:

Cursos	Duração Média em Anos - 2024	Duração Média em Anos - 2023	Duração Média em Anos - 2022
Ciências Biológicas e da Saúde	4,66	4,64	4,71
Ciências Humanas/Sociais	4,21	4,22	4,16
Engenharias / Ciências Exatas	4,75	4,77	4,83
Tecnólogos	2,18	2,21	2,16
Total	4,24	4,22	4,12

A movimentação da base de alunos:

Número de Alunos	Movimentação da Base de Alunos de Graduação Híbrida (Presencial)			% Variação	
	2024	2023	2022	24x23	23x22
Base Inicial	149.817	136.100	132.711	10,1%	2,6%
Captação	87.762	76.965	72.409	14,0%	6,3%
Aquisição	0	1.304	0	-100,0%	N.M.
Egressos	(19.271)	(19.042)	(21.645)	1,2%	-12,0%
Evasão	(53.429)	(45.510)	(47.375)	17,4%	-3,9%
Base Final	164.879	149.817	136.100	10,1%	10,1%

Graduação Universitária – Ensino Digital

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de graduação universitária em Ensino Digital com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos					
	2024	%	2023	%	2022	%
Ciências Biológicas e da Saúde	32.409	22,7%	25.428	19,7%	20.345	16,1%
Ciências Humanas/Sociais	51.239	35,8%	56.928	44,0%	48.647	38,5%
Engenharias/ Ciências Exatas	11.373	8,0%	9.559	7,4%	8.809	7,0%
Tecnólogos	47.930	33,5%	37.403	28,9%	48.548	38,4%
Total	142.951	100,0%	129.318	100,0%	126.349	100,0%

A duração média dos cursos de graduação universitária em Ensino Digital com relação às respectivas áreas:

Cursos	Duração Média em Anos - 2024	Duração Média em Anos - 2023	Duração Média em Anos - 2022
Ciências Biológicas e da Saúde	4,41	4,42	4,32
Ciências Humanas/Sociais	3,41	3,09	3,25
Engenharias/ Ciências Exatas	4,41	4,40	4,44
Tecnólogos	2,07	2,09	2,05
Total	3,01	2,96	2,84

A movimentação da base de alunos:

Número de Alunos	Movimentação da Base de Alunos de Graduação em Ensino Digital			% Variação	
	2024	2023	2022	24x23	23x22
Base Inicial	129.318	126.349	74.251	2,3%	70,2%
Captação	106.965	112.419	69.089	-4,9%	62,7%
Aquisição	0	59	70.034	-100,0%	-99,92%
Egressos	(19.435)	(17.170)	(5.349)	13,2%	221,0%
Evasão	(73.897)	(92.339)	(81.676)	-20,0%	13,1%
Base Final	142.951	129.318	126.349	10,5%	2,3%

Pós-Graduação Universitária Híbrida (Presencial)

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de pós-graduação universitária com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos					
	2024	%	2023	%	2022	%
Ciências Biológicas e da Saúde	159	20,2%	289	21,4%	468	41,1%
Ciências Humanas/Sociais	627	79,8%	1.030	76,4%	663	58,2%
Engenharias / Ciências Exatas	-	0,0%	30	2,2%	8	0,7%
Base de Pós-graduação	786	100,0%	1.349	100,0%	1.139	100,0%

A duração média dos cursos de pós-graduação universitária com relação às respectivas áreas:

Cursos	Duração Média em Meses - 2024	Duração Média em Meses - 2023	Duração Média em Meses - 2022
Ciências Biológicas e da Saúde	35,05	28,50	24,23
Ciências Humanas/Sociais	30,49	25,56	16,65
Engenharias / Ciências Exatas	-	18,00	18,00
Base de Pós-graduação	32,48	26,63	19,80

A movimentação da base de alunos:

Número de Alunos	Movimentação da Base de Alunos de Pós-Graduação Presencial			% Variação	
	2024	2023	2022	24x23	23x22
Base Inicial	1.349	1.139	1.421	18,4%	-19,8%
Captação	282	909	467	-69,0%	94,6%
Aquisição	0	237	0	-100,0%	N.M.
Egressos	(789)	(789)	(678)	0,0%	16,4%
Evasão	(56)	(147)	(71)	-61,9%	107,0%
Base Final	786	1.349	1.139	-41,7%	18,4%

Pós-Graduação Universitária – Ensino Digital

As tabelas abaixo demonstram:

A distribuição dos alunos de pós-graduação universitária em Ensino Digital com relação às respectivas áreas dos cursos:

Cursos	Número de Alunos					
	2024	%	2023	%	2022	%
Ciências Biológicas e da Saúde	4.944	24,3%	4.919	16,0%	3.857	13,0%
Ciências Humanas/Sociais	14.677	72,1%	23.599	77,0%	24.284	81,9%
Engenharias/ Ciências Exatas	742	3,6%	2.139	7,0%	1.492	5,0%
Total	20.363	100,0%	30.657	100,0%	29.633	100,0%

A duração média dos cursos de pós-graduação universitária em Ensino Digital com relação às respectivas áreas:

Cursos	Duração Média em Meses - 2024	Duração Média em Meses - 2023	Duração Média em Meses - 2022
Ciências Biológicas e da Saúde	12,89	11,87	11,88
Ciências Humanas/Sociais	10,98	9,06	8,41
Engenharias/ Ciências Exatas	10,41	9,06	8,88
Total	11,44	9,51	8,91

A movimentação da base de alunos:

Número de Alunos	Movimentação da Base de Alunos de Pós-Graduação Ensino Digital			% Variação	
	2024	2023	2022	24x23	23x22
Base Inicial	30.657	29.633	13.478	3,5%	119,9%
Captação	18.707	27.195	9.138	-31,2%	197,6%
Aquisição	0	0	17.064	0,0%	-100,00%
Egressos	(25.662)	(21.830)	(8.129)	17,6%	168,5%
Evasão	(3.339)	(4.341)	(1.918)	-23,1%	126,3%
Base Final	20.363	30.657	29.633	-33,6%	3,5%

Cursos técnicos:

As tabelas abaixo demonstram:

A movimentação da base de alunos:

Número de Alunos	Movimentação da Base de Alunos de Cursos Técnicos			% Variação	
	2024	2023	2022	24x23	23x22
Base Inicial	1.349	1.509	1.726	-10,6%	-12,6%
Captação	722	861	927	-16,1%	-7,1%
Aquisição	0	0	0	0,0%	0,00%
Egressos	(899)	(693)	(609)	29,7%	13,8%
Evasão	(344)	(328)	(535)	4,9%	-38,7%
Base Final	828	1.349	1.509	-38,6%	-10,6%

Cursos técnicos - EAD:

A movimentação da base de alunos:

Número de Alunos	Movimentação da Base de Alunos de Cursos Técnicos Ensino Digital			% Variação	
	2024	2023	2022	24x23	23x22
Base Inicial	408	432	-	-5,6%	N.M.
Captação	93	17	43	447,1%	-60,5%
Aquisição	0	0	408	0,0%	-100,00%
Egressos	(11)	(12)	(2)	-8,3%	500,0%
Evasão	(13)	(29)	(17)	-55,2%	70,6%
Base Final	477	408	432	16,9%	-5,6%

b. receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

Toda a receita da Companhia decorre de apenas um segmento de atuação, que é a prestação de serviços educacionais. Os cursos oferecidos, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela administração da Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

(em R\$ milhares, exceto %)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de					
	2024	% do total	2023	% do total	2022	% do total
Receita líquida	1.981.354	100,0%	1.830.934	100,0%	1.676.343	100,0%

c. lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

Todo o lucro da Companhia decorre de apenas um segmento de atuação, que é a prestação de serviços educacionais. Os cursos oferecidos, embora sejam destinados a um público diverso, não são controlados e gerenciados pela administração da Companhia como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em			% Variação	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	24x23	23x22
Lucro Bruto	1.094.227	949.373	833.499	15,26%	13,90%
Lucro (Prejuízo) Líquido	(1.162)	(28.044)	(222.148)	-95,86%	-87,38%

Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 1.3, descrever:

a. características do processo de produção

Graduação, Pós-Graduação e Cursos Profissionalizantes

O corpo acadêmico do grupo Ser Educacional tem como missão, além do desenvolvimento integral dos discentes para o mercado de trabalho, a formação de profissionais empreendedores e preparados para o mundo globalizado. Dessa forma, investe em ferramentas e recursos tecnológicos de ponta que possibilitam aos docentes, o planejamento de atividades que otimizam o cotidiano pedagógico e são a marca das suas instituições. A Companhia atualiza as matrizes curriculares, bem como adota diferentes práticas pedagógicas para atender às exigências de mercado. A utilização de metodologias ativas faz parte do cotidiano das salas de aula e, por isso, a Companhia oferece, constantemente, cursos de aperfeiçoamento aos docentes, que podem contar com o apoio de rico material disponibilizado no ambiente virtual desenvolvido pelo Grupo. Os conteúdos programáticos das disciplinas de cursos de graduação, pós-graduação e educação profissionalizante são reformulados de acordo com as necessidades das mudanças que ocorrem na educação. A Companhia está, constantemente, em busca de novos talentos, do aprimoramento de professores e do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. O modelo é padronizado em todas as unidades, tendo sido estruturadas ferramentas de controle para a garantia do cumprimento das premissas estratégicas que garantam o aumento de qualidade dos cursos oferecidos, atrelado a uma redução dos custos diretos. A partir dele, pode-se destacar algumas premissas básicas:

Padronização

As matrizes curriculares, projetos político-pedagógicos e planos de ensino são padronizados para todas as unidades, porém atendem às necessidades e são adaptados para a realidade de cada região. Neles, os procedimentos acadêmicos são descritos, transformados em fluxogramas, padronizados e auditados semestralmente pelo departamento de qualidade. Todos os procedimentos e normas acadêmicas são depositados em um sistema de controle e centralização de documentos, que se encarrega de garantir a autenticidade e o controle dos processos administrativos e acadêmicos.

Diário Eletrônico

O diário eletrônico é um importante instrumento utilizado no auxílio, acompanhamento e controle do cumprimento do plano de ensino. No início de cada semestre, os planos de ensino e planos de aula são inseridos no sistema de gestão educacional do Grupo e são atualizados a cada aula pelo professor através do sistema multimídia da sala de aula. Por ele, o professor realiza a chamada contabilizando a frequência de cada aluno, e registra o conteúdo que foi ministrado.

Prova Colegiada

A Prova Colegiada é a avaliação do Grupo Ser Educacional que representa o que há de melhor como ferramenta de apoio para desenvolver análises criteriosas sobre a qualidade da aprendizagem que os alunos recebem nas unidades do Grupo. A partir do seu resultado, garante que os planos de ensino estão sendo executados na íntegra, cria o painel de gestão acadêmica (CIC) e desenvolve análises para melhorar o desempenho dos alunos, preparando-os para os exames externos e, conseqüentemente, para o mercado de trabalho. Esse sistema avaliativo desenvolvido no Grupo Ser Educacional contempla a aplicação de uma Prova Colegiada, que leva em consideração os conteúdos padronizados nos planos de ensino das disciplinas dos cursos. As questões são inseridas pelos professores em um sistema próprio, desenvolvido internamente pela área acadêmica e pelo Núcleo de Tecnologia da Informação – NTI e são randomizadas seguindo critérios de dificuldade pré-definidos pela área pedagógica. A prova é validada e gerada por um grupo de professores (mestres e doutores), as provas são identificadas, lacradas e aplicadas nas unidades do Grupo. O processo de correção das provas e o lançamento das notas são automáticos, garantindo assim segurança ao processo. A tabulação dos dados da prova colegiada fornece informações sobre o aprendizado, levando em consideração o índice de acertos e erros do aluno, do cumprimento dos assuntos que contemplam o plano de ensino, bem como um comparativo de resultados entre unidades, turno e professores.

O modelo de Prova Colegiada avalia professores e alunos uma vez que o grau de dificuldade das provas aplicadas em todas as unidades é semelhante. Dessa forma, pode-se comparar os resultados dos estudantes e professores em todas as unidades do Grupo. O diagnóstico dos resultados das provas colegiadas ajuda a orientar as ações necessárias para o aumento do desempenho acadêmico do Grupo Ser Educacional.

Matrizes Integradas

A Companhia aumenta a eficiência operacional dos cursos através das matrizes integradas, nas quais disciplinas de cursos afins são compartilhadas, criando uma sinergia entre os cursos e uma conseqüente diminuição dos custos diretos. Essas matrizes são revisadas sempre que há alguma reforma nas DCNs dos cursos ou quando se percebe que há necessidade de atualização.

Programa de Desenvolvimento e Atualização Acadêmica

Professores, coordenadores de curso e diretores de unidades são acompanhados de forma individualizada durante a sua adaptação e possuem manuais de procedimentos, criando uma univocidade de ações dos profissionais do Grupo Ser Educacional. Os manuais de procedimentos são transformados em cursos e colocados à disposição de todos na Universidade Corporativa seguindo a metodologia de educação a distância, e são aplicados nos períodos de socialização dos novos colaboradores e nos momentos de atualização, seguindo as orientações do Plano Anual de Treinamento ("PAT"). No final de cada curso, o colaborador realiza uma avaliação para verificar o seu aprendizado.

Antes do início das aulas do período letivo, são promovidos encontros pedagógicos apresentando temas pertinentes à atualização dos docentes, temas para reflexões da rotina acadêmica, oficinas metodológicas, além de orientações próprias da instituição de ensino superior. As Rodas de Mestres também são encontros, considerados momentos de reflexão e discussão sobre as novas metodologias, onde os professores são envolvidos no compartilhamento de informações e ações desenvolvidas nas salas de aula e, ainda, prática é adaptada às tendências do mundo tecnológico e exigências do mercado.

Auditoria Acadêmica

A Companhia criou uma área específica para auditar os cursos e as atividades dos seus respectivos coordenadores, tendo como parâmetro as três dimensões de avaliação do MEC (corpo docente, instalações e projeto pedagógico) e três dimensões específicas que avaliam a “Gestão administrativo-acadêmica”, os “Procedimentos Acadêmicos” e “ENADE/CPC”. Todos os cursos são avaliados pelo menos uma vez a cada ano e como resultado de cada avaliação surgem os planos de ação que são acompanhados em conjunto pela Diretoria acadêmica e de operações. O estabelecimento de uma política de auditoria acadêmica garante que os padrões definidos pelo MEC serão seguidos, antevendo as possíveis não conformidades no processo e gerando um conjunto de planos de ações para resolução imediata dos problemas apontados.

Dando suporte à área acadêmica, são estruturados os seguintes setores:

- *Núcleo de Apoio ao Educando (NAE)* - O NAE desenvolve ações de suporte aos alunos e docentes. Com relação aos alunos, o NAE: é responsável por promover as seguintes ações: (I) atividades que garantam o desempenho satisfatório ao longo da sua graduação, minimizando a evasão dos estudantes, cujo fracasso escolar é a principal razão do absenteísmo e da evasão em nível superior, conforme constatado pela administração da Companhia; (II) acompanhamento das faltas dos estudantes; (III) análise dos relatórios de desempenho da prova colegiada; (IV) orientações individuais aos estudantes; (V) minimização das situações de conflito na sala de aula e na instituição; (VI) acompanhamento dos discentes com deficiência ou necessidades especiais; e (VII) acompanhamento das turmas que farão avaliações externas. Com relação aos docentes, o NAE promove as seguintes ações: (I) orientações individuais aos docentes, atuando nos aspectos metodológicos; (II) planejamento e acompanhamento das Rodas de Mestres e encontros pedagógicos; (III) análise de desempenho dos docentes com base nos resultados das avaliações institucionais; e (IV) mediação das situações de conflito entre docentes e discentes.

- *Núcleo de Trabalhabilidade Emprego e Carreiras* – É um setor estratégico dentro da gestão das unidades do Grupo Ser Educacional e caracteriza-se por representar o principal elo entre alunos, ex-alunos e mercado de trabalho, funcionando como uma consultoria especializada em orientação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho. A orientação e o desenvolvimento de perfis profissionais competitivos para o mercado de trabalho, além da empregabilidade, estão entre as principais atividades desse setor. A partir do primeiro período, o aluno conta com a orientação de carreira que vai desde a preparação adequada da síntese curricular, passando pelo desenvolvimento de habilidades organizacionais requeridas pelo universo organizacional, até o encaminhamento para o mercado por meio do núcleo de sua instituição. Além disso, o núcleo funciona como uma consultoria em recrutamento e seleção para as empresas conveniadas, realizando de forma gratuita, seleções, pré-seleções e encaminhamento dos alunos que atendam ao perfil solicitado pela organização.
- *O Departamento de Regulação e Qualidade, que engloba dois setores:*

Setor de Regulação - A partir das auditorias acadêmicas, de cursos e institucional, são acompanhadas as condições e qualidade de oferta dos cursos em todas as unidades educacionais de ensino superior da Companhia. As auditorias internas compõem uma importante ferramenta que fornece subsídios para tomadas de decisão na esfera acadêmica e administrativa acerca do funcionamento.

Setor da Qualidade - A partir das auditorias acadêmicas, de cursos e institucional, são acompanhadas as condições e qualidade de oferta dos cursos em todas as unidades educacionais de ensino superior da Companhia. As auditorias internas compõem uma importante ferramenta que fornece subsídios para tomadas de decisão na esfera acadêmica e administrativa acerca do funcionamento dos cursos, servindo como um importante indicador de retroalimentação para a implementação de melhorias no sistema de gestão e da qualidade.

O Setor de Qualidade também é responsável pela gestão de documentos da instituição tais como normas, regulamentos e procedimentos, sejam eles acadêmicos ou administrativos, através da utilização da ferramenta de gestão de documentos FLUIG, a qual abriga todos os documentos oficiais aplicáveis nos diferentes setores da Empresa.

Em 2011, o Setor de Qualidade iniciou sua gestão aos moldes da norma NBR-ISO-9001-2008, em sua unidade da UNINASSAU Recife, sendo certificada em 2012. No ano de 2014, ampliou a certificação para mais duas unidades Salvador e Natal,

e, em 2015, o sistema do Setor de Qualidade foi ampliado para mais 4 unidades, localizadas em João Pessoa, Campina Grande, Maceió e Fortaleza, além do Centro Administrativo, situado em Recife. Ressalta-se ainda que a Ser Educacional continua envidando esforços no sentido de manter um sistema da qualidade interna baseadas nos padrões de avaliação da qualidade estabelecidos pelo ministério da educação, diretrizes internas e em alguns princípios da norma nbr-iso-9001:2015.

Avaliação Institucional

Conduzida pelas respectivas Comissões Próprias de Avaliação (CPA), a avaliação institucional das IES da Ser Educacional é realizada por alunos, docentes, administrativos e membros da sociedade civil, além de contar com a participação do Setor de Qualidade enquanto suporte e gerenciador dos sistemas. Com os resultados observados e através do relatório anual obrigatório, a gestão da unidade pode promover ações específicas e gerais, a fim de buscar implementar as melhorias necessárias aos cursos e às próprias instituições.

Tecnologia e Comunicação a Serviço do Aluno

A área de tecnologia da informação interage diretamente com a área acadêmica e financeira, visando estreitar e facilitar o cotidiano do aluno na instituição. Uma gama variada de serviços é ofertada por meio dos sistemas de tecnologia para minimizar a necessidade de atendimentos presenciais. A seguir algumas ferramentas de comunicação:

Website

A Companhia possui um site institucional que contém as informações institucionais como descrição da estrutura física das unidades, informativos, inscrição para o vestibular, serviços on-line, informação sobre a secretaria acadêmica e setor financeiro, artigos e comentários de personalidades, vídeos de eventos institucionais, cursos de extensão e palestras, dentre outros materiais. O site possui uma interface direta com o portal do aluno.

Portal do Aluno

Neste portal, o aluno pode visualizar as suas notas e faltas, consultar o quadro de horários, realizar matrícula *on-line*, acessar as informações financeiras, realizar a emissão de boleto bancário, realizar negociações financeiras, realizar a avaliação institucional, consultar o acervo da biblioteca, reservar e renovar livros na biblioteca, consultar o plano de ensino e plano de aula, acessar o material depositado pelo professor, inscrever-se em congressos e cursos de extensão, além de outras atividades.

Redes Sociais

A Companhia, também, está presente nas redes sociais interagindo com os alunos e monitorando as informações publicadas, como uma forma de responder rapidamente às demandas e monitorar a percepção do alunado em relação aos serviços prestados.

Blogs dos Cursos

Os cursos possuem blogs que registram, semanalmente, os fatos do cotidiano do curso, mercado de trabalho, notícias sobre vagas de emprego, registro dos eventos dos cursos, artigos de interesse do aluno, dentre outros assuntos.

Atendimento ao Aluno

A Central de Relacionamento com o Aluno (CRA) adota um modelo de relacionamento que tem como foco a oferta de uma estrutura multicanal cujo objetivo é prestar com excelência os serviços solicitados. O aluno pode fazer solicitações, obter informações e expressar sua opinião através de um dos canais disponíveis: Portal do Aluno, Atendimento Presencial Unificado, e Central de Relacionamento Telefônico.

Ouvidoria

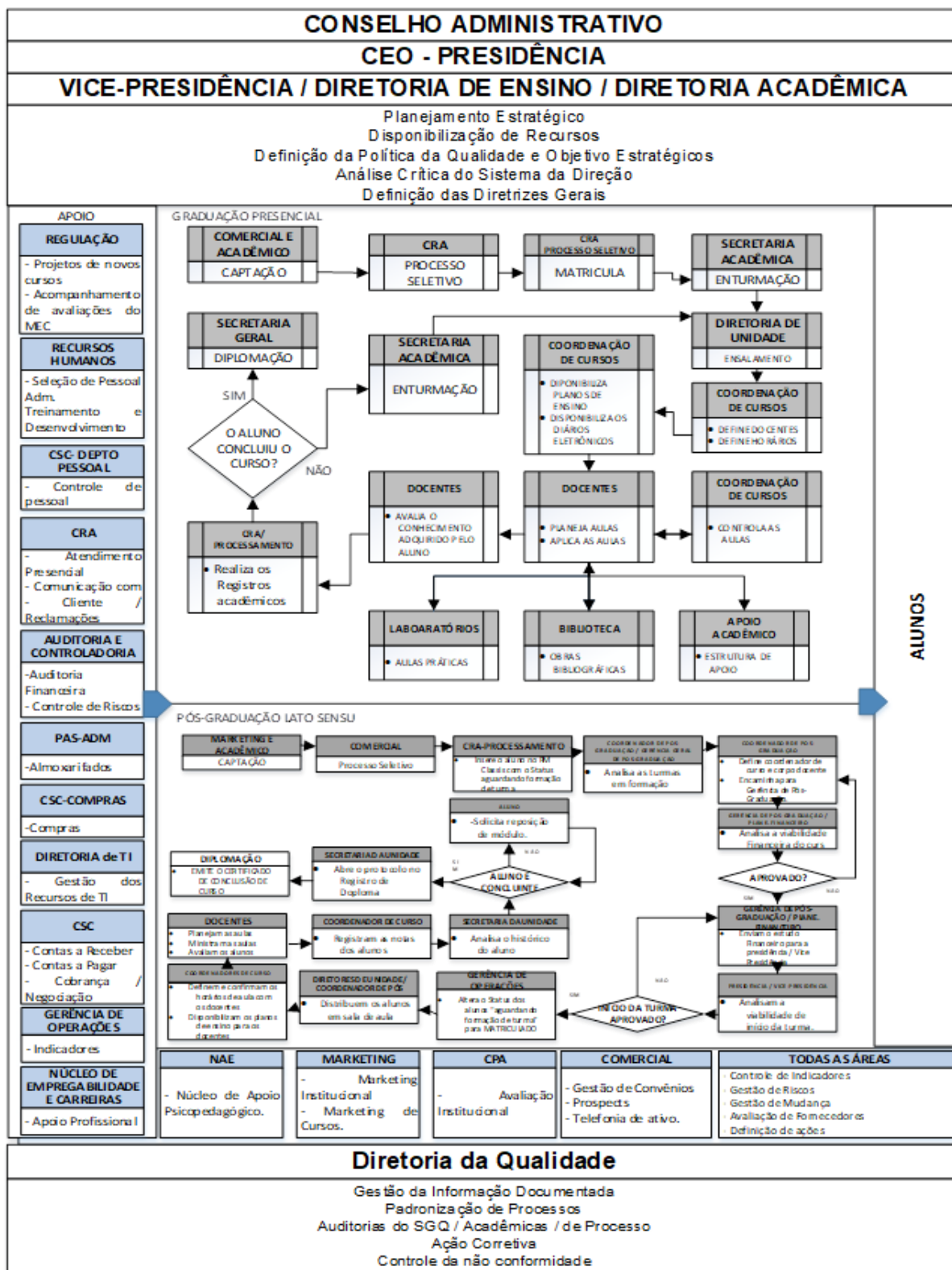
No site, o aluno ou qualquer membro da sociedade poderá, através do canal da ouvidoria, apresentar reclamações, sugestões e elogios, os quais serão direcionados aos setores específicos para o devido atendimento. Cada unidade conta com seu próprio ouvidor, que é o gestor do processo e responsável pela elaboração dos relatórios anuais que servem, dentre outros, como instrumentos para a tomada de decisão na busca da melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Estrutura Administrativa e Didático Acadêmica

A estrutura administrativa e didático-acadêmica da Ser Educacional foi estabelecida a partir de modelos organizacionais propostos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Federal nº 9.394/96, conforme determinado pelo MEC.

De acordo com as normas regimentais e seus Planos de Desenvolvimento Institucionais, as unidades mantêm articuladas as coordenações de cursos e os núcleos acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão, bibliotecas e laboratórios a fim de atingir toda a comunidade acadêmica e realizar os projetos propostos com profundidade. A verticalização das informações, a flexibilidade, a atenção aos discentes e docentes, a educação permanente para as trocas de conhecimento são as bases da organização didático-pedagógica das faculdades, uma vez que pretendem promover a inclusão social por meio de ensino de qualidade e assim obter reconhecimento da sociedade.

Destarte, a Companhia procura criar e implementar projetos acadêmicos com o objetivo de adequar a sua prática pedagógica às necessidades do mundo globalizado, oferecer aos alunos aprendizagens significativas que os impulsionem na vida profissional e novas propostas construídas a partir dos conceitos de novas metodologias, compartilhamento de informações e ações desenvolvidas nas salas de aula, adaptando a prática da Companhia às tendências do mundo tecnológico e exigências do mercado. Ao adotar novos projetos, a Companhia busca alcançar o maior objetivo da Ser Educacional, que é formar seres humanos integrais, comprometidos com a sociedade, oferecendo aos discentes a educação de excelência que o mundo corporativo exige.



Universidades e Cursos Profissionalizantes

Faculdade Maurício de Nassau

Fundada em 2003, a Faculdade Maurício de Nassau nasceu no Recife (PE) e possui suas unidades majoritariamente nas regiões nordeste e norte do Brasil.

UNINASSAU do Recife

Em 2012, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau de Recife (PE) o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. A instituição possui 268 vagas do curso de medicina e o MEC, por meio da portaria Nº 701, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau. Em Maceió, a instituição foi credenciada como centro universitário em agosto de 2016.

UNINASSAU de Maceió

Em 2016, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau de Maceió (AL) o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. O MEC, por meio da portaria Nº 901, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau. Em Maceió, a instituição foi credenciada como centro universitário em agosto de 2016.

UNINASSAU de Campina Grande

Em 2018, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau de Campina Grande (PB) o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. O MEC, por meio da portaria Nº 199, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau. Em Campina Grande, a instituição foi credenciada como centro universitário em março de 2018.

UNINASSAU de Fortaleza

Em 2019, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau de Fortaleza (CE) o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. O MEC, por meio da portaria Nº 199, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau.

UNINASSAU de Aracaju

Em 2019, foi conferido à Faculdade Maurício de Nassau de Aracaju (SE) o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. O MEC, por meio da portaria Nº 1010, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau.

UNINASSAU Salvador

Em maio de 2018, a UNINASSAU Salvador (BA) foi credenciada como centro universitário, conforme portaria Nº 493 do MEC, mediante cumprimento de todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial, obtendo Conceito Institucional 5 (nota máxima), e passou, a partir de então, a ser UNINASSAU - Centro Universitário Maurício de Nassau de Salvador.

UNINABUCO - Centro Universitário Joaquim Nabuco

Em 2017, foi conferido à Faculdade Joaquim Nabuco de Recife (PE) o credenciamento como centro universitário, ao atender todas as exigências do Ministério da Educação para a conquista da credencial. O MEC, por meio da portaria Nº 893, atestou a nova etapa da instituição, agora UNINABUCO - Centro Universitário Joaquim Nabuco, em 26 de julho de 2017.

Escola Técnica Maurício de Nassau

A Escola Técnica Maurício de Nassau possui unidades em João Pessoa (PB) e Recife (PE) e é uma instituição para formação de profissionais em nível técnico.

UNAMA

A Universidade da Amazônia (UNAMA), fundada em 1993, possui suas unidades localizadas na região Norte do Brasil. Em 2017, a UNAMA foi credenciada para operar nas cidades de Boa Vista (RR), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC).

UNAMA Santarém

Em maio de 2018, o Ministério da Educação (MEC) publicou no Diário Oficial da União a portaria Nº 460, credenciando a Unama Faculdade da Amazônia de Santarém (PA) como centro universitário. A Instituição obteve Conceito Institucional 4, e passou, a partir de então, a ser Centro Universitário UNAMA de Santarém.

Universidade UNG

A Universidade de Guarulhos (Universidade UNG), fundada em 1970, passou a integrar o Grupo Ser Educacional em fevereiro de 2015 e tem suas unidades localizadas na cidade de Guarulhos.

UNIVERITAS

A marca UNIVERITAS foi criada em 2016 e tem como objetivo ser a marca utilizada nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste do Brasil, para as novas unidades credenciadas da Ser Educacional a iniciarem operação nestas regiões.

UNINORTE

O Centro Universitário do Norte – UNINORTE possui suas unidades localizadas em Manaus (AM), é a maior instituição de ensino do estado do Amazonas e foi adquirida pela Ser Educacional em novembro de 2019.

UNIFACIMED

A Faculdade de Ciências Biomédicas de Cacoal – UNIFACIMED, está localizada no município de Cacoal (RO) e possui 75 vagas anuais de medicina em operação. A instituição foi adquirida em novembro de 2020.

UNIJUAZEIRO

O Centro Universitário de Juazeiro do Norte – UNIJUAZEIRO, está localizado no município de Juazeiro do Norte (CE). A instituição foi adquirida em novembro de 2020.

UNESC

A Sociedade Educacional de Rondônia – UNESC, possui operações nas cidades de Vilhena (RO), Porto Velho (RO), Cacoal (RO) e Jí-Paraná. A instituição possui 50 vagas de medicina e foi adquirida em fevereiro de 2021.

UNIFASB

O Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB, está localizado em Barreiras (BA) e possui 80 vagas medicina. A instituição foi adquirida em 4 de abril de 2021.

UNI7

O Centro Universitário Sete de Setembro - UNI7 está localizado em Fortaleza (CE), com cerca de 1.600 alunos. Foi adquirida em 2 de janeiro de 2023.

Ensino à Distância - EAD (Ensino Digital)

No primeiro trimestre de 2014, a Companhia iniciou a captação no segmento de ensino à distância ("EAD"), ou Ensino Digital, com 998 alunos. A tecnologia utilizada para oferecer os cursos EAD já está instalada e vem sendo aprimorada por desde 2007, por meio do oferecimento de cursos e atividades de estudos dirigidos a distância para os alunos presenciais. Ainda, parte de cursos presenciais oferece também, para uma parcela de seus alunos, a modalidade EAD em até 40% da carga horária total, de acordo com os limites estabelecidos pelo MEC. Tais fatos exemplificam a já existente experiência operacional e tecnológica da Companhia com o segmento de ensino à distância. O EAD tende a agregar à Companhia uma rentabilidade ainda maior, uma vez que o seu custo marginal para novos alunos é baixo e suas despesas operacionais serão diluídas pelas despesas da operação presencial. O segmento de EAD no Brasil apresenta forte tendência de crescimento, dada sua atratividade de preço e maior conveniência de locomoção, podendo atrair alunos com menor poder aquisitivo e que vivem em cidades afastadas dos maiores centros urbanos.

Em janeiro de 2022, a Companhia concluiu a aquisição do Centro Universitário UNIFAEEL. Com mais de 600 polos de Ensino Digital, a união com a Ser Educacional criou uma rede de mais de 1.000 polos de Ensino Digital ativos, conferindo alcance nacional, com uma base total do ensino digital de 156,4 mil alunos, em 31 de dezembro de 2022. Entre 2014, ano da primeira captação, e 2024, o Ensino Digital apresentou um CAGR de 55,0%.

Em 31 de dezembro de 2024, todas as marcas relevantes da Companhia possuem possuíam credenciamento para Ensino Digital (EAD), com Conceito Institucional 4 ou 5 que propiciam capacidade de expansão de polos de ensino a distância para toda a rede.

A Companhia entende, ainda, que as suas unidades serão um fator decisivo no crescimento e expansão do EAD, podendo servir também como polos para tal serviço, uma vez que ainda que os alunos estejam cursando o EAD, estes devem periodicamente comparecer presencialmente em unidades de ensino. Acredita que as suas marcas regionais exercem papel importante no sucesso do EAD, pois sua reputação e reconhecimento regional ajudam a rapidamente atrair novos alunos.

Novo marco regulatório do EAD

Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Portaria nº 2.041/2023, que suspendeu temporariamente os processos de autorização de cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância (EAD) por 90 dias, com o objetivo de estabelecer novas regras dentro de um novo marco regulatório. Esse sobrestamento foi sucessivamente prorrogado por meio de outras portarias emitidas pelo MEC, sendo a Portaria nº 371/2025, a mais recente extensão desse prazo, até o dia 9 de junho de 2025, ou até a publicação do novo marco regulatório.

Política de Preços do EAD

A estratégia utilizada para a definição de preços do EAD é o acompanhamento dos principais concorrentes identificados no âmbito local e nacional, observando constantemente as variações de preços em cada cidade e região. A política de preços é condizente com as expectativas do mercado, possibilitando margens positivas de lucro e visa atrair os clientes para as instituições de ensino superior, já que se trata de um produto disponível no mercado.

b. características do processo de distribuição

O desenvolvimento dos cursos de graduação universitária, pós-graduação universitária e cursos profissionalizantes considera diversas características aplicáveis à rede de ensino da Companhia. Abaixo, são descritas as características do grupo educacional para difundir os serviços da Companhia.

Marketing e Vendas

A estratégia de marketing está alinhada com a missão e visão da Companhia, alicerçada na captação e retenção de alunos e na consolidação das marcas nas cidades onde atua, buscando a liderança em recall de marcas.

Segundo o Prêmio JC Recall de Marcas de Recife, a UNINASSAU é a instituição de ensino mais lembrada pelos recifenses, pelo 5º ano consecutivo. Segundo o *Top of Mind* do Sistema Correio, em João Pessoa e Campina Grande, ocupa a 2ª colocação como a instituição de ensino mais lembrada.

Em junho de 2018, a marca UNINASSAU foi considerada a marca de ensino superior mais reconhecida da região Nordeste do Brasil em pesquisa realizada em parceria pelo jornal O Estado de São Paulo com a Troiano Branding, confirmando a força dessa marca na região. Nos anos de 2017 e 2018 a UNAMA foi ranqueada como melhor universidade privada da Região Norte do Brasil.

O grupo investe fortemente em marketing de relacionamento. Trabalha para inserir as marcas em escolas, empresas e na comunidade geral, através do apoio em projetos culturais, esportivos, sociais e ambientais. Todos estes trabalhos de relacionamento somados às campanhas de vendas intensivas e bem direcionadas (campanhas publicitárias e marketing de guerrilha) resultam no ingresso de alunos e no cumprimento das metas de captação e consolidação das suas marcas.

Ação promocional durante o ENEM - Todo ano no dia da prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é desenvolvida uma ação promocional para divulgação e captação de *mailing* para geração de contatos e potencial conversão em matrículas.

"Aulões" de revisão do ENEM - Algumas unidades desenvolvem "aulões" gratuitos de revisão para prova do ENEM direcionados para alunos de escolas parceiras.

Relacionamento com Escolas

Mostra Campus - Um dia inteiro de atividades e espaços abertos aos alunos do ensino médio com o objetivo de mostrar a vida no campus, a infraestrutura, os cursos, os trabalhos e atividades realizadas pelo aluno da graduação. É a oportunidade do público-alvo conhecer na prática e assim escolher melhor sua profissão, bem como vivenciar as rotinas das instituições. Exposições de trabalhos de alunos, espaços acadêmicos, orientações de carreiras, oficinas, diversão, prêmios, palestras, vestibular gratuito, estão presentes ao evento.

Feira de Profissões - A Companhia participa de várias palestras em escolas sobre a escolha das profissões, nas quais os professores são convidados a ministrar palestras nas escolas e na ocasião foram entregues material promocional e o Guia de Profissões, que é o material institucional com resumos sobre todas as profissões e onde são ofertadas no Grupo Ser Educacional e nas universidades públicas.

Encontro de Educadores - Uma vez ao ano é realizado um evento com palestrante reconhecido nacionalmente na área de Pedagogia para professores de escolas parceiras do Grupo Ser Educacional. O objetivo é estreitar os laços com os professores do ensino médio e proporcionar, por meio do evento, atualizações profissionais.

Desafie-me - Trata-se de um jogo criado para telefones celulares com o objetivo de estimular alunos e escolas a responderem perguntas relacionadas ao ENEM em um ambiente de competição entre alunos. As respostas dos alunos são tabuladas e debatidas com educadores sobre as necessidades de desenvolvimento dos alunos e escolas.

Relacionamento com Empresas

Parcerias e Convênios - O Grupo Ser Educacional, atualmente, conta com empresas parceiras em todo Brasil, com as quais consegue a geração de vagas de estágio, *trainee* e emprego para os alunos e oferta descontos como incentivo para que seus funcionários venham estudar em um dos cursos de graduação, pós-graduação ou cursos profissionalizantes.

Ações Comerciais - Ações promocionais nas empresas, com postos de divulgação, panfletagem e consultores contratados para prover esclarecimentos e estimular explicando e estimulando funcionários a estudar na instituição. A Companhia desenvolve, ainda, palestras sobre assuntos relevantes e participações nas Semanas Internas de Prevenção de acidentes de Trabalho - SIPAT com palestrantes ou profissionais solicitados pela Empresa.

Vestibular In Company - Após ações promocionais dentro da empresa, é realizada uma prova dentro da própria corporação, isenta de taxa para os funcionários interessados.

Eventos - A Companhia desenvolve várias ações para as empresas parceiras, desde palestras exclusivas *in company* a eventos reunindo diversas empresas conveniadas.

Captação de Novos Alunos

A captação de novos alunos decorre de programas estratégicos com foco em jovens adultos trabalhadores, com faixa etária entre 18 e 35 anos, além de processos sistemáticos de sensibilização de estudantes e professores do ensino médio, tais como feiras de profissões e encontros de alunos.

As campanhas são idealizadas dentro do posicionamento de cada uma das marcas Faculdade Joaquim Nabuco e Faculdade Maurício de Nassau, voltadas para determinado motivo (localização, ensino de qualidade, preço e empregabilidade, entre outros), e sempre planejadas com o foco nas tendências do mercado. São utilizadas mídias como rádios, jornais, televisão, *outdoors*, *folders*, *hotsites*, redes sociais, entre outras. O planejamento da campanha é iniciado geralmente 90 (noventa) dias antes do início do período letivo dos cursos, no entanto, as atividades de relacionamento com os potenciais clientes (potenciais alunos) são realizadas o ano inteiro.

O departamento de marketing possui em Recife uma central de relacionamento que atua na recepção e gestão de campanhas de vestibular, identificando e acompanhando o status dos alunos até a efetivação da sua matrícula.

Os coordenadores de cada curso têm, ainda, papel preponderante no processo de captação. Cabe a eles a função de receber todos os alunos que ainda não efetivaram a sua matrícula, orientando-lhes as especificidades de cada profissão, bem como os benefícios oferecidos pelo curso e pelas suas instituições de ensino.

O departamento comercial tem a missão de promover a venda de serviços nas escolas, empresas e comunidades. Com o advento das novas regras do FIES, as ações do departamento comercial têm sido especialmente importantes na comunicação desses benefícios e a consequente criação de um relacionamento entre a Companhia e a comunidade.

Retenção de Alunos

No segundo semestre de 2024, a Companhia teve uma taxa total de evasão de 12,5% de alunos de graduação de ensino superior presencial. A Companhia estimulou uma série de ações com o propósito de detectar, de forma preventiva, qualquer manifestação de evasão dos alunos. Monitora as informações sobre a satisfação dos alunos, como uma das medidas de desempenho da qualidade do sistema.

A Companhia controla as reclamações de alunos registrando-as no sistema *Fale Conosco*, disponível nos sites. Utiliza este sistema para acompanhar e responder ao aluno reclamante as possíveis soluções dos problemas levantados por eles. As reclamações recorrentes são tratadas como desvios sistêmicos, que são combatidos por ações corretivas específicas focadas sempre nas raízes desses desvios identificados.

Outro meio de levantamento e acompanhamento da satisfação do aluno são as avaliações institucionais, nas quais, semestralmente, alunos, professores e funcionários técnicos administrativos, através de questionários próprios, podem pontuar (em um conceito de 1 a 5) os diversos itens sobre o desempenho dos serviços prestados durante o período avaliado.

São aplicadas ações corretivas para eliminar a causa de não-conformidades, reclamações e pontos de melhoria apontados pelas avaliações institucionais a fim de prevenir sua ocorrência. Ações corretivas são apropriadas ao impacto dos problemas encontrados, assim como ações preventivas tomadas são apropriadas ao impacto dos problemas potenciais.

A Prova Colegiada tem o objetivo precípuo de verificar o conhecimento adquirido por cada aluno nas disciplinas da sua matriz curricular, planejadas para o semestre, mas ao mesmo tempo, objetiva uma avaliação do desempenho dos professores nas disciplinas em que ministram. A Prova Colegiada é elaborada por uma comissão de professores do curso, aplicadas semestralmente, cujo conteúdo programático é definido com base em todos os assuntos planejados para disciplina. O bom desempenho dos alunos nestas avaliações, também retrata o bom desempenho dos professores com suas turmas.

Os coordenadores dos cursos e diretores de unidade possuem metas específicas para controle de evasão, segmentadas em momentos específicos do calendário acadêmico do aluno. A Companhia atua, firmemente, no controle de indicadores da rematrícula e da evasão do período, classificado como trancamento, cancelamento de matrícula e transferência para outras instituições.

Possui procedimentos documentados para atender-se às reivindicações ou mesmo reverter o desejo do aluno de deixar as instituições de ensino da Companhia. Este aluno deve a princípio procurar o coordenador de seu curso, que deve se aprofundar nas causas reais do interesse do aluno em sair de seu curso e verificar a possibilidade de reverter esta decisão. No procedimento para solicitação de trancamento, cancelamento de matrícula ou transferência, o aluno, a secretaria acadêmica e o coordenador do curso têm oportunidade de discutir os motivos a fim de evitar a saída do aluno da instituição.

Além disso, os coordenadores de curso têm a responsabilidade de acompanhar o desempenho e a frequência de seus alunos. Através do portal acadêmico, todos os professores registram a frequência e as notas de seus alunos, gráficos e relatórios são gerados com o objetivo de obter informações do desempenho e frequência alunos. Os coordenadores de curso e o núcleo de apoio pedagógico identificam possíveis casos de evasão e de imediato estabelecem estratégias para tentar reverter a situação.

Em 2015, iniciou a implantação de um novo projeto denominado SRS – *Ser Retention System*. O projeto visa reduzir a evasão de alunos por meio da compilação e análise de toda base de dados existente sobre os alunos, desde o desempenho acadêmico, financeiro e o relacionamento com os alunos. Por meio da análise desses dados, a Companhia entende ser possível antecipar potenciais evasões de alunos e com isso atuar com antecedência na solução de problemas de diversas naturezas e com isso potencialmente reduzir a evasão.

Cobrança das Mensalidades

A Companhia realiza diferentes tipos de ofertas para ingresso e renovação dos alunos. Os estudantes que permanecem com os pagamentos em atraso estão sujeitos a multa de mora de 2% e juros de 1% ao mês.

No Ensino Superior, nos cursos de graduação presencial, EAD tradicional e semipresencial, os alunos assinam um contrato válido por um semestre letivo. A rematrícula dos alunos no próximo semestre letivo está condicionada ao seu status de adimplência e ao desembolso da primeira parcela da semestralidade. Os alunos que não estiverem com sua situação financeira regularizada deverão efetuar a negociação dos seus débitos, com base nos limites de crédito por nós estabelecidos, para efetuar a rematrícula no próximo semestre letivo.

Quanto à modalidade EAD Digital nos mesmos níveis de ensino, os alunos assinam um contrato válido para todo o curso, desde que não haja interrupção. No ato da inscrição, são disponibilizados para os alunos métodos de pagamentos à vista e a prazo, no boleto e no cartão de crédito. Sendo assim, não se faz necessária a renovação a cada semestre letivo. Nos produtos digitais, é efetuado, de forma compulsória, o bloqueio da matrícula, que, automaticamente, bloqueia o acesso ao curso para aqueles alunos que não acessaram o ambiente virtual e não efetuaram o pagamento das mensalidades por dois meses consecutivos ou quatro meses pendentes de pagamentos.

A Companhia implementa um processo de cobrança que compreende etapas de negociação internas e externas com o objetivo de determinar termos e condições que permitam a manutenção do aluno e o recebimento dos créditos. O modelo de cobrança adota a gestão da estratégia de forma centralizada e interna, bem como terceirizada, dependendo do perfil do devedor. Esse modelo adotado vem maximizando os resultados e reduzindo custos. As etapas do processo de cobrança são:

- Régua Preventiva de Cobrança: Ações de lembretes automatizados, via sistema, à medida que se aproxima a data de vencimento. O objetivo é reduzir atrasos por esquecimentos, dificuldades de acesso aos lançamentos (boletos), etc.
- Régua de Cobrança: Ações de cobrança automatizadas, via sistema, à medida que os alunos vão evoluindo na inadimplência, com ações via contato telefônico, e-mails, SMS, carta boleto de cobrança e, por fim a negativação junto a Serasa, entre outros.
- Cobrança Interna: Quando da inadimplência de mensalidade(s) ou de parcela(s) de acordo, referente a aluno ativo, o discente é convidado a negociar sua dívida

com maior comodidade e condições especiais, por meio do simulador no Portal do Aluno, na própria unidade de ensino ou através de um e-mail da cobrança, além do contato via telefone. Os administradores acadêmicos desenvolvem importante papel no processo de cobrança incentivando o aluno inadimplente a regularizar sua situação financeira por meio de contatos individuais. A política de renegociação é desenvolvida de acordo com determinados critérios de crédito que incluem o histórico financeiro e acadêmico do aluno.

- Cobrança Externa: Após o período permitido para a renovação acadêmica, as cobranças referentes aos alunos que não renovaram e possuem débitos com a respectiva instituição de ensino são encaminhadas para escritórios de cobrança. A recuperação do débito e retorno do aluno é importante para nós. A Companhia conta, ainda, com serviços de recuperação extrajudicial de créditos, prestados por empresas de cobrança por nós contratadas.
- Cobrança Judicial: Caso a cobrança externa não tenha obtido resultados para a execução do débito, a cobrança judicial pode ser um instrumento a ser utilizado.

Adicionalmente, são disponibilizados a oferta de crédito educativo aos alunos de graduação da modalidade presencial, através do FIES e dos produtos de Crédito Universitário. A dinâmica de cobrança das mensalidades dos cursos de pós-graduação *lato sensu* e dos cursos técnicos é similar à da graduação.

Desde os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia adotou a política de constituir PECLD com base nos títulos vencidos há mais de 180 dias. Esta política foi mantida no período findo em 30 de junho de 2017. Em 2023, a Companhia aprimorou a estimativa de provisão para a PECLD, que passou a ser calculada considerando a inadimplência histórica sobre o faturamento da filial de origem dos títulos, no período de 720 dias, aplicada prospectivamente sobre a receita líquida atual. A Companhia efetua mensalmente a baixa definitiva (*write-off*) dos créditos considerados incobráveis que correspondem aos títulos vencidos há mais de 720 dias.

Adicionalmente, a Companhia estabelece acordos para recuperar créditos vencidos como forma de otimizar a recuperação desses valores.

A PECLD registrada em comparação com a Receita Operacional Líquida dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 são descritas no quadro abaixo:

Em milhares de Reais	2024	2023	2022
Receita Operacional Líquida (ROL)	1.981.354	1.830.934	1.676.343
PCLD Registrada	197.746	160.486	113.270
PCLD Registrada/ROL	10,0%	8,8%	6,8%

Exemplos de Ações de Marketing para Alunos

Trote Legal: Boas-vindas aos calouros da Instituição, sendo de forma legal, positiva abordando temas como o trânsito, a doação de órgão, a arrecadação de alimentos, materiais escolares para comunidades carentes e para vítimas de enchentes e seca.

Ação de Boas-Vindas: A ação de retorno ou início do semestre letivo onde cada unidade desenvolve de acordo com o calendário acadêmico, tem como objetivo de tornar este dia especial e ser acolhedora, com exibição de vídeos, *jingle*, interagindo com os alunos.

Encontro de Líderes (Representantes de Sala): Estímulo a liderança e outras habilidades com os representantes de turma, de forma que possam contribuir com as rotinas institucionais, dificuldades e desafios da IES o evento acontece uma vez por ano. Na UNINASSAU, por exemplo, houve uma palestra do Presidente da Baterias Moura, um case de sucesso no Brasil.

Maturação das Unidades Existentes

Algumas unidades possuem um grande potencial de crescimento, visto que ainda não atingiram o seu estágio de maturidade, bem como podem ser expandidas caso exista potencial de expansão no mercado de atuação. Assim, a Companhia vislumbra um potencial de forte crescimento orgânico das suas unidades nos próximos anos, utilizando uma política de incremento de portfólio de cursos nas suas unidades, adicionado ao desenvolvimento natural de grande parte dos cursos que ainda não atingiram o seu amadurecimento, que ocorre no período de 2 a 6 anos de operação, em consequência da duração de cada um.

A Companhia possui uma área de expansão que tem por objetivo autorizar as demandas de cursos em todas as unidades da Ser Educacional. Os cursos são escolhidos a partir de pesquisas de mercado, das especificidades econômicas e sociais de cada cidade e por meio do estudo da concorrência.

Maturação de Polos de Ensino a Distância

A Companhia possui 2 tipos de polo de ensino a distância, os polos parceiros, que são parcerias com empreendedores locais que ofertam os cursos das instituições da Ser Educacional e são comissionados com base no rateio das receitas e polos próprios que são localizados nos campi onde também ocorre a oferta de cursos presenciais e em polos próprios para oferta de cursos a distância. A rede de polos parceiros é gerida por uma área especializada na Companhia para desenho das estratégias comerciais e de gestão acadêmica de forma a propiciar a melhor experiência aos alunos e sustentabilidade econômica aos parceiros, provendo crescimento sustentável da oferta de cursos de ensino a distância nos mercados em que atua.

Processo Seletivo dos Alunos da Companhia

O processo de admissão da graduação universitária se dá por meio das seguintes formas: vestibular tradicional, vestibular agendado, online, transferência, segunda graduação, ENEM e PROUNI. O processo seletivo da graduação ocorre sistematicamente ao longo de todo o ano, contudo as entradas ocorrem duas vezes ao ano (no primeiro e segundo semestre). As provas possuem temas específicos na área da matemática, português, conhecimentos gerais e redação.

Os cursos de pós-graduação possuem processos seletivos e entradas periódicas. A análise curricular e entrevistas compõe o processo seletivo desta modalidade de curso.

c. características dos mercados de atuação

i. participação em cada um dos mercados

Visão Geral do Setor de Ensino Superior

Brasil

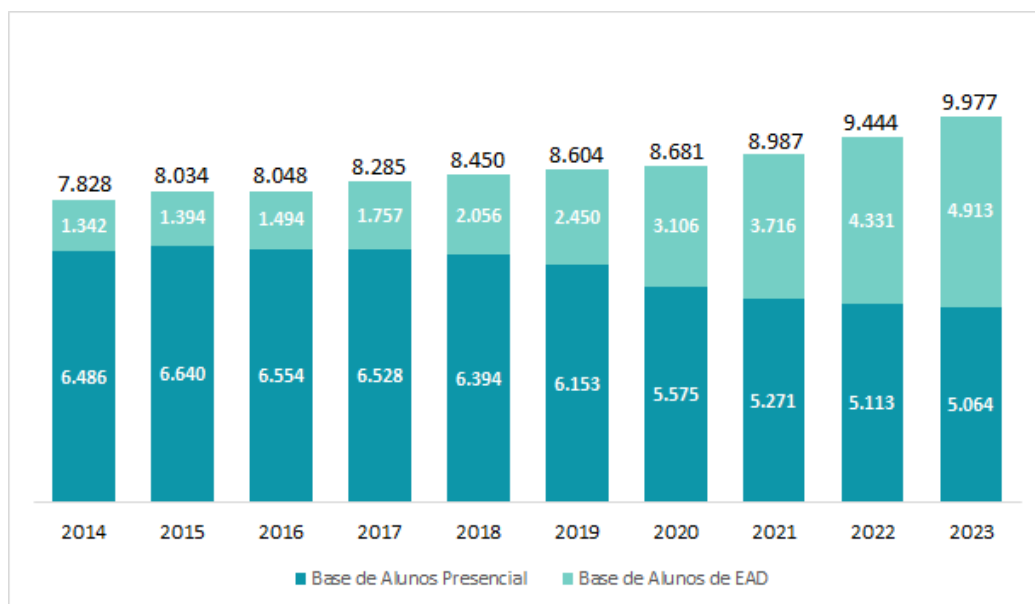
Em 2016, o Brasil representava o quinto maior mercado de ensino superior do mundo e o maior mercado de ensino superior da América Latina, com aproximadamente 8,0 milhões de matrículas, segundo dados do MEC/INEP. O ensino superior é formado por cursos sequenciais por campo de saber de diferentes níveis de abrangência, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos pelas instituições de ensino, desde que tenham concluído o ensino médio ou equivalente. As modalidades dos cursos superiores são: (i) graduação, aberto a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; (ii) pós-graduação, que compreende programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, aberto a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino; e (iii) extensão, aberto a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino.

Em 2023, existiam 2.580 estabelecimentos de ensino superior no Brasil, de acordo com a Sinopse da Educação Superior 2023 publicada pelo Ministério da Educação. Do total de alunos matriculados em 2023, aproximadamente 21% estavam em instituições de ensino públicas e 79% em instituições de ensino privadas. Entre 2014 e 2023, as instituições de ensino superior privadas apresentaram um CAGR de 3,4% no número de alunos, nos segmentos de graduação presencial e a distância somados, passando de aproximadamente 5,9 milhões de alunos, em 2014, para 7,9 milhões de alunos em 2023, de acordo com o MEC.

Nos últimos 10 anos, a educação superior vem se consolidando como mercado atraente para investimentos. Dados oficiais do Censo da Educação Superior, divulgados pelo INEP em 2023, mostram que o Brasil vem registrando sucessivos aumentos no número de alunos, com uma média de 2,7% de aumento ao ano entre 2014 e 2023.

Número de matrículas 2014 – 2023 (em milhares)

Fonte: MEC/Inep



Mercado de ensino técnico e profissional

O ensino profissional capacita alunos que concluem o nível básico para o mercado de trabalho. Este é um nível intermediário entre o ensino básico e superior, ou um substituto para o ensino superior, sendo destinado àqueles que já concluíram o Ensino Médio.

Os estabelecimentos públicos e privados que oferecem ensino técnico são classificados em escolas técnicas, agrotécnicas, centros de formação profissional, dentre outros. O ensino técnico diferencia-se do ensino profissionalizante por ter seu conteúdo regulado e reconhecido pelo MEC. De forma geral, os cursos técnicos e profissionalizantes têm duração de 18 meses a 36 meses.

Ensino a distância

A tecnologia tem permitido inovações relevantes na educação e cada vez mais o conteúdo digitalizado tem facilitado novas formas de ensino, como o ensino a distância. Os materiais educacionais crescentemente utilizam recursos multimídia e conteúdos digitais para complementar e até substituir os produtos tradicionais impressos. À medida que os jovens têm acesso a recursos tecnológicos e modificam seus hábitos à estas tendências que ganham força dentro do setor educacional.

O ensino à distância surge como opção para aumentar a penetração do ensino superior no Brasil em virtude de sua mensalidade mais baixa, acarretando o aumento substancial do número de pessoas com poder aquisitivo para frequentar esses programas. O mercado de EAD caracteriza-se pela oferta de ensino através do uso de tecnologias e

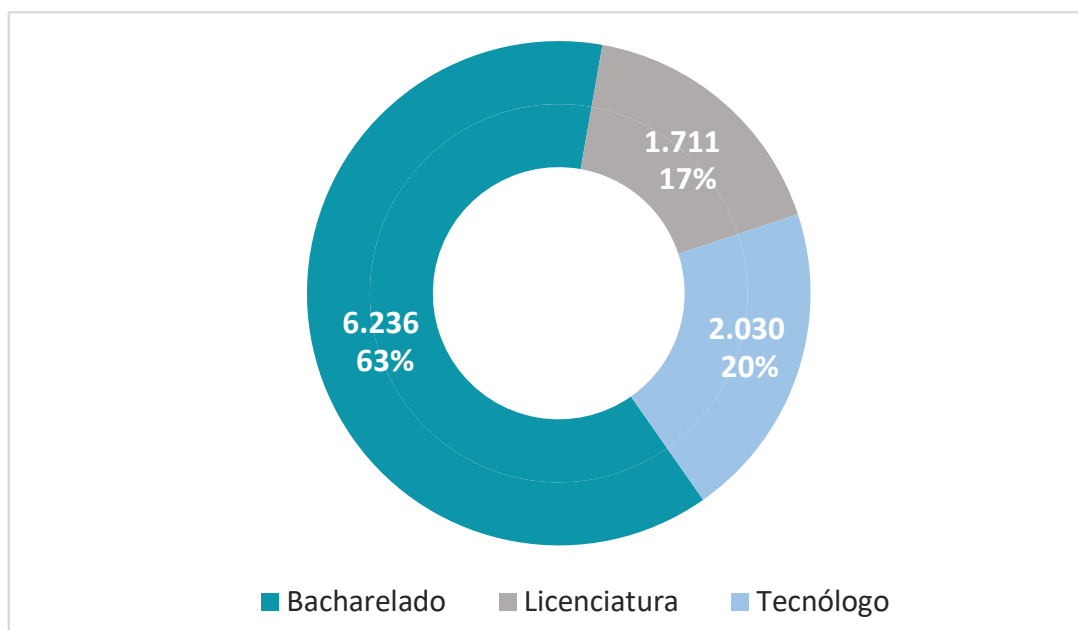
ferramentas de aprendizagem remotas, uma vez que professores e alunos se encontram separados espacial e/ou temporalmente. E, atualmente, encontra-se mais desenvolvido para ensino superior e técnico, e é regulamentado pela Constituição Federal, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, além das portarias, resoluções e normas do MEC e das Secretarias Estaduais de Educação (SEED).

O EAD representa um mercado de elevado potencial de crescimento porque possibilita a inclusão de pessoas com dificuldades em frequentar cursos presenciais por falta de tempo, por morar em regiões isoladas ou por não poderem se deslocar. A disponibilização de cursos na modalidade a distância tende a facilitar o acesso e a permanência de alunos tanto do Ensino Superior, quanto de cursos técnicos, de preparatórios para concursos e de idiomas, entre outros.

Conforme o gráfico abaixo, os cursos de licenciatura representam 17% das matrículas feitas em 2023 no segmento de graduação.

Distribuição das Matrículas Por Segmento 2023
Base de alunos de ensino superior
(em milhares)

Fonte: MEC/Inep

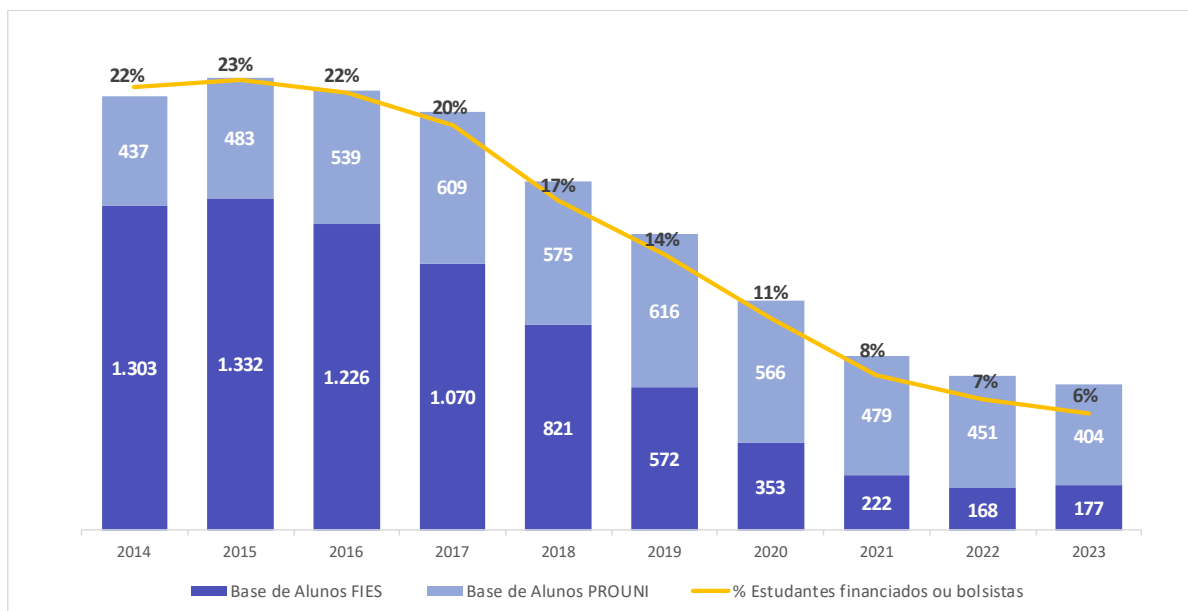


Financiamento para estudantes

O aumento das alternativas de financiamento aos alunos aliado ao crescimento do número de instituições e cursos de educação superior destinado à população das classes média e baixa pode ser visto como uma oportunidade para o crescimento do número de matrículas do ensino superior no Brasil.

Histórico de Alunos Financiados no Brasil (em milhares)

Fonte: INEP / MEC



Visando incentivar a educação no país, algumas das alternativas de financiamento criam incentivos fiscais e financeiros para as instituições de ensino que possuam em seu corpo discente alunos beneficiados por determinados programas governamentais de incentivo à educação, tais como o PROUNI, o FIES e o PRONATEC.

Devido a tais programas de financiamento, a população brasileira pertencente às classes média e baixa, que historicamente possuía maior dificuldade de acesso ao ensino superior, foi a maior responsável pelo aumento do número de alunos matriculados, sendo representados, em sua maioria, por adultos trabalhadores em busca de melhores salários e oportunidades de emprego.

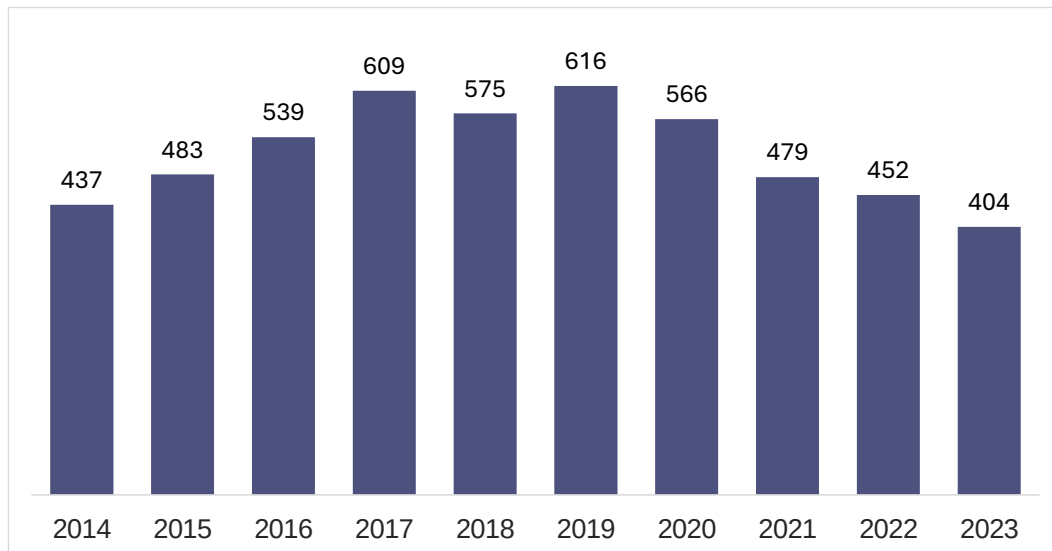
Programa Universidade para Todos ("PROUNI")

Criado em 2005, o PROUNI prevê a isenção do pagamento de certos tributos federais, que são incidentes sobre as receitas decorrentes de cursos de graduação para instituições de ensino superior que concedem determinada quantidade de bolsas de estudo a alunos de baixa renda dos seus cursos de graduação e cursos relacionados. Ao fornecer isenções fiscais a instituições com fins lucrativos, o PROUNI também desempenhou o importante papel de estimular o crescimento e o investimento privado no setor de educação superior, possibilitando que as instituições com fins lucrativos oferecessem cursos a preços competitivos comparados àqueles praticados por instituições filantrópicas e sem fins lucrativos.

O gráfico abaixo demonstra o aumento do número de bolsas de estudos concedidas pelo programa do PROUNI no período de 2013 a 2023, sendo possível verificar o crescimento do programa e o aumento dos incentivos governamentais.

ProUni (Número de bolsas de estudos - em milhares)

Fonte: MEC.



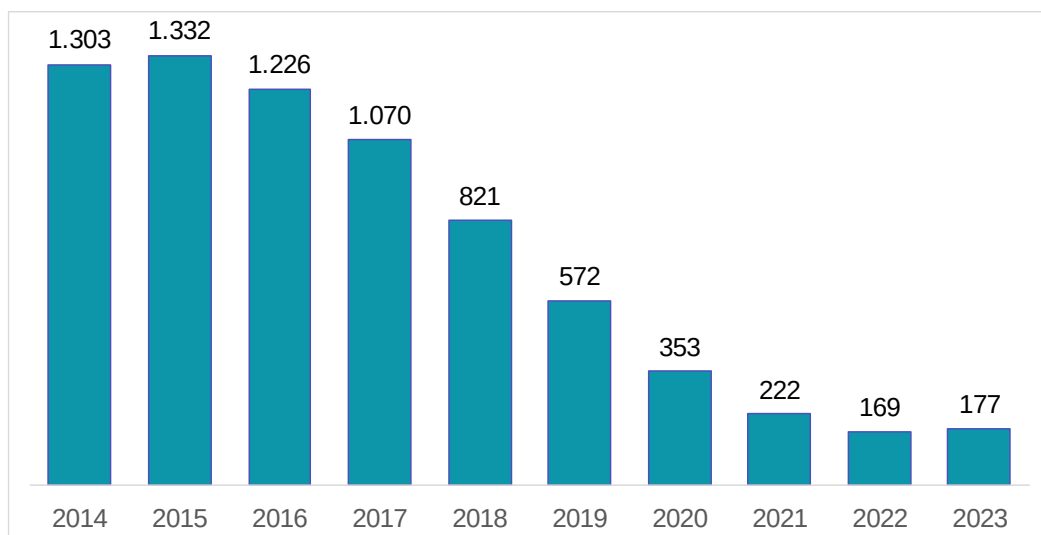
Para mais informações sobre o PROUNI, consultar o item 1.6 deste Formulário de Referência.

O FIES foi criado em 1999 e oferece financiamento de até 100% das mensalidades junto às instituições de ensino superior privada que participam do programa e que receberam uma boa classificação do MEC.

De acordo com o gráfico abaixo, o número de empréstimos concedidos pelo FIES, no período de 2014 a 2023, apresenta uma queda a partir de 2016, quando houve uma redução no programa por parte do governo.

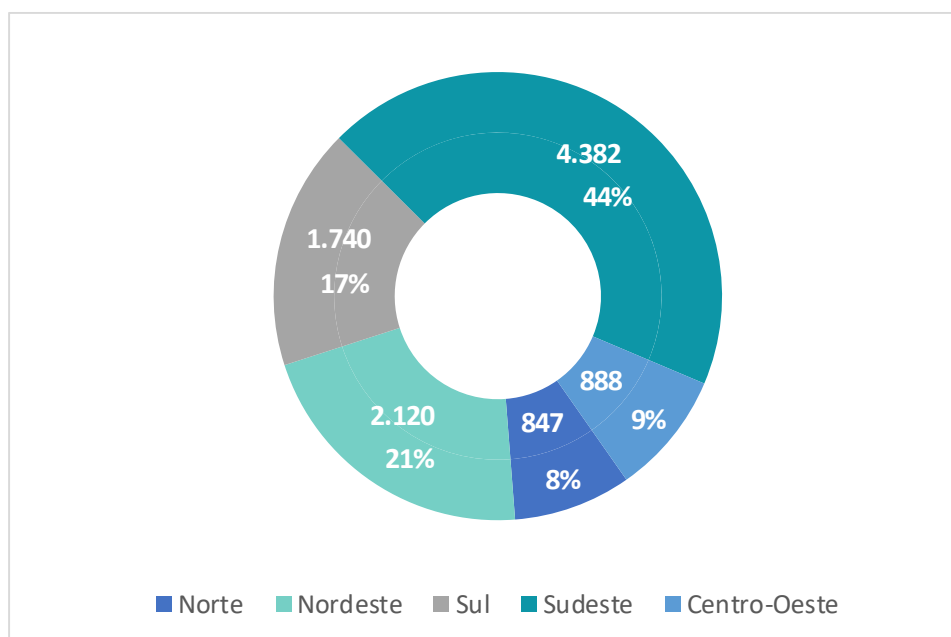
Histórico de Base de Alunos do FIES (em milhares)

Fonte: INEP MEC



Para mais informações sobre o FIES, consultar o item 1.6 deste Formulário de Referência.

**Distribuição da base de alunos de graduação superior por região
(em milhares)¹**



Os dados supracitados demonstram que, embora o ensino superior tenha expandido muito nas últimas décadas, este ainda é um promissor espaço para crescimento da educação no país, sobretudo nas regiões Nordeste e Norte.

ii. condições de competição nos mercados

Participação e concorrência no mercado de ensino superior no Brasil

O setor de ensino superior no Brasil é muito fragmentado e com diversos concorrentes em todas as localidades. A Companhia acredita que os fatores que influenciam a concorrência no mercado de ensino superior incluem preço, experiência educacional, tradição da instituição, corpo docente, instalações, localização e variedade de cursos, entre outros fatores.

Devido à fragmentação do setor, a Companhia enfrenta diferentes níveis de concorrência, conforme a localização das suas unidades. De acordo com o MEC, em 2023, havia 2.264 instituições particulares de ensino superior no Brasil. A Companhia concorre diretamente com instituições de ensino superior com e sem fins lucrativos e com alternativas ao ensino superior, tais como os cursos profissionalizantes. As instituições privadas menores, normalmente com apenas uma unidade, têm menor capacidade de atrair e

¹ Informações de 2023

manter a administração e corpo docente experiente. Possuem também recursos limitados para abrir novas unidades, desenvolver e prestar serviços de educação de qualidade e montar cursos de interesse dos alunos.

d. Eventual sazonalidade

Receitas

Desconsiderando o efeito do crescimento da Companhia, a sazonalidade das receitas provenientes das mensalidades e taxas varia com a taxa de evasão e inadimplência de alunos que aumenta cumulativamente ao longo do semestre. De modo geral, as receitas da Companhia são menores nos trimestres ímpares, uma vez que reconhece os descontos de captação de alunos integralmente nesses trimestres e maiores nos trimestres pares, justamente pela ausência do mesmo efeito.

Despesas e Custos

Não existe sazonalidade relevante de custos e despesas, que se mostram aproximadamente constantes durante o ano. As despesas são geralmente um pouco menores nos meses de janeiro e julho devido às férias escolares.

e. principais insumos e matérias primas, informando:

i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

A Companhia mantém bom relacionamento com seus fornecedores, tais como agência de publicidade, editoras, empresas de segurança, empresas de *telemarketing*, empresas de limpeza, entre outros.

EAD (Ensino Digital)

A prestação de serviços de educação a distância necessita de fornecedores e parcerias diferenciadas em relação ao serviço de educação presencial. Destes destaca-se a necessidade de parceiros tecnológicos relativos à infraestrutura física de TI, de ambientes virtuais de aprendizagem e parcerias locais dos Polos de ensino a serem abertos.

ii. eventual dependência de poucos fornecedores

Não há dependência ou vulnerabilidade em relação a qualquer fornecedor, pois a Companhia atua com uma vasta lista de fornecedores. Em geral, os fornecedores são selecionados com base em propostas de serviços, com o objetivo de identificar aquele que ofereça os melhores termos e condições para cada negócio.

iii. eventual volatilidade em seus preços

A Companhia não possui dependência de insumos e matéria prima, portanto não está sujeita a volatilidade de preços de mercado.

Os gastos com pessoal e encargos sociais, principalmente corpo docente (professores), representam a maior parte do custo de produtos e serviços prestados, sendo que para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, tais gastos representaram 28,2% do total de gastos da Empresa (custos + despesas + depreciação/amortização) e 23,9% da receita líquida da Companhia.

Os professores e funcionários administrativos são representados por sindicatos. As convenções coletivas regulam a duração da hora-aula, a remuneração mínima, férias e benefícios diretos dos professores e funcionários administrativos e estão sujeitas à renegociação anual, podendo ser alteradas substancialmente no futuro.

Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía clientes relevantes que fossem responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total, tendo em vista que a receita é proveniente do pagamento de mensalidade e de taxas por seus alunos.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Item não aplicável, considerando que no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possuía clientes relevantes que fossem responsáveis por mais de 10% da sua receita líquida total, tendo em vista que a receita é proveniente do pagamento de mensalidade e de taxas por seus alunos.

Descrever os efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades do emissor, comentando especificamente:

a. necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Constituição Federal do Brasil de 1988 define educação como um direito de todos os brasileiros e um dever do Estado e da família. Nesse sentido, o Poder Público deve garantir a todos os cidadãos brasileiros o acesso à educação, não estando, entretanto, tal atribuição, limitada ao Poder Público, uma vez que as atividades de ensino são livres à iniciativa privada, desde que observados os requisitos e critérios estabelecidos pela regulamentação aplicável.

Nos termos da distribuição de competências entre os Estados Federativos estabelecida pela Constituição Federal, os sistemas de ensino devem ser organizados em regime de colaboração entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, cabendo à União a responsabilidade por organizar e coordenar o sistema federal de ensino, de forma a garantir a igualdade de oportunidades e a qualidade do ensino. Aos Estados e ao Distrito Federal, compete o enfoque nos ensinos fundamental e médio, enquanto aos Municípios compete a prioridade à educação infantil e ao ensino fundamental.

A regulação de atividades de ensino superior é da competência concorrente da União e dos Estados, sendo assegurada às universidades, nos termos da Constituição Federal, a autonomia didático-científica e administrativa.

Nesse sentido, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, delegou à União várias tarefas, entre elas: (i) a coordenação da política nacional de educação; (ii) a elaboração do Plano Nacional de Educação; (iii) a prestação de assistência financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios; e (iv) o estabelecimento, em colaboração com os outros entes federativos, das competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Deve, porém, a União normatizar o ensino superior, por estabelecer normas gerais para a graduação e pós-graduação, bem como efetuar atividades referentes à supervisão e à avaliação de atos autorizativos.

Além disso, a União, por meio da Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001, estabeleceu o Plano Nacional de Educação, com duração de dez anos, contados da publicação da lei. O Plano Nacional de Educação definiu os objetivos que deveriam ser perseguidos pelo sistema federal de Ensino Superior. A principal meta estabelecida foi oferecer educação superior para, pelo menos, 30% da população entre a faixa etária de 18 a 24 anos. Em 2009, de acordo com o INEP, o número não atingiu 14%. Assim, foi aprovado no Congresso Nacional um novo plano para o período de 2014 - 2024.

Adicionalmente, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios elaboraram, com base no Plano Nacional de Educação, seus planos decenais correspondentes, estabelecendo políticas, diretrizes e objetivos aplicáveis à parcela do sistema educacional brasileiro sob sua competência.

Tendo em vista que o setor de educação superior no Brasil está sujeito à extensa regulamentação governamental (vide abaixo os órgãos regulatórios, consultivos, comissões e institutos), que tem por objetivo assegurar a qualidade dos projetos pedagógicos, da infraestrutura das instituições de ensino e do corpo docente, inclusive mediante controle para a abertura de novas unidades e novos cursos.

Ao longo de sua história, a Companhia acredita ter adquirido conhecimento e experiência necessários sobre a legislação e o processo regulatório brasileiro, que permite reduzir significativamente o prazo médio para obtenção de autorizações para novas unidades e cursos que considerar abrir.

A responsabilidade da União de regulamentar, monitorar e avaliar instituições de ensino superior e cursos de graduação é exercida pelo MEC, pelo Conselho Nacional de Educação ("CNE"), pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ("INEP") e pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior ("CONAES"). Tais órgãos reguladores são responsáveis pela autorização, regulação e fiscalização de cumprimento da legislação por parte das instituições de ensino no Brasil. A seguir, são apresentados os órgãos do sistema federal de ensino e as atribuições e competências de cada um.

MEC - Ministério da Educação

O MEC é órgão da administração federal direta de autoridade máxima no âmbito da política nacional de educação, da educação em geral (compreendendo a educação infantil, o ensino fundamental, ensino médio, educação superior, educação de jovens e adultos, educação profissional e tecnológica, educação especial e educação a distância), da avaliação, informação e pesquisas educacionais, da pesquisa e extensão universitárias, dentre outros. Suas competências no sistema de educação brasileiro consistem, entre outras prerrogativas, nas seguintes:

- (i) homologar as decisões do CNE a respeito do credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior;
- (ii) homologar os instrumentos de avaliação elaborados pelo INEP, os pareceres da CONAES e os pareceres e propostas de atos normativos do CNE;
- (iii) expedir normas e instruções para o cumprimento de leis, bem como decretos e regulamentos que preveem questões educacionais; e
- (iv) exercer as funções de regulação e supervisão da educação superior por intermédio de suas secretarias.

CNE - Conselho Nacional de Educação

O CNE é um órgão assessor consultivo e deliberativo vinculado ao MEC e é composto pela Câmara de Educação Básica ("CEB") e pela Câmara de Educação Superior ("CES"), cada qual é composta por doze membros indicados pelo Ministro da Educação e nomeados pelo Presidente da República. O CNE tem competência para, entre outras, realizar as seguintes atividades:

- (i) expedir atos normativos para implementar as diretrizes do MEC, bem como oferecer aconselhamento e suporte ao MEC em suas atividades e decisões;
- (ii) deliberar a respeito dos pedidos de credenciamento e credenciamento de instituições de ensino superior e aquelas que oferecem ensino a distância, com base no parecer da secretaria competente;
- (iii) recomendar medidas a suas secretarias, inclusive a assinatura de termos de compromisso por universidades, centros universitários e faculdades que não cumprirem os padrões de qualidade para credenciamento e credenciamento;
- (iv) aprovar os instrumentos de avaliação para credenciamento de instituições elaborados pelo INEP; e
- (v) impor penalidades, tais como suspensão temporária de abertura de novos processos seletivos de cursos de graduação, suspensão temporária de credenciamento de instituições de ensino superior, cassação da autorização de funcionamento de instituições de ensino superior e/ou do reconhecimento do curso por elas oferecido.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

O INEP é uma autarquia federal ligada ao MEC, cujo presidente é indicado pelo Ministro da Educação e nomeado pelo Presidente da República. O INEP tem como responsabilidades, entre outras:

- (i) realizar visitas a instituições de ensino superior para avaliações *in loco* no processo de credenciamento e credenciamento de instituições de educação superior e nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais;
- (ii) realizar as diligências necessárias à verificação das condições de funcionamento das instituições e cursos, como subsídio para elaboração de parecer da secretaria competente;
- (iii) conduzir pesquisa e análise de dados relacionados à educação no Brasil;
- (iv) realizar a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes; e
- (v) elaborar os instrumentos de avaliação conforme as diretrizes da CONAES.

CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior

A CONAES é um órgão colegiado de coordenação e supervisão do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior ("SINAES") vinculado ao MEC, composto por 13 membros, sendo um representante do INEP, um representante da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, ou CAPES, três representantes do MEC, um representante do corpo discente das instituições de ensino superior e um representante do corpo docente de instituições de ensino superior, um representante do corpo técnico administrativo das instituições de ensino superior, e cinco membros indicados pelo Ministro da Educação escolhidos entre cidadãos com notório saber científico, filosófico e artístico, e reconhecida competência em avaliação ou gestão de educação superior. Entre outras atividades, a CONAES tem como atribuições principais:

- (i) coordenar e monitorar o SINAES;
- (ii) estabelecer as diretrizes a serem seguidas pelo INEP na elaboração de instrumentos de avaliação de cursos de graduação e instituições de ensino;
- (iii) aprovar os instrumentos de avaliação e submetê-los à homologação pelo Ministro da Educação; e
- (iv) submeter a relação dos cursos a serem avaliados pelo Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes- ENADE, à aprovação do Ministro da Educação.

Organização de Instituições de Ensino Superior

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ("LDB"), Lei Federal nº 9.394/96, a educação superior pode ser oferecida por instituições de ensino superior públicas ou privadas. Uma instituição de ensino superior privada deve ser controlada, administrada e mantida por uma pessoa física ou jurídica, denominada entidade mantenedora, responsável pela obtenção de recursos para atender às necessidades de suas entidades mantidas.

A entidade mantenedora, como pessoa jurídica, é legalmente responsável por todas as suas entidades mantidas.

As instituições de ensino superior privadas podem ser:

- (i) particulares em sentido estrito: instituições de ensino superior privadas com fins lucrativos criadas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas privadas;
- (ii) comunitárias: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e alunos que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade;

- (iii) confessionais: instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideológica específicas e que incluam na sua entidade mantenedora representantes da comunidade; ou
- (iv) filantrópicas, na forma da lei.

Desde 2004, mediante adesão ao PROUNI, as instituições de ensino superior com fins lucrativos passaram a gozar também de tratamento fiscal privilegiado. Veja "*Programas de Incentivo - Programa Universidade para Todos - PROUNI*".

De acordo com suas prerrogativas organizacionais e acadêmicas, as instituições de ensino superior podem ser:

- (i) Faculdades: são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem cursos superiores em uma ou mais áreas de conhecimento, são mantidas por uma única entidade mantenedora e têm administração e direção específicas. As faculdades podem oferecer cursos em diversos níveis, a saber: cursos de graduação tradicional, graduação tecnológica, pós-graduação *lato sensu* (especialização) e *stricto sensu* (mestrado e doutorado). As faculdades não podem estabelecer novas unidades ou criar cursos e novas vagas sem autorização prévia do MEC;
- (ii) Centros Universitários: são instituições de ensino públicas ou privadas que oferecem vários cursos de ensino superior, programas de extensão universitária e pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e devem oferecer oportunidades de ensino e qualificação para seus professores e condições de trabalho para a comunidade acadêmica. Pelo menos 1/3 do corpo docente de um centro universitário deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, pelo menos 1/5 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em período integral. Os centros universitários têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Os centros universitários não podem criar unidades fora do município onde se localiza sua sede; ou
- (iii) Universidades: são instituições de educação superior, públicas ou privadas, que oferecem vários cursos superiores, atividades de extensão e desenvolvimento de pesquisa institucional. Da mesma forma que os centros universitários, pelo menos 1/3 do corpo docente de uma universidade deve ser composto por mestres e doutores. Além disso, como requisito adicional àqueles exigidos dos centros universitários, pelo menos 1/3 de seu corpo docente deve ser composto de professores que trabalham em regime de tempo integral. As universidades têm autonomia para criar, organizar e extinguir cursos e programas de ensino superior, assim como remanejar ou ampliar vagas nos seus cursos existentes no município onde se localiza sua sede, sem autorização prévia do MEC. Adicionalmente, somente as universidades possuem a prerrogativa de, mediante autorização prévia do MEC, solicitar o credenciamento de novas unidades e cursos fora do município onde se localiza sua sede, desde que dentro do mesmo estado.

A legislação prevê autonomia didática, científica e administrativa a universidades, centros universitários e faculdades em diferentes graus de forma que outras pessoas e instituições externas não interfiram em sua administração e nem em suas atividades científicas, culturais, didáticas e curriculares, desde que sejam seguidas as diretrizes curriculares educacionais brasileiras.

A LDB estabelece que os seguintes poderes, sem prejuízo de outros, sejam garantidos às universidades e aos centros universitários no exercício de sua autonomia:

- (i) criar, organizar e extinguir cursos de ensino superior em suas dependências, sujeito à regulamentação aplicável;
- (ii) estabelecer as grades curriculares para seus cursos e programas, sujeito às diretrizes gerais aplicáveis;
- (iii) estabelecer planos, cursos e projetos relativos à pesquisa científica, produção artística e atividades extracurriculares;
- (iv) estabelecer o número de vagas disponíveis;
- (v) elaborar e alterar seu estatuto social de acordo com as normas gerais aplicáveis; e
- (vi) conceder graus, diplomas e outros títulos.

Credenciamento de Instituições de Ensino Superior e Autorização e Reconhecimento de Curso

O primeiro credenciamento de uma instituição de ensino superior é necessariamente como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário somente é concedido após a instituição ter operado como faculdade e ter atendido a padrões de qualidade satisfatórios, dentre eles avaliação positiva pelo SINAES, bem como atender às exigências legais aplicáveis a cada tipo de instituição de ensino superior, tais como titulação mínima e regime de trabalho do corpo docente.

As IES suportadas pelo tripé formado por três políticas: a de ENSINO, de PESQUISA e de EXTENSÃO tem seu funcionamento definido pela LDB que estabelece que o ensino superior, deverá englobar os seguintes cursos:

- (i) Cursos de graduação, incluindo graduação tradicional e tecnológica, que oferecem treinamento específico e concessão de diplomas aos alunos, abertos aos candidatos que concluíram o ensino médio ou equivalente e que tenham sido aprovados no processo seletivo ou vestibular;
- (ii) Cursos de pós-graduação, incluindo mestrado e doutorado, cursos de especialização, cursos de aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos que possuam diploma de um curso de graduação e que atendam às exigências previstas pelas instituições de ensino; e

(iii) Cursos de extensão, entendida como toda atividade acadêmica, técnica ou cultural que não está inclusa como parte integrante e obrigatória do currículo de graduação e pós-graduação, cujos alunos recebem certificados. Tais cursos são abertos a candidatos que atendam às exigências estabelecidas, em cada caso, pelas instituições de ensino.

No tocante a Política de Extensão, ela também é desenvolvida através de programas que visam transferir para a sociedade conhecimentos e benefícios desenvolvidos intra-muros. Para isto a extensão se desenvolve através de tais programas (permanentes ou não) dentre os quais merece grande destaque o Programa de Responsabilidade Social.

Com relação à Política de Pesquisa, ela se desenvolve de maneira específica em cada uma das unidades, desde o desenvolvimento de Programas de Iniciação Científica que possuem como objetivo maior iniciar o aluno na vida científica, até o desenvolvimento e implementação de linhas de pesquisa com grande *know-how* e reconhecimento da comunidade científica nacional e internacional.

Mesmo depois do credenciamento, por serem instituições de ensino superior, as faculdades dependem da autorização do MEC para oferecer cursos superiores de graduação. O pedido de autorização enviado pelas faculdades deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico do curso, informar número de vagas, lista de professores, períodos, cursos e outros detalhes acadêmicos apropriados.

Dentro de sua autonomia, as universidades e os centros universitários não dependem de autorização do MEC para criar cursos na cidade em que se localiza sua sede. Somente devem informar o MEC a respeito dos cursos que oferecem para fins de registro, avaliação e reconhecimento posterior. Já as faculdades, apesar de terem autonomia administrativa, não gozam de autonomia acadêmica e, portanto, dependem de autorização do MEC para criar programas e cursos superiores de graduação.

Adicionalmente, e dentro de sua autonomia, as universidades também podem requerer o credenciamento e a autorização e/ou reconhecimento de cursos fora do município onde se localiza sua sede (em campus fora de sede). As unidades e os cursos não localizados na cidade da sede da universidade podem ter autonomia para lançamentos de novos cursos, desde que dentro do seu estado de origem e autorizados pelo MEC para operação como campus fora de sede. Centros Universitários também podem requerer operação como campus fora de sede em seu estado, desde que também com autorização prévia do MEC, porém com limite de abertura para até 5 cursos.

O pedido de credenciamento de uma instituição de Ensino Superior deverá ser instruído com diversos documentos da sua entidade mantenedora e, também, da instituição de educação que requer o credenciamento, a saber:

A) Da entidade mantenedora: (i) atos constitutivos, devidamente registrados no órgão competente, que atestem sua existência e capacidade jurídica, na forma da legislação civil; (ii) comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Economia - CNPJ; (iii) certidões de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal; (iv) certidões de regularidade fiscal e relativas à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS; (v) demonstração de patrimônio para manter a instituição; (vi) demonstrações financeiras; (vii) termo de responsabilidade, assinado pelo representante legal da mantenedora, que ateste a veracidade e a regularidade das informações prestadas e da capacidade financeira da entidade mantenedora; e

B) Da instituição de educação superior: (i) comprovante de recolhimento da taxa de avaliação *in loco*; (ii) plano de desenvolvimento educacional; (iii) regimento; (iv) identificação dos integrantes do corpo dirigente, destacando a experiência acadêmica e administrativa de cada um; (v) comprovante de disponibilidade e regularidade do imóvel; (vi) plano de garantia de acessibilidade, em conformidade com a legislação, acompanhado de laudo técnico emitido por profissional ou órgão público competentes; e (vii) atendimento às exigências legais de segurança predial, inclusive plano de fuga em caso de incêndio, atestado por meio de laudo específico emitido por órgão público competente.

No âmbito do processo de credenciamento de nova IES e de autorizações de cursos vinculadas, o MEC poderá expedir ato autorizativo em caráter provisório, nos termos do art. 24 do Decreto nº 9.235, de 2017, desde que a mantenedora atenda cumulativamente aos seguintes requisitos:

A) Possua todas as suas mantidas já recredenciadas com Conceito Institucional CI maior ou igual a 4 (quatro), obtido nos últimos 5 (cinco) anos;

B) Não tenha sido penalizada com qualquer de suas mantidas, em decorrência de processo administrativo de supervisão nos últimos 2 (dois) anos, a contar da publicação do ato que penalizou a IES ou a mantenedora;

C) Não possua restrições junto aos programas federais vinculados ao MEC; e

D) Já mantenha a oferta dos cursos pleiteados em pelo menos uma de suas mantidas, e que eles sejam reconhecidos com Conceito de Curso CC maior ou igual a 4 (quatro), obtido nos últimos 5 (cinco) anos.

Uma vez obtida a autorização para um determinado curso, se necessário, as instituições de ensino superior, inclusive os centros universitários e universidades, também devem requerer seu reconhecimento como condição para validação nacional do diploma. O pedido de reconhecimento de um curso deve ser feito após a integralização pela primeira turma

do equivalente a 50% da carga horária total do curso, e deve incluir documentos relativos ao projeto pedagógico, número de alunos, lista de professores, períodos e outros detalhes acadêmicos aplicáveis.

Convém ressaltar que, a autorização e reconhecimento de cursos de graduação em direito, medicina, odontologia e psicologia, sejam por faculdades, universidades ou centros universitários, está sujeita à opinião das entidades de classe das referidas profissões.

A autorização e o reconhecimento dos cursos e o credenciamento das instituições de ensino superior permanecem válidos até o ciclo avaliativo seguinte e devem ser renovados periodicamente, de acordo com as determinações do MEC, após processo de avaliação regular.

De acordo com a Resolução CES/CNE nº 1, de 8 de junho de 2007, as instituições de ensino superior já credenciadas perante o MEC não necessitam de credenciamento específico para oferecer cursos de pós-graduação *lato sensu*, mas são periodicamente avaliadas pela CAPES, conforme o subitem "Avaliação de Cursos de Pós-graduação" abaixo. Igualmente, cumpre mencionar que os cursos de pós-graduação *lato sensu* devem ser cadastrados junto ao INEP no prazo de 60 (sessenta) dias da sua criação sob pena de descredenciamento da instituição de ensino superior que o criou, nos termos da Portaria nº 328, de 1 de fevereiro de 2005, do Ministério da Educação.

As instituições de ensino superior da Companhia são credenciadas junto ao MEC e são envidados os melhores esforços para manter todos os credenciamentos e credenciamentos das Instituições de Ensino Superior, bem como o conhecimento e reconhecimento dos cursos, de forma a tomar as medidas necessárias para que estes permaneçam válidos.

Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior - SINAES

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004 instituiu o SINAES, que tem por objetivo avaliar as instituições de ensino superior, os cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica e o desempenho acadêmico dos alunos. Os esforços de monitoramento e coordenação do SINAES são realizados pela CONAES. Os resultados da avaliação de instituições de ensino superior e seus cursos são colocados à disposição do público pelo MEC. O principal objetivo desse sistema de avaliação é melhorar a qualidade do ensino superior no Brasil. Os resultados dessas avaliações são representados em uma escala de 5 níveis e serão considerados nos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e de credenciamento e credenciamento de instituições:

- (i) os níveis 4 e 5 expressam condições acima das satisfatórias;
- (ii) o nível 3 expressa condições satisfatórias; e
- (iii) os níveis 1 e 2 expressam condições insatisfatórias.

Em caso de resultado insatisfatório e após avaliação *in loco* confirmando a nota atribuída, será celebrado um protocolo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o MEC, contendo, entre outras disposições: (a) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (b) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (c) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no termo de compromisso pode resultar em uma ou mais penalidades aplicadas pelo MEC, a saber: (i) suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação; (ii) cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos; e (iii) advertência, suspensão ou cassação do mandato dos coordenadores acadêmicos, no caso de instituições de ensino superior públicas.

Avaliação do INEP de Instituições de Ensino Superior

De acordo com a Portaria nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, as avaliações externas de instituições de Ensino Superior são realizadas pelo INEP em duas situações, quando uma instituição solicita seu primeiro credenciamento e ao fim de cada ciclo avaliativo do SINAES, em processo de credenciamento ou sua renovação.

As instituições de ensino superior são avaliadas com base em cinco eixos: (i) Planejamento e Avaliação Institucional; (ii) Desenvolvimento Institucional; (iii) Políticas Acadêmicas; (iv) Políticas de Gestão; e (v) Infraestrutura.

Avaliação de Cursos de Graduação Tradicional e Graduação Tecnológica

A avaliação de cursos de graduação é feita por ocasião da solicitação de autorização, para instituições não universitárias e, para as demais instituições de ensino superior, nos processos de reconhecimento de cursos e suas renovações, quando houver conceito insatisfatório.

De acordo com a Portaria nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, que aprova em extratos os indicadores dos instrumentos dos cursos, essa avaliação consiste na análise da metodologia acadêmica, do corpo docente, e da infraestrutura da instituição.

A instituição e seus respectivos cursos recebem *in loco*, as avaliações do INEP. Quando a avaliação é satisfatória, atendendo aos critérios específicos do padrão decisório, o processo segue o trâmite regular no MEC, até a publicação da portaria que autoriza o respectivo ato. Caso a avaliação seja insatisfatória, será celebrado um protocolo de compromisso entre a instituição de ensino superior e o MEC, contendo, entre outras disposições: (i) o diagnóstico das condições insatisfatórias; (ii) as providências a serem tomadas para corrigir as condições insatisfatórias; e (iii) os prazos e metas para recuperação.

O não cumprimento, total ou parcial, das condições previstas no protocolo de compromisso pode resultar em uma ou mais penalidades aplicadas pelo MEC, a saber: desativação de cursos e habilitações (ii) intervenção; (iii) suspensão temporária de prerrogativas da autonomia; e (iv) descredenciamento da instituição.

Avaliação de Cursos de Pós-Graduação

A avaliação de cursos de pós-graduação, mestrado e doutorado é feita pela CAPES, desde 1976, e aprovada pelo CNE. Os cursos são avaliados quadrienalmente de acordo com os padrões exigidos estabelecidos para cada curso específico. A CAPES, então, atualiza sua avaliação dos cursos de pós-graduação a cada três anos, período de validade de uma autorização.

Avaliação do Desempenho Acadêmico do Aluno

A avaliação do desempenho acadêmico do aluno é conduzida pelo INEP, que exige que o estudante concluinte habilitado se submeta ao ENADE.

O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE tem por objetivo aferir o desempenho dos estudantes de cursos de graduação em relação às habilidades e às competências adquiridas em sua formação, a partir dos conteúdos previstos nas respectivas Diretrizes Curriculares Nacionais, do Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e de normas associadas, bem como da legislação de regulamentação do exercício profissional vigente.

Cada prova do ENADE é desenvolvida de acordo com o teor e o currículo específicos de cada programa educacional. Os alunos matriculados em cursos superiores de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) fazem o ENADE a cada três anos. Neste sistema, os alunos são avaliados ao final do último ano de cada curso do ciclo correspondente. O primeiro ENADE ocorreu em 2004 e possui um ciclo avaliativo trienal, considerando a seguinte referência, conforme a Portaria Normativa nº 19/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 15 de dezembro de 2017: I - Ano I: a) Bacharelados nas áreas de Saúde, Ciências Agrárias e áreas afins; b) Bacharelados nas áreas de Engenharia; c) Bacharelados na área de Arquitetura e Urbanismo; d) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Ambiente e Saúde, Produção Alimentícia, Recursos Naturais, Militar e Segurança; II - Ano II: a) Bacharelados nas áreas de Computação e áreas afins; b) Áreas de avaliação com habilitação em Bacharelado e Licenciatura; c) Áreas de avaliação com habilitação em Licenciatura; d) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Controle e Processos Industriais, Informação e Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial; III - Ano III: a) Bacharelados nas áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas e áreas afins; e b) Cursos Superiores de Tecnologia nas áreas de Gestão e Negócios, Apoio Escolar, Hospitalidade e Lazer, Produção Cultural e Design.

Antes do ENADE, havia um exame semelhante chamado Exame Nacional de Cursos, ou Provão, o qual foi aplicado a alunos matriculados apenas na última série de cada curso superior e foi realizado no período de 1996 a 2003.

A partir do ENADE vários indicadores que medem o desempenho dos alunos e das instituições de ensino superior são gerados, sendo os principais: o Índice Geral de Cursos (IGC) e o Conceito Preliminar de Curso (CPC).

- (i) Exame Nacional da Formação Médica (ENAMED): por meio da Portaria MEC nº 330, de 23 de abril de 2025 foi instituído o ENAMED, com objetivo de avaliar anualmente a qualidade da formação médica no Brasil, monitorar a progressão dos cursos de medicina, identificar pontos fortes e fracos dos cursos e aprimorar a seleção para a residência médica. Os participantes do Enamed poderão utilizar os resultados no âmbito do Exame Nacional de Residência - Enare, de que trata a Portaria MEC nº 329, de 23 de abril de 2025, mediante inscrição no processo seletivo e respectivo pagamento da taxa, conforme editais a serem divulgados pelo Inep e pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.

Os indicadores são gerados a partir de cálculos que comparam o desempenho dos alunos e das instituições de ensino superior com os padrões nacionais. Em resumo, a Companhia tem como os principais indicadores e conceitos aferidos e divulgados pelo MEC:

- (ii) Conceito Preliminar de Curso (CPC): é composto a partir dos resultados do ENADE e por fatores que consideram a titulação dos professores, o percentual de docentes que cumprem regime parcial ou integral (não horistas), recursos didático-pedagógicos, infraestrutura e instalações físicas. O conceito, que vai de 1 a 5 (sendo 5 o valor máximo), é um indicador preliminar da situação dos cursos de graduação no país;
- (iii) Conceito de Curso (CC): é composto a partir da avaliação *in loco* do curso pelo MEC, pode confirmar ou modificar o CPC. Considera as três dimensões relativas à organização didático pedagógica, ao perfil do corpo docente e às instalações físicas. A necessidade de avaliação *in loco* para a renovação do reconhecimento dos cursos é determinada pelo CPC: cursos que obtiverem CPC 1 e 2 serão automaticamente incluídos no cronograma de avaliação *in loco*. Cursos com conceito igual ou maior que 3 podem ou não receber a visita dos avaliadores. Em relação às IES, os indicadores informados são o IGC (Índice Geral de Cursos da instituição) e o Conceito Institucional;
- (iv) IGC: sintetiza em um único indicador a qualidade de todos os cursos de graduação e pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) de cada

universidade, centro universitário ou faculdade do país. No que se refere à graduação, é utilizado o CPC dos cursos, e, no que se refere à pós-graduação, é utilizada a Nota Capes, que expressa os resultados da Avaliação dos Programas de Pós-graduação, realizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O IGC vai de 1 a 5 (sendo 5 o valor máximo). O indicador pode ser confirmado ou alterado pelo Conceito Institucional (CI); e

- (v) Conceito Institucional (CI): composto a partir da avaliação in loco da instituição de ensino superior pelo MEC, que considera as dez dimensões avaliativas definidas por meio da Lei nº 10.861/2004.

Qualidade dos Serviços Educacionais de Ensino Superior

A qualidade dos serviços educacionais de ensino superior é medida por indicadores determinados pelo MEC. Para tanto, o MEC avalia regularmente as instituições e os cursos de ensino superior em nível de graduação, tanto na modalidade presencial, quanto na modalidade à distância. Deste modo, a avaliação passa a ser o referencial básico da regulação e da supervisão do ensino superior em nível de graduação. Com relação ao ensino superior de pós-graduação stricto sensu, a avaliação do MEC dos respectivos programas compreende um processo de acompanhamento anual e avaliação trienal do desempenho de todos os programas e cursos que integram o Sistema Nacional de Pós-Graduação ("SNPG"). Os resultados desse processo, expressos pela atribuição de uma nota na escala de "1" a "7", onde a nota mínima satisfatória é "3", fundamentam a decisão do CNE/MEC quanto aos cursos aos quais serão conferidos a renovação do "reconhecimento" pelo MEC, a vigorar no triênio subsequente.

Transferência de Controle de Entidades Mantenedoras

De acordo com o Decreto nº 9.235/2017, publicado no Diário oficial da União no dia 18 de dezembro de 2017, e com a Portaria Normativa nº 23/2017, publicada no Diário Oficial no dia 22 de dezembro de 2017, entende-se por transferência de manutenção a alteração de mantenedora da IES, com mudança de CNPJ, bem como a alteração de controle societário ou do negócio jurídico que altera o poder decisório sobre a mantenedora. É um aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento da Instituição, que independe de ato prévio do MEC, devendo ser informada à SERES para fins de atualização cadastral, observada a legislação aplicável. A transferência de manutenção será comunicada ao MEC, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de assinatura do instrumento jurídico que formaliza a transferência, e conterá os instrumentos jurídicos que formalizam a transferência de manutenção, devidamente averbados pelos órgãos competentes, e o termo de responsabilidade assinado pelos representantes legais das mantenedoras adquirente e cedente. A LDB estabelece também que quaisquer alterações estatutárias na entidade mantenedora, devidamente averbadas pelos órgãos competentes, deverão ser comunicadas ao MEC.

Com relação à transferência de cursos ou programas oferecidos por instituição de educação superior, nos termos da legislação vigente, são vedadas, uma vez que caracterizarão irregularidade administrativa: (i) a transferência de cursos entre IES; (ii) a divisão de mantidas; (iii) a unificação de mantidas de mantenedoras distintas; (iv) a divisão de cursos de uma mesma mantida; e (v) a transferência de manutenção de IES que esteja em processo de descredenciamento voluntário ou decorrente de procedimento sancionador, ou em relação a qual seja constatada a ausência de oferta efetiva de aulas por período superior a 24 (vinte e quatro) meses.

Programa Universidade para Todos - PROUNI

O PROUNI é um programa de benefícios fiscais criado pela Medida Provisória nº 213, de 10 de setembro de 2004, posteriormente transformada na Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, conforme alterada, que dispõe sobre a isenção de determinados impostos federais a instituições de ensino superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

As instituições de ensino superior privadas podem aderir ao PROUNI por meio da assinatura de um termo de adesão válido por dez anos e renovável pelo mesmo período. Esse termo de adesão deve prever o número de bolsas de estudo a serem oferecidas em cada curso, unidade e turma, e um percentual de bolsas de estudo para cursos de ensino superior a serem concedidas a indígenas e afro-brasileiros. Para aderir ao PROUNI, uma instituição de ensino deve:

- (a) estar em dia com suas obrigações fiscais; e
- (b) cumprir os seguintes requisitos: (i) oferecer no mínimo uma bolsa de estudo integral para cada 10,7 alunos regularmente pagantes devidamente matriculados no final do ano letivo anterior, excluindo bolsas de estudo integrais concedidas pelo PROUNI ou pela instituição; ou (ii) oferecer uma bolsa de estudo integral para cada 22 alunos regularmente pagantes em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica, desde que ela também ofereça 50% ou 25% de bolsas de estudo no valor total equivalente a 8,5% da receita anual de alunos pagantes regulares matriculados em um determinado ano letivo em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

A relação entre o número de bolsas de estudo e os alunos regularmente pagantes deve ser observada anualmente. Se essa relação não for observada durante um determinado ano letivo devido à saída de alunos, a instituição deve ajustar o número de bolsas de estudo de maneira proporcional para o ano letivo seguinte.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 456, de 5 de outubro de 2004, que regulamenta atualmente as referidas isenções, uma instituição de ensino superior privada que aderiu ao PROUNI fica isenta, total ou parcialmente, dos seguintes impostos, durante o período em que o termo de adesão estiver em vigor:

- (i)** IRPJ e CSLL, com relação à parcela do lucro líquido proporcional às receitas provenientes de cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica; e
- (ii)** Cofins e PIS, referentes às receitas provenientes dos cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

Se uma instituição de ensino superior solicitar sua exclusão do PROUNI, as isenções fiscais serão suspensas a partir da data da solicitação e deixarão de ser aplicáveis por todo o período da base de cálculo.

Em 9 de dezembro de 2013, a Receita Federal do Brasil (“RFB”) publicou a Instrução Normativa RFB nº 1.417 (“IN. 1.417”), de 6 de dezembro de 2013 e dispõe sobre a isenção do imposto sobre a renda e de contribuições aplicáveis às instituições que aderirem ao PROUNI.

A IN. 1.394 introduziu novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial à forma de cálculo de referido benefício. Segundo a redação original da IN. 1.394, além de a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI ser calculada com base na Proporção da Ocupação Efetiva das Bolsas (“POEB”) ¹, a isenção relativa ao IRPJ seria calculada sem o adicional de 10%.

Entretanto, com alteração do art. 7º, II, trazida pela IN. 1.417, o cálculo da isenção passa a incluir também o adicional de 10% do IRPJ, além da alíquota da CSLL. O valor apurado conforme o art. 7º, II da IN. 1.417 constitui o valor da isenção do IRPJ e da CSLL, respectivamente, que poderá ser deduzido do IRPJ e da CSLL devidos em relação à totalidade das atividades da Companhia. Nesse sentido, o impacto da IN. 1394, conforme alterada, na isenção atribuída à Companhia consiste na forma de cálculo da isenção que leva em consideração a POEB.

Com a edição da IN 1.417, a isenção do IRPJ/CSLL sobre o lucro da exploração da Companhia proporcional à POEB incluirá também o adicional do IRPJ.

Segundo a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que em tese passa a produzir efeitos a partir de 1 de janeiro de 2014, a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino

¹ Entende-se por “Proporção da Ocupação Efetiva das Bolsas Devidas”, a razão entre o número de bolsas devidas pela instituição *versus* bolsas efetivamente preenchidas.

superior signatárias do PROUNI deverá ser calculada com base na POEB. De modo a obter a POEB, dispõe a Instrução Normativa SRF nº 1.394, que deverá ser realizado um cálculo que correspondente à razão entre o (i) valor total das bolsas efetivamente preenchidas², e (ii) o valor total das bolsas devidas³, na forma do seguinte procedimento:

- (i)** valor total das bolsas integrais ou parciais preenchidas - apura-se o somatório dos valores, das bolsas integrais, parciais de 50% ou parciais de 25% no âmbito do PROUNI excluídas as bolsas da própria instituição, observados os descontos concedidos, cujos estudantes bolsistas encontram-se regularmente matriculados nos cursos no período de apuração dos tributos;
- (ii)** valor total das bolsas integrais ou parciais devidas - apura-se o somatório dos valores, da totalidade de bolsas de estudos integrais, parciais de 50% ou parciais de 25% devidas no âmbito do PROUNI, excluídas as bolsas da própria instituição, observados os descontos concedidos; e
- (iii)** $POEB = (i) / (ii)$

Ademais, a Instrução Normativa SRF nº 1.394, ao dispor acerca do cálculo do valor da isenção fiscal do IRPJ e da CSLL (POEB, multiplicado pelo lucro da exploração das atividades de ensino superior provenientes de cursos de graduação ou cursos sequenciais de formação específica e pela alíquota do IRPJ - 15% e da CSLL - 9%) desconsiderou a aplicação da alíquota adicional do IRPJ (10%) o que não constava na regulamentação anterior.

Neste contexto, considerando que a regulamentação da Instrução Normativa SRF nº 456 não prevê a realização de cálculos limitadores do valor da isenção fiscal, e tendo em vista que as regras instituídas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 acabam por criar um potencial limitador ao montante da isenção fiscal que poderá ser usufruído pela Companhia, a aplicação das disposições introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 resultará em uma redução do valor da isenção fiscal obtida e, por consequência, seus resultados poderão ser afetados.

Não obstante, a Companhia salienta que a legalidade das disposições introduzidas pela Instrução Normativa SRF nº 1.394 é passível de questionamentos, tendo em vista que, no ordenamento jurídico brasileiro, uma instrução normativa da Receita Federal, como regra geral, não pode reduzir ou limitar um benefício fiscal previsto em lei, como no presente caso.

² Entende-se por "bolsas efetivamente preenchidas" o número de bolsas de estudo devidas pela instituição de ensino que foram preenchidas, ou seja, que contam com alunos matriculados de acordo com as regras do PROUNI.

³ Entende-se por "bolsas devidas" o número de bolsas de estudo oferecidas pelas instituições aderentes ao programa de acordo com o termo de adesão ao PROUNI apresentado por cada instituição, ou seja, o número de bolsas de estudo oferecidas pela instituição aderente vinculadas ao PROUNI.

Em 25 de maio de 2022 foi sancionada pelo presidente da república a Lei 14.350, baseada na Medida Provisória 1075/2021 que prorrogou o PROUNI por mais dez anos, dentre outras medidas que visaram ampliar o acesso ao programa, em especial para cidadãos com deficiência.

Por fim, em relação ao PROUNI, a Companhia é uma instituição credenciada e, portanto, vale-se dos benefícios concedidos.

Programa de Financiamento Estudantil - FIES

O Programa de Financiamento Estudantil, ou FIES, criado pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, conforme alterada, é um programa do MEC para financiar alunos que não podem arcar com o custo total de sua educação. Para receber os benefícios do FIES, os alunos devem estar regularmente matriculados em uma instituição de ensino superior privada registrada no FIES que tenha avaliação positiva do MEC. Segundo o FIES, cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) a função de agente operador do Programa.

Atualmente, os empréstimos do FIES são concedidos na seguinte ordem de prioridade:

- 1º - Alunos que recebem bolsa de estudo de 50% do PROUNI;
- 2º - Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em cursos considerados prioritários pelo FIES (licenciatura em química, física, matemática e biologia, bem como cursos de engenharia, geologia e outros cursos incluídos no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos);
- 3º - Alunos que recebem bolsas complementares e estão matriculados em outros cursos;
- 4º - Alunos matriculados em instituições de educação superior que aderiram ao PROUNI;
- e
- 5º - Outros alunos inscritos em instituições de educação superior que não aderiram ao PROUNI.

Durante o curso de graduação, o aluno deve pagar à instituição de ensino a parcela da mensalidade não coberta pelo FIES, devendo também pagar, trimestralmente, juros de 3,4% ao ano, incidente sobre o financiamento, que não poderá exceder o montante de R\$50,00 a cada três meses. O pagamento do principal deverá ser feito após um ano e meio da conclusão do curso. Além disso, passou a ser permitido ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

Movimentos Recentes no FIES

A partir de abril de 2015, o Governo Federal emitiu novas portarias normativas e comunicados que estabeleceram limites para o total de novos contratos do FIES a serem oferecidos aos alunos, bem como critérios para alocação dessas vagas. Esses critérios vieram a dar prioridade a alocação de novos contratos para instituições de ensino que

oferecem cursos com notas 4 e 5 (conceito de curso), prioridade para as regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste, e aos cursos nas áreas de licenciatura, saúde e engenharias. As novas regras também estabeleceram critérios de renda para os alunos, onde alunos com renda familiar de até 2,5 salários-mínimos permaneciam com financiamento integral e acima dessas faixas de renda passaram a ter financiamento parcial de suas mensalidades, bem como como elevou a taxa de juros dos novos contratos de 3,4% ao ano para 6,5% ao ano. Como resultado, o número de novos contratos de financiamento do FIES assinados para o setor de ensino superior como um todo caiu 732 mil contratos em 2014 para 287 mil novos contratos em 2015.

Em 3 de fevereiro de 2016, a Companhia assinou um acordo com o Governo prevendo que as mensalidades de FIES referentes às competências não pagas de 2015, sejam quitadas nos próximos 3 anos, sendo 25% do saldo até junho de 2016, 25% até junho de 2017, e os 50% remanescentes até junho de 2018. O acordo estabelece ainda que os saldos a receber sejam corrigidos pela inflação (IPCA).

No início de 2018, o Governo Federal lançou o novo modelo de financiamento estudantil, denominado "Novo FIES" que passou a vigorar para todos os novos contratos assinados a partir de 2018.1. As maiores mudanças nas normas do FIES estão na criação de 3 novas modalidades de contratação do programa que são:

- FIES 1 – Renda per capita de até 3 salários-mínimos e juros zero. Fundo garantidor com recursos da União. Uma das principais mudanças do Novo Fies, nessa modalidade, é o compartilhamento com as universidades privadas do risco do financiamento, que no modelo atual fica concentrado no governo. Ofertará 100 mil vagas por ano a nível Brasil.
- FIES 2 – Renda per capita de até 5 salários-mínimos, juros baixos. Terá como fonte de recursos os Fundos Regionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Serão ofertadas 150 mil vagas em 2018 nas Regionais de cada Banco.
- FIES 3 – Juros baixos para renda per capita de até 5 salários. BNDES e Fundos Regionais como garantidores das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Ofertadas 60 mil vagas por ano a nível Brasil.

O novo programa é dividido entre FIES Público, que é de controle e responsabilidade do Governo Federal, e FIES Privado (P-FIES), que correspondem ao "FIES 2" e ao "FIES 3" que é controlado por instituições financeiras públicas e ou privadas. Com relação ao FIES Público, no momento da adesão ao programa as IES são obrigadas a aderir ao Fundo Garantidor FIES (FG-FIES) que substitui o FGEDUC. Além da adesão ao FG-FIES as instituições passam a ter um aumento na exposição de risco no novo programa. Para os financiamentos concedidos a partir do primeiro semestre de 2018, as mantenedoras de IES que aderiram ao FIES participação do risco do financiamento, como devedoras solidárias, e deverão comprometer-se em realizar aportes ao FG-FIES por meio de

aplicação dos seguintes percentuais sobre os referidos encargos educacionais: (a) 13% (treze por cento) no primeiro ano, (b) entre 10% (dez por cento) e 25% (vinte e cinco por cento) do segundo ao quinto ano, (c) a partir do sexto ano da entidade mantenedora no FG-FIES, o percentual de participação não poderá ser inferior a 10% (dez por cento). Em 2023 o projeto de Lei 4.172/23 promoveu a criação de um teto para as contribuições que devem ser feitas pelas mantenedoras ao Fundo de Garantia do Fundo de Financiamento Estudantil (FG-Fies) a partir do 6º ano de adesão ao programa, que passa a ser de 27,5% sobre os encargos educacionais devidos ao mantenedor em função dos serviços prestados a alunos que estão no período de utilização do benefício.

Reforma Universitária

O Congresso Nacional está debatendo atualmente o Projeto de Lei nº 7.200/2006 (também conhecido como Reforma Universitária) que poderá introduzir mudanças no atual regime regulatório, dentre as quais podem se destacar, no que se refere às instituições privadas:

- (i)** exigência de que pelo menos 70% do capital com direito de voto das sociedades com fins lucrativos que mantêm as instituições de ensino sejam detidos direta ou indiretamente por brasileiros natos ou naturalizados;
- (ii)** proibição de franquias no setor de ensino superior;
- (iii)** entidades mantenedoras de instituições de ensino superior não poderão mais fazer doações a partidos políticos e candidatos;
- (iv)** somente as instituições de ensino superior credenciadas há no mínimo cinco anos e com desempenho satisfatório na avaliação e supervisão do MEC poderão se tornar universidades e centros universitários;
- (v)** universidades e centros universitários serão obrigados a ter um comitê interno para fins acadêmicos e comunitários composto por representantes da comunidade, da comunidade acadêmica e por representantes da mantenedora limitado a 20% do colegiado; e
- (v)** os cursos de graduação com avaliações positivas do MEC poderão aumentar suas vagas em até 50% sem necessidade de aprovação prévia do MEC.

Se essa reforma for aprovada, as instituições de ensino superior terão dois anos para se adaptar às novas regras a contar do ano seguinte à publicação da legislação relevante. A reforma ainda está em debate no Congresso Nacional e não é possível prever se será alterada ou aprovada, nem quais efeitos terá sobre as instituições de ensino superior privadas e suas entidades mantenedoras.

Autarquia Federal - INSAES

A Câmara dos Deputados analisa o Projeto de Lei nº 4.372/12, do Poder Executivo, que cria o Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior ("INSAES"), uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, vinculada ao MEC, com sede e foro no Distrito Federal e atuação em todo território nacional. O INSAES terá por finalidade supervisionar e avaliar instituições de educação superior e cursos de educação superior no Sistema Federal de Ensino, e certificar entidades beneficentes que atuem na área de educação superior e básica.

Se aprovado pelo Congresso Nacional, o futuro INSAES vai substituir o INEP nos processos de avaliação *in loco* das instituições de ensino superior, públicas e privadas, e de seus cursos de graduação. O exame de avaliação de desempenho de estudantes da educação superior, o ENADE, continuará sob a responsabilidade do INEP e a pós-graduação (mestrado e doutorado) continua sendo avaliada pela CAPES. A proposta é assinada pelos ministros do Planejamento, da Educação, da Fazenda.

Conforme os argumentos do governo, a criação do INSAES deve-se à necessidade de reestruturar o MEC para que sejam cumpridas metas de ampliação do acesso ao ensino superior e da qualidade das faculdades, previstas no novo Plano Nacional de Educação (PNE), em análise no Senado.

Entre outras atribuições, o INSAES poderá autorizar e renovar o reconhecimento de cursos de graduação e sequenciais. Poderá, também, decretar intervenção em instituições de educação superior.

Como sanção aos infratores da lei, o INSAES poderá desativar cursos, reduzir o número de vagas, suspender a autonomia ou descredenciar instituições. Depois de avaliadas, as faculdades poderão receber advertência ou multas de R\$ 5 mil a R\$ 500 mil.

Histórico de Relacionamento com Órgãos Governamentais

A administração da Companhia entende ter bom relacionamento com o MEC, bem como com os órgãos integrantes dele ou ligados a ele, como é o caso do CNE, do INEP e do CONAES. Isso se reflete no curso normal de obtenção das autorizações necessárias para a condução de suas atividades, principalmente por nunca terem tido autorização negada.

O conceito de bom relacionamento com o MEC e demais órgãos dele integrantes ou a ele relacionados ou ligados também pode ser observado pelo recebimento de pontuações satisfatórias de seus cursos nos últimos dois ciclos de avaliação e pela inexistência de disputas ou desentendimentos com o MEC e tais órgãos que pudessem prejudicar o desenvolvimento das atividades da Companhia.

Ensino à Distância

O ensino à distância no Brasil é regulamentado pelo artigo 80 da LDB, pelo Decreto nº 12.456/2025, publicado no Diário Oficial da União no dia 20 de maio de 2025; pelo Decreto nº 9.235/2017, publicado no Diário Oficial da União no dia 18 de dezembro de 2017; pela Portaria Normativa nº 11/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de junho de 2017; pela Portaria Normativa nº 23/2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 22 de dezembro de 2017; e pela Resolução nº 1, de 11 de março de 2016, publicada no Diário Oficial da União no dia 14 de março de 2016, que estabelece as Diretrizes e Normas Nacionais para Ofertas de Programas e Cursos de Educação Superior na modalidade a Distância.

É definido como a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, políticas de acesso, acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

De acordo com a LDB, o ensino a distância goza de tratamento diferenciado, que inclui (i) custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens; (ii) concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas; e (iii) reserva de tempo mínimo, sem ônus para o poder público, pelos concessionários de canais comerciais.

A educação a distância pode ser ofertada nos seguintes níveis e modalidades educacionais: (i) educação básica, desde que como forma de complementar a aprendizagem ou em situações emergenciais; (ii) educação de jovens e adultos, respeitadas as especificidades legais pertinentes; (iii) educação especial, respeitadas as especificidades legais pertinentes; (iv) educação profissional, abrangendo técnicos, de nível médio e tecnológicos, de nível superior; e (v) educação superior, abrangendo cursos sequenciais, de graduação, de especialização, de mestrado e de doutorado.

Os cursos de graduação (bacharelados, licenciaturas e superiores de tecnologia) poderão ser oferecidos a distância por instituições de Ensino Superior regularmente credenciadas junto ao MEC.

De acordo com o Decreto nº 12.456/2025, os processos de credenciamento e credenciamento institucional, de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento de cursos superiores na modalidade a distância serão submetidos à avaliação *in loco* na sede da instituição de ensino, com o objetivo de verificar a existência e a adequação de metodologia, de infraestrutura física, tecnológica e de pessoal que possibilitem a realização das atividades previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional e no Projeto Pedagógico de Curso.

As instituições de ensino credenciadas para a oferta de educação superior na modalidade a distância que detenham a prerrogativa de autonomia independem de autorização para funcionamento de curso superior na modalidade a distância, devendo informar o MEC quando da oferta de curso superior na modalidade a distância, no prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de criação do curso, para fins de supervisão, de avaliação e de posterior reconhecimento.

Apesar de ser caracterizado pela ausência de contato direto entre alunos e professores, a regulamentação exige que as seguintes atividades sejam desenvolvidas em momentos presenciais (i) avaliação de estudantes; (ii) estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; (iii) defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e (iv) atividades relacionadas a laboratórios de ensino, conforme o caso. De acordo com o disposto no Decreto nº 12.456/2025 e na Portaria Normativa nº 40, os momentos presenciais devem ser realizados na sede da instituição de Ensino Superior ou em Polos de apoio presencial, devidamente credenciados para esta finalidade.

Os cursos e programas a distância devem ser projetados com a mesma duração definida para os respectivos cursos na modalidade presencial. A avaliação do desempenho do estudante para fins de promoção, conclusão de estudos e obtenção de diplomas ou certificados deve ser realizada mediante cumprimento das atividades programadas, de exames presenciais, que devem ser elaborados pela própria instituição de ensino credenciada, segundo procedimentos e critérios definidos no projeto pedagógico do curso ou programa.

A avaliação dos cursos de educação a distância é realizada da mesma forma que a avaliação dos cursos presenciais. Sendo identificada qualquer irregularidade ou descumprimento de condições originalmente estabelecidas, o órgão competente poderá instaurar processo administrativo, em que sejam assegurados a ampla defesa e o contraditório e, ao final do processo, caso necessário, aplicar penalidades de: (i) desativação de cursos e habilitações; (ii) intervenção; (iii) suspensão temporária de atribuições da autonomia; (iv) descredenciamento; (v) redução de vagas autorizadas; (vi) suspensão temporária de ingresso de novos estudantes; ou (viii) suspensão temporária de oferta de cursos.

Os diplomas e certificados de cursos e programas a distância, expedidos por instituições credenciadas e registrados na forma da lei, terão validade nacional.

Os convênios e os acordos de cooperação celebrados para fins de oferta de cursos ou programas a distância entre instituições de ensino brasileiras, devidamente credenciadas, e suas similares estrangeiras, devem ser previamente submetidos à análise e homologação pelo órgão normativo do respectivo sistema de ensino, para que os diplomas e os certificados emitidos tenham validade nacional.

Somente instituições de ensino, públicas ou privadas, credenciadas podem oferecer cursos na modalidade a distância, sendo que compete ao MEC promover os atos de credenciamento das instituições de Ensino Superior, e às autoridades dos sistemas de ensino estadual e do Distrito Federal promover os atos de credenciamento de instituições para oferta de cursos a distância no nível básico e, no âmbito da respectiva unidade da Federação, nas modalidades de educação de jovens e adultos, educação especial e educação profissional. Para atuar fora da unidade da Federação em que estiver sediada, a instituição deverá solicitar credenciamento no Ministério da Educação.

O credenciamento de instituição para a oferta dos cursos ou programas a distância possui prazo de validade condicionado ao ciclo avaliativo, podendo ser renovado mediante novo processo de filiação. A instituição credenciada deverá iniciar o curso autorizado no prazo de até doze meses, a partir da data da publicação do respectivo ato, ficando vedada, nesse período, a transferência dos cursos e da instituição para outra mantenedora, sendo que caso a implementação de cursos autorizados não ocorra nesse prazo, os atos de credenciamento e autorização de cursos serão automaticamente tornados sem efeitos.

O ato de credenciamento de instituições para oferta de cursos ou programas a distância define a abrangência de sua atuação no território nacional, sendo que a solicitação de ampliação da área de abrangência deve ser feita ao órgão responsável do Ministério da Educação.

Também em conformidade com o Decreto nº 12.456/2025, a oferta de cursos superiores na modalidade a distância admitirá regime de parceria entre a instituição de ensino credenciada para educação a distância e outras pessoas jurídicas, preferencialmente em instalações da instituição de ensino, exclusivamente para fins de funcionamento de polo de educação a distância, e respeitado o limite da capacidade de atendimento de estudantes. A instituição de ensino deverá manter atualizadas perante o MEC as informações sobre os polos, a celebração e o encerramento de parcerias, a fim de garantir o atendimento aos critérios de qualidade e assegurar os direitos dos estudantes matriculados.

Em qualquer modalidade de parceria, a IES credenciada para EAD é responsável pelos cursos por ela ministrados. Logo, é vedada à pessoa jurídica parceira, inclusive IES não credenciada para EAD, a prática de atos acadêmicos referentes ao objeto da parceria.

Aplica-se aos cursos ou programas a distância de Ensino Superior as regras de avaliação do Sistema Nacional de Educação Avaliação da Educação Superior (SINAES).

No caso do Ensino Superior, as universidades e os centros universitários credenciados para oferta de educação superior a distância poderá criar, organizar e extinguir cursos ou programas de educação superior nessa modalidade, mediante comunicação ao MEC, sendo que os cursos ou programas criados somente poderão ser ofertados nos limites da abrangência definida no ato de credenciamento da instituição.

As faculdades, por sua vez, deverão solicitar ao MEC autorização para abertura de cursos e programas de educação superior a distância.

Considerando que os cursos superiores a distância deve ser reconhecidos pelo MEC, a Companhia entende cumprir a regulamentação relativa aos seus cursos superiores a distância em seus aspectos relevantes.

Novo Marco Regulatório do EAD de 2025: Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Portaria nº 2.041/23, que suspendeu temporariamente os processos de autorização de cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância (EAD) por 90 dias, com o objetivo de estabelecer novas regras dentro de um novo marco regulatório. Esse sobrestamento foi sucessivamente prorrogado por meio de outras portarias emitidas pelo MEC, sendo a Portaria nº 247, de 8 de abril de 2025, a mais recente extensão desse prazo, até o dia 9 de maio de 2025, ou até a publicação do novo marco regulatório, que passou a ser publicado a partir de 19 de maio de 2025 com a assinatura do decreto nº 12.456/25 e as Portarias MEC nº 378/25 e nº 381/25. O decreto revoga o Decreto nº 9.057/2017, contudo, mantém parte das regras existentes na nova regulamentação. Dentre as novas regras são destacadas as seguintes alterações em relação ao decreto de 2017:

- (i) Altera o termo “modalidade de ensino” para “formatos de oferta”, com a previsão dos formatos: “curso presencial”, “curso semipresencial” e “curso a distância”;
- (ii) Prevê que todos os cursos podem ser ofertados no formato semipresencial, com exceção dos cursos regulados: Direito, Enfermagem, Medicina, Odontologia e Psicologia e a vedação do EAD para as áreas da Saúde e Engenharias, permitido apenas nas modalidades Presencial e Semi Presencial.
- (iii) Altera a caracterização da educação a distância, que passa a ser o processo de ensino e aprendizagem, síncrono ou assíncrono, realizado por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação, no qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares ou tempos diversos:
 - a. Conceitua a atividade síncrona mediada como atividade síncrona realizada com participação de grupo de, no máximo, setenta estudantes por docente ou mediador pedagógico e controle de frequência dos estudantes;
 - b. Conceitua a atividade assíncrona como atividade de educação a distância na qual o estudante e o docente ou outro responsável pela atividade formativa estejam em lugares e tempos diversos;
- (iv) Alteração da carga horária assíncrona, síncrona e presencial da seguinte forma:
 - a. Presencial: no mínimo, 70% de sua carga horária total por meio de atividades presenciais;
 - b. Semipresencial: Regra geral de, no mínimo: 30% da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais e 20% da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas, sendo para cursos de saúde e engenharia a carga horária mínima passou a para 40% e 30% respectivamente;

- c. EAD: No mínimo: i) 10% (dez por cento) da carga horária total do curso por meio de atividades presenciais; e ii) 10% (dez por cento) da carga horária total do curso em atividades presenciais ou síncronas mediadas.
- (v) Criou a figura do mediador pedagógico, para auxiliar o corpo docente. O Mediador pedagógico deve ter formação acadêmica compatível, e exercerá atividade educacional de mediação pedagógica em processos de ensino e aprendizagem;
- (vi) A nomenclatura dos cursos será alterada em 90 dias a partir da publicação da Portaria e as instituições de ensino terão 2 anos para se adaptar às novas regras.

O MEC ainda publicará novas portarias sobre o Novo Marco Regulatório do EAD por meio de portarias para fornecer os detalhes finais da nova regulamentação durante o ano de 2025.

Os cursos e os programas de mestrado e doutorado a distância estarão sujeitos às exigências de autorização, de reconhecimento e de renovação de reconhecimento previstas na legislação específica em vigor. Os cursos de pós-graduação a distância foram disciplinados pela Resolução CES/CNE nº 1, de 8 de junho de 2007 (*lato sensu*), e pela Resolução CES/CNE nº 7, de 11 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União no dia 12 de dezembro de 2017 (*stricto sensu*). As instituições que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e *lato sensu* (especialização) deverão ser obrigatoriamente credenciadas pela MEC e obedecer às exigências de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos em questão. Todos esses cursos deverão incluir, necessariamente, provas presenciais e defesa presencial de monografia ou trabalho de conclusão de curso.

Cursos de Medicina

A Companhia busca aprovar novas vagas do curso de medicina junto ao Ministério da Educação ("MEC"), nos termos da Lei nº 10.861/2004, que instituiu o SINAES. Devido à ausência de evolução no processo autorizativo de novas vagas por parte do MEC, a Companhia ingressou com determinadas medidas judiciais, e obteve provimentos de caráter provisório (liminares) que autorizaram a abertura das novas vagas.

O procedimento de aprovação de novas vagas do curso de medicina junto ao MEC é, atualmente, objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 81 (ADC 81), ajuizada pela Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) no Supremo Tribunal Federal ("STF"). A referida ação discute a constitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 12.871/2013, que normatiza o procedimento a ser adotado no tocante à autorização para o funcionamento de cursos de medicina no âmbito do Programa Mais Médicos.

Em 7 de agosto de 2023, o Ministro do STF Gilmar Mendes, relator da ADC 81, deferiu parcialmente, a medida cautelar requerida pelos impetrantes, sujeita à aprovação *ad referendum* do plenário do STF, reconhecendo, em caráter provisório, a constitucionalidade do art. 3º da Lei 12.871/2013. Como consequência, definiu-se que é inviável aos mantenedores de Instituições de Ensino Superior (IES) requererem a autorização de novos cursos ou ampliação de vagas em cursos já existentes sem estes se sujeitarem a uma licitação prévia (chamamento público).

Por outro lado, admitiu-se a continuidade da operação dos cursos autorizados conforme as decisões judiciais atualmente em vigor, tendo sido autorizado, adicionalmente, a conclusão do trâmite de todos os processos administrativos que tenha como objeto tais decisões e que estejam em etapa mais avançada, desde que observado o cumprimento de uma série de condicionantes.

Em 24 de maio de 2024, o STF retomou o julgamento, o voto do ministro Gilmar Mendes foi acompanhado por outros seis ministros, formando maioria no referido tribunal: Luiz Fux, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia. O julgamento foi virtual e foi concluído em 4 de junho, tendo prevalecido o entendimento exarado no voto do relator, Ministro Gilmar Mendes, nos termos, conforme resumidos abaixo:

- (i) Que o art. 3º da Lei do Mais Médicos (Lei nº 12.871/2013) é constitucional e, portanto, a forma exclusiva de abertura de novos cursos de medicina, e que a autorização de novas vagas em cursos já existentes é através de chamamento público, concretizado nos editais publicados pelo Ministério da Educação (MEC),
- (ii) A manutenção dos novos cursos de medicina já instalados, contemplados por Portaria de Autorização do MEC, por força de decisões judiciais; e
- (iii) Que deve ser dada continuidade ao processamento dos processos administrativos instaurados por força de decisão judicial de credenciamento de novos cursos de medicina, desde que já tiverem superado a fase inicial de análise documental.

Nessa data a Companhia possuía 13 processos administrativos de credenciamentos de novos cursos de medicina em fase final de análise pelo MEC, sendo que 12 (doze) já receberam visita de comissão de avaliação, dos quais, 10 com conceito 5 e 2 com conceito 4 (quatro), (máximo de 5), com potencial de se tornarem autorizações para novos cursos.

Ressalta-se que a quantidade de vagas e efetividade da autorização dependem da análise das propostas pelo MEC, que recentemente publicou a portaria MEC nº 531/2023 estabelecendo um novo padrão decisório para o processamento desses pedidos de autorização de novos cursos de Medicina e de aumento de vagas em cursos de Medicina já existentes, instaurados por força de decisão judicial.

Desde a conclusão do julgamento da ADC 81, os credenciamentos de medicina da Companhia tiveram os seguintes desdobramentos:

1. Em 18 de junho de 2024, a Companhia recebeu decisão judicial do tribunal regional federal (ainda não transitado em julgado) para realização de vestibular para os cursos superiores de medicina nas cidades de Salvador (BA) e Santarém (PA) para 60 vagas anuais em cada curso, totalizando 120 vagas anuais.
 - Em 12 de julho de 2024, o MEC publicou a Portaria 331/24 indeferindo o pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Salvador (BA) e o processo está agora em fase de recursos administrativos e judiciais visando manter a decisão judicial.
 - Em 14 de novembro de 2024, o MEC Publicou a Portaria 632, autorizando o curso superior de medicina em Santarém (PA) para 60 vagas anuais.
2. Em 5 de julho de 2024, foi publicada a Portaria MEC 302/24, autorizando o início do curso superior de medicina em Teresina (PI) para 60 vagas anuais.
3. Em 12 de julho de 2024, a Companhia abriu vestibular nas cidades do Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG) para 60 vagas anuais em cada curso, totalizando 120 vagas anuais, seguindo decisão judicial expedida pela vara federal cível.
 - Em 16 de agosto de 2024, o MEC publicou as Portarias 411/24 e 412/24 indeferindo os pedidos de credenciamento dos cursos superiores de medicina de Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ).
 - Em 10 de setembro de 2024, a 3ª Vara Federal de Brasília publicou nova decisão autorizando a reabertura do vestibular e reinício das aulas para os mesmos cursos de medicina de Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) enquanto não tiver decisão definitiva do recurso administrativo junto ao Conselho Nacional de Educação. (A decisão ainda não transitada em julgado).
 - Em 4 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Federal suspendeu a liminar que permitia a realização de vestibulares de cursos de medicina em Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) a partir dessa data até a conclusão dos recursos em andamento. Os alunos já matriculados para os períodos de 2024.2 e 2025.1 em processos seletivos continuarão em seus cursos de forma regular com todos os seus direitos garantidos. A Companhia seguirá com os recursos administrativos ou judiciais até que todas as etapas sejam concluídas.

4. Também em 12 de julho de 2024, foram publicadas as Portarias MEC 325/24 e 327, autorizando o início do curso superior de medicina em Caruaru (PE) e Campina Grande (PB) para 60 vagas anuais em cada curso, totalizando 120 vagas anuais.
5. Em 2 de agosto de 2024, o MEC publicou a Portaria 360/24 indeferindo o pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Aracaju (SE) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais.
6. Em 30 de agosto de 2024, o MEC publicou as portarias 436 e 437, ambas indeferindo o mesmo pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Porto Velho (RO) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais.
7. Em 12 de setembro de 2024, foi publicada a Portaria MEC 468/24, autorizando o início do curso superior de medicina em São Luís (MA) para 60 vagas anuais.
8. Em 18 de outubro de 2024, foi publicada a Portaria MEC 573/24, indeferindo o pedido de credenciamento do curso superior de medicina de Petrolina (PE) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais.
9. Em 14 de março de 2025, foi publicada a Portaria MEC 168/25, autorizando o início do curso superior de medicina em Maracanaú (CE) para 60 vagas anuais.
10. Em 27 de janeiro de 2026, foi publicada a Portaria MEC 7/26, indeferindo a expansão de vagas no Recife (PE) e o processo está em fase de recursos administrativos e judiciais.

Dessa forma, a base de cursos de Medicina em operação está atualmente em 12 cursos, totalizando 1.001 vagas anuais, dos quais 480 vagas obtidas a partir da decisão do STF em 2024, conforme detalhado na tabela abaixo:

#	Cidade	Vagas Anuais de Medicina
1	Recife (PE)	268
2	Vilhena (RO)	98
3	Barreiras (BA)	80
4	Cacoal (RO)	75
5	Santarém (PA)	60
6	Teresina (PI)	60
7	Caruaru (PE)	60
8	Campina Grande (PB)	60
9	Belo Horizonte (BH)*	60
10	Rio de Janeiro (RJ)*	60
11	São Luís (MA)	60
12	Maracanaú (CE)	60
Total		1.001

** em cumprimento das decisões judiciais vigentes, ver os detalhes no item 3 do texto acima*

Edital do Mais Médicos 3 e Resultados da 1ª edição do ENAMED

A Companhia participou do Edital MEC nº 3 de abril de 2024 para seleção de propostas para autorização de funcionamento de cursos de medicina no âmbito da Lei dos Mais Médicos. A primeira fase do Edital foi concluída no primeiro quadrimestre de 2025 e a Companhia teve 21 propostas selecionadas nessa etapa e estava atualmente aguardando os resultados da segunda fase. Cada proposta previa a criação de uma faculdade de medicina em regiões de saúde pré-selecionadas para 60 vagas anuais. Em 10/02/2026, o MEC revogou o referido Edital por meio da Portaria MEC nº129, portanto cancelando qualquer distribuição de novas vagas de medicina por meio desse processo seletivo.

Nos dias 19/01/2026 e 20/01/2026 foram veiculadas informações acerca dos resultados da primeira edição do ENAMED - Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica. Vale destacar que a Companhia foi notificada dos resultados preliminares pelo sistema e-MEC e aguarda os resultados oficiais da avaliação.

No dia 16 de março de 2026, o MEC publicou a Portaria nº 74, instaurando processo de supervisão aos cursos de Medicina em Barreiras (BA), Vilhena (RO) e Recife (PE), com aplicação das seguintes medidas cautelares até a divulgação dos resultados do Enade de 2026: (i) suspensão ou impedimento da protocolização de processos regulatórios de aditamento para aumento de vagas; (ii) suspensão da possibilidade de celebração de contratos de Financiamento Estudantil (FIES); (iii) suspensão dos benefícios regulatórios concedidos pela SERES/MEC, conforme Portaria nº 892, de 5 de dezembro de 2025, ou ato normativo de mesmos efeitos no exercício subsequente, com base no § 3º do art. 7º da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.493, de 18 de julho de 2005; (iv) suspensão ou restrição da participação em outros programas federais de acesso ao ensino e (v) redução de 25% (vinte e cinco por cento) no ingresso de vagas autorizadas do curso. A portaria encontra-se em fase de recursos administrativos e judiciais, movidos pela Companhia.

b. principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

A Companhia não desenvolve atividades que possam ocasionar danos ambientais relevantes. Além disso, não adere a regulamentos e padrões internacionais de projeção ambiental.

Algumas autorizações emitidas por órgãos ambientais podem ser necessárias no âmbito da sua atuação, como autorização para supressão de vegetação. A Companhia busca, durante o desenvolvimento das suas atividades, cumprir todos os requisitos e determinações impostos pela legislação e normas ambientais vigentes.

Antes da aquisição e/ou locação de qualquer imóvel, a Companhia avalia todos os aspectos ambientais relevantes, com ênfase para a eventual existência de mananciais, árvores, vegetação e a eventual ocorrência de áreas de preservação permanente e solicita aos órgãos ambientais todas as licenças e autorizações necessárias. Todos os custos relativos ao cumprimento da regulamentação ambiental à qual a Companhia está sujeita são considerados nos estudos de viabilidade de seus empreendimentos.

Para mais informações sobre as atividades de Responsabilidade Social e Ambiental, consulte o item “1.9. *Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar*”.

c. dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

No Brasil, adquire-se a propriedade de uma marca somente pelo registro validamente expedido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (“INPI”), sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional durante o prazo de dez anos, prorrogável por períodos iguais e sucessivos, para uma determinada classe de produtos ou serviços.

Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para a utilização das marcas depositadas para a identificação de seus produtos e serviços.

Atualmente, a Companhia é titular de marcas registradas ou em processo de registro no Brasil junto ao INPI em nome próprio ou em nome de suas subsidiárias. As principais marcas são:

Grupo Ser Educacional, Faculdade Maurício de Nassau; Faculdade Joaquim Nabuco, Escola Técnica Maurício de Nassau, Escola Técnica Joaquim Nabuco, Colégio Maurício de Nassau, Instituto Maurício de Nassau, Universidade Joaquim Nabuco, Universidade Maurício de Nassau, Grupo Universitário Maurício de Nassau, Business School Maurício de Nassau, Escola Maurício de Nassau, Centro de Educação Profissional Maurício de Nassau, Instituto Joaquim Nabuco, Seja Nassau, Nassau FM, Rádio Maurício de Nassau, TV Maurício de Nassau, Rádio Nassau, TV Nassau, Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, Veritas IMN Instituto Maurício de Nassau, Maratona Internacional Maurício de Nassau, Maratona Maurício de Nassau, Escola Joaquim Nabuco, Centro de Educação Profissional Joaquim Nabuco, Ser Educacional, Instituto Ser Educacional.. Universidade da Amazônia (UNAMA), Faculdade Integrada dos Tapajós (FIT), Universidade de Guarulhos (UNG), CENTRO UNIVERSITÁRIO FAEL – UNIFAEEL. As marcas mais relevantes para o segmento novos negócios e edtechs são: Centro de Desenvolvimento de Medicina Veterinária (CDMV), Hospital Veterinário DOK, Plantão Veterinário, b.Uni, Peixe30, GoKursos, Delínea, Prova Fácil, Centro Universitário Sete de Setembro e UNI7.

Possui apenas uma marca registrada contendo a expressão “Ser Educacional”, qual seja, a marca “Grupo Ser Educacional”. Os demais processos de registro de marca envolvendo essa expressão junto ao INPI estão suspensos, sob análise, em decorrência de um conflito com outras marcas similares e precedentes.

A Companhia disponibiliza cursos “cobranded” online para os seus alunos, através de uma parceria entre a Ser Educacional e o Grupo Editorial Nacional Participações S/A. Ademais, utiliza a plataforma da *Blackboard* do Brasil Serviços de Tecnologia em Educação Ltda. para o oferecimento de outros serviços educacionais online desde 01 de janeiro de 2016.

Ainda sobre as suas plataformas digitais, a Companhia tem uma parceria com o Grupo A Educação S.A. para disponibilização de uma biblioteca virtual e um ambiente online de aprendizado, além de parcerias com a Sagah Educação S.A. para EAD e com o Portal Educação para cursos no formato *e-learning*. Finalmente, parte do seu material didático é fornecido pela ETB – Editora Técnica do Brasil Ltda.

A Companhia não depende de patentes, licenças, concessões, franquias ou contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento de suas atividades.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

A Companhia possui um Código de Conduta e Integridade, aprovado em 19 de fevereiro de 2025, aplicável a todos aqueles que integram o Ser Educacional, como acionistas, membros do Conselho de Administração e Fiscal, diretores estatutários e executivos, professores e demais colaboradores, bem como parceiros, fornecedores e prestadores de serviço em geral. O Código de Conduta e Integridade está disponível na página de RI da Companhia (<https://ri.sereducacional.com/>), clicando em “Governança Corporativa”, “Código de Conduta e Integridade” e, por fim, em “Código de Conduta e Integridade”, ou diretamente através do link (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/917d7f8f-0743-72d6-937d-f73913f8d520?origin=1>).

O Código de Conduta e Integridade estabelece regras com relação a esfera pública e o combate à corrupção, dentre elas, (i) tratar com imparcialidade e equidade todos os partidos políticos e seus representantes; (ii) abster-se de utilizar cargos, equipamentos, serviços e recursos do ambiente de trabalho para apoiar partidos políticos e/ou seus candidatos; e (iii) no exercício do direito, garantido pela Companhia ao colaborador, de ter engajamento político e participar de eventos e movimentos políticos, sociais e culturais, agir sempre de forma que suas atitudes não prejudiquem a atividade profissional ou tenham com ela conflito de interesses.

Assim, em cumprimento ao Código de Conduta e Integridade, a Companhia esclarece que não realiza contribuições financeiras, direta ou indiretamente, em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos, partidos políticos, ou para custear atividades de influência em decisões de políticas públicas no Brasil ou no exterior.

Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Toda a receita da Companhia é atribuída a clientes do país de sua sede, uma vez que as suas atividades estão restritas ao território nacional.

A tabela abaixo mostra a receita líquida da Companhia para os períodos indicados:

Prestação de Serviço de Educação	2024	2023	2022	Δ % 2024x2023	Δ % 2023x2022
Receita Bruta	4.432.039	3.971.348	3.428.929	11,6%	15,8%
Receita Líquida	1.981.354	1.830.934	1.676.343	8,2%	9,2%

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

Não aplicável, tendo em vista que as atividades da Companhia estão restritas ao território nacional e não possuem receita proveniente de clientes em países estrangeiros.

Em relação aos países estrangeiros divulgados no item 1.7, descrever impactos relevantes decorrentes da regulação desses países nos negócios do emissor

Não aplicável, pois as atividades da Companhia estão restritas ao território nacional e não estão sujeitas a nenhuma regulação estrangeira.

Em relação a informações ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG), indicar:

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Ser Educacional é uma empresa listada no NOVO MERCADO da B3 desde 2013, o segmento mais destacado da B3 em relação às melhores práticas de governança corporativa no Brasil. A Companhia integra em sua estratégia de negócios a promoção contínua da responsabilidade social, ambiental, diversidade e governança corporativa.

Em outubro de 2019, a Companhia publicou seu primeiro Relatório Anual de Sustentabilidade e ESG (*Environmental, Social and Governance*) ("Relatório de Sustentabilidade"), visando apoiar seus investidores e *stakeholders* a avaliar o gerenciamento dos fatores ambientais, sociais e de governança corporativa. A publicação do primeiro relatório foi um passo importante para o avanço no aprimoramento de controles, na forma de reporte dos indicadores, e na avaliação das práticas e políticas.

Em outubro de 2020, dando continuidade ao reporte das ações de sustentabilidade desenvolvidas durante a realização de suas operações, a Companhia publicou o relatório de sustentabilidade, onde, no ano marcado pela pandemia da COVID-19, demonstrou as soluções que a sua Administração buscou para priorizar a segurança de seus *stakeholders*, mas com a missão de contribuir de forma relevante para a sociedade no combate direto e indireto aos efeitos da crise e sem deixar de buscar alternativas que pudessem gerar valor aos seus acionistas. Nesse sentido, não obstante o cenário sem precedentes, objetivou conceder amplo suporte às comunidades nas quais está inserida, por meio da realização de diversas ações que uniram as suas instituições de ensino superior com o objetivo de ajudar a população mais vulnerável e, principalmente, as unidades de saúde de diversos estados, tais como: fabricação e doação de respiradores pulmonares e equipamentos a hospitais, doação de alimentos, doação de equipamentos de proteção individual e álcool em gel, entre outras.

A Companhia seguiu publicando anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, sendo que o último disponível, foi disponibilizado ao público em junho de 2024 contendo as informações relativas ao exercício social de 2023.

Adicionalmente, devido à natureza de suas atividades, a Companhia não possui política de responsabilidade socioambiental formalmente aprovada.

b. a metodologia seguida na elaboração dessas informações

O desempenho econômico, social, de governança e ambiental da Ser Educacional é apresentado de forma sistêmica e articulada aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento

Sustentável) e a opção “*Essencial*” escolhida está de acordo com as diretrizes da GRI (*Global Reporting Initiative*) *Standards*. O processo adotado para definir o conteúdo e os limites dos aspectos materiais incluiu uma avaliação de uma consultoria externa com relação ao mercado, *benchmark*.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Apesar de não serem auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações constantes no relatório de sustentabilidade são decorrentes de procedimentos constantes em normas e políticas internas da Companhia e passam por um rigoroso processo interno, revisados periodicamente pela área de auditoria interna.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento podem ser encontrados

O relatório de sustentabilidade da Companhia pode ser encontrado no **(i)** site da CVM (<https://www.gov.br/cvm/pt-br>); e **(ii)** no site de Relações com Investidores da Companhia, em (<http://ri.sereducacional.com/>), clicando em “Informações Financeiras”, “Documentos CVM”, “2024”, “Documentos Entregues à CVM” e, por fim, “Relatório de Sustentabilidade 2023”, ou diretamente através do link (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/12ca1381-e5c9-69fc-27a8-80fbde991de8?origin=1>).

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

A Companhia apresenta de forma periódica, desde 2019, o Relatório de Sustentabilidade, visando apoiar investidores e *stakeholders* da Companhia a avaliar como o grupo Ser Educacional vem gerenciando os fatores ambientais, sociais e de governança corporativa.

Embora o Relatório de Sustentabilidade não apresente uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho, o desempenho econômico, social, de governança e ambiental do Ser Educacional é apresentado de forma sistêmica e articulada aos ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável). A opção de reporte “*Essencial*” escolhida está de acordo com as diretrizes da GRI (*Global Reporting Initiative*) *Standards*.

Assim, no Relatório de Sustentabilidade, estão descritos resultados e ações alcançados durante 2023. O processo adotado para definir o conteúdo e os limites dos aspectos materiais incluiu avaliação de uma consultoria externa com relação ao mercado e *benchmark*.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

A elaboração do conteúdo do Relatório de Sustentabilidade da Ser Educacional considera os ODS. A Companhia entende que o setor privado tem papel fundamental para o atingimento das metas. Como uma instituição de ensino superior, o papel da Ser Educacional está diretamente ligado à meta 4 (educação de qualidade), mas também no sentido de que alunos e professores podem trocar experiências, engajar-se e propor soluções em prol do atingimento das metas. As iniciativas do Ser Educacional também estão ligadas aos ODS 3 (saúde e bem-estar), 5 (igualdade de gênero), 6 (água potável e saneamento), 7 (energia limpa e acessível), 8 (trabalho decente e crescimento econômico) e 9 (indústria, inovação e infraestrutura).

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

Atualmente, o Relatório de Sustentabilidade da Companhia não considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde informações adicionais podem ser encontradas

Atualmente, a Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa.

i. explicação do emissor sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. a não divulgação de informações ASG

Não aplicável, uma vez que a Companhia divulga informações ASG.

ii. a não adoção de matriz de materialidade

Até o momento não adotamos uma matriz de materialidade formal na Ser Educacional, por entendermos que somos uma empresa de prestação de serviços educacionais que já possui métricas consistentes e que tem sua evolução acompanhada periodicamente, conforme pode ser observado no relatório anual de sustentabilidade da Empresa.

iii. a não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

Apesar de não ter adotado formalmente indicadores-chave de desempenho ASG, por não ter aderido até o momento a uma matriz de materialidade, divulgamos de forma recorrente as informações mais importantes de suas atividades, como uma empresa que presta serviços na área educacional, como consumo de energia elétrica, água e indicadores de eficiência. Temos, também, métricas de acompanhamento de diversidade nos cargos da Empresa e do Conselho de Administração, um programa consistente de apoio social nas cidades em que operamos, dentre outros que podem ser verificados no relatório anual de sustentabilidade.

iv. a não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

Apesar de não serem auditadas ou revisadas por entidades independentes, as informações constantes no relatório de sustentabilidade são decorrentes de procedimentos constantes em normas e políticas internas da Companhia e passam por um rigoroso processo interno, revisados periodicamente pela área de auditoria interna.

v. a não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

Item parcialmente não aplicável. A Companhia considera os ODS nas informações ASG divulgadas em seu Relatório de Sustentabilidade, mas não adota recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, pois a Companhia está em processo de avanço e amadurecimento com relação à realização de reporte de informações relacionadas às questões climáticas.

vi. a não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia não realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa pois a Companhia está em processo de avanço e amadurecimento com relação à realização de reporte de informações relacionadas às questões climáticas.

Indicar, caso o emissor seja sociedade de economia mista:

a. interesse público que justificou sua criação

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

b. atuação do emissor em atendimento às políticas públicas, incluindo metas de universalização, indicando:

i. os programas governamentais executados no exercício social anterior, os definidos para o exercício social em curso, e os previstos para os próximos exercícios sociais, critérios adotados pelo emissor para classificar essa atuação como sendo desenvolvida para atender ao interesse público indicado na letra "a"

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

ii. quanto às políticas públicas acima referidas, investimentos realizados, custos incorridos e a origem dos recursos envolvidos – geração própria de caixa, repasse de verba pública e financiamento, incluindo as fontes de captação e condições iii. estimativa dos impactos das políticas públicas acima referidas no desempenho financeiro do emissor ou declaração de que não foi realizada análise do impacto financeiro das políticas públicas acima referidas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

c. processo de formação de preços e regras aplicáveis à fixação de tarifas

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não é sociedade de economia mista.

Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor:

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal de seus negócios.

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital.

Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas:

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não celebrou, extinguiu ou modificou acordos de acionistas.

Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor:

Durante o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou alterações significativas na forma de condução de seus negócios.

Identificar os contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Conforme fato relevante divulgado em 23 de outubro de 2024, a Companhia celebrou um contrato de prestação de serviços ("Contrato") com o Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários ("Credit Suisse") para exercer a função de Formador de Mercado das ações da Companhia negociadas no âmbito da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3").

Mais informações podem ser identificadas no referido Fato Relevante, disponível no site de RI da Companhia (<https://ri.sereducacional.com/>), clicando em "Informações Financeiras", "Documentos CVM", "2024", "Fatos Relevantes e Outros Documentos" e, por fim, "Fato Relevante – Formador de Mercado", ou diretamente através do link (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/8bdbf1f3-9511-1d07-197b-308a7bcf4e13?origin=1>).

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Aprovação de credenciamentos de novas unidades e de EAD

Em 20 de junho de 2017, foi publicada a Portaria Normativa do MEC de nº 11, que estabeleceu a nova regulação para o segmento, através do Novo Marco Regulatório do EAD, que definiu normas para o credenciamento e oferta de cursos EAD, em conformidade com o Decreto Presidencial nº 9.057, de 25 de maio de 2017, e, dentre outras, garantiu autonomia às Instituições de Ensino (IES) credenciadas junto ao MEC para expansão de seus polos EAD, desde que seguissem determinados parâmetros de qualidade de ensino. Em 2020, houve o credenciamento do EAD da UNINASSAU de Parnaíba/PI e, em 2021, foram credenciados o EAD da UNINASSAU de Aracaju/SE e da UNIJUAZEIRO de Juazeiro do Norte/CE. Como resultado, a Companhia expandiu, significativamente, o número de polos em operação. Em janeiro de 2022, com a conclusão da operação de aquisição da UNIFAEL, que possui mais de 600 polos, a Ser Educacional passou a contar com mais de 1.000 polos de Ensino Digital ativos, conferindo alcance nacional à Ser Educacional, que atingiu uma base total no ensino digital de 156,4 mil alunos, em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encerrou o exercício com 808 polos em operação. Por consequência, a Companhia expandiu, significativamente, a abrangência e capilaridade nesse segmento de ensino superior.

No segmento do ensino superior presencial, Em 2022, a Companhia conseguiu o credenciamento também como Centro Universitário das unidades: UNINASSAU Belém (PA), UNINASSAU Parnaíba (PI), UNINASSAU São Luís (MA) e UNESC Cacoal (RO), além das unidades da UNAMA de Castanhal e Marabá (PA), que foram credenciadas como Universidades, permitindo que essas unidades tenham, agora, autonomia para abertura de novos cursos e unidades em toda a cidade. Em janeiro de 2023, após o cumprimento das condições precedentes, foi realizada a conclusão do Contrato de Compra e Venda de Quotas, com a efetiva transferência, para a sua subsidiária CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., de 100% das quotas representativas do capital social da Sete de Setembro Ensino Superior Ltda., mantenedora do Centro Universitário Sete de Setembro - UNI7, instituição com mais de 20 anos de atuação no ensino superior brasileiro, e uma das instituições de ensino mais renomadas e tradicionais de Fortaleza. Em maio de 2023, foi publicada a portaria de credenciamento da UNINASSAU Teresina como Centro Universitário. Ainda, em 2023, conforme planejamento estratégico da Companhia para a melhoria do desempenho operacional e financeiro, houve a implementação da revisão da estrutura de custos e despesas operacionais, que possibilitou a otimização do parque imobiliário locado e que contou com significativa redução dos custos de locação e manutenção de imóveis, bem como melhoria dos índices de ocupação de espaços acadêmicos e formação de turmas. Com o encerramento do plano de otimização operacional, a Ser Educacional encerrou o exercício 2024 com 58 unidades credenciadas, tornando-se uma das empresas com maior capilaridade no ensino superior privado brasileiro.

Núcleos de Fomento à Responsabilidade Social

Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau - Pesquisas

O Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau, entidade sem fins lucrativos, tem como objetivo desenvolver pesquisas educacionais, científicas, políticas, econômicas e sociais e divulgar informações que contribuam para a compreensão da realidade do Estado de Pernambuco e do Brasil.

Instituto Ser Educacional - Ações Sociais e de Responsabilidade Social, Eventos e Campanhas Educativas

O Instituto Ser Educacional, entidade sem fins lucrativos e devidamente qualificada como OSCIP, tem como objetivo desenvolver projetos sociais de demanda espontânea e induzida nas mais variadas áreas de atuação da instituição, bem como promover, apoiar e estimular ações de Responsabilidade Social.

Atividades de Responsabilidade Social e Ambiental

Incentivo à Cultura

A Companhia valoriza a tradição e cultura, promovendo ações de incentivo e resgate da cultura regional por meio do patrocínio de diversos shows, festas locais (Ex.: São João, Carnaval, Círio de Nazaré), das atividades desenvolvidas pelo Instituto do Frevo, do apoio a peças teatrais e de dança, entre outros.

Política de Sustentabilidade

A política de sustentabilidade da Companhia está delineada de modo a pautar suas diretrizes e direcionamentos estratégicos nos oito critérios de excelência estabelecidos pela Fundação Nacional de Qualidade - FNQ, a saber:

- (i)** Liderança;
- (ii)** Estratégias e planos;
- (iii)** Clientes;
- (iv)** Sociedade;
- (v)** Informações e conhecimentos;
- (vi)** Pessoas;
- (vii)** Processos; e
- (viii)** Resultados.

Ao longo de uma década de existência, a Companhia possui destaque pelo seu empenho e investimento na realização de sua Política de Responsabilidade Social, pautando sua intervenção em atividades de inclusão social, desenvolvimento social e econômico, defesa do meio ambiente, memória cultural, de produção artística e do patrimônio cultural.

Algumas iniciativas merecem destaque, como as atividades de cultura de paz, participação política, ações humanitárias (Haiti e mata sul), que envolvem alunos e sociedade civil, trotes universitários, faculdade na comunidade, ações de sensibilização e conscientização social, Instituto de Pesquisa Maurício de Nassau e Instituto Janguê Diniz.

Dentro das ações de cultura de paz destacam-se as caminhadas pela paz, o programa "*Gente Que Faz a Paz*", o programa de Empoderamento Econômico para Jovens Mulheres em parcerias com a *Nike Foundation*, o programa de contador de homicídio, o posto de recolhimentos de armas de fogo, o banco de DNA dos familiares de desaparecidos políticos, entre outras ações realizadas pela Companhia.

Também, é protagonista de campanhas de doação de sangue, órgãos, tecido e medula óssea. Entre os prêmios recebidos, merece destaque o "*Troféu Amigo do Transplante*", prêmio concedido pela Secretaria de Saúde de Salvador e o Sistema Estadual de Transplante de Órgãos às instituições que, destacam no incentivo a doação de órgãos e tecidos.

A Companhia participa, em parceria com Governo do Estado de Pernambuco e a Prefeitura do Recife, do projeto Praia Sem Barreiras, que tem o intuito de possibilitar que pessoas com deficiência tenham acesso à praia. Por esse projeto, recebe o Voto de Aplauso, concedido pela Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, através do requerimento de nº 1977/2013.

Entre as homenagens protagonizadas pela Companhia, destaca-se também o Prêmio Maria da Penha, que foi concedido às mulheres pernambucanas que se destacaram na luta pelo direito das mulheres e contra a violência sofrida por estas.

Parte de atividades de responsabilidade social da Companhia é realizada em conjunto com o Instituto Ser Educacional, que atualmente é o braço de apoio nessa frente de trabalho do grupo e tem se destacado pela realização de ações voltadas para a inclusão social de pessoas com deficiência, sendo realizadas inúmeras ações ao longo do ano, dentre elas o banho de mar assistido para pessoas com deficiência, por meio do "*Projeto Praia sem Barreiras*"; passeio em bicicletas adaptadas para pessoas com deficiência, por meio do "*Projeto Bike sem Barreiras*"; oficinas circenses para

adolescentes com Síndrome de Down, por meio do “*Projeto Circo Social UNINASSAU*”; bolsas de graduação a distância para mães de crianças nascidas com microcefalia, através do “*Projeto Mães Produtivas*”; bolsas de graduação a distância para pessoas com tetraplegia, utilizando equipamento que controla computadores, tablets e smartphones com movimentos da cabeça, através do “*Projeto Mãos Livres*”, dentre outros.

O Instituto Ser Educacional desenvolve em parceria com o Instituto Janguê Diniz, o Programa Gente de Futuro, cujo objetivo é preparar e formar mulheres empreendedoras de áreas carentes da Comunidade de Santo Amaro, Recife - PE.

Esportes

A Companhia trabalha e investe fortemente no esporte como instrumento de formação do cidadão. A UNINASSAU é hepta campeã dos Jogos Universitários de Pernambuco, bicampeã brasileira dos Jogos Universitários (JUBs) e bicampeã do Troféu Eficiência CBDU, consolida assim como umas das melhores instituições do esporte universitário do país, com vários atletas tendo participado dos jogos panamericanos e olímpicos.

Nestes anos de existência, vários atletas já se formaram e se destacaram na vida esportiva e profissional. Dentro dessa filosofia, a Ser Educacional criou, no Recife, a Maratona Internacional Maurício de Nassau, que, em 2024, alcançou sua décima terceira edição. Essa edição contou, mais uma vez, com a parceria da Kroma Energia, que compensou mais de 3,5 toneladas de carbono emitidas pelo evento. Além de promover a atividade física, a Instituição de Ensino Superior também teve como objetivo ofertar um evento mais sustentável. Com o tema “Prepara-se para superar seus próprios recordes”, a corrida deu as seguintes opções de provas: 5km, 10km, 21km ou 42km, possibilitando a participação de corredores amadores e profissionais no evento esportivo. As categorias foram cuidadosamente divididas para garantir que atletas de todas as origens se sentissem representados, incluindo o público geral, universitários e Pessoas com Deficiência (PCD). A participação do público PCD no evento assume um papel de relevância significativa, visto que simboliza um poderoso exemplo de inclusão e superação no contexto esportivo. Ao proporcionar um espaço inclusivo para a participação desse grupo, a competição teve o intuito de fortalecer os valores da igualdade e responsabilidade social.

Para mais informações sobre o Relatório de Sustentabilidade, vide item 1.9 deste Formulário de Referência.

2. Comentários dos diretores

(2.1) – Os diretores devem comentar sobre

As informações a seguir apresentadas foram avaliadas e comentadas pelos Diretores da Companhia e se baseiam nas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024. As avaliações e opiniões aqui constantes traduzem a visão e percepção dos Diretores sobre as atividades, negócios e desempenho da Companhia.

Assim como nas demonstrações financeiras auditadas da Companhia, os itens e informações incluídos neste item 2 estão expressos na moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). Com isso, exceto quando expresso de forma diferente, as informações são apresentadas em reais (milhares), que é a moeda funcional da Ser Educacional S.A. e de todas as suas controladas e coligadas.

Os Diretores destacam que as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPCs"), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - *International Financial Reporting Standards*), emitidos pelo IASB (*International Accounting Standard Board*).

a. condições financeiras e patrimoniais gerais:

Em 31 de dezembro de 2024, a Ser Educacional possuía 33 empresas constituídas sob a forma de sociedades empresariais de responsabilidade limitada, com 59 *campi* em operação, distribuídos entre 51 credenciamentos em atividades, sendo 2 universidades, 26 centros universitários e 23 faculdades, além de 814 polos de ensino digital em operação, constituindo um dos maiores grupos privados de educação do Brasil e com presença mais relevante nas regiões Nordeste e Norte em número de alunos matriculados, e presente também nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. A Companhia também possui unidades já credenciadas, que podem ser abertas para operação, conforme plano de expansão orgânica da Companhia.

A Companhia encerrou o exercício 2024 sinalizando uma nova fase em sua trajetória operacional e estratégica, com a conclusão de um abrangente processo de otimização iniciado no final de 2022, que gerou sinergias significativas, especialmente ao longo deste exercício social. Entre os resultados mais relevantes, destacam-se o aumento de 393,2% no lucro líquido ajustado que passou de R\$20,1 milhões para R\$99,1 milhões e uma elevação de 2,2 pontos percentuais na margem EBITDA ajustada, que alcançou 22,1% ao final do ano.

Adicionalmente, a geração de caixa operacional líquida cresceu 50,7%, enquanto a relação dívida líquida/EBITDA ajustado foi reduzida de 2,17x para 1,64x e um crescimento de 10,1% na base de alunos de graduação no Ensino Híbrido.

Já a modalidade de oferta do Ensino Digital segue parte importante desse processo, representando 49,4% da base de alunos do segundo semestre de 2024 e 18,9% da receita líquida.

Nesse sentido, durante o ano foram realizadas uma série de atividades visando melhorar a rentabilidade de suas operações, automação e melhoria de processos, que permitiram além de melhorar o desempenho financeiro, melhorar a experiência dos seus alunos, sem deixar de lado seu objetivo de construção gradual de um ecossistema completo de educação continuada que possibilita a manutenção da construção de vantagens competitivas, baseada em uma proposta de experiência e valor diferenciada aos alunos, em um mercado de ensino superior, que será cada vez mais digitalizado, multidisciplinar, continuado e *omnichannel*.

Entre as principais ações realizadas pela Companhia estão: otimização da ocupação do parque imobiliário locado, por meio da devolução de imóveis locados em municípios com maior vacância; unificação de marcas, visando aumentar o alcance das principais marcas da Companhia de forma a torná-las cada vez mais reconhecidas em suas respectivas regiões; aumento da participação dos cursos de saúde no portfólio da Companhia, uma vez que esses cursos possuem elevada demanda no mercado e ticket médio mais elevado, incluindo a expansão dos cursos de medicina, impulsionada pela decisão favorável obtida pela Companhia no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC 81), realizada em junho de 2024, tendo essa decisão estabelecido normas claras para o processo de credenciamento de novos cursos de medicina.

A Companhia seguiu seu plano de negócios e manteve seu foco na concentração de sua oferta de cursos em cursos de saúde e, como resultado, a participação dos cursos de saúde na base total de alunos de graduação passou de 43% no final do exercício 2023 para 45% no final do exercício 2024; otimização da performance das unidades e equipes de retaguarda, por meio da melhoria de ensalamento e automação de processos visando melhorar a qualidade e velocidade dos serviços prestados e gerar melhorias na experiência dos alunos; foco na redução dos índices de endividamento financeiro e aumento da geração de caixa operacional, com iniciativas dedicadas a aumentar a conversão de contas a receber em caixa, a exemplo da venda da carteira do Educared para o Pravalier, realizada no primeiro trimestre de 2023, e uma política para realização de acordos e recuperação de mensalidades em atraso com maior ênfase em aumentar o recebimento à vista dos valores devidos; lançamento do Programa Ser Solidário em agosto de 2024, que possibilita o parcelamento de matrículas para a graduação de Ensino Híbrido, visando facilitar o acesso de seus alunos à educação.

Instituições de Ensino de Medicina

Em 5 de abril de 2021, foi realizada a conclusão financeira e a efetiva transferência para o CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., do capital social do Instituto Avançado de Ensino Superior de Barreiras – IAESB, mantenedor do Centro Universitário São Francisco de Barreiras – UNIFASB. Com o UNIFASB, a Ser Educacional incorporou ao seu portfólio cursos nas áreas de ciências humanas e saúde, entre os quais o curso de Medicina, com 80 vagas anuais autorizadas ou 96 vagas anuais, ao se considerar as vagas disponibilizadas via PROUNI e FIES.

Em 30 de março de 2022, em complemento ao fato relevante divulgado em 14 de dezembro de 2020, e ao comunicado ao mercado divulgado em 1 de fevereiro de 2021, a Companhia comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em despacho expedido pelo Ministério da Educação - MEC, foram aprovadas 48 novas vagas do curso de Medicina, ofertado pela Faculdade de Educação e Cultura de Vilhena - UNESC Vilhena, mantida pela Sociedade Educacional de Rondônia S/S Ltda, e que, com isso, passou de uma oferta de 50 vagas anuais para 98 vagas anuais.

Em 24 de maio de 2024, o STF retomou o julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 81 (ADC 81), sobre o procedimento de aprovação de novas vagas do curso de medicina junto ao MEC, tendo o voto do ministro Gilmar Mendes sido acompanhado por outros seis ministros, formando maioria no referido tribunal: Luiz Fux, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia. O julgamento foi virtual e foi concluído em 4 de junho, tendo prevalecido o entendimento exarado no voto do relator, Ministro Gilmar Mendes, nos termos detalhados no item 1.6 do Formulário de Referência. Desde a conclusão do julgamento da ADC 81, os credenciamentos de medicina da Companhia tiveram os desdobramentos dentre os 13 processos administrativos que estavam em tramitação junto ao MEC e proporcionou à Companhia, desde a deliberação do STF, a conquista de 420 novas vagas anuais em medicina em 12 processos administrativos, sendo que destas 480 vagas, 360 vagas foram obtidas por meio da conclusão favorável de quatro processos administrativos, resultantes de autorização do MEC, e as outras 120 vagas surgiram de duas decisões judiciais, que correspondem a liminares que tiveram seus vestibulares concluídos em 2025.1 e seguem pendentes de decisão final, conforme detalhado na tabela abaixo:

#	Cidade	Vagas Anuais de Medicina
1	Recife (PE)	268
2	Vilhena (RO)	98
3	Barreiras (BA)	80
4	Cacoal (RO)	75
5	Santarém (PA)	60
6	Teresina (PI)	60
7	Caruaru (PE)	60
8	Campina Grande (PB)	60
9	Belo Horizonte (BH)*	60
10	Rio de Janeiro (RJ)*	60
11	São Luis (MA)	60
12	Maracanaú (CE)	60
Total		1.001

** em cumprimento das decisões judiciais vigentes, ver os detalhes no item 3 do texto acima*

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com um total de 330.284 alunos, dos quais 307.830 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo

164.879 alunos na modalidade graduação presencial e 142.951 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 21.149 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 786 alunos na modalidade presencial e 20.363 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.305 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com um total de 312.898 alunos, dos quais 279.135 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 149.817 alunos na modalidade graduação presencial e 129.318 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 32.006 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 1.349 alunos na modalidade presencial e 30.657 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.757 alunos matriculados em cursos técnicos.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia contava com um total de 295.162 alunos, dos quais 262.449 alunos estavam matriculados em cursos de graduação universitária, sendo 136.100 alunos na modalidade graduação presencial e 126.349 alunos matriculados na modalidade de graduação por ensino digital (EAD), 30.772 alunos matriculados em cursos de pós-graduação, sendo 1.139 alunos na modalidade presencial e 29.633 alunos na modalidade por ensino digital, e 1.941 alunos matriculados em cursos técnicos.

Na opinião dos Diretores, a Companhia apresentou expressivo crescimento no número de alunos de graduação e em receita líquida nos últimos anos, tendo em vista que, entre 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2024, a sua base de alunos de graduação híbrida/presencial cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 13,0%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um crescimento de 10,1% em sua base de alunos de graduação híbrida/presencial, comparada com a base de alunos em 31 de dezembro de 2023, em virtude do foco da Companhia na oferta de um portfólio de cursos mais enxuto e dedicado às áreas de conhecimento da saúde e engenharia, visando maximizar os diferenciais competitivos da Companhia relativos à sua estrutura diferenciada de laboratórios e clínicas, bem como a localização privilegiada de suas unidades e posicionamento das marcas nas cidades em que opera. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o crescimento da base de alunos de graduação híbrida/presencial, comparada com a base de alunos em 31 de dezembro de 2022, também foi de 10,1%, pelos mesmos motivos descritos acima, que foram decorrentes do plano de otimização operacional iniciado pela Companhia no segundo semestre de 2022.

A receita líquida da Companhia cresceu a uma taxa composta anual (CAGR) de 20,1% entre o exercício social findo em 31 de dezembro de 2011 e o exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 1.830.934 mil e R\$ 1.981.354 mil, respectivamente, representando um crescimento de 8,2%. Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2023, a Companhia registrou uma receita líquida de R\$ 1.676.343 mil e R\$ 1.830.934 mil, respectivamente, representando um crescimento de 9,2%.

Nos anos fiscais findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 19,9% e 21,9%, respectivamente. Nos anos fiscais findos em 31 de dezembro de 2022 e 2023, a margem EBITDA Ajustada da Companhia foi de 17,5% e 19,9%, respectivamente. Os Diretores destacam que a administração financeira da Companhia é focada na rentabilidade e gestão de indicadores financeiros tais como: (i)

geração de fluxo de caixa operacional, (ii) controle de capital de giro e (iii) controle da carteira de recebíveis e inadimplência da Companhia.

A tabela a seguir demonstra os principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em			% Variação	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022	24x23	23x22
Receita Líquida	1.981.354	1.830.934	1.676.343	8,22%	9,22%
Lucro Bruto	1.094.227	949.373	833.499	15,26%	13,90%
EBITDA (1)	461.363	433.144	190.090	6,51%	127,86%
EBITDA Ajustado (2)	437.699	364.688	292.569	20,02%	24,65%
Lucro Líquido	(1.162)	(28.044)	(222.148)	-95,86%	-87,38%
Número Final de Alunos Graduação	164.879	149.817	136.100	10,05%	10,08%
Número Final de Alunos Pós-Graduação	786	1.349	1.139	-41,73%	18,44%
Número Final de Alunos Cursos Técnicos	828	1.349	1.509	-38,62%	-10,60%
Número Final de Alunos Ensino a Distância	163.791	160.383	156.414	2,12%	2,54%
Empréstimos e Financiamentos de Curto Prazo	299.333	255.965	205.158	16,94%	24,76%
Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo	673.242	651.155	600.727	3,39%	8,39%
Caixa e Equivalentes de Caixa	442.306	280.610	250.695	57,62%	11,93%
Títulos e Valores Mobiliários	763	79.053	60.795	-99,03%	30,03%

(1) O EBITDA segundo disposições da Resolução CVM nº 156, expedida em 23 de junho de 2022, que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas, pode ser conciliado com as demonstrações financeiras como segue: lucro líquido acrescido do imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro, e despesas com depreciação e amortização. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA de maneira diferente de nós.

(2) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa; e (c) os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06, os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

Os Diretores destacam que a Companhia monitora o seu endividamento com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida da Companhia dividida por seu resultado líquido ajustado pelo resultado financeiro, impostos sobre a renda, depreciação, exaustão e amortização e outros itens (EBITDA Ajustado). A dívida líquida da Companhia, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, das debêntures emitidas e dos instrumentos financeiros derivativos (swap) contratados, somado ao total de compromissos a pagar, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia monitora de forma sistemática o seu nível de endividamento, o que evita a necessidade de contratação de financiamentos emergenciais para cobertura de liquidez não prevista. Na opinião dos Diretores, a Companhia tem recursos de liquidez e capital suficientes para cobrir os seus custos e despesas operacionais, e dívidas de outros valores a serem pagos nos próximos anos, embora não seja possível garantir que tal situação permanecerá inalterada. Os Diretores acreditam ser possível contrair empréstimos para financiar as atividades da Companhia, englobando investimentos e aquisições a taxa de juros razoáveis.

O índice de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2024, ficou positivo em 37,3%, contra um índice de alavancagem financeira positivo em 39,6% em 31 de dezembro de 2023, em virtude principalmente das 5ª (quinta) e 6ª (sexta) emissões de debêntures, além da redução do Patrimônio Líquido decorrente da absorção do prejuízo do exercício 2024 pela Reserva de Lucros e pelo registro na linha de Ações em Tesouraria das recompras de ações efetuadas ao longo de 2024, parcialmente compensados pela reclassificação do valor de R\$ 10.088 mil para o Patrimônio Líquido em 2024, anteriormente classificados como Salários e encargos sociais, e pela amortização das dívidas financeiras. Essa reclassificação refere-se ao plano de concessão de ações da Companhia, que, em conformidade com o CPC 10 (R1) / IFRS 2, teve o valor justo das ações do plano avaliado pelo modelo "Black-Scholes-Merton" de precificação e, em virtude da reavaliação da característica do modelo de concessão dessas ações, sendo decisão da Companhia a liquidação em caixa ou concessão de ações. O índice de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2023, ficou positivo em 39,6%, contra um índice de alavancagem financeira positivo em 38,8% em 31 de dezembro de 2022, em virtude principalmente da 4ª (quarta) emissão de debêntures, parcialmente compensado pela amortização das dívidas financeiras e de aquisições, além da redução do Patrimônio Líquido decorrente da absorção do prejuízo líquido do exercício 2023 pela Reserva de Lucros.

Na tabela abaixo, apresentamos o endividamento e a alavancagem financeira da Companhia:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Total de empréstimos e financiamentos bancários	288.393	493.475	595.566
Total de Debêntures	684.182	413.645	210.319
Total de compromissos a pagar	189.040	245.012	289.495
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(442.306)	(280.610)	(250.695)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(763)	(79.053)	(60.795)
Dívida (Caixa) líquido	718.546	792.469	783.890
Total do patrimônio líquido	1.208.464	1.209.487	1.237.531
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	1.927.010	2.001.956	2.021.421
Índice de alavancagem financeira	37,3%	39,6%	38,8%
Índice de liquidez corrente	1,35	1,33	1,36
Dívida (Caixa) líquido / EBITDA Ajustado (udm)	1,64	2,17	2,68

Em 31 de dezembro de 2024, o patrimônio líquido da Companhia ficou em R\$1.208.464 mil, o que significa uma redução de 0,1%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2023, de R\$1.209.487 mil, devido principalmente à absorção do prejuízo do exercício 2024 pela Reserva de Lucros e pelo registro na linha de Ações em Tesouraria das recompras de ações efetuadas ao longo de 2024, parcialmente compensados pela reclassificação do valor de R\$ 10.088 mil para o Patrimônio Líquido em 2024, anteriormente classificados como Salários e encargos sociais, e pela amortização das dívidas financeiras. Essa reclassificação refere-se ao plano de concessão de ações da Companhia, que, em conformidade com o CPC 10 (R1) / IFRS 2, teve o valor justo das ações do plano avaliado pelo modelo "Black-Scholes-Merton" de precificação e, em virtude da reavaliação da característica do modelo de concessão dessas ações, sendo decisão da Companhia a liquidação em caixa ou concessão de ações.

Em 31 de dezembro de 2023, o patrimônio líquido da Companhia ficou em R\$1.209.487 mil, o que significa uma redução de 2,3%, quando comparado com o patrimônio líquido registrado em 31 de dezembro de 2022, de R\$1.237.531 mil, devido principalmente à absorção do prejuízo do exercício 2023 pelas reservas de lucros.

b. estrutura de capital:

Os Diretores acreditam que a Companhia possui estrutura de capital adequada para sustentar as suas operações.

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social integralizado da Companhia era equivalente a R\$987.549 mil, não tendo ocorrido alterações, quando comparado com o capital social registrado nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

A relação verificada entre dívida (caixa) líquida e o patrimônio líquido da Companhia foi de 37,3%, 39,6% e 38,8% em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, respectivamente. A variação de 2024 em relação a 2023 foi decorrente principalmente das 5ª (quinta) e 6ª (sexta) emissões de debêntures, além da absorção do prejuízo do exercício 2024 pela Reserva de Lucros, pelo registro na linha de Ações em Tesouraria das recompras de ações efetuadas ao longo de 2024, pela reclassificação do valor do plano de concessão de ações da Companhia para o Patrimônio Líquido, mencionado acima, e pela amortização das dívidas financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$1.161.615 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 189.040 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 288.393 mil, e as debêntures totalizavam R\$ 684.182 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$ 443.069 mil.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da dívida bruta da Companhia era de R\$1.152.132 mil, sendo que os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$ 245.012 mil, os empréstimos e financiamentos totalizavam R\$ 493.475 mil, e as debêntures totalizavam R\$ 413.645 mil. A posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$ 359.663 mil.

Em junho de 2022: (i) o capital de giro de R\$200,0 milhões, contratado junto ao banco Itaú Unibanco, com taxa de CDI + 2,75% a.a., foi renovado no valor de R\$150,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.; e (ii) o capital de giro de R\$100,0 milhões, contratado junto ao banco Santander Brasil, com taxa de CDI + 2,90% a.a., foi renovado no valor de R\$90,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a. Em março de 2022, o capital de giro de R\$200,0 milhões de reais, contratado junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de CDI + 0,19% a.m., foi renovado no valor de R\$156,0 milhões, para um prazo de 36 meses e taxa de CDI+0,14% a.m., com repagamento a ser feito em 12 parcelas trimestrais, sem carência.

Em outubro de 2023, após aprovação de seu Conselho de Administração, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da realização de sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, no montante de R\$200.000 mil, nos termos da Resolução CVM 160, através de distribuição pública conforme o rito de registro automático de distribuição, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no Artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures têm amortização semestral a partir do 18º (décimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 8 (oito) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e são remuneradas a CDI+2,00% (dois por cento) ao ano, sendo que a remuneração é paga semestralmente, sem carência. Os termos e condições a respeito da Emissão e das Debêntures estão previstos na Ata da Reunião do Conselho de Administração que aprovou a Emissão. Os recursos captados na 4ª emissão de debêntures da Companhia foram utilizados para alongamento de dívidas (liability management).

Em reunião realizada em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 (cinco)

anos, no montante de R\$150.000 mil, nos termos da Resolução CVM 160, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures têm amortização anual a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 3 (três) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e são remuneradas a CDI+1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, sendo que a remuneração é paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão foram utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$150.000 mil, sendo: (i) R\$90.000 mil correspondentes às debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) R\$60.000 mil correspondentes às debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), nos termos da Resolução CVM 160, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures da Primeira Série, têm prazo de vencimento de 1.084 (mil e oitenta e quatro) dias, amortização anual a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 (duas) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,40% (um inteiro e oitenta quarenta por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. As Debêntures da Segunda Série, têm prazo de vencimento de 1.817 (mil oitocentos e dezessete) dias, amortização anual a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 (duas) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão serão utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Os Diretores da Companhia acreditam que o fluxo de caixa operacional, medido pelo EBITDA Ajustado da Companhia, é suficiente para atender aos compromissos financeiros por ela contratados.

Na opinião dos Diretores, caso seja necessário contrair empréstimos para financiar as atividades, investimentos e aquisições da Companhia, esta será capaz de contratá-los no mercado em condições adequadas.

O ciclo operacional e financeiro da Companhia contempla prazos de recebimentos e pagamentos similares, uma vez que a principal origem de receitas da Companhia é proveniente do pagamento das mensalidades dos alunos, que coincidem com os principais pagamentos realizados, destacadamente, aluguéis, salários do corpo docente e da equipe de apoio (retaguarda e administrativo).

Em 31 de dezembro de 2024, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$1.161.615 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$189.040 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$442.306 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$763 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$437.699 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 1,64 vezes em 2024, contra 2,17 vezes em 2023. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2023, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$1.152.132 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$245.012 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$280.610 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$79.053 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$364.688 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 2,17 vezes em 2023, contra 2,68 vezes em 2022. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2022, o endividamento de curto e de longo prazo da Companhia era equivalente a R\$1.095.380 mil, seus compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos somavam R\$289.495 mil, enquanto que o caixa e os equivalentes de caixa da Companhia representavam R\$250.695 mil e os títulos e valores mobiliários representavam R\$60.795 mil. Adicionalmente, a geração de caixa operacional da Companhia no exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, medida por seu EBITDA Ajustado, foi de R\$292.569 mil. O índice de endividamento (dívida líquida/EBITDA Ajustado) atingiu 2,68 vezes em 2022, contra 1,21 vezes em 2021. O índice de alavancagem está condizente com o fluxo de compromissos a pagar de curto e longo prazo da Companhia.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2024 era de R\$1.161.615 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$189.040 mil, e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$443.069 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2023 era de R\$1.152.132 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$245.012 mil, e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$359.663 mil.

O saldo da dívida bruta da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$1.095.380 mil, incluindo os compromissos a pagar oriundos de atividades de investimentos que somavam R\$289.495 mil, e a posição de caixa e títulos e valores mobiliários era de R\$311.490 mil.

Na opinião dos Diretores, as necessidades de recursos da Companhia referem-se a: (i) capital de giro; (ii) investimentos; (iii) pagamento de serviços de dívidas financeiras; e (iv) custos e despesas operacionais. As principais fontes de recursos da Companhia são: (i) geração de caixa por meio das atividades operacionais; e (ii) empréstimos e financiamentos de longo prazo.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizadas:

Na opinião dos Diretores da Companhia, sua principal fonte de financiamento para capital de giro e investimento em ativos não circulantes da Companhia é a sua própria geração de fluxo de caixa operacional. Eventualmente, como alternativas de financiamento, a Companhia também utiliza linhas de capital de giro dos bancos públicos e privados e empréstimos por meio de linhas de financiamento em moedas estrangeiras com swap para Real com taxa de juros ou inflação brasileira, adicionalmente, poderá utilizar operações de mercado de capitais. Além disso, a Companhia busca constantemente fontes de financiamento a custos atrativos para, quando apropriado, contratá-los.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

Os Diretores acreditam que a geração de caixa operacional da Companhia é suficiente para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações de capital de giro e passivo circulante. Havendo eventual descasamento entre o caixa e equivalentes de caixa e os montantes vincendos no curto prazo, a Companhia conta com linhas de crédito em alguns dos principais bancos comerciais atuantes no país.

Caso a capacidade de geração de caixa da Companhia não seja suficiente para cobrir eventuais deficiências de liquidez, os Diretores entendem que a Companhia conseguirá saná-las com os limites de crédito já aprovados e ainda não utilizados. Os Diretores destacam ainda que a Companhia não tem qualquer compromisso de *equity contribution* de seus controladores para o caso de cobertura de liquidez.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de Empréstimos e Financiamentos Relevantes:

A Companhia contrai dívidas bancárias com o intuito de financiar as atividades operacionais e para financiar o seu crescimento por meio de aquisições ou crescimento orgânico.

Em 31 de dezembro de 2024, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$288.393 mil, uma redução de 41,6%, sendo que R\$176.984 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$111.409 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2023, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$493.475 mil, uma redução de 17,1%, sendo que R\$212.241 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$281.234 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2022, os contratos de empréstimos e financiamentos contratados pela Companhia totalizavam R\$595.566 mil, um aumento de 36,6%, sendo que R\$193.950 mil representavam empréstimos de curto prazo e R\$401.616 mil correspondiam a empréstimos de longo prazo.

A tabela abaixo apresenta a composição do endividamento em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado (R\$ mil) em 31 de dezembro de		
		2024	2023	2022
Empréstimo em moeda estrangeira	EUR + 2,16% a.a	144.871	169.467	175.502
3ª Debêntures 1ª Série	CDI + 2,00% a.a.	178.938	204.095	210.319
4ª emissão de Debêntures	CDI + 2,00% a.a.	204.701	209.550	
5ª emissão de Debêntures	CDI + 1,80% a.a.	151.275	0	
6ª emissão 1ª série de Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	89.560	0	
6ª emissão 2ª série de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	59.708	0	
Instrumento financeiro derivativo swap	CDI + 2,70% a.a.	8.242	52.564	39.946
Contratos FINAME	6% a.a.	164	2.126	4.088
Contratos de Leasing	12,52% a.a. e 13,83% a.a.	0	0	203
Outros		0	141	143
Total		837.459	637.943	430.201
Empréstimos para capital de giro:				
Capital de Giro	CDI + 1,69% a 2,3% a.a	135.116	269.177	375.684
Total		972.575	907.120	805.885
Desmembramento:				
Passivo circulante		299.333	255.965	205.158
Passivo não circulante		673.242	651.155	600.727
Total		972.575	907.120	805.885

A tabela abaixo apresenta o cronograma para pagamento da dívida no valor total de R\$972.575 mil, conforme apurado em 31 de dezembro de 2024:

Capitalização e Caixa (Valores em R\$ ('000))	4T24	AV.(%)	4T23	AV.(%)	4T22	AV.(%)
Curto Prazo	299.333	30,8%	255.965	28,2%	205.158	25,5%
Longo Prazo	673.242	69,2%	651.155	71,8%	600.727	74,5%
Entre um e dois anos	234.024	24,1%	274.110	30,2%	204.996	25,4%
Entre dois e três anos	229.862	23,6%	190.798	21,0%	186.373	23,1%
Entre três e quatro anos	129.522	13,3%	136.436	15,0%	131.314	16,3%
Entre quatro e cinco anos	79.834	8,2%	49.811	5,5%	78.044	9,7%
Acima de cinco anos	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
Total de Empréstimos e Financiamentos	972.575	100,0%	907.120	100,0%	805.885	100,0%

Os empréstimos contraídos pela Companhia contam basicamente com as seguintes garantias: (i) duplicatas a receber; (ii) aval ou fiança outorgada pelo acionista controlador da Companhia; e (iii) alienação e cessão fiduciária dos bens e direitos creditórios.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros praticada e o saldo devedor de nossos contratos financeiros relevantes firmados pela Companhia, referentes aos períodos indicados.

Empresa	Banco	Contrato	Valor do Contrato na data de celebração	Taxa de Juros	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 3ª debêntures de 1ª Série - data de 15/08/22	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	178.938	204.095	210.319
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 4a debêntures de 1ª Série - data de 10/10/23	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	204.701	209.550	-
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 5a debêntures de 1ª Série - data de 15/05/2024	R\$200.000 mil	CDI + 2,00% a.a.	151.275	-	-
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 6a debêntures de 1ª Série - data de 26/12/2024	R\$90.000 mil	CDI + 1,40% a.a.	89.560	-	-
Ser Educacional S.A.	Debêntures	Escritura de emissão de 6a debêntures de 2ª Série - data de 26/12/2024	R\$60.000 mil	CDI + 1,60% a.a.	59.708	-	-
Ser Educacional S.A.	Banco Santander (Brasil) S.A.	270170920	R\$100.000 mil	CDI + 2,30% a.a.	46.099	76.900	97.492
Ser Educacional S.A.	Banco Itaú-Unibanco S.A.	Capital de Giro 100120040009800	R\$200.000 mil	Entre CDI + 2,30% a.a.	75.939	126.963	160.602
Ser Educacional S.A.	Banco Itaú-Unibanco S.A.	Empréstimo em moeda estrangeira com SWAP modalidade 4131	R\$200.000 mil	Eur + 2.15 a.a, com Swap CDI + 2,70 a.a.	153.113	222.031	215.448
Ser Educacional S.A.	Caixa Econômica Federal S.A.	0342397670000005/09	R\$200.000 mil	CDI + 0,14% a.m.	13.078	65.314	117.590
Ser Educacional S.A.	Finame			6% a.a.	164	2.126	4.088
Ser Educacional S.A.	Leasing			0,99% a.m e 1,09% a.m	-	-	203

Em 7 de janeiro de 2022, houve a contratação de empréstimo em moeda estrangeira (modalidade 4131) junto ao Itaú BBA International PLC e contratação de swap junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. no valor de R\$200,0 milhões, com prazo para pagamento em 5 anos, com pagamento semestral, sendo que de juros em 10 parcelas e do principal, em 7 parcelas a partir do 18º mês contado da contratação e taxa final de CDI + 2,70% ao ano.

Em março de 2022, o capital de giro de R\$200,0 milhões de reais, contratado junto à Caixa Econômica Federal, com taxa de CDI + 0,19% a.m., conforme Fato Relevante divulgado em 01 de junho de 2020, foi renovado no valor de R\$156,0 milhões, para um prazo de 36 meses e taxa de CDI+0,14% a.m., com repagamento a ser feito em 12 parcelas trimestrais, sem carência.

Em junho de 2022, houve a renovação dos capitais de giro contratados junto ao Banco Itaú Unibanco S.A. e ao Banco Santander Brasil S.A., conforme Fato Relevante divulgado em 30 de abril de 2020. O capital de giro de R\$200,0 milhões, contratado junto ao banco Itaú Unibanco S.A., com taxa de CDI + 2,75% a.a., foi renovado no valor de R\$150,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.; e o capital de giro de R\$100,0 milhões contratado junto ao Banco Santander Brasil S.A., com taxa de CDI + 2,90% a.a., foi renovado no valor de R\$90,0 milhões, para um prazo de 30 meses e taxa de CDI+2,30% a.a.

Em 15 de agosto de 2022, ocorreu a 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, perfazendo o montante total de R\$200 milhões na data de emissão. As debêntures possuem amortização semestral a partir do 24º mês (inclusive) contado da data de emissão, em 7 parcelas, sendo a última parcela devida na data de vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% ao ano.

Em outubro de 2022, em função da conclusão da 3ª emissão de debêntures simples mencionada acima e das condições de mercado, a Companhia decidiu não solicitar o desembolso do financiamento negociado junto ao IFC em 15 de junho de 2021 e a transação foi cancelada.

Em outubro de 2023, após aprovação de seu Conselho de Administração, a Companhia comunicou a seus acionistas e ao mercado em geral a aprovação da realização de sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 anos, no montante de R\$200.000 mil. As Debêntures terão amortização semestral a partir do 18º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 8 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% (dois por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos captados na 4ª emissão de debêntures da Companhia foram utilizados para alongamento de dívidas (liability management).

Em reunião realizada em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 anos, no montante de R\$150.000 mil. As Debêntures terão amortização anual a partir do 36º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 3 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,80% ao ano, sendo que a remuneração será

paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão foram utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 6ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$150.000 mil, sendo: (i) R\$90.000 mil correspondentes às debêntures da primeira série; (ii) R\$60.000 mil correspondentes às debêntures da segunda série. As Debêntures da Primeira Série, terão prazo de vencimento de 1.084 dias, amortização anual a partir do 24º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,40% ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. As Debêntures da Segunda Série, terão prazo de vencimento de 1.817 dias, amortização anual a partir do 48º mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,60% ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão serão utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

(ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras:

Com exceção das relações constantes dos contratos descritos acima, os Diretores destacam que atualmente a Companhia não mantém outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

(iii) Grau de subordinação entre as dívidas:

Os Diretores destacam que o contrato de FINAME existente possui como garantia a alienação fiduciária do bem adquirido. Para a Caixa Econômica Federal, a Companhia ofereceu garantias de aplicações financeiras e cessão fiduciária de créditos, representando 30% e 5% respectivamente, além de aval corporativo de controladas.

(iv) Eventuais restrições impostas à Companhia em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições:

Os empréstimos para capital de giro requerem a manutenção dos seguintes *covenants*:

	Itaú (i)	Caixa	Santander (i)	Lei 4.131 e Swap (ii)
Divida líquida/EBITDA Ajustado	≤ 2,5	≤ 2,5	≤ 2,5	≤ 2,5
EBITDA Ajustado/Despesa financeira	≥ 2	≥ 2,0	n/a	n/a
Liquidez corrente	n/a	n/a	≥ 1,2	n/a
Período de apuração	Trimestral	Semestral	Anual	Anual

O EBITDA (“*Earnings Before Interests, Taxes, Depreciation and Amortization*”) ajustado considera o lucro operacional acrescido do custo e/ou da despesa com depreciação e/ou

amortização, acrescido ou deduzido do resultado não recorrente e/ou não operacional líquidos e deduzido dos pagamentos mínimos das obrigações de arrendamento.

- (i) O valor do *covenant* da razão entre dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado poderá ser 0,5 maior por 4 trimestres consecutivos, no caso de aquisição societária com objeto social semelhante; e
- (ii) O *covenant* da Lei 4.131/Swap considera o EBITDA contábil somente acrescido ou deduzido do resultado não operacional.

No período encerrado em 31 de dezembro de 2024, os *covenants* relativos aos contratos de empréstimos e financiamentos foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os "covenants" relativos aos contratos de empréstimos e financiamentos foram observados e estão dentro dos limites desejados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o "covenant" (i) da razão entre a dívida financeira líquida e o EBITDA ajustado apresentou valor de 2,68, de forma pontual e extraordinária. Assim, o Grupo reclassificou para o circulante o montante de R\$ 65.000 referente à parcela da dívida vincenda nos exercícios de 2024 e 2025, conforme requerido pela CPC 26 / IAS 1. Com a obtenção do "waiver" junto à referida instituição financeira, em 10 de março de 2023, que isentou o cumprimento desse *covenant* para 31 de dezembro de 2022, o Grupo reclassificou de volta para o não circulante as parcelas vincendas a partir de março de 2024, no montante de R\$ 52.000.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2022, com exceção do "covenant" da Caixa Econômica Federal, conforme acima, os demais "covenants" foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites contratados.

Covenants Não Financeiros

O Agente Fiduciário considera vencidas as obrigações da Emissora sem aviso prévio nas seguintes situações:

1. Pedido de mediação ou recuperação judicial pela Emissora ou Controladas.
2. Ingresso em juízo para recuperação judicial.
3. Pedido de aut falência ou falência por terceiros.
4. Liquidação, dissolução ou extinção da Emissora.
5. Inexequibilidade da Escritura de Emissão.
6. Inadimplemento de obrigações pecuniárias em até 1 dia útil.
7. Transformação da Emissora em outro tipo societário.
8. Declaração de vencimento antecipado de dívidas superiores a R\$20 milhões.
9. Pagamento de dividendos enquanto inadimplente com Debêntures.
10. Cessão ou promessa de cessão de obrigações relacionadas às Debêntures.
11. Reorganização societária que implique alienação de controle.
12. Redução do capital social.
13. Mudança no controle acionário, exceto entre empresas do mesmo grupo.
14. Questionamento judicial sobre a Escritura de Emissão.
15. Declarações falsas ou enganosas pela Emissora.

Comunicação da Emissora

- A Emissora deve comunicar ao Agente Fiduciário em até 3 dias úteis sobre a ocorrência dos eventos que levam ao vencimento antecipado.

Vencimento Antecipado Não Automático

- O Agente Fiduciário deve convocar AGD em até 2 dias úteis ao tomar ciência de eventos que podem levar ao vencimento não automático:
 1. Descumprimento de obrigações não pecuniárias.
 2. Não renovação de autorizações essenciais.
 3. Mudança do objeto social da Emissora.
 4. Questionamento judicial não resolvido em 10 dias.
 5. Ato governamental para expropriação de ativos.
 6. Descumprimentos de leis anticorrupção e ambientais.
 7. Decisões judiciais que envolvam desembolsos superiores a R\$20 milhões.
 8. Protesto de títulos em valor superior a R\$20 milhões.
 9. Inadimplemento de obrigações financeiras em valor igual ou superior a R\$20 milhões.
 10. Transferência de ativos acima de R\$20 milhões.
 11. Uso dos recursos das Debêntures em destinação diversa.
 12. Concessão de empréstimos ou garantias acima de R\$20 milhões.
 13. Rebaixamento de classificação de risco em 2 níveis ou mais.
 14. Cancelamento da listagem das ações na B3.

Nos exercícios de 2022, 2023 e 2024, a Companhia realizou emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, nos termos da instrução da CVM nº 476, conforme segue:

	3ª Emissão	4ª Emissão	5ª Emissão	6ª Emissão 1ª Série	6ª Emissão 2ª Série
Data de emissão	15/08/2022	19/10/2023	24/05/2024	26/12/2024	26/12/2024
Quantidade	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Valor nominal - R\$	1.000	1.000	1.000	1.000	1.000
Valor total	200.000	200.000	150.000	90.000	60.000
Custo incorrido	1.240	1.131	1.061	578	385
Encargos	CDI + 2,0%	CDI + 2,0%	CDI + 1,8%	CDI + 1,4%	CDI + 1,6%
Prazo	5 anos	5 anos	5 anos	3 anos	5 anos
Data de vencimento	15/08/2027	19/10/2028	24/05/2029	15/12/2027	17/12/2029
Carência	18 meses	24 meses	30 meses	18 meses	42 meses
Amortização - Principal + Juros	Semestral	Semestral	Anual	Anual	Anual
Uso	Reforço de caixa	Alongamento de dívidas	Reforço de caixa	Reforço de caixa	Reforço de caixa

A movimentação da dívida na Controladora e no Consolidado é a seguinte:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Saldo em 1º de janeiro	413.645	210.319
Captação de debêntures	300.000	200.000
Custos de captação	(2.025)	(1.131)
Custos de captação apropriados	124	286
Juros incorridos	61.298	34.686
Juros pagos	(60.289)	(30.515)
Amortização	(28.571)	
Saldo em 31 de dezembro	684.182	413.645
(-) Circulante	(122.349)	(43.724)
Não circulante	561.833	369.921

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma:

	Controladora e Consolidado	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Circulante		
Até um ano	122.349	43.724
Não circulante		
Entre um e dois anos	151.187	106.669
Entre dois e três anos	201.290	106.669
Entre três e quatro anos	129.522	106.772
Acima de quatro anos	79.834	49.811
	561.833	369.921
	684.182	413.645

As debêntures requerem a manutenção de *covenants* financeiros, apurados trimestralmente, com base nas demonstrações financeiras consolidadas que são: (i) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado que não deve ser superior a 2,5x, e (ii) a razão entre o EBITDA e a despesa financeira líquida deve ser maior ou igual a 2x.

Modalidade	Encargos financeiros	Controladora e Consolidado	
		31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
3ª emissão de Debêntures	CDI + 2,00% a.a.	178.938	204.095
4ª emissão de Debêntures	CDI + 2,00% a.a.	204.701	209.550
5ª emissão de Debêntures	CDI + 1,80% a.a.	151.275	
6ª emissão 1ª série de Debêntures	CDI + 1,40% a.a.	89.560	
6ª emissão 2ª série de Debêntures	CDI + 1,60% a.a.	59.708	
		684.182	413.645
(-) Circulante		(122.349)	(43.724)
Não circulante		561.833	369.921

No período findo em 31 de dezembro de 2024, os *covenants* relativos aos contratos de debêntures foram observados e estão dentro das condições estabelecidas nas cláusulas contratuais financeiras acima mencionadas.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os “*covenants*” relativos aos contratos de debêntures foram observados e estão dentro dos limites desejados.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, os “covenants” relativos ao contrato de emissão de debêntures foram observados e não apresentaram valores superiores aos limites impostos.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Os Diretores esclarecem que o financiamento específico para aquisição de bem, como o FINAME, está vinculado ao ativo financiado. Os demais financiamentos contratados não possuem restrição de uso e visam suprir, principalmente, as necessidades de capital de giro e de reposição do caixa e financiar as estratégias de crescimento da Companhia, ou seja, não há limites para utilização dos financiamentos contratados.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

A discussão a seguir sobre a situação financeira e o resultado das operações da Companhia deverá ser lida em conjunto com as suas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 e as respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 2.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2024/2023
	2024		2023		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	1.981.354	100,0%	1.830.934	100,0%	8,2%
Custos dos serviços prestados	(887.127)	-44,8%	(881.561)	-48,1%	0,6%
LUCRO BRUTO	1.094.227	55,2%	949.373	51,9%	15,3%
Despesas gerais e administrativas	(791.721)	-40,0%	(715.956)	-39,1%	10,6%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(63.577)	-3,2%	(26.136)	-1,4%	143,3%
LUCRO OPERACIONAL	238.929	12,1%	207.281	11,3%	15,3%
Receita financeira	92.181	4,7%	65.880	3,6%	39,9%
Despesas financeiras	(317.479)	-16,0%	(296.821)	-16,2%	7,0%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	13.631	0,7%	(23.660)	-1,3%	N.M.
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(14.793)	-0,7%	(4.384)	-0,2%	237,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(1.162)	-0,1%	(28.044)	-1,5%	N.M.
Atribuído aos Acionistas da Controladora	(1.162)	-0,1%	(28.044)	-1,5%	N.M.
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou 8,2% em 2024, ficando em R\$1.981.354 mil no período de 31 de dezembro de 2024, ante R\$1.830.934 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação é decorrente principalmente de (i) aumento do volume de alunos matriculados tanto na graduação híbrida quanto no ensino digital, em função da melhoria da taxa de captação; (ii) do crescimento da base de alunos do curso de Medicina, e (iii) do repasse da inflação. Esses vetores de crescimento foram parcialmente compensados pelo crescimento na linha de descontos e bolsas de 18,6%, em função principalmente dos maiores descontos ofertados para alunos de safras mais antigas e por conta da melhoria da pontualidade e assiduidade de pagamento dos alunos, que impactam essa linha.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia contava com 330.284 alunos matriculados, ante os 312.898 alunos em 31 de dezembro de 2023. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, 88,1% (ou R\$3.906,0 milhões) correspondeu às mensalidades de ensino híbrido (graduação + pós-graduação), comparado a 86,6% (ou R\$3.438,0 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2023.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, os custos dos serviços totalizaram R\$887.127 mil, ante R\$881.561 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, um leve aumento de 0,6% na comparação 2024 x 2023. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude de:

(i) os custos de pessoal e encargos ficaram praticamente em linha em comparação a 2023, com um aumento de 0,4%, finalizando o ano de 2024 em R\$474.211 mil, contra um total de R\$472.197 mil ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, principalmente devido ao aumento do número da média de alunos por turma, avanço do modelo acadêmico Ubíqua e a execução do plano de otimização operacional que vem sendo realizado pela Companhia, parcialmente compensados pelo dissídio salarial anual e pelo aumento da carga horária, em função do crescimento da base de alunos do ensino híbrido e seus respectivos encargos sociais;

(ii) os custos com aluguéis atingiram R\$21.144 mil no final do exercício 2024, contra R\$21.158 milhões em 2023, ficando em linha na comparação 2024 x 2023, com uma redução de 0,1%. Os custos com aluguéis foram impactados por: (a) aumento da quantidade de contratos de aluguel que não se enquadram no IFRS 16 (máquinas, equipamentos e locações de curto prazo); (b) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação; (c) implantação do plano de otimização operacional que visou otimizar a locação e ocupação do parque imobiliário; e (d) efeito não-recorrente de R\$2,1 milhões referente a multas de devoluções de imóveis locados em linha com o plano de readequação imobiliária.

(iii) a linha de concessionárias apresentou um crescimento de 19,9%, em decorrência do aumento da base de alunos de Ensino Híbrido, em especial em cursos de saúde, que possuem carga horária maior em função das aulas práticas, e do crescimento das unidades mais novas, na comparação dos resultados entre 2024 e 2023, além do aumento tarifário em diversos estados; e

(iv) a linha de serviços de terceiros e outros totalizou R\$138.311 mil no exercício social de 2024, contra R\$139.687 mil em 2023, representando uma redução de 1,0% na comparação 2024 x 2023. Essa variação ocorreu principalmente em virtude da redução de custos com insumos de laboratórios e repasse a polos, parcialmente compensada pelo aumento da base de alunos de graduação híbrida, especialmente no segmento da saúde, que gera custos variáveis com licenças de software e custos com preceptorias em aulas práticas.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 48,1%, no período de 31 de dezembro de 2023, para 44,8% em 31 de dezembro de 2024.

Lucro Bruto

O lucro bruto passou de R\$949.373 mil, no período de 31 de dezembro de 2023, para R\$1.094.227 mil, no período de 31 de dezembro de 2024, representando um aumento de 15,3% na comparação 2024 x 2023. O aumento do lucro bruto decorre do desenvolvimento orgânico do Ensino Híbrido e Digital, e do aumento dos custos em ritmo menor do que o crescimento da receita líquida, em função do plano de otimização operacional implantado pela Companhia. Devido a estes fatores, a margem bruta ficou em 55,2%, em 2024, ante 51,9%, em 2023, o que representa um aumento de 3,4 p.p.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas totalizaram R\$791.721 mil ao final do exercício 2024, um aumento de 10,6% na comparação com 2023, quando as despesas gerais e administrativas atingiram R\$715.956 mil.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido ao aumento apresentado nas despesas com:

(i) a linha de pessoal e encargos sociais apresentou um aumento de 6,9% em 2024 comparado com 2023, devido principalmente ao dissídio coletivo, aumento do provisionamento da Participação no Lucro dos Resultados (PLR) e do Plano de Concessão de Ações e internalização de algumas atividades terceirizadas. Houve também um efeito não-recorrente de R\$11.319 mil relacionado a multas indenizatórias decorrentes da readequação da estrutura administrativa;

(ii) Em 2024, os serviços prestados apresentaram um aumento de 9,6% em relação ao exercício de 2023, devido principalmente a despesas não-recorrentes que totalizaram R\$19.194 mil, parcialmente compensadas pelos esforços da Companhia em otimizar suas operações, da internalização de algumas atividades terceirizadas e descontinuação de unidades e polos com menor eficiência;

(iii) as despesas com publicidade apresentaram um crescimento de 9,2% em 2024, quando comparadas com 2023, ficando em linha como percentual da receita líquida, atingindo 7,6% no exercício 2024, mesmo percentual alcançado no exercício 2023. O crescimento das despesas com publicidade ocorreu principalmente devido: (i) ao crescimento das operações da Companhia; (ii) ao lançamento de cursos de medicina credenciados ou em operação por decisões judiciais; (iii) à inflação; e (iv) adoção de medidas para melhorar a eficiência operacional e ao foco na melhoria do portfólio de cursos

ofertados nos segmentos de Ensino Híbrido e Digital que compensaram parcialmente o aumento ocorrido em nessa linha;

(iv) a linha de PDD e Perdas Efetivas apresentou crescimento de 23,2% na comparação 2024 x 2023, com um aumento também como percentual da receita líquida, passando de 8,8% em 2023, para 10,0%, em 2024, em decorrência do aumento da base de receita líquida no Ensino Híbrido e evasão do Ensino Digital, no exercício 2024, aliado à baixa dos títulos de acordos, do período pós-pandemia, que cumpriram os 2 anos com menor recuperabilidade e maior provisionamento e ao ajuste do saldo remanescente da carteira do Educared, compensado pela melhoria na recuperação de mensalidades atrasadas, pela introdução do programa Ser Solidário e pelo aumento da pontualidade nos pagamentos das mensalidades ao longo do ano, o que, por sua vez, impactou a necessidade de provisionamento no ciclo do IFRS 9; e

(v) em 2024, a linha de Outros apresentou um aumento de 0,4%, em linha quando comparada com 2023, sendo os principais registros nessa linha as despesas com sistemas e os gastos com obras de manutenção de imóveis como parte do projeto de otimização operacional, que apresentaram uma redução em 2024, compensados por um menor volume de custos com viagens, visitas de credenciamento e credenciamento de cursos, congressos e outras atividades.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 39,1% no exercício 2023 para 40,0% no exercício 2024, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia auferiu outras despesas operacionais, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", no montante de R\$63.577 mil negativos, em função principalmente de efeitos não-recorrentes, que incluem: (i) provisão para impairment do ágio nas aquisições da ABES, UNI7 e CDMV; (ii) baixa de direito de uso líquida das obrigações de arrendamento relativa às entregas de imóveis e do recálculo de aluguéis referente à adequação das normas do IFRS 16; (iii) baixa de imobilizado devido à devolução de imóveis; e (iv) registro de provisão para contingências tributárias, cujo o efeito caixa é esperado para 2025. Já para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$26.136 mil negativos, em função principalmente das baixas de ativos imobilizados e de direito de uso de imóveis devolvidos, cujas operações foram descontinuadas.

Lucro Operacional

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou um lucro operacional de R\$238.929 mil, ante um lucro operacional de R\$207.281 mil no período de 31 de dezembro de 2023. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras aumentaram 39,9% no exercício social de 2024, passando de R\$65.880 mil no exercício 2023, para R\$92.181 mil no exercício 2024, em decorrência, principalmente do (i) aumento da receita com variação cambial ativa, oriunda do swap do

empréstimo contraído na modalidade 4131 (que é compensado pelas despesas financeiras de variação cambial passiva); (ii) ajuste de marcação a mercado de derivativos financeiros que passou a ser registrada pela Companhia a partir do 4T23, conforme dispõe o CPC 46, representando um efeito contábil, sem efeito caixa; (iii) redução da cobrança de juros de alunos. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 3,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, para 4,7% no exercício findo em 31 de dezembro em 2024.

Despesas financeiras

As despesas financeiras subiram 7,0% no exercício social de 2024, passando de R\$296.821 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023, para R\$317.479 mil no período findo em 31 de dezembro de 2024, em decorrência, principalmente, das variações das seguintes despesas:

- (i) as Despesas de Juros aumentaram 4,7%, passando de R\$87.487 mil em 2023 para R\$91.562 mil em 2024, em virtude do aumento da taxa média de juros no Brasil, parcialmente compensado pela redução do endividamento líquido;
- (ii) os Juros de Arrendamentos Mercantis apresentaram um aumento de 3,4% na comparação 2024 x 2023, atingindo R\$79.399 mil em 2024, contra R\$76.790 mil em 2023, em função da remensuração de imóveis alugados, compensado pela entrega de imóveis, além de um efeito não-recorrente ocorrido no quarto trimestre de 2023, que reduziu a despesa de juros de arrendamento em R\$4,5 milhões em função do ajuste nas premissas da taxa incremental versus o custo de capital;
- (iii) os Descontos Concedidos atingiram R\$61.438 mil em 2024, ante R\$57.815 mil em 2023, representando um aumento de 6,3%, decorrente do maior volume de descontos financeiros nos acordos para recuperação de créditos de mensalidades antigas na comparação entre os dois períodos, principalmente entre 361 e 720 dias, na comparação entre os dois períodos;
- (iv) a linha de Juros sobre Compromissos a Pagar atingiu R\$4.684 mil em 2024, decorrente da CDI dos compromissos a pagar de aquisições, contra R\$7.141 mil em 2023;
- (v) Juros e Resultado Swap sobre Empréstimos aumentou 6,2%, passando de R\$44.117 mil em 2023 para R\$46.864 mil em 2024, em função da marcação a mercado de derivativos.
- (vi) A linha Outros das Despesas Financeiras atingiram R\$21.164 mil em 2024, representando um crescimento de 33,4%, quando comparado com 2023, quando terminou o exercício em R\$15.865 mil, em virtude do efeito não-recorrente de R\$9.938 mil relacionadas a execução de operações financeiras no período.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 16,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 para 16,0% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício 2024, houve um lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$13.631 mil, ante um prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$23.660 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

No período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, o montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, atingiu R\$14.793 mil, em virtude do lucro agregado de parte das empresas da Companhia, e de adições temporárias sazonais, incluindo o impacto do ajuste da marcação a mercado de derivativos financeiros, das movimentações nos direitos de uso e obrigações de arrendamento e, principalmente, da provisão para impairment de ágio na aquisição de investimentos que não encontram respaldo na apuração do lucro da exploração (lucro incentivado). Já no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, o montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, atingiu R\$4.384 mil, mesmo com a Companhia tendo apresentado prejuízo no período, em virtude das controladas com lucro e dos ajustes legais ao prejuízo, principalmente da controladora.

Lucro (prejuízo) líquido do período

No exercício 2024, em virtude dos motivos mencionados acima, nas análises das variações, houve um prejuízo de R\$1.162 mil, ante um prejuízo de R\$28.044 mil no exercício 2023.

As tabelas abaixo apresentam os valores relativos à demonstração dos resultados consolidados para os períodos encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

Demonstração do Resultado do Exercício Consolidado					
(em milhares de reais)	Nos períodos doze meses encerrados em 31 de dezembro de				2023/2022
	2023		2022		
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita líquida dos serviços prestados	1.830.934	100,0%	1.676.343	100,0%	9,2%
Custos dos serviços prestados	(881.561)	-48,1%	(842.844)	-50,3%	4,6%
LUCRO BRUTO	949.373	51,9%	833.499	49,7%	13,9%
Despesas gerais e administrativas	(715.956)	-39,1%	(648.553)	-38,7%	10,4%
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(26.136)	-1,4%	(209.174)	-12,5%	-87,5%
LUCRO OPERACIONAL	207.281	11,3%	(24.228)	-1,4%	N.M.
Receita financeira	65.880	3,6%	126.752	7,6%	-48,0%
Despesas financeiras	(296.821)	-16,2%	(317.435)	-18,9%	-6,5%
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(23.660)	-1,3%	(214.911)	-12,8%	-89,0%
Imposto de renda e contribuição social e incentivos fiscais	(4.384)	-0,2%	(7.237)	-0,4%	-39,4%
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(28.044)	-1,5%	(222.148)	-13,3%	-87,4%
Atribuído aos Acionistas da Controladora	(28.044)	-1,5%	(222.148)	-13,3%	-87,4%
Participação dos não controladores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%

Receita líquida dos serviços prestados

A receita líquida dos serviços prestados aumentou 9,2% em 2023, ficando em R\$1.830.934 mil no período de 31 de dezembro de 2023, ante R\$1.676.343 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Na opinião dos Diretores da Companhia, esta variação é decorrente principalmente de (i) aumento do volume de alunos matriculados tanto na graduação híbrida quanto no ensino digital, em função da melhoria das taxas de captação e evasão.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia contava com 312.898 alunos matriculados, ante os 295.162 alunos em 31 de dezembro de 2022. Do total da receita bruta dos serviços prestados no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, 86,6% (ou R\$3.438,0 milhões) correspondeu às mensalidades de ensino híbrido (graduação + pós-graduação), comparado a 82,4% (ou R\$2.824,5 milhões) no exercício findo em 31 de dezembro 2022.

Custos dos serviços prestados

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, os custos dos serviços totalizaram R\$881.561 mil, ante R\$842.844 mil no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um aumento de 4,6% na comparação 2023 x 2022. Na visão dos Diretores da Companhia, essa variação decorreu, principalmente, em virtude de:

(i) os custos de pessoal e encargos apresentaram um aumento de 3,5% em comparação a 2022, alcançando R\$472.197 mil no período de 31 de dezembro de 2023. Excluindo-se os custos de pessoal das aquisições, a linha de pessoal e encargos ficou em linha com 2022, com um aumento de 0,1%, encerrando o exercício 2023 em R\$456.522 mil, principalmente por conta da otimização da alocação da carga horária docente no segmento de ensino híbrido;

(ii) os custos com aluguéis atingiram R\$21.158 mil no final do exercício 2023, contra R\$15.100 milhões em 2022, um aumento de 40,1%. Os custos com aluguéis foram impactados por: (a) aumento do volume de contratos de aluguel que não se enquadram na regra do IFRS 16; (b) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação; (c) aumento da base de imóveis locados e do retorno dos aluguéis de vários imóveis da UNINORTE, antecipados em maio de 2017 e classificados como "Contrato de Aluguel Vantajoso", que foram reconhecidos como amortização até maio de 2022; e (d) efeito não-recorrente de R\$1,5 milhão referente a multas de devoluções de imóveis locados em linha com o plano de readequação imobiliária em curso.

(iii) a linha de concessionárias apresentou um crescimento de 15,9%, em decorrência da inflação do período, da retomada total das atividades administrativas e aulas práticas presenciais, na comparação dos resultados entre 2023 e 2022, e da aquisição da UNI7; e

(iv) a linha de serviços de terceiros e outros totalizou R\$139.687 mil no exercício social de 2023, contra R\$135.690 mil em 2022, representando um aumento de 2,9% na comparação 2023 x 2022. Essa variação ocorreu principalmente em virtude do (i) comissionamento de polos parceiros em função do aumento de sua participação na receita gerada do Ensino Digital; (ii) maior custo de licenças de acesso à plataforma de ensino digital em decorrência do crescimento da base total de alunos; (iii) incremento dos custos de preceptoria devido à maior quantidade de alunos matriculados dos cursos da área da saúde nos últimos períodos, que possuem maior carga horária de aulas práticas, conforme a progressão das turmas; (iv) resultados do plano de otimização operacional, em especial em sinergias geradas na integração com a UNIFAEL e materiais didáticos. Excluindo-se os custos das aquisições, a linha de serviços de terceiros e outros ficou em R\$138.937 mil, um aumento de 2,4% em relação ao exercício social de 2022.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, os custos dos serviços prestados passaram de 50,3%, no período de 31 de dezembro de 2022, para 48,1% em 31 de dezembro de 2023.

Lucro Bruto

O lucro bruto passou de R\$833.499 mil, no período de 31 de dezembro de 2022, para R\$949.373 mil, no período de 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 13,9% na comparação 2023 x 2022. O aumento do lucro bruto decorre do desenvolvimento orgânico do Ensino Híbrido e Digital, e do aumento dos custos em ritmo menor do que o crescimento da receita líquida, em função do plano de otimização operacional implantado pela Companhia. Devido a estes fatores, a margem bruta ficou em 51,4%, em 2023, ante 49,7%, em 2022, o que representa um aumento de 1,7 p.p.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas aumentaram 10,4% no ano de 2023, passando de R\$648.553 mil no período findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$715.956 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Na visão dos Diretores da Companhia, esta variação se deu, principalmente, devido ao aumento apresentado nas despesas com:

(i) a linha de pessoal e encargos sociais apresentou um aumento de 13,7% em 2023 comparado com 2022, devido principalmente à aquisição da UNI7 e ao efeito não-recorrente de R\$16.338 mil relacionado a multas indenizatórias decorrentes da readequação da estrutura administrativa para comportar a atual base de alunos da Companhia, da internalização de atividades terceirizadas e ao dissídio coletivo de 2023;

(ii) Em 2023, os serviços prestados tiveram uma queda de 3,7% em relação ao exercício de 2022, principalmente em função dos esforços da Companhia em otimizar suas operações e da internalização de atividades terceirizadas.;

(iii) as despesas com publicidade reduziram 14,6% em 2023, quando comparadas com 2022, passando de 9,7% para 7,6% da receita líquida, devido principalmente à melhoria da estratégia comercial da Companhia, resultado principalmente das medidas adotadas para melhorar a eficiência operacional e do foco na melhoria do portfólio de cursos ofertados nos segmentos de Ensino Híbrido e Digital;

(iv) a linha de PDD e Perdas Efetivas apresentou crescimento de 41,7% na comparação 2023 x 2022, com um aumento também como percentual da receita líquida, passando de 6,8% em 2022, para 8,8%, em 2023, em decorrência do aumento da base de receita líquida no Ensino Híbrido e evasão do Ensino Digital, no exercício 2023, aliado à baixa dos títulos de 2021, do período de pandemia, que cumpriram o período de 2 anos com menor recuperabilidade e maior provisionamento; e

(v) a linha de Outros teve aumento de 26,4% em 2023, quando comparada com 2022, em função basicamente do incremento de viagens, congressos e eventos, decorrente da retomada das atividades comerciais e regulatórias da Companhia após a pandemia da Covid-19, e do incremento das despesas com manutenção predial e suporte de sistemas para a transformação digital da Companhia.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas gerais e administrativas passaram de 38,7% no exercício 2022 para 39,1% no exercício 2023, refletindo as variações ocorridas nas despesas citadas no parágrafo anterior.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Companhia auferiu outras despesas operacionais, líquido entre "outras receitas e outras despesas operacionais", no montante de R\$26.136 mil negativos, em função principalmente das baixas de ativos imobilizados e de direito de uso de imóveis devolvidos, cujas operações foram descontinuadas e para o período de 31 de dezembro de 2022, a Companhia auferiu outras despesas operacionais no montante de R\$209.174 mil negativos, em função principalmente de eventos não recorrentes no exercício (i) baixa contábil do goodwill e dos intangíveis identificados referente as aquisições da UNG, CETEBA e Juvêncio Terra, sem efeito caixa, (ii) baixas de arrendamentos de distratos de contratos de alugueis, (iii)

estorno de depósitos judiciais, (iv) devolução de créditos fiscais aos vendedores da Uninorte, não considerada no preço de compra.

Lucro Operacional

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou um lucro operacional de R\$207.281 mil, ante um prejuízo operacional de R\$24.228 mil no período de 31 de dezembro de 2022. Os Diretores destacam que as variações decorrem das explicações das contas contábeis supracitadas.

Receitas financeiras

As receitas financeiras reduziram 48,0% no exercício social de 2023, passando de R\$126.752 mil no exercício 2022, para R\$65.880 mil no exercício 2023, em decorrência, principalmente do (i) redução da receita com variação cambial ativa, oriunda do swap do empréstimo contraído na modalidade 4131 (que é compensado pelas despesas financeiras de variação cambial passiva) (ii) redução da cobrança de juros de alunos;. Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as receitas financeiras passaram de 7,6% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, para 3,6% no exercício findo em 31 de dezembro em 2023.

Despesas financeiras

As despesas financeiras caíram 6,5% no exercício social de 2023, passando de R\$317.435 mil no período findo em 31 de dezembro de 2022, para R\$296.821 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023, em decorrência, principalmente, das variações das seguintes despesas:

(i) as Despesas de Juros aumentaram 18,9%, passando de R\$73.571 mil em 2022 para R\$87.487 mil em 2023, em virtude do aumento da taxa de juros (CDI) acumulada na comparação entre os dois anos sobre a dívida financeira, aliado ao aumento do endividamento bruto;

(ii) os Juros de Arrendamentos Mercantis apresentaram um aumento de 3,3% na comparação 2023 x 2022, atingindo R\$76.790 mil em 2023, contra R\$74.303 mil em 2022, em função da remensuração de imóveis alugados, compensado pela entrega de imóveis;

(iii) os Descontos Concedidos atingiram R\$57.815 mil em 2023, ante R\$49.997 mil em 2022, representando um aumento de 15,6%, decorrente do maior volume de descontos financeiros nos acordos para recuperação de créditos de mensalidades antigas na comparação entre os dois períodos, principalmente dos títulos atrasados durante a pandemia, em função do aumento da base de alunos média nos últimos anos e do movimento de retomada da economia;

(iv) a linha de Juros sobre Compromissos a Pagar atingiu R\$7.141 mil em 2023, decorrente da CDI dos compromissos a pagar de aquisições, contra R\$10.901 mil em 2022;

(v) Juros e Resultado Swap sobre Empréstimos reduziu 56,2%, passando de R\$100.692 mil em 2022 para R\$44.117 mil em 2023, em função da marcação a mercado de derivativos.

(vi) A linha Outros das Despesas Financeiras atingiram R\$15.865 mil em 2023, representando um crescimento de 99,0%, quando comparado com 2022, quando terminou o exercício em R\$7.971 mil, em virtude do efeito não-recorrente de R\$2,3 relacionadas a execução de operações financeiras no período.

Como percentual da receita líquida dos serviços prestados, as despesas financeiras passaram de 18,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 para 16,2% no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social

No exercício 2023, houve um prejuízo contábil antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$23.660 mil, ante um prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$214.911 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Imposto de renda, contribuição social e incentivos fiscais

O montante devido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, incluindo o benefício dos incentivos fiscais aplicáveis às entidades de ensino superior (PROUNI) e do diferimento dos tributos sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, atingiu R\$4.384 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023, mesmo com a Companhia tendo apresentado prejuízo no período, em virtude das controladas com lucro e dos ajustes legais ao prejuízo, principalmente da controladora, ante R\$7.237 mil no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2022, mesmo com a Companhia tendo apresentado prejuízo no período, em virtude das controladas com lucro e dos ajustes legais ao prejuízo, principalmente da controladora.

Lucro (prejuízo) líquido do período

No exercício 2023, em virtude dos motivos mencionados acima, nas análises das variações, houve um prejuízo líquido de R\$28.044 mil, ante um prejuízo de R\$222.148 mil no exercício 2022.

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 12,8% no exercício social de 2024, passando de R\$874.528 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$986.134 mil em 31 de dezembro de 2024. As principais variações foram:

(i) aumento de 72,2% em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$215.267 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$370.728 mil em 31 de dezembro de 2024, em decorrência principalmente do aumento da geração operacional de caixa líquida decorrente

do crescimento orgânico operacional, da venda de carteira e do aumento do recebimento de FIES;

(ii) a linha Títulos e Valores Mobiliários passou de R\$77.585 mil em 31 de dezembro de 2023, tendo essa posição sido zerada em 31 de dezembro de 2024, em virtude da realização de cerca de R\$104,9 milhões em amortização de dívidas, e do aumento do CAPEX em R\$32,3 milhões, na comparação entre os dois períodos;

(iii) aumento de 4,8% no Contas a Receber de Clientes, que passou de R\$520.047 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$545.054 mil em 31 de dezembro de 2024, devido ao aumento do faturamento da Companhia por conta do crescimento orgânico da base de alunos do ensino híbrido e do ensino digital (EAD);

(iv) aumento de 61,5% nos Tributos a Recuperar, que passou de R\$26.037 mil em 2023, para R\$42.053 mil em 2024, em função da consolidação das aquisições recentes; e

(v) redução de 20,1% em Outros Ativos, que passou de R\$25.698 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$20.521 mil em 31 de dezembro de 2024, devido à redução dos adiantamentos a colaboradores e das despesas antecipadas, parcialmente compensados pelo aumento dos adiantamentos para investimentos em laboratórios dos polos EAD.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante registrou uma redução de 5,5% no exercício social de 2024, passando de R\$2.614.405 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$2.469.953 mil em 31 de dezembro de 2024. As principais variações foram:

(i) aumento de 1.478,5% no Contas a Receber de Clientes, de R\$1.493 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$23.567 mil em 31 de dezembro de 2024, em função da reclassificação para o grupo do não circulante dos créditos educativos a receber com vencimentos superiores a 365 dias;

(ii) a linha de Partes Relacionadas apresentou saldo zerado em 31 de dezembro de 2024, ante um saldo de R\$163 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude do encerramento das obrigações dessa natureza;

(iii) redução de 20,2% em Depósitos e Bloqueios Judiciais, de R\$27.230 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$21.720 mil em 31 de dezembro de 2024, devido à redução de processos com depósitos realizados junto às varas judiciais e às instituições financeiras ou que estão sendo substituídos por seguro-garantia judicial;

(iv) redução de 21,7% na linha Fundo Garantidor FG-FIES, de R\$87.423 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$68.494 mil em 31 de dezembro de 2024, devido ao complemento da provisão para perdas esperadas do Fundo. No contexto do novo FIES iniciado em 2018, é realizada a retenção de 13,0% a 27,5% do valor pago às instituições, com o objetivo de aplicar esses recursos no Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES). Este fundo será utilizado para cobrir eventuais perdas do programa de forma individualizada por cada instituição de ensino. Os valores aportados no fundo são restritos e não podem ser resgatados ou utilizados para outros fins sem a autorização do Fundo Nacional de

Desenvolvimento da Educação (FNDE). Devido à ausência de apresentação de extratos compatíveis com a evolução da base de alunos matriculados no FIES, a Companhia decidiu aumentar a provisão para o ajuste atuarial do programa de 37% para 50%. Essa mudança gerou um efeito não-recorrente, resultando em um impacto de R\$17,1 milhões, sem afetar a geração de caixa do exercício. A Companhia está mantendo diligências junto à Caixa Econômica Federal, gestora do fundo, para conciliar os valores dos extratos disponibilizados com as informações internas. Além disso, está buscando obter informações sobre a cobrança de alunos inadimplentes;

(v) aumento de 4,0% em Tributos Diferidos, que passou de R\$23.706 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$22.755 mil em 31 de dezembro de 2024, em virtude de maior saldo das contas representativas das bases para diferimento tributário no período;

(vi) redução de 2,8% no Intangível, que passou de R\$1.191.786 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$1.158.595 mil em 31 de dezembro de 2024, praticamente estável na comparação com os dois períodos;

(vii) redução de 13,7% em Direito de Uso, que passou de R\$735.278 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$634.547 mil em 31 de dezembro de 2024, em virtude da redução do parque imobiliário locado ocorrida na comparação entre os dois períodos; e

(vii) o Imobilizado ficou em R\$455.975 mil em 31 de dezembro de 2024, uma redução de 0,7% na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2023, quando ficou em R\$459.333 mil tendo em vista a devolução de imóveis e da migração dos investimentos para o ensino digital, parcialmente compensado pelo registro do imobilizado das novas unidades.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 11,3%, passando de R\$656.430 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$730.864 mil em 31 de dezembro de 2024. As principais variações foram:

(i) redução de 13,8% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$197.440 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$170.134 mil em 31 de dezembro de 2024, em virtude da amortização de dívidas realizadas ao longo de 2024;

(ii) No exercício social de 2024, foi registrado o montante de R\$6.850 mil, na linha Instrumentos financeiros derivativos – swap, em virtude principalmente da contratação, em 7 de janeiro de 2022, de empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62, junto ao Itaú BBA International PLC, no valor de EUR 31.182 mil, com incidência de juros de 2,16% ao ano, sendo realizado swap integral com lastro no CDI junto ao Itaú Unibanco S.A., em valor equivalente a R\$ 200.000 mil, para reforçar a posição de caixa visando ao pagamento da aquisição da FAEL. O referido empréstimo terá incidência de encargos baseados na variação do CDI acrescidos de juros de 2,70% ao ano e possui prazo de 5 anos, tendo vencimento final em 7 de janeiro de 2027, com carência de 18 meses, amortização em 7 parcelas semestrais a partir do 24º mês e pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e garantia de aval corporativo;

(iii) Em reunião realizada em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, no montante de R\$150.000 mil, nos termos da Resolução CVM 160 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures terão amortização anual a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 3 (três) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão foram utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia. Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$150.000 mil, sendo: (i) R\$90.000 mil correspondentes às debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) R\$60.000 mil correspondentes às debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série", e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série, as "Debêntures"), nos termos da Resolução CVM 160, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures da Primeira Série, terão prazo de vencimento de 1.084 (mil e oitenta e quatro) dias, amortização anual a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 (duas) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,40% (um inteiro e oitenta quarenta por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. As Debêntures da Segunda Série, terão prazo de vencimento de 1.817 (mil oitocentos e dezessete) dias, amortização anual a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 (duas) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão serão utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia. Em 2024, a linha Debêntures, no circulante, totalizou R\$122.349 mil, ante R\$43.724 mil ao final de 2023;

(iv) os Compromissos a Pagar passaram de R\$80.327 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$99.239 mil em 31 de dezembro de 2024, em função da reclassificação das parcelas do longo prazo para o curto prazo, parcialmente compensadas pelo pagamento de parcelas no período.

(v) aumento de 9,2% em Salários e Encargos Sociais, de R\$121.571 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$132.704 mil em 31 de dezembro de 2024, em função principalmente do dissídio coletivo, aumento do provisionamento da Participação no Lucro dos Resultados (PLR) e do Plano de Concessão de Ações e internalização de algumas atividades terceirizadas.

(vi) redução de 42,3% em Tributos a Recolher, de R\$42.778 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$24.662 mil em 31 de dezembro de 2024, em função do pagamento de ISS decorrente da negociação na aquisição de investimentos;

(vii) redução de 2,9% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$68.519 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$66.511 mil em 31 de dezembro de 2024, em função principalmente da redução devolução de imóveis ocorrida no período.

(viii) aumento de 43,0% em Outros Passivos, de R\$46.596 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$66.616 mil em 31 de dezembro de 2024, devido ao curso normal dos negócios e crescimento geral da Companhia na comparação entre os dois períodos.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso Passivo Não Circulante ficou em R\$1.516.759 mil no exercício social de 2024, o que representa uma redução de 6,5%, quando comparado com o mesmo período de 2023, o qual alcançou R\$1.623.016 mil. As principais variações foram:

(i) redução de 54,8% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$243.471 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$110.017 mil em 31 de dezembro de 2024, em função principalmente da reclassificação desses passivos do não-circulante para o circulante, em função do decorrimto do prazo de vencimento.

(ii) No exercício social de 2024, foi registrado no passivo não circulante o montante de R\$1.392 mil, na linha Instrumentos financeiros derivativos – swap, em virtude principalmente da contratação de empréstimo junto ao Banco Itaú S.A. em moeda estrangeira com swap para CDI, conforme mencionado acima na análise do Passivo Circulante;

(iii) a linha Debêntures no não circulante passou de R\$369.921 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$561.833 mil em 31 de dezembro de 2024, em virtude das 5ª e 6ª emissões de debêntures simples, conforme mencionado acima na análise do Passivo Circulante;

(iv) redução de 7,6% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$777.282 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$717.996 mil em 31 de dezembro de 2024, em função principalmente de: (a) redução da base de imóveis locados e do retorno dos aluguéis de vários imóveis da UNINORTE, antecipados em maio de 2017 e classificados como “Contrato de Aluguel Vantajoso”, que foram reconhecidos como amortização até maio de 2022, parcialmente compensados pela entrega de imóveis ao longo do ano; (b) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação; e

(v) redução de 45,5% em Compromissos a pagar, de R\$164.685 mil em 31 de dezembro de 2023, para R\$89.801 mil em 31 de dezembro de 2024, em virtude do pagamento de principal e juros, conforme o cronograma da dívida;

(vi) a linha Provisão para contingências totalizou R\$34.671 mil ao final do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, em linha na comparação com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando alcançou R\$27.770 mil, representando um aumento de 24,9%, em virtude principalmente do registro de registro de provisão para contingências tributárias, cujo efeito caixa é esperado para 2025.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido ficou em R\$1.208.464 mil em 31 de dezembro de 2024, em linha na comparação com encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando atingiu R\$1.209.487 mil, o que corresponde a uma redução de 0,1% no exercício social de 2024, em virtude da absorção do prejuízo do exercício 2024 pela Reserva de Lucros e pelo registro na linha de Ações em Tesouraria das recompras de ações efetuadas ao longo de 2024, parcialmente compensados pela reclassificação do valor de R\$ 10.088 mil para o Patrimônio Líquido em 2024, anteriormente classificados como Salários e encargos sociais, e pela amortização das dívidas financeiras. Essa reclassificação refere-se ao plano de concessão de ações da Companhia, que, em conformidade com o CPC 10 (R1) / IFRS 2, teve o valor justo das ações do plano avaliado pelo modelo "Black-Scholes-Merton" de precificação e, em virtude da reavaliação da característica do modelo de concessão dessas ações, sendo decisão da Companhia a liquidação em caixa ou concessão de ações.

Balanços patrimoniais consolidados de					
(em milhares de reais)	2024		2023		2024/2023
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	370.728	10,7%	215.267	6,2%	72,2%
Títulos e valores mobiliários	0	0,0%	77.585	2,2%	-100,0%
Caixa restrito	7.615	0,2%	7.943	0,2%	-4,1%
Contas a receber de clientes	545.054	15,8%	520.047	14,9%	4,8%
Tributos a recuperar	42.053	1,2%	26.037	0,7%	61,5%
Adiantamentos a fornecedores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Partes relacionadas	163	0,0%	1.951	0,1%	-91,6%
Outros Ativos	20.521	0,6%	25.698	0,7%	-20,1%
TOTAL DO CIRCULANTE	986.134	28,5%	874.528	25,1%	12,8%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	23.567	0,7%	1.493	0,0%	1478,5%
Partes Relacionadas	0	0,0%	163	0,0%	-100,0%
Outros Ativos	123.988	3,6%	159.634	4,6%	-22,3%
Ativos de indenização	9.318	0,3%	9.318	0,3%	0,0%
Caixa restrito	63.963	1,9%	57.400	1,6%	11,4%
Intangível	1.158.595	33,5%	1.191.786	34,2%	-2,8%
Direito de uso	634.547	18,4%	735.278	21,1%	-13,7%
Imobilizado	455.975	13,2%	459.333	13,2%	-0,7%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.469.953	71,5%	2.614.405	74,9%	-5,5%
TOTAL DO ATIVO	3.456.087	100,0%	3.488.933	100,0%	-0,9%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	41.799	1,2%	40.674	1,2%	2,8%
Compromissos a Pagar	99.239	2,9%	80.327	2,3%	23,5%
Empréstimos e financiamentos	170.134	4,9%	197.440	5,7%	-13,8%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	6.850	0,2%	14.801	0,4%	-53,7%
Debêntures	122.349	3,5%	43.724	1,3%	179,8%
Salários e encargos sociais	132.704	3,8%	121.571	3,5%	9,2%
Tributos a recolher	24.662	0,7%	42.778	1,2%	-42,3%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	66.511	1,9%	68.519	2,0%	-2,9%
Dividendos / JCP a pagar	0	0,0%	0	0,0%	N.M.
Outros Passivos	66.616	1,9%	46.596	1,3%	43,0%
TOTAL DO CIRCULANTE	730.864	21,1%	656.430	18,8%	11,3%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	110.017	3,2%	243.471	7,0%	-54,8%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	1.392	0,0%	37.763	1,1%	N.M.
Debêntures	561.833	16,3%	369.921	10,6%	51,9%
Obrigações de Arrendamento mercantil	717.996	20,8%	777.282	22,3%	-7,6%
Compromissos a pagar	89.801	2,6%	164.685	4,7%	-45,5%
Tributos a recolher	1.049	0,0%	2.124	0,1%	-50,6%
Provisão para contingências	34.671	1,0%	27.770	0,8%	24,9%
Outros passivos	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.516.759	43,9%	1.623.016	46,5%	-6,5%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	987.549	28,6%	987.549	28,3%	0,0%
Reserva de lucros	224.174	6,5%	225.336	6,5%	-0,5%
Reservas de Capital	10.088	0,3%	0	0,0%	0,0%
Ações em tesouraria	(13.347)	-0,4%	(3.398)	-0,1%	292,8%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.208.464	35,0%	1.209.487	34,7%	-0,1%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.456.087	100,0%	3.488.933	100,0%	-0,9%

COMPARAÇÃO DAS CONTAS PATRIMONIAIS DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Ativo Circulante

O Ativo Circulante aumentou 16,2% no exercício social de 2023, passando de R\$752.637 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$874.528 mil em 31 de dezembro de 2023. As principais variações foram:

- (i) aumento de 19,1% em Caixa e Equivalentes de Caixa, que passou de R\$180.764 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$215.267 mil em 31 de dezembro de 2023, em decorrência principalmente em função da venda da carteira de recebíveis do Educared para o PraValer, da 4ª emissão de debêntures da Companhia e da geração operacional de caixa, compensado pelo pagamento das parcelas das aquisições da FAEL, da UNESC, da UNIFASB, do CDMV/hospital DOK, da Prova Fácil, da Delinea, do Plantão Veterinário e Pet Shop Kero Kolo, e da UNI7;
- (ii) a linha Títulos e Valores Mobiliários passou de R\$60.251 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$77.585 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude do aumento do montante de aplicações financeiras;
- (iii) aumento de 18,5% no Contas a Receber de Clientes, que passou de R\$438.743 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$520.047 mil em 31 de dezembro de 2023, devido ao aumento do faturamento da Companhia por conta da consolidação da aquisição da UNI7 e do crescimento orgânico da base de alunos do ensino híbrido e do ensino digital (EAD);
- (iv) aumento de 4,5% nos Tributos a Recuperar, que passou de R\$24.922 mil em 2022, para R\$26.037 mil em 2023, em função da consolidação das aquisições recentes; e
- (v) redução de 34,2% em Outros Ativos, que passou de R\$39.074 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$25.698 mil em 31 de dezembro de 2023, devido a redução dos adiantamentos e das despesas antecipadas proveniente das aquisições e dos novos negócios consolidados em 2022.

Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante registrou uma redução de 0,9% no exercício social de 2023, passando de R\$2.639.440 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$2.614.405 mil em 31 de dezembro de 2023. As principais variações foram:

- (i) redução de 98,0% no Contas a Receber de Clientes, de R\$73.332 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.493 mil em 31 de dezembro de 2023, em função da venda da carteira do Educared para o PraValer ocorrida em março de 2023.
- (ii) redução de 92,3% em Partes Relacionadas, de R\$2.115 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$163 mil em 31 de dezembro de 2023, tendo em vista a amortização do contrato referente à venda da aeronave;

(iii) aumento de 37,9% em Depósitos e Bloqueios Judiciais, de R\$19.748 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$27.230 mil em 31 de dezembro de 2023, devido ao aumento do inventário de processos com depósitos realizados junto às varas judiciais e às instituições financeiras.

(iv) aumento de 68,0% na linha Fundo Garantidor FG-FIES, de R\$52.028 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$87.423 mil em 31 de dezembro de 2023, devido às retenções para cobertura de eventual inadimplência dos contratos dos alunos do Novo Fies que tiveram suas regras em vigor a partir de 2019;

(v) aumento de 9,7% em Tributos Diferidos, que passou de R\$21.615 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$23.706 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude de maior saldo das contas representativas das bases para diferimento tributário no período;

(vi) redução de 1,0% no Intangível, que passou de R\$1.203.974 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.191.786 mil em 31 de dezembro de 2023, praticamente estável na comparação com os dois períodos.

(vii) aumento de 23,9% em Direito de Uso, que passou de R\$593.228 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$735.278 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude da adição de novos imóveis e aos reajustes dos pagamentos mínimos dos contratos vigentes; e

(viii) o Imobilizado ficou em R\$459.333 mil em 31 de dezembro de 2023, uma redução de 5,8% na comparação com o saldo em 31 de dezembro de 2022, quando ficou em R\$487.640 mil tendo em vista a devolução de imóveis e da migração dos investimentos para o ensino digital, parcialmente compensado pelo registro do imobilizado das instituições adquiridas e das novas unidades.

Passivo Circulante

O Passivo Circulante aumentou 18,9%, passando de R\$552.227 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$656.430 mil em 31 de dezembro de 2023. As principais variações foram:

(i) aumento de 9,5% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$180.340 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$197.440 mil em 31 de dezembro de 2023, devido principalmente a reclassificação desses passivos que estavam registrados no não-circulante para o circulante, em conformidade com seus prazos de vencimento;

(ii) No exercício social de 2023, foi registrado o montante de R\$14.801 mil, na linha Instrumentos financeiros derivativos – swap, em virtude principalmente da contratação, em 7 de janeiro de 2022, de empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62, junto ao Itaú BBA International PLC, no valor de EUR 31.182 mil, com incidência de juros de 2,16% ao ano, sendo realizado swap integral com lastro no CDI junto ao Itaú Unibanco S.A., em valor equivalente a R\$ 200.000 mil, para reforçar a posição de caixa visando ao pagamento da aquisição da FAEL. O referido empréstimo terá incidência de encargos baseados na variação do CDI acrescidos de juros de 2,70% ao ano e possui prazo de 5 anos, tendo vencimento final em 7 de janeiro de 2027, com carência de 18 meses, amortização em 7 parcelas semestrais a partir do 24º mês e pagamento de juros semestrais, inclusive durante o período de carência, e garantia de aval corporativo;

(iii) em fato relevante divulgado em 2 de outubro de 2023, a Companhia anunciou a sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, no montante de R\$200.000 mil, nos termos da Resolução CVM 160, com distribuição pública conforme o rito de registro automático de distribuição, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no Artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures terão amortização semestral a partir do 18º (décimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 8 (oito) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+2,00% (dois por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Em 2023, a linha Debêntures, no circulante, totalizou R\$43.724 mil, ante R\$11.208 mil ao final de 2022;

(iv) os Compromissos a Pagar passaram de R\$60.871 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$80.327 mil em 31 de dezembro de 2023, em função de: (i) aquisição da UNI7, cuja a conclusão da operação ocorreu em janeiro de 2023, no montante total de até R\$10,0 milhões, dos quais R\$5,0 milhões foram pagos à vista, na data de fechamento da transação e até R\$5,0 milhões, serão pagos em 3 parcelas anuais sucessivas, corrigidas pela variação do CDI entre a data de fechamento até a data de cada pagamento, com os valores anuais a serem pagos de acordo com o cumprimento de determinadas condições previstas no Contrato; (ii) correção das parcelas a pagar de aquisições.

(v) aumento de 6,8% em Salários e Encargos Sociais, de R\$113.861 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$121.571 mil em 31 de dezembro de 2023, em função principalmente da consolidação da UNI7, em janeiro de 2023 e do dissídio coletivo.

(vi) aumento de 42,1% em Tributos a Recolher, de R\$30.105 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$42.778 mil em 31 de dezembro de 2023, em função da aquisição da UNI7 e do aumento da base tributária dos outros negócios da Companhia, que possuem incentivo tributário setorial reduzido ou não possuem o incentivo, pelas características de suas atividades;

(vii) redução de 2,4% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$66.913 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$68.519 mil em 31 de dezembro de 2023, em função principalmente da redução devolução de imóveis ocorrida no período.

(viii) aumento de 8,2% em Outros Passivos, de R\$43.064 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$46.596 mil em 31 de dezembro de 2023, devido ao curso normal dos negócios e crescimento geral da Companhia na comparação entre os dois períodos.

Passivo Não Circulante

O saldo do nosso Passivo Não Circulante ficou em R\$1.623.016 mil no exercício social de 2023, o que representa um aumento de 1,3%, quando comparado com o mesmo período de 2022, o qual alcançou R\$1.602.319 mil. As principais variações foram:

(i) redução de 35,1% em Empréstimos e Financiamentos, de R\$375.280 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$243.471 mil em 31 de dezembro de 2023, em função principalmente da reclassificação desses passivos do não-circulante para o circulante, em função do decorrimento do prazo de vencimento.

(ii) No exercício social de 2023, foi registrado no passivo não circulante o montante de R\$37.763 mil, na linha Instrumentos financeiros derivativos – swap, em virtude principalmente da contratação de empréstimo junto ao Banco Itaú S.A. em moeda estrangeira com swap para CDI, conforme mencionado acima na análise do Passivo Circulante;

(iii) a linha Debêntures no não circulante passou de R\$199.111 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$369.921 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude da 4ª emissão de debêntures simples, conforme mencionado acima na análise do Passivo Circulante;

(iv) aumento de 21,7% em Obrigações de Arrendamento Mercantil, de R\$638.817 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$777.282 mil em 31 de dezembro de 2023, em função principalmente de: (a) reajustes previstos de contratos em linha com a inflação; (b) aumento da base de imóveis locados e do retorno dos aluguéis de vários imóveis da UNINORTE, antecipados em maio de 2017 e classificados como “Contrato de Aluguel Vantajoso”, que foram reconhecidos como amortização até maio de 2022, parcialmente compensados pela entrega de imóveis ao longo do ano; e

(v) redução de 28,0% em Compromissos a pagar, de R\$228.624 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$164.685 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude do pagamento de principal e juros, conforme o cronograma da dívida;

(vi) redução de 78,9% na linha Provisão para contingências de R\$131.349 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$27.770 mil em 31 de dezembro de 2023, uma vez que em dezembro de 2023, o Instituto Campinense de Ensino Superior - ICES firmou acordo com os locadores dos imóveis e vendedores da UNAMA, que consistiu na antecipação de parcelas do contrato de aluguel para quitação de dívida tributária relativo ao ISS no valor de R\$ 22.500, através da adesão ao Programa de Regularização Incentivada (PRI) da Prefeitura Municipal de Belém. O presente acordo encerra processo sob nº 0019270-28.2014.8,14.0301 e ação anulatória nº 0057879-56.2009.8.14.0301 em tramitação na 2ª Vara de Execuções Fiscais de Belém dos vendedores da UNAMA. Foi baixado o ativo de indenização, equivalente ao valor justo do passivo indenizado no valor de R\$ 108,8 milhões.

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido apresentou uma redução de 2,3% no exercício social de 2023, passando de R\$1.237.531 mil em 31 de dezembro de 2022, para R\$1.209.487 mil em 31 de dezembro de 2023, em virtude da absorção do prejuízo líquido apresentado no exercício 2023 pelas reservas de lucros da Companhia.

Balancos patrimoniais consolidados de					
(em milhares de reais)	2023		2022		2023/2022
	Consolidado	AV (%)	Consolidado	AV (%)	AH (%)
ATIVO					
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	215.267	6,2%	180.764	5,3%	19,1%
Títulos e valores mobiliários	77.585	2,2%	60.251	1,8%	28,8%
Caixa restrito	7.943	0,2%	6.931	0,2%	14,6%
Contas a receber de clientes	520.047	14,9%	438.743	12,9%	18,5%
Tributos a recuperar	26.037	0,7%	24.922	0,7%	4,5%
Adiantamentos a fornecedores	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Partes relacionadas	1.951	0,1%	1.952	0,1%	-0,1%
Outros Ativos	25.698	0,7%	39.074	1,2%	-34,2%
TOTAL DO CIRCULANTE	874.528	25,1%	752.637	22,2%	16,2%
NÃO CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes	1.493	0,0%	73.332	2,2%	-98,0%
Partes Relacionadas	163	0,0%	2.115	0,1%	-92,3%
Outros Ativos	159.634	4,6%	100.869	3,0%	58,3%
Ativos de indenização	9.318	0,3%	115.282	3,4%	-91,9%
Caixa restrito	57.400	1,6%	63.000	1,9%	-8,9%
Intangível	1.191.786	34,2%	1.203.974	35,5%	-1,0%
Direito de uso	735.278	21,1%	593.228	17,5%	23,9%
Imobilizado	459.333	13,2%	487.640	14,4%	-5,8%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.614.405	74,9%	2.639.440	77,8%	-0,9%
TOTAL DO ATIVO	3.488.933	100,0%	3.392.077	100,0%	2,9%
PASSIVO					
CIRCULANTE					
Fornecedores	40.674	1,2%	32.255	1,0%	26,1%
Compromissos a Pagar	80.327	2,3%	60.871	1,8%	32,0%
Empréstimos e financiamentos	197.440	5,7%	180.340	5,3%	9,5%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	14.801	0,4%	13.610	0,4%	8,8%
Debêntures	43.724	1,3%	11.208	0,3%	290,1%
Salários e encargos sociais	121.571	3,5%	113.861	3,4%	6,8%
Tributos a recolher	42.778	1,2%	30.105	0,9%	42,1%
Obrigações de Arrendamento Mercantil	68.519	2,0%	66.913	2,0%	2,4%
Dividendos / JCP a pagar	0	0,0%	0	0,0%	0,0%
Outros Passivos	46.596	1,3%	43.064	1,3%	8,2%
TOTAL DO CIRCULANTE	656.430	18,8%	552.227	16,3%	18,9%
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	243.471	7,0%	375.280	11,1%	-35,1%
Instrumentos financeiros derivativos - swap	37.763	1,1%	26.336	0,8%	43,4%
Debêntures	369.921	10,6%	199.111	5,9%	85,8%
Obrigações de Arrendamento mercantil	777.282	22,3%	638.817	18,8%	21,7%
Compromissos a pagar	164.685	4,7%	228.624	6,7%	-28,0%
Tributos a recolher	2.124	0,1%	2.790	0,1%	-23,9%
Provisão para contingências	27.770	0,8%	131.349	3,9%	-78,9%
Outros passivos	0	0,0%	12	0,0%	-100,0%
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.623.016	46,5%	1.602.319	47,2%	1,3%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	987.549	28,3%	987.549	29,1%	0,0%
Reserva de lucros	225.336	6,5%	253.380	7,5%	-11,1%
Ações em tesouraria	(3.398)	-0,1%	(3.398)	-0,1%	0,0%
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.209.487	34,7%	1.237.531	36,5%	-2,3%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.488.933	100,0%	3.392.077	100,0%	2,9%

Fluxo de Caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

O aumento do caixa no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024 ficou em R\$155.461 mil, sendo que foram gerados R\$455.323 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$183.493 mil nas atividades de investimento, com uma aplicação de R\$81.590 mil em Títulos e Valores Mobiliários, e houve uma aplicação de recursos de R\$16.844 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$211.720 mil referentes ao pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	455.323	365.362
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(183.493)	(143.855)
Títulos e Valores Mobiliários	81.590	(10.586)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	16.844	29.369
Atividades de Financiamento	16.844	29.369
Pagamento de Dividendos	0	0
Pagamento de Juros	(211.720)	(203.353)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(3.083)	(2.434)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	155.461	34.503
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	215.267	180.764
No fim do período	370.728	215.267
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	155.461	34.503
Variação das Disponibilidades Financeiras	77.171	52.761

Caixa gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$455.323 mil e R\$365.362 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou um total de R\$183.493 mil, sendo R\$81.590 mil aplicados em Títulos e Valores

Mobiliários de liquidez diária para fins de remuneração do caixa, R\$85.704 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$38.489 mil em Adições ao intangível e R\$59.300 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, totalizaram R\$16.844 mil positivos, em virtude principalmente da captação de R\$150,0 milhões com a 5ª emissão de debêntures e R\$150,0 milhões com a 6ª emissão de debêntures, parcialmente compensadas pela amortização de contratos de empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos.

Fluxo de Caixa do exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022.

O aumento do caixa no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2023 ficou em R\$34.503 mil, sendo que foram gerados R\$365.361 mil com as atividades operacionais, foram investidos R\$143.854 mil nas atividades de investimento, com uma aplicação de R\$10.586 mil em Títulos e Valores Mobiliários, e houve uma aplicação de recursos de R\$29.369 mil de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento, além de R\$203.353 mil referentes ao pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, conforme reconciliação abaixo:

Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado (em milhares de reais)	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	365.362	282.890
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(143.855)	(397.139)
Títulos e Valores Mobiliários	(10.586)	(25.124)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento	29.369	242.556
Atividades de Financiamento	29.369	242.556
Pagamento de Dividendos	0	0
Pagamento de Juros	(203.353)	(130.551)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(2.434)	(5.572)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	34.503	(32.940)
Demonstração do aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		
No início do período	180.764	213.704
No fim do período	215.267	180.764
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	34.503	(32.940)
Variação das Disponibilidades Financeiras	52.761	(52.798)

Caixa gerado pelas atividades operacionais

A geração de caixa operacional decorre substancialmente de operações da Companhia, podendo variar de período a período, conforme a flutuação das receitas dos negócios, dos custos e despesas operacionais e do resultado financeiro. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, o fluxo de caixa decorrente das atividades operacionais foi de R\$365.362 mil e R\$282.890 mil, respectivamente.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento

O fluxo de caixa das atividades de investimento está substancialmente relacionado: (i) às aquisições de empresas controladas menos caixa líquido na aquisição; (ii) às aquisições de ativo imobilizado; e (iii) à aquisição de ativos intangíveis. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, o fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento somou um total de R\$143.855 mil, sendo R\$10.586 mil aplicados em Títulos e Valores Mobiliários de liquidez diária para fins de remuneração do caixa, R\$60.932 mil aplicados principalmente na construção e reforma das unidades do Grupo e na aquisição de livros para biblioteca e equipamentos, R\$30.944 mil em Adições ao intangível e R\$52.070 mil em pagamento de aquisição de controladas.

Fluxo de caixa aplicado nas atividades de financiamento

Os recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamento, no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, totalizaram R\$29.369 mil negativos, em virtude principalmente da captação de R\$200,0 milhões com a 4ª emissão de debêntures, parcialmente compensadas pela amortização de contratos de empréstimos e financiamentos e dos arrendamentos.

2.2 - Os diretores devem comentar sobre

a. resultados das operações da Companhia:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A seguir, são apresentados os comentários da Diretoria da Companhia correspondentes à análise dos principais componentes da receita e fatores que afetaram ou podem afetar materialmente os resultados da Companhia. Nas seções 2.2 (b) e 2.2 (c), em conjunto, são comentados as variações e/ou impactos de itens tais como, inflação, taxa de juros e sazonalidade.

Desde a constituição da Companhia, sua receita decorre da prestação de serviços educacionais de graduação, pós-graduação e cursos profissionalizantes. Esclarecem, nossos Diretores, que nossa receita bruta é composta pelos seguintes itens:

Mensalidades: A maior parte da receita bruta da Companhia provém das mensalidades cobradas pelos cursos de graduação tradicional, ensino a distância, graduação tecnológica, extensão, especialização e pós-graduação, que são oferecidos aos alunos. Os cursos são vendidos em módulos de seis meses, parcelados em seis mensalidades, com pagamento no início de cada mês, sendo a confirmação da matrícula no semestre feita mediante o pagamento da primeira parcela.

Outras receitas: O restante da receita bruta da Companhia provém das taxas por serviços prestados aos alunos, como impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, requerimentos de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, aluguéis de salas e auditórios, entre outras receitas.

A tabela a seguir demonstra a composição da receita operacional bruta e receita operacional líquida nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

(em milhares de reais)	31 de dezembro de 2024	AV (1)	31 de dezembro de 2023	AV (1)	31 de dezembro de 2022	AV (1)
Receita Operacional Bruta	4.432.039	223,7%	3.971.348	216,9%	3.428.929	204,5%
Mensalidades de graduação	3.892.015	196,4%	3.422.475	186,9%	2.809.063	167,6%
Mensalidades de pós-graduação	13.978	0,7%	15.512	0,8%	15.393	0,9%
Mensalidades de ensino técnico	1.653	0,1%	1.867	0,1%	1.642	0,1%
Mensalidades de EAD	454.124	22,9%	466.008	25,5%	543.162	32,4%
Outras	70.269	3,5%	65.486	3,6%	59.669	3,6%
Deduções da receita bruta	(2.450.685)	-123,7%	(2.140.414)	-116,9%	(1.752.586)	-104,5%
Descontos e bolsas	(2.376.533)	-119,9%	(2.074.445)	-113,3%	(1.693.886)	-101,0%
Impostos	(74.152)	-3,7%	(65.969)	-3,6%	(58.700)	-3,5%
Receita operacional líquida	1.981.354	100,0%	1.830.934	100,0%	1.676.343	100,0%

(1) Percentual total da receita operacional líquida.

(ii) fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os Diretores comentam que a situação financeira e o resultado das operações da Companhia são influenciados por fatores como: (i) o desenvolvimento macroeconômico brasileiro; (ii) a taxa de desemprego; (iii) a disponibilidade de crédito; (iv) inflação, (v) nível de juros básicos; (vi) o nível de renda da população; e (vii) alterações regulatórias e legislativas que incidem sobre o setor de educação e os negócios da Companhia. Variáveis como desenvolvimento macroeconômico brasileiro, a taxa de desemprego e a média salarial podem afetar, positivamente ou negativamente, a receita da Companhia, uma vez que impactam diretamente o poder de consumo dos seus clientes. Também podem incorrer em variações, positivas ou negativas, em relação aos seus custos operacionais e despesas administrativas e comerciais devido à oferta e demanda de mão de obra. A disponibilidade de crédito e o nível dos juros básicos podem afetar, positivamente ou negativamente, as despesas financeiras da Companhia, bem como a sua capacidade de investimento no curto e médio prazo.

Exceto pela inflação e taxas de juros básicos, os Diretores comentam que não é possível aferir quantitativamente o impacto dos fatores macroeconômicos citados acima nas atividades da Companhia, muito embora não seja possível afastar completamente potencial relevância indireta destes para o desenvolvimento de qualquer negócio no médio e longo prazo. Em relação à inflação e taxas de juros, os Diretores comentam que os impactos desses fatores têm sua relevância mitigada ou mesmo anulada na medida em que a Companhia consegue realizar periódicos reajustes de suas mensalidades para acompanhar a inflação e/ou compatibilizar o perfil de sua dívida e geração de caixa próprio para endereçar eventuais impactos resultantes de variações nas taxas de juros. Para informações adicionais a respeito de impactos da inflação e taxas de juros em nas atividades da Companhia, ver Item 2.2 (c) abaixo.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxa de câmbio e inflação:

Os Diretores entendem que os principais fatores determinantes da receita bruta da Companhia são: (i) o número de alunos matriculados em cada um dos cursos oferecidos, unidades e turnos; (ii) o valor das mensalidades para cada curso, unidade e turno; e (iii) o número de disciplinas ou créditos que o aluno está cursando.

Os principais impactos nas variações de receitas entre os exercícios de 2024, 2023 e 2022 são: (i) crescimento de alunos matriculados e rematriculados nas instituições de ensino; (ii) reajustes das mensalidades estabelecidos de acordo com o curso, unidade e turno; e (iii) consolidação das receitas das instituições adquiridas.

Os Diretores ressaltam ainda que a variação da receita também pode ser atribuída à oferta de novos produtos e serviços nas áreas em que a Companhia atua, por exemplo, para o ensino superior há renovação constante do portfólio de cursos de graduação e pós-graduação, visando atender às necessidades locais do mercado de trabalho.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no nosso resultado operacional e financeiro:

Os Diretores da Companhia destacam que o desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, tendo em vista que as receitas da Companhia bem como os custos e despesas operacionais são incorridos em reais e estão, direta ou indiretamente, indexados aos índices de inflação como IGP-M e IPCA. Diante disso, considerando que o aumento dos nossos custos e despesas são compensados pelo aumento proporcional das mensalidades cobradas de nossos clientes, os Diretores da Companhia acreditam que a inflação teve impacto relevante nos resultados da Companhia.

Os Diretores, no entanto, não podem prever se a Companhia será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os Diretores destacam ainda que a Companhia poderá ser impactada em decorrência de variações da taxa de juros (CDI).

Os diretores devem comentar sobre:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram emitidas novas normas, alterações e interpretações de normas, ou mesmo as novas normas emitidas anteriormente ainda não tiveram sua vigência iniciada, porém sem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras produzidos pelas mudanças nas práticas ou nas normas contábeis que passaram a vigorar a partir de janeiro de 2024.

b) opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor.

Os nossos Diretores informam que não houve nenhuma ressalva ou ênfases de nossos auditores para as Demonstrações Financeiras elaboradas em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022.

Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

a. da introdução ou alienação de segmento operacional:

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não houve introdução ou alienação de segmento operacional pela Companhia.

b. da constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

É parte da estratégia de negócios da Companhia a aquisição de empresas. Neste sentido, os Diretores informam que desde a sua fundação, a Companhia já realizou diferentes aquisições que adicionaram receitas oriundas dessas empresas, cujas breves descrições foram inseridas abaixo. Para mais informações sobre as aquisições ver o item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia. Todavia, com relação a eventuais futuras aquisições, os Diretores não podem afirmar quais serão e se haverá efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em 11 de agosto de 2023, a Ser Educacional celebrou 20 anos de uma história dedicada à transformação social de seus alunos por meio do ensino superior de qualidade, em uma trajetória com avanços notáveis simbolizada por seu compromisso com o desenvolvimento social em todo Brasil. Desde a sua origem, em 2003, quando a primeira unidade da UNINASSAU foi inaugurada no Recife, o Grupo cresceu tornando-se o mantenedor de um portfólio de marcas relevantes: UNINASSAU, UNAMA, UNG, UNINORTE, UNIFAEL, UNIFASB, UNIFACIMED, UNESC e UNI7, conquistando atuação nacional. A expansão teve início em 2006, quando o Grupo adquiriu uma instituição em Campina Grande, na Paraíba. Desde então, a Companhia traçou uma rota de crescimento e geração de valor.

Hoje, as unidades estão distribuídas estrategicamente em todo o território nacional oferecendo cursos de ensino superior e educação continuada nas modalidades presencial e digital.

Os resultados de 2023 também são parte importante desses 20 anos de história e refletem a execução da estratégia de otimização operacional e redução de oferta que a Companhia vem desenvolvendo desde o terceiro trimestre de 2022, visando aumentar sua eficiência, após o arrefecimento dos impactos da Pandemia de COVID-19. Assim, a estratégia da Companhia foi distribuída em 3 pilares fundamentais: (i) reorganização do portfólio de cursos, de forma a priorizar a oferta de cursos de saúde e engenharia no Ensino Híbrido, enquanto no Ensino Digital foi completado o processo de integração da UNIFAEL e que atualmente conta com investimentos na ampliação do portfólio dos polos parceiros, visando um mix de cursos também priorizando as áreas da saúde e engenharia; (ii) revisão da estrutura de custos e despesas operacionais, que possibilitou a otimização do parque imobiliário locado e que contou com significativa redução dos custos de locação e manutenção de imóveis, em especial nas regiões Norte e Nordeste e melhoria dos índices de ocupação de espaços acadêmicos e formação de turmas. Essas iniciativas visam além da otimização operacional, permitir que a Companhia continue seu processo de desenvolvimento do ecossistema de educação continuada, gerando novas fontes de receitas auxiliares, com destaque para os segmentos de

educação não regulada e nos segmentos B2B e B2B2C. Outro efeito esperado por essas medidas é apoiar a geração de sinergias das aquisições que foram realizadas nos últimos dois anos, que estão em estágios iniciais ou intermediários de maturação de captura.

Em 02 de janeiro de 2023, em complemento ao fato relevante divulgado em 30 de junho de 2022, a Ser comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral, após cumprimento das condições precedentes, a conclusão do Contrato de Compra e Venda de Quotas, com a efetiva transferência, para a sua subsidiária CENESUP – Centro Nacional de Ensino Superior Ltda., de 100% das quotas representativas do capital social da Sete de Setembro Ensino Superior Ltda., mantenedora do Centro Universitário Sete de Setembro. Com mais de 20 anos de atuação no ensino superior brasileiro, a UNI7 é uma das instituições de ensino mais renomadas e tradicionais de Fortaleza. A instituição possui cerca de 1.600 alunos matriculados em seus cursos de graduação de Ensino Híbrido, com destaque para os cursos de Direito, Administração, Engenharias e Psicologia, além de uma infraestrutura privilegiada e localização complementar (localizada no bairro Luciano Cavalcante) às outras duas unidades mantidas pela UNINASSAU em Fortaleza, localizadas nos bairros José Bonifácio e Parangaba, criando potencial para geração de sinergias operacionais e expansão do portfólio de cursos da UNI7 por meio da oferta de cursos de saúde e do Ensino Digital.

Em 14 de janeiro de 2022, a Ser Educacional, em complemento ao fato relevante divulgado em 31 de maio de 2021 e ao comunicado ao mercado divulgado em 26 de novembro de 2021, anunciou a conclusão financeira do Contrato de Cessão e Transferência de Ações e a efetiva transferência para a sua subsidiária 3L Tecnologias Educacionais e Soluções Digitais S.A. – 3L Digital – de 100% das ações representativas do capital social da Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A., mantenedora da Faculdade Educacional da Lapa – FAEL, a qual tem atuação em todo o território nacional, exclusivamente na modalidade de Ensino Digital. A FAEL tem suas operações baseadas na cidade da Lapa (PR) e é uma das maiores instituições de ensino superior digital do Brasil, atuando nas modalidades de graduação e pós-graduação com seu modelo operacional baseado na distribuição de cursos via seus mais de 600 polos, contando com sólida capilaridade em municípios com menos de 100 mil habitantes, e suas operações possuem um modelo complementar ao da SER, tanto por sua presença regional, concentrando cerca de 67% da sua base de alunos de graduação nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, quanto por sua estrutura comercial, uma vez que sua rede de polos parceiros é responsável por cerca de 98% de sua base de alunos, enquanto a rede de polos parceiros da SER corresponde a cerca de 20% de sua base de alunos, sendo o restante dessa base de alunos matriculada via unidades próprias e matrículas online.

c. dos eventos ou operações não usuais:

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não realizou eventos ou operações não usuais.

a. Informar o valor das medições não contábeis

A Companhia divulgou nos últimos três exercícios sociais as seguintes medições não contábeis:

(Em Reais mil, exceto se de outra forma indicado)	Exercício social encerrado em		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
EBITDA	461.363	433.144	190.090
EBITDA ajustado	437.699	364.688	292.569
Margem de EBITDA ajustado	22,1%	19,9%	17,5%
Dívida (Caixa) líquida	718.546	792.469	783.890
Índice de Alavancagem Financeira	37,3%	39,6%	38,8%
Índice de Endividamento	1,64	2,17	2,68
Índice de Liquidez Corrente	1,33	1,33	1,36
Taxa Anual de Crescimento Composto (CAGR) - Receita Líquida	8,7%	14,1%	15,8%

EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization* ou LAJIDA - Lucros Antes de Juros, Impostos, Depreciação e Amortização) é uma medição não contábil elaborada por nós em consonância com a Resolução da CVM nº 156, de 23 de junho de 2022 ("[Resolução CVM 156](#)"), que dispõe sobre a forma de divulgação voluntária do EBITDA pelas companhias abertas. O EBITDA deve ser conciliado com as nossas demonstrações financeiras como segue: lucro (prejuízo) líquido do exercício acrescido das despesas com imposto de renda e contribuição social, do resultado financeiro, e pelos custos e despesas de depreciação e amortização.

De acordo com a Resolução CVM 156, podemos optar por divulgar os valores do EBITDA excluindo os resultados líquidos vinculados às operações descontinuadas, como especificadas no Pronunciamento Técnico CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada, e ajustado por outros itens que contribuam para a informação sobre o potencial de geração bruta de caixa.

Desta forma, EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com (a) o resultado financeiro das receitas com multas e juros sobre as mensalidades, (b) os custos e despesas não recorrentes, compostos pelos gastos ligados a fusões e aquisições de empresas, os quais não impactariam a geração usual de caixa e (c) os aluguéis mínimos pagos, que são compostos pelos contratos de aluguel registrados como arrendamentos financeiros de acordo com o Comitê de Pronunciamento Contábil.

A Margem EBITDA Ajustado refere-se a divisão do EBITDA Ajustado pela receita líquida dos serviços prestados.

O EBITDA, EBITDA Ajustado e as outras medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência, e listadas abaixo, não são medidas reconhecidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil nem pelas normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitido pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), tampouco devem ser considerados isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não devem ser considerados como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular o EBITDA, EBITDA Ajustado e as outras medições não contábeis apresentadas neste Formulário de Referência, e listadas abaixo, de maneira diferente de nós.

Dívida Líquida

Calculamos a dívida líquida como a soma de empréstimos e financiamentos, debêntures e compromissos a pagar, menos a soma de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários circulantes.

Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido))

Calculamos o Índice de Alavancagem Financeira como a razão entre a dívida líquida (definida acima) e a soma da dívida líquida com o patrimônio líquido.

Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado)

Calculamos o Índice de Endividamento como a razão entre a dívida líquida e o EBITDA Ajustado (definido acima). No item 2.5-b, o índice de endividamento é apresentado também de outra forma, como a razão entre a soma do passivo circulante e passivo não circulante, e o ativo total).

Índice de Liquidez Corrente

Calculamos o índice de Liquidez Corrente como a razão entre o ativo circulante e o passivo circulante. Entretanto, apesar deste indicador seguir uma forma de apresentação padronizada (nos termos de Artigo 3º, inciso I, da Resolução CVM 156), nós não podemos garantir que outras empresas sigam o mesmo padrão de apresentação.

Nesse sentido, caso o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156 não seja adotado por outras empresas, a liquidez corrente divulgada por nós, pode não ser comparável à liquidez corrente divulgada por outras empresas. Além disso, divulgações feitas anteriormente à entrada em vigor da Resolução CVM 156 por empresas que não foram obrigadas a retificá-las podem não adotar o método padronizado instituído pela Resolução CVM 156. Ainda, empresas estrangeiras não estão sujeitas à Resolução CVM 156 e, portanto, podem apresentar métricas diferenciadas para o cálculo dessa medida.

Taxa Anual de Crescimento Composto (CAGR - *Compound Annual Growth Rate*)

Calculamos o CAGR, ou Taxa Anual de Crescimento Composto, dividindo a receita líquida de serviços no final do período em questão pelo seu valor no início desse período, elevando o resultado a potência de um dividido pelo período de duração e subtraindo um do resultado subsequente.

b. Fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, a conciliação entre os valores divulgados do EBITDA e EBITDA Ajustado e os valores das demonstrações financeiras auditadas foi realizada da seguinte forma:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Lucro líquido (1)	(1.162)	(28.044)	(222.148)
(+) Despesas financeiras líquidas	225.298	230.941	190.683
(+) Imposto de renda e contribuição social	14.793	4.384	7.237
(+) Depreciação e Amortização	222.434	225.863	214.318
EBITDA (2)	461.363	433.144	190.090
(+) Receita de juros e multa sobre mensalidades (4)	19.565	24.076	24.840
(+) Custos e Despesas Não Recorrentes (5)	96.054	55.176	225.204
(-) Aluguéis mínimos pagos (6)	(139.283)	(147.708)	(147.565)
EBITDA Ajustado (3)	437.699	364.688	292.569
Caixa (Dívida) líquido / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	37,3%	39,6%	38,8%

(1) Em função de sua aderência ao PROUNI, a Companhia tem benefícios fiscais que afetam seu lucro líquido. Para mais informação, veja o Item 2.2 acima.

(2) EBITDA não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 abaixo.

(3) O EBITDA Ajustado corresponde à soma do EBITDA com o resultado financeiro de receitas com multas e juros sobre mensalidades, custos e despesas não recorrentes e os aluguéis mínimos pagos.

(4) Receita de juros e multa sobre mensalidades são compostas pelo resultado financeiro, líquido, da Companhia, oriundo da receita de juros e de multas sobre mensalidades corresponde aos encargos financeiros sobre as mensalidades negociadas e mensalidades pagas em atraso.

(5) Os custos e despesas não recorrentes são compostos por gastos ligados a fusões aquisições de empresas, e gastos de natureza não rotineira, o qual não impactaria na geração de caixa.

(6) Os aluguéis mínimos são compostos pelos contratos de aluguel os quais foram registrados como arrendamentos financeiros pelo CPC 06. Os gastos destes arrendamentos não transitam pelo EBITDA da Companhia, sendo incorporados ao EBITDA Ajustado.

RESUMO DOS ITENS NÃO RECORRENTES (R\$ '000)	12M24	12M23	12M22
Custos e Despesas Não-Recorrentes que Impactam o EBITDA Ajustado	96.054	55.176	225.204
Aluguel	2.107	1.521	-
Pessoal	12.558	21.642	14.467
Custo	1.239	5.304	6.785
Despesa	11.319	16.338	7.682
Despesas com Serviços prestados por pessoa física e pessoa jurídica	19.194	12.759	10.193
Custo	-	34	-
Despesa	19.194	12.725	10.193
Despesas Comerciais	-	288	-
PCLD FG-FIES	17.136	-	-
Despesas Tributárias	260	724	1.488
Contingências Tributárias	6.941	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	37.859	18.242	199.056
Outras Despesas	2.211	3.078	-
Perda no valor de recuperação de ativos	2.517	9.474	150.807
Impairment de ativos relativos a aquisições	20.562	-	-
Recalculo arrendamento (IFRS-16)	12.280	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas	289	5.690	48.249
Custos e Despesas Não-Recorrentes que não Impactam o EBITDA Ajustado	4.165	(7.046)	(2.221)
Depreciação - Baixa de Ativos	-	(6.515)	-
Despesas Financeiras - Outros	9.938	2.259	2.088
Despesas Financeiras - Juros de Arrendamentos	-	(4.557)	-
Reversão variação cambial sobre empréstimos (SWAP)	(19.007)	-	-
Juros e variação cambial sobre empréstimos (SWAP)	12.368	7.606	-
IR/CSLL - Diferido	4.624	-	-
IR/CSLL Complementar sobre Lucro Líquido Ajustado*	(3.758)	(5.840)	(4.310)
Total de Custos e Despesas Não-Recorrentes	100.220	48.130	222.983

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado somou R\$437.699 mil e em 31 de dezembro de 2023, R\$364.688 mil, representando um crescimento de 20,0%. Essa variação de 2024 x 2023 ocorreu em virtude das iniciativas implantadas na Empresa nos últimos anos: (i) execução do plano de otimização operacional, que permitiu melhorar a ocupação do parque imobiliário locado, reorganizar o portfólio de cursos e gerar sinergias operacionais nos últimos 2 anos; (ii) sólido desempenho operacional durante a captação e matrículas do ciclo de 2024 e aumento da base de alunos de medicina em função do aumento da base de cursos em operação; e (iii) implantação do SS que gerou aumento marginal do reconhecimento das receitas a partir do segundo semestre de 2024.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a geração de caixa medida pelo EBITDA Ajustado somou R\$364.688 mil e em 31 de dezembro de 2022, R\$292.569 mil, representando um crescimento de 24,7%. Essa variação de 2023 x 2022 foi decorrente do crescimento da receita líquida, em virtude do aumento da base de alunos de graduação híbrida e digital e melhoria do ticket médio, que geraram um ritmo de crescimento da receita líquida mais consistente em 2023, enquanto o sucesso na execução do plano de otimização operacional possibilitou que o ritmo de crescimento dos custos e despesas apresentasse um arrefecimento e permitiu o aumento da margem EBITDA ajustado no exercício 2023 em 2,5 pontos percentuais em comparação ao exercício 2022.

Vide a seguir a reconciliação da Margem EBITDA Ajustado:

Valores em R\$ ('000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Receita Líquida	1.981.354	1.830.934	1.676.343
EBITDA Ajustado (udm) ⁽¹⁾	437.699	364.688	292.569
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	22,1%	19,9%	17,5%

⁽¹⁾ A Margem EBITDA Ajustado não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido) e Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado)

Vide a seguir a reconciliação da Dívida Líquida:

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total de empréstimos e financiamentos bancários	288.393	493.475	595.566
Total de Debêntures	684.182	413.645	210.319
Total de compromissos a pagar	117.462	179.669	289.495
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(370.728)	(215.267)	(250.695)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(763)	(79.053)	(60.795)
Caixa (Dívida) líquido⁽¹⁾	718.546	792.469	783.890

⁽¹⁾ A Dívida Líquida não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido):

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Total do patrimônio líquido	1.208.464	1.209.487	1.237.531
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	1.927.010	2.001.956	2.021.421
Índice de alavancagem financeira	37,3%	39,6%	38,8%

(1) O Índice de Alavancagem Financeira não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 “a” deste Formulário de Referência.

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Endividamento (Dívida Líquida/EBITDA Ajustado):

Endividamento ⁽¹⁾ (Valores em R\$ 000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Dívida (Caixa) líquida	718.546	792.469	783.890
EBITDA Ajustado (udm)	437.699	364.688	292.569
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	1,64	2,17	2,68

(1) O Índice de Endividamento não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 “a” deste Formulário de Referência.

(Reais)	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Montante total da dívida de qualquer natureza (Passivo Circulante + Passivo não Circulante)	2.353.880.000	2.279.446.000	2.154.546.000
Tipo de índice	Índice de Endividamento	Índice de Endividamento	Índice de Endividamento
Ativo Total	3.456.087.000	3.488.933.000	3.392.077.000
Índice de endividamento	0,68108239	0,65333613	0,63517013

Índice de Liquidez Corrente

Vide a seguir a reconciliação do Índice de Liquidez Corrente:

Valores em R\$ (000)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de		
	2024	2023	2022
Ativo Circulante	986.134	874.528	752.637
Passivo Circulante	730.864	656.430	552.227
Índice de liquidez corrente⁽¹⁾	1,35	1,33	1,36

(1) O Índice de Liquidez Corrente não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 “a” deste Formulário de Referência.

CAGR (Compound Annual Growth Rate)

Vide a seguir a reconciliação do CAGR:

CAGR Receita líquida de serviços^{2022-2024 (1)} = 8,7%

$$[(\text{Receita Líquida}^{2024} \ 1.981.354 / \text{Receita Líquida}^{2022} \ 1.676.343)^{(1 / 2)}] - 1$$

(1) O CAGR não é uma medida contábil, conforme esclarecido no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

c. Explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição e do resultado de suas operações EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho pela nossa administração, porém não é uma medida de desempenho financeiro adotada pelas Práticas Contábeis Brasileiras ou de acordo com o IFRS. Este não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como um substituto para o lucro líquido, como um indicador de desempenho operacional, nem tampouco como um indicador de liquidez.

Consideramos o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como uma ferramenta significativa e prática para comparar, de forma sistemática, nosso desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento, bem como embasar determinadas decisões de natureza administrativas.

O uso do EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado como indicadores da lucratividade da sociedade possui limitações porque não leva em conta certos custos atinentes aos nossos negócios, tais como despesas financeiras, impostos, depreciação, juros e multas sobre recebimentos em atraso de clientes e demais despesas correlatas. A nossa administração acredita que o EBITDA, EBITDA Ajustado e Margem EBITDA Ajustado são medidas práticas para aferir a geração de caixa e desempenho operacional, bem como liquidez, que permite uma comparação com outras empresas do mesmo segmento, ainda que outras empresas possam calculá-lo de maneira distinta.

Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira (Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido), Índice de Endividamento (Dívida líquida/EBITDA Ajustado), Índice de Liquidez Corrente e CAGR (Compound Annual Growth Rate)

A Dívida Líquida, Índice de Alavancagem Financeira, Índice de Endividamento e Índice de Liquidez Corrente são métricas utilizadas pela nossa administração como alternativas para a mensuração do endividamento e alavancagem da Companhia, incluindo para a análise da variação dessas métricas entre os períodos, e comparação com benchmarks da indústria.

Utilizamos o CAGR da receita líquida de serviços, ou Taxa Anual de Crescimento Composto, como uma alternativa a taxa de crescimento acumulada ou média, pois pondera o crescimento como se este tivesse ocorrido a uma taxa constante ao longo dos períodos em análise.

Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

Novos cursos de medicina (Contexto operacional)

Em 31 de janeiro de 2025, o MEC divulgou o resultado preliminar do programa Mais Médicos 3, que visa conceder novas vagas de cursos de medicina a serem distribuídas conforme as regras do Edital de Chamamento Público nº 01/2023. Nessa 1ª fase, o Grupo obteve 18 propostas aprovadas para participar da segunda fase do processo, cuja divulgação do resultado preliminar está prevista para 28 de março de 2025, com a previsão de uma etapa de interposição de recursos e finalização prevista para ocorrer até 30 de maio de 2025.

Em 4 de fevereiro de 2025, o Tribunal Regional Federal suspendeu a liminar que permitia a realização de vestibulares de cursos de medicina em Belo Horizonte (MG) e Rio de Janeiro (RJ) a partir dessa data até a conclusão dos recursos em andamento. Os alunos já matriculados para os períodos de 2024.2 e 2025.1 em processos seletivos continuarão em seus cursos de forma regular com todos os seus direitos garantidos. A Companhia seguirá com os recursos administrativos ou judiciais até que todas as etapas sejam concluídas.

Risco Regulatório (Nota 3.1 (d))

Em 10 de março de 2025, o MEC publicou no DOU a Portaria nº 195/2025 que prorrogou para 10 de abril de 2025, ou até a publicação do Novo Marco Regulatório da modalidade, os termos da Portaria nº 158/2024, que suspendeu a criação de novos cursos de graduação a distância, novas vagas e polos de ensino EAD.

Política de destinação de resultados

Exercício Social Encerrado em			
Descrição	2024	2023	2022
a. Regras sobre retenção de lucros	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.	De acordo com a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ou Lei das Sociedades por Ações, os acionistas reunidos em Assembleia Geral poderão, por proposta dos órgãos da administração, deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício prevista em orçamento de capital por ela previamente aprovada.
	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.	A Lei das Sociedades por Ações, bem como o nosso Estatuto Social estabelecem que parte do nosso lucro será revertido para constituição de reservas: (i) reserva legal, mediante a retenção de 5% do lucro líquido, desde que não exceda 20% do capital social; e (ii) reservas em razão de contingências.
	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.	A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.
	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.	Entende-se por lucro líquido a parcela remanescente do resultado do exercício social após deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda.
	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.	Devido à adesão ao PROUNI, os valores do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido, não pagos em razão do incentivo fiscal concedido, são contabilizados no resultado do período, reduzindo as despesas dos referidos tributos. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante dos incentivos fiscais é destinado, após transitar pelo resultado, para a conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido. Esta reserva de lucro somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos. Ademais, tais valores não poderão ser distribuídos aos acionistas, mediante restituição ou redução do capital, por até cinco anos após a data em que ocorrer a referida capitalização.
a.i. Valores das Retenções de Lucros	No exercício social de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$1.162 mil, não havendo retenções de lucros.	No exercício social de 2023, a Companhia apresentou prejuízo de R\$35.619 mil, não havendo retenções de lucros.	No exercício social de 2022, a Companhia apresentou prejuízo de R\$222.148 mil, não havendo retenções de lucros.
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	-	-	-

Exercício Social Encerrado em			
Descrição	2024	2023	2022
b. Regras sobre distribuição de dividendos	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).	De acordo com o nosso Estatuto Social, nossos acionistas têm direito a receber, em cada exercício, a título de dividendos, um percentual mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado e a Companhia segue sua Política de Dividendos que estabelece o pagamento mínimo de 30% do lucro líquido, a serem pagos semestralmente. Os referidos ajustes são (i) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas; (ii) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição de reserva legal e de reservas para contingências; e (iii) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a administração poderá propor, e a Assembleia Geral aprovar, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (nos termos do Artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações).
	No exercício social de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$1.162 mil, não havendo retenções de lucros.	No exercício social de 2023, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$35.619 mil, não havendo retenções de lucros.	No exercício social de 2022, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$222.148 mil, não havendo retenções de lucros.
	No exercício social de 2024, a Companhia apresentou prejuízo de R\$1.162 mil, não havendo retenções de lucros. No entanto, conforme proposta da Administração, a Companhia propõe a distribuição de montante sobre lucros retidos, a título de dividendos, no valor de R\$19.607 mil, a serem integralmente pagos em 16 de maio de 2025.	No exercício social de 2023, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$35.619 mil, não havendo retenções de lucros.	No exercício social de 2022, a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$222.148 mil, não havendo retenções de lucros.

Exercício Social Encerrado em			
Descrição	2024	2023	2022
c. Periodicidade das distribuições de dividendos	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.	A distribuição dos nossos dividendos ocorre anualmente. De acordo com o nosso Estatuto, poderemos, a qualquer tempo, levantar balancetes em períodos menores, em cumprimento a requisitos legais ou para atender a interesses societários, inclusive para a distribuição de dividendos intermediários ou intercalares, mediante deliberação do nosso Conselho de Administração, sendo que, caso distribuídos, poderão ser imputados ao dividendo mínimo obrigatório, observados os limites e procedimentos previstos em lei.
d. Restrições à distribuição de dividendos	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.	Não possuímos restrições à distribuição de nossos dividendos, assim como não existem restrições impostas por contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.
e. Política de destinação de resultados	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)	Nós possuímos uma política de destinação de resultados, denominada Política de Dividendos, aprovada por nosso Conselho de Administração, em 28 de abril de 2017 e atualizada pelo mesmo órgão em 9 de maio de 2019 e está disponível para consulta em nosso site de Relações com Investidores (http://ri.sereducacional.com/), site da B3 (www.b3.com.br) e site da CVM (www.cvm.gov.br)

Descrição dos itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como:

(i) carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

(ii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

(iii) contratos de construção não terminada

(iv) contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Os Diretores da Companhia informam que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável.

Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia:

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

b. natureza e o propósito da operação:

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação:

Não aplicável, uma vez que não existem ativos e passivos detidos pela Companhia que não aparecem em seu balanço patrimonial.

a. investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Os Diretores destacam que os investimentos da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$183.493 mil, sendo desse total R\$124.193 mil para aquisições de ativos mobilizados e intangíveis e R\$59.300 mil para o pagamento de aquisição das controladas UNIFAEEL, UNESC, UNIFASB, UNIJUAZEIRO, UNIFACIMED, Centro de Desenvolvimento da Medicina Veterinária – CDMV e Hospital Veterinário DOK, Delinea e UNI7.

Para o exercício de 2025, os Diretores destacam que os investimentos previstos deverão ser alocados para a expansão dos campi existentes, construção de novos campi e eventuais aquisições de empresas consideradas chave para suportar o crescimento da Companhia, conforme seu plano de negócios. Parte dos investimentos também será utilizada para criação de novos cursos digitais, desenvolvimento de sistemas de ensino e matrizes curriculares online, plataforma comercial, novos canais de distribuição, bem como a manutenção da estrutura existente, com compra de livros para biblioteca, reposição de equipamentos (computadores, laboratórios) e licenças do MEC. A Companhia ainda avalia potenciais aquisições de outras instituições de ensino no mercado e Edtechs que possam expandir ainda mais seu ecossistema de educação continuada, porém não é possível garantir que esse tipo de investimento ocorrerá realmente até o presente momento.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Em reunião realizada em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 5ª (quinta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, com prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, no montante de R\$150.000 mil, nos termos da Resolução CVM 160 ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures terão amortização anual a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 3 (três) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,80% (um inteiro e oitenta centésimos por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão foram utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

Em 11 de dezembro de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização de sua 6ª (sexta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em duas séries, no montante de R\$150.000 mil, sendo: (i) R\$90.000 mil correspondentes às debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"); (ii) R\$60.000 mil correspondentes às debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"), nos termos da Resolução CVM 160, para distribuição pública sob o rito de registro automático de distribuição, sem análise prévia, destinada exclusivamente a investidores profissionais, conforme definidos no artigo 11 da Resolução CVM nº 30, de 11 de maio de 2021. As Debêntures da Primeira Série, têm prazo de vencimento de 1.084 (mil e oitenta e quatro) dias, amortização anual a partir do 24º (vigésimo quarto) mês (inclusive) contado da

Data de Emissão, em 2 (duas) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,40% (um inteiro e oitenta quarenta por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. As Debêntures da Segunda Série, têm prazo de vencimento de 1.817 (mil oitocentos e dezessete) dias, amortização anual a partir do 48º (quadragésimo oitavo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, em 2 (duas) parcelas, sendo a última parcela devida na Data de Vencimento e serão remuneradas a CDI+1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, sendo que a remuneração será paga semestralmente, sem carência. Os recursos da Emissão serão utilizados pela Companhia para refinanciamento do passivo da Companhia.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos.

Os Diretores afirmam que não existem desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia:

A Companhia realizou importantes aquisições, que agregaram alunos à sua base de alunos, cursos e unidades operacionais. As aquisições estão mencionadas no item (a) acima. Para maiores informações ver o item 1.1 do Formulário de Referência da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

(i) descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Em 2024, a Companhia continuou a avançar no desenvolvimento de seu ecossistema de educação continuada, realizando investimentos estratégicos em empresas que possibilitem a oferta de uma ampla gama de serviços e cursos. O objetivo é expandir nosso portfólio e aprimorar a qualidade da prestação de serviços, utilizando metodologias de ensino ativas que promovam uma experiência de aprendizado mais envolvente e eficaz.

Além disso, a Companhia seguiu incorporando ferramentas de inteligência artificial para a robotização e automação de processos, o que não apenas otimiza a eficiência operacional, mas também possibilita a criação de conteúdos acadêmicos de alta qualidade. Essas inovações são fundamentais para o desenvolvimento de cursos e serviços que atendam às demandas emergentes no mercado de ensino superior brasileiro, garantindo que nossos alunos tenham acesso a uma formação relevante e atualizada.

(ii) montantes totais gastos em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não houve investimentos relevantes em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

(iii) projetos em desenvolvimento já divulgados

As informações estão abarcadas no item 2.10, item (c), (i).

(iv) montantes totais gastos no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Em 2024, foram investidos o montante de aproximadamente R\$15.410 mil no desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

As oportunidades relacionadas a questões ASG estão inseridas no plano de negócios da Ser Educacional, uma empresa ligada a educação continuada que tem como filosofia base de seu modelo de negócios transformar o Brasil pela educação e que o ensino é a melhor maneira de trazer mobilidade social às pessoas. Nesse sentido, a Companhia possui iniciativas ASG que são criadas e aprimoradas ao longo de sua história. As oportunidades a seguir são as principais prioridades da Companhia no tema:

A presente proposta da Administração contempla a eleição de uma mulher em seu Conselho de Administração, mantendo a diversidade dos membros do Conselho de Administração.

A proposta da Administração também contempla que a Companhia terá um Conselho de Administração de maioria independente e a não sobreposição de cargos da Diretoria Executiva e membros do Conselho de Administração.

Criação e manutenção de iniciativas que aprimorem o engajamento dos alunos e docentes em temas ligados ao apoio as sociedades em que estão inseridas em temas como diversidade, trabalhos sociais, em especial nas áreas de saúde e educação.

Programa de aprimoramento do atendimento ao público em suas clínicas de saúde instaladas em suas unidades.

Programa de redução de uso de energia e recursos por meio da otimização do parque imobiliário da Companhia e aprimoramento dos investimentos em energia solar no estado de Pernambuco.

Não existem outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Companhia e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção "2".

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação das projeções e estimativas é facultativa.

Dessa forma, a Companhia informa que optou por não divulgar projeções de qualquer natureza (inclusive operacionais ou financeiras) relacionadas à Companhia ou às atividades da Companhia e das controladas para o exercício social encerrado em 2024.

Nos termos do artigo 21 da Resolução CVM nº 80/22, a divulgação de projeções e estimativas é facultativa.

A Companhia informa que não divulgou projeções e estimativas sobre a evolução de seus indicadores nos últimos 3 exercícios sociais.

Descrever os fatores de risco com efetivo potencial de influenciar a decisão de investimento, observando as categorias abaixo e, dentro delas, a ordem decrescente de relevância:

O investimento nos valores mobiliários emitidos pela Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo, bem como as demonstrações financeiras, informações trimestrais e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros poderão ser afetados de maneira adversa por qualquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários emitidos pela Companhia poderá diminuir em razão da ocorrência de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder todo ou parte substancial de seu investimento nos valores mobiliários emitidos pela Ser Educacional.

Os riscos descritos abaixo são, na data deste Formulário de Referência, aqueles conhecidos e que a Companhia acredita que possam afetá-la adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos atualmente pela Companhia ou considerados irrelevantes na data deste Formulário de Referência também poderão afetar adversamente a Companhia.

Para os fins desta seção "*4.1 Fatores de Risco*" e da seção "*4.3. Riscos de Mercado*", exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá "efeito adverso" ou "efeito negativo" para Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante aos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e de suas subsidiárias, bem como no preço dos valores mobiliários de sua emissão. Expressões similares incluídas nesta seção "*4. Fatores de Risco*" e na seção "*5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos*" devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção "*4.1 Fatores de Risco*" e da seção "*4.3. Riscos de Mercado*", determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens desta seção "*4.1 Fatores de Risco*" e da seção "*4.3. Riscos de Mercado*".

a. Riscos relacionados ao emissor

Parte dos imóveis que a Companhia ocupa está em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros.

Para ocupação e utilização de uma edificação é necessário obter o certificado que comprove a regularidade da obra, representado pelo Alvará de Conclusão (Habite-se) ou certificado equivalente, emitido pela Prefeitura Municipal, de situação do imóvel. Além disso, os imóveis

não residenciais devem apresentar as seguintes licenças para operar regularmente: (i) Alvará e Licença de Uso e Funcionamento, emitido pela Prefeitura Municipal competente; e (ii) Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, emitido pelo Corpo de Bombeiros.

A falta destas licenças pode implicar em penalidades que variam desde a aplicação de multas até, conforme o caso, a obrigação de demolir a área construída de maneira irregular ou, no pior cenário, o fechamento da respectiva unidade. A eventual imposição de penalidades em relação às unidades da Companhia, em especial a de fechamento de unidade, poderá ter um efeito prejudicial sobre suas atividades. Ademais, em caso de acidente, a ausência dessas licenças poderá gerar responsabilidades civis e criminais, podendo ainda acarretar o cancelamento de eventual apólice de seguro firmada para os imóveis em questão, além de possíveis danos à imagem da Ser Educacional.

O sucesso da Companhia está ligado à sua capacidade de acompanhar e se adaptar às mudanças tecnológicas do setor educacional e ao funcionamento adequado e ininterrupto da sua infraestrutura tecnológica.

Os sistemas e ferramentas de tecnologia de informação da Companhia poderão se tornar obsoletos ou insuficientes. Além disso, a Companhia poderá ter dificuldades em acompanhar e se adaptar às mudanças tecnológicas que venham a ocorrer, em especial quanto ao segmento de ensino à distância, o qual é afetado pelas rápidas alterações na tecnologia envolvida, além de mudanças nas necessidades e expectativas tecnológicas dos alunos e nos padrões de mercado.

Os concorrentes da Companhia podem introduzir novos produtos ou plataformas de serviços superiores às que oferece e o seu sucesso depende da capacidade e eficiência em melhorar os seus atuais produtos e em desenvolver novos serviços, para manter uma posição competitiva no mercado.

Adicionalmente, a sua infraestrutura tecnológica pode ser afetada por acessos não autorizados, *hackers* e outras falhas de segurança. Um usuário que consiga contornar medidas de segurança pode apropriar-se indevidamente de informações proprietárias ou causar interrupções ou avarias nas operações. Como resultado, a Companhia pode ser obrigada a incorrer despesas consideráveis para se proteger contra a ameaça dessas falhas de segurança ou para aliviar os problemas causados por essas falhas.

Por fim, os negócios da Companhia dependem do adequado e ininterrupto funcionamento da sua infraestrutura de tecnologia de informação. Problemas diversos relacionados à sua estrutura de tecnologia da informação tais como vírus, *hackers* e interrupções em seus sistemas e dificuldades técnicas em relação às suas transmissões via satélite poderão afetar adversamente de forma relevante seus negócios.

Falhas no sistema de segurança da Companhia com relação à proteção de informações confidenciais, inclusive dados pessoais, e de sua rede, podem causar perda de receita e danos à sua reputação, prejudicando suas operações ou resultando na divulgação não autorizada de informações

Eventual falha da Companhia em impedir violações de segurança da informação, na transmissão e armazenamento de dados, eletrônicos ou não, afetando a confidencialidade, integridade e disponibilização das informações armazenadas, pode prejudicar a reputação da Companhia e, ainda, afetar substancialmente seus negócios e resultados operacionais. Podendo resultar em: (i) ataques cibernéticos, os quais podem incluir invasão das plataformas e dos sistemas de tecnologia da informação, que tenham por objetivo acessar, alterar, furtar, corromper ou destruir sistemas e plataformas utilizadas pela Companhia, redes de computadores e informações armazenadas ou transmitidas pela Companhia ou de seus parceiros de negócio; e (ii) violação de privacidade e dados pessoais, acesso ou divulgação não autorizados, de dados confidenciais e/ou particulares de clientes por pessoas dentro ou fora da Companhia.

Os fatores acima podem ser decorrentes de *malware* (como vírus de computador), *ransomware*, *worm*, *phishing*, engenharia social, exploração de fraquezas do ambiente e sistemas, contaminação (seja intencional ou acidental) das redes e sistemas por terceiros com os quais existe a troca de dados, bem como outros tipos de ataques.

Quaisquer ataques cibernéticos bem-sucedidos podem resultar em impactos na imagem e reputação da organização, na paralização de sistemas ou indisponibilidade de serviços, ocasionando perdas de negócios, contaminação, corrupção ou perda de dados de clientes e outras informações sensíveis armazenadas, na violação de segurança de dados, na divulgação não autorizada de informações ou, ainda, na perda de níveis significativos de ativos líquidos (incluindo valores monetários).

Tentativas de ataques cibernéticos continuam evoluindo em dimensão e sofisticação, e a Companhia pode incorrer em custos significativos na tentativa de modificar ou melhorar as medidas de proteção, ou para investigar ou remediar quaisquer vulnerabilidades ou violação, ou, ainda, para comunicar ataques cibernéticos aos clientes.

Caso a Companhia não seja capaz de proteger de maneira eficiente os seus sistemas e plataformas contra ataques cibernéticos, isso pode ocasionar: violações à privacidade, de dados pessoais e confidencialidade de clientes; prejuízos decorrentes de danos a segurança de rede e violação de dados de clientes; conflitos com clientes; danos à sua imagem e reputação; responsabilidade de mídia e custos relacionados; processos judiciais, multas regulatórias, sanções, intervenção, reembolsos e outros custos de indenização; custos decorrentes de gerenciamento de crises para identificação e preservação de dados, consultoria jurídica, contratação de terceiros, defesas emergenciais e indenizações; custos necessários à restauração de ambientes (custos relativos à utilização da estrutura de *backup* para restaurar as informações ou sistemas); e custos relacionados a indenização decorrentes a ações judiciais.

Todos esses fatores podem ter um efeito material adverso sobre os negócios, reputação e resultados das operações da Companhia. Além disso, a Companhia poderá não ser capaz de se atualizar na mesma velocidade, ou, ainda, ter que destinar uma quantidade de recursos financeiros acima do que tinha originalmente previsto para combater tais ataques.

Ademais, a Companhia administra, retém e mantém parcerias com terceiros para o arquivamento, processamento, manutenção e disponibilização, através da *internet*, de dados eletrônicos que contém informações pessoais confidenciais de clientes no curso regular de suas operações, as quais podem ser objeto de acesso e divulgações não autorizados.

Qualquer uso indevido ou não autorizado de informações de clientes, ou qualquer percepção pública ao divulgar informações dos clientes sem sua autorização prévia, poderá sujeitar a Companhia a ações judiciais e sanções administrativas, que podem afetar de forma prejudicial e substancial sua reputação e situação financeira.

Ademais, falhas de segurança que acarretem a perda de dados e informações podem impedir o adequado desenvolvimento das atividades da Ser Educacional e interferir no cumprimento de suas obrigações legais, como, por exemplo, a retenção de guarda de registros de acesso à aplicação exigida pela Lei nº 12.965/2014. Eventuais falhas no armazenamento de dados de acesso e utilização da plataforma pela Companhia pode dificultar ou impedir a defesa dos seus interesses em eventuais ações judiciais ou administrativas, como, por exemplo, para investigação de fraudes e recuperação de valores.

Como resultado da exposição ao Governo Federal decorrente da participação em programas tais como o FIES, PRONATEC e PROUNI, conforme abaixo definidos, qualquer atraso ou suspensão dos repasses, bem como alteração nas regras, poderá prejudicar o fluxo de caixa e, conseqüentemente, o negócio da Companhia.

O Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior ("FIES") é um programa criado pelo Ministério da Educação ("MEC"), operacionalizado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação ("FNDE"), destinado a financiar estudantes de baixa renda em cursos de graduação e tecnológicos em instituições privadas de educação superior. Em função do aumento da penetração do FIES e da alta presença do programa como opção de financiamento dos alunos, a exposição da Companhia ao repasse das mensalidades do FIES por parte do Governo Federal passou a ser significativo a partir de 2012, sendo que a partir de dezembro de 2014, em função das medidas adotadas pelo Governo Federal, passou a perder representatividade, de forma que em 2011 a base de alunos FIES representava 8,6% da base de alunos de graduação de Ensino Híbrido, em 2012, 32,7%, em 2015, 43,0% e, em 2024, os alunos do FIES passaram a representar 9,1% dessa mesma base de comparação. Além disso, houve a adesão ao PROUNI - Programa Universidade para Todos ("PROUNI"), o que permitiu que políticas de financiamento e benefícios fiscais fossem conferidos à Companhia por parte do Governo Federal. O PROUNI, institucionalizado pela Lei nº 11.096/05, tem como finalidade a concessão de bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de baixa renda,

em cursos de graduação e tecnológicos em instituições privadas de educação superior, oferecendo, em contrapartida, isenção de alguns tributos federais às instituições que aderirem ao PROUNI.

Caso o Governo Federal decida extinguir ou reduzir os benefícios do PROUNI e do FIES, ou caso a Companhia não consiga cumprir os requisitos para utilização do PROUNI e, no caso do FIES, os alunos não consigam cumprir os requisitos para sua utilização ou o Governo alongue os prazos dos reembolsos ou mude a regra de maneira adversa, os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados e ela poderá ser compelida a pagar os tributos a que é isenta atualmente e ter redução de receita em função da redução de captação de alunos oriundos do FIES.

Por fim, as recentes alterações nas regras da renovação dos contratos do FIES, bem como fechamento do sistema para contratação de novos financiamentos pelos alunos e mudanças na legislação do PROUNI podem afetar negativamente o número de alunos nos cursos, causando uma diminuição nas receitas da Companhia, assim como ocorrido nas mudanças observadas durante o ano de 2015 para o PRONATEC e FIES.

Desde dezembro de 2014, o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, reduziu seus investimentos no FIES e no PRONATEC, reduzindo o número de vagas disponibilizadas para ambos os programas.

Desde 2018, a Companhia aderiu ao novo modelo de financiamento estudantil do Governo Federal intitulado "Novo FIES". Assim como o antigo programa, o novo financiamento também concede diversos limites de financiamento por todo o Brasil, com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O novo programa é dividido entre o FIES Público, que é de controle e responsabilidade do Governo Federal, e o FIES Privado ("P-FIES"), que é controlado por instituições financeiras públicas e/ou privadas. Com relação ao FIES Público, no momento da adesão ao programa as Instituições de Ensino Superior ("IES") são obrigadas a aderir ao Fundo Garantidor FIES ("FG-FIES") que substitui o Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Além da adesão ao FG-FIES, as instituições passam a ter um aumento na exposição de risco no novo programa. Para os financiamentos concedidos desde o primeiro semestre de 2018, as mantenedoras de IES que aderiram ao FIES participarão do risco do financiamento como devedoras solidárias, e deverão comprometer-se a realizar aportes ao FG-FIES. Assim, no âmbito do novo FIES, é feita a retenção de 13% a 27,5% do valor pago às instituições para aplicação no Fundo Garantidor do FIES (FG-FIES), que será usado para cobrir eventuais perdas do programa de forma individualizada por instituição de ensino. Os valores aportados no fundo não podem ser resgatados ou utilizados para outros fins sem liberação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE. A Administração passou a reconhecer provisão para perdas esperadas equivalente a 50% das retenções a serem reconhecidas pelo fundo com base no faturamento dos alunos FIES, considerando o fato de que o programa ainda não possui um ciclo completo desde o seu início. A oferta de vagas do FIES para o setor de ensino superior privado por parte do Governo Federal passou de

aproximadamente 700 mil vagas em 2014 para aproximadamente 300 mil vagas entre os anos de 2015 a 2017 e foi novamente reduzida para menos de 100 mil vagas, a partir de 2018. Em 2024, a oferta nesse programa foi de aproximadamente 112 mil vagas.

O aumento dos níveis de inadimplência no pagamento das mensalidades da Companhia poderá comprometer as suas receitas e seu o fluxo de caixa.

A Companhia depende do pagamento integral e pontual das mensalidades que cobra de seus alunos para a continuidade dos seus negócios. Assim, o aumento nos níveis de inadimplência de seus alunos no pagamento das mensalidades ou na recomposição de débitos poderá comprometer o seu fluxo de caixa e a sua capacidade de cumprir com as obrigações. O aumento dos níveis de inadimplência poderá afetar negativamente o fluxo de caixa da Companhia e, conseqüentemente, prejudicar o seu negócio. Devido às altas taxas de desemprego e conseqüente elevação da inadimplência, a provisão para devedores duvidosos como percentual da receita líquida, em 31 de dezembro de 2022, ficou em 6,8%, em 2023, ficou em 8,8%, e em 2024, 10,0%.

A Companhia pode ser prejudicada se não conseguir identificar, abrir, instalar e gerenciar novas unidades e cursos em condições economicamente eficientes ou obter os atos regulatórios necessários para autorizações ou credenciamentos de tais unidades e cursos de forma tempestiva. Se não for capaz de executar seu plano de expansão por meio da abertura de novas unidades na forma planejada, os negócios poderão ser prejudicados.

A estratégia da Companhia inclui a expansão orgânica por meio da abertura de novas unidades e cursos e a integração destas à rede de ensino. Assim, o plano de expansão da Companhia cria desafios significativos à manutenção da sua qualidade e cultura de ensino, em decorrência do grau de complexidade e dificuldade em gerenciar com eficiência um número muito grande de unidades e cursos. Neste sentido, a Companhia pode não ser capaz de manter seus padrões atuais de qualidade, o que implicaria a redução de sua participação de mercado e, por conseqüência, a diminuição da sua eficiência e lucratividade.

Adicionalmente, a abertura de novas unidades apresenta grandes desafios e exige vultosos investimentos em infraestrutura, marketing, pessoal e outras despesas pré-operacionais, em especial a identificação de novas instalações (unidades), tanto para locação quanto para aquisição. Neste sentido, a Companhia prioriza a identificação de locais estratégicos, a negociação da aquisição ou locação de imóveis, a avaliação da necessidade de construção ou reforma de todas as instalações, sobretudo as bibliotecas, laboratórios e salas de aula, bem como a obtenção de licenças de funcionamento, a demanda para contratação e treinamento de professores e funcionários e o investimento em administração e suporte.

Além disso, antes de abrir ou operar as novas unidades, a Companhia é obrigada a credenciar tais unidades no MEC, bem como providenciar a aprovação e autorização de seus novos cursos a fim de estar apta a operar, captar alunos e expedir diplomas e certificados. Diante disso, se a Companhia não for capaz de realizar os investimentos necessários para a abertura de novas unidades de forma a atender todas as especificações do MEC, ou caso o MEC imponha a tais processos exigências, restrições, metas ou impedimentos à aprovação de suas solicitações que resultem no atraso da obtenção da autorização, credenciamento ou reconhecimento de tais unidades, o negócio da Companhia poderá ser prejudicado.

A Companhia pode não ter sucesso em sua estratégia de expandir sua atuação no segmento de Ensino à Distância ("EAD").

O mercado de EAD está em constantes mudanças, em especial após o novo marco regulatório do EAD publicado em 2017 e com a mudança de comportamento por parte dos estudantes em função dos impactos da pandemia do COVID-19. Diante disso, a Companhia pode ter dificuldades em operar cursos em modelo EAD, bem como em promover as mudanças e investimentos tecnológicos que tal modelo de ensino exige. A tecnologia de produtos on-line, inclusive para o segmento de EAD, evolui rapidamente e, portanto, a Companhia terá que modificar e atualizar seus produtos e serviços de forma rápida para se adaptar às novas práticas do mercado e aos padrões esperados pelos alunos. Neste sentido, a estratégia pode ser prejudicada caso seus competidores, atuais ou futuros, introduzam produtos ou plataformas de serviços superiores ao oferecidos pela Companhia e disponibilidade de recurso seja insuficiente para desenvolver e implementar mudanças tecnológicas necessárias à manutenção da posição competitiva da Ser Educacional.

Além do acompanhamento das inovações tecnológicas, o sucesso do EAD depende também do fácil acesso da população à internet a um custo acessível, bem como de fatores tecnológicos fora do controle da Companhia. Se o acesso à internet for dificultado ou disponibilizado a um custo superior ao atual, ou ainda se o número de interessados em serviços educacionais via internet não aumentar, a Companhia pode não ter condições de implementar sua estratégia de crescimento nos serviços de EAD e, conseqüentemente, pode não ser capaz de implementar satisfatoriamente a estratégia de crescimento da Ser Educacional.

Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Portaria nº 2.041/2023, que suspendeu temporariamente os processos de autorização de cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância (EAD) por 90 dias, com o objetivo de estabelecer novas regras dentro de um novo marco regulatório. Esse sobrestamento foi sucessivamente prorrogado por meio de outras portarias emitidas pelo MEC, sendo a Portaria nº 371/2025, a mais recente extensão desse prazo, até o dia 9 de junho de 2025, ou até a publicação do novo marco regulatório.

A Companhia pode não ter sucesso em sua estratégia de expandir a sua atuação nos segmentos de cursos livres e novos negócios correlatos às suas atividades de ensino superior.

A Companhia possui determinadas estratégias de expansão, com o objetivo de aumentar as fontes de receita, como por exemplo: a Companhia realizou investimentos em aquisições de *Edtechs* e na criação de novas empresas que ofertam cursos livres, produção de conteúdos e avaliações de provas para empresas de ensino superior, básico e médio; a Companhia adquiriu Hospitais Veterinários que acredita poder gerar novas fontes de receita com atendimento a animais de estimação, bem como ampliar o reconhecimento da instituição nos seus cursos de Medicina Veterinária; e, ainda, a Companhia criou uma *fintech* e rede social profissional visando criar um ecossistema voltado a melhor atender as demandas do mercado de educação continuada. A Companhia pode não ter sucesso nestas estratégias de expansão e pode não ser capaz de implementar satisfatoriamente estes novos segmentos para o seu crescimento. Com isso, a Companhia poderá sofrer impacto nas suas receitas futuras e nos custos incorridos para a implementação destes novos projetos.

A Companhia enfrenta concorrência significativa em cada curso que oferece e em cada região em que atua, de modo que, se não for eficiente, poderá perder participação de mercado e lucratividade.

A Companhia concorre com faculdades, universidades, centros universitários públicos e privados, instituições de ensino à distância, bem como com alternativas ao ensino superior privado, tais como entidades filantrópicas, que gozam de isenção no recolhimento de determinados tributos. De acordo com a Sinopse Educação Superior 2023, publicada pelo INEP, havia 2.580 instituições de educação superior no Brasil, sendo 316 instituições públicas e 2.264 privadas.

Os concorrentes podem oferecer cursos semelhantes ou melhores que os da Companhia, contar com mais recursos, ter mais prestígio na comunidade acadêmica, possuir unidades com localização mais conveniente e melhor infraestrutura, cobrar mensalidades mais baixas ou, até mesmo, no caso do ensino superior público, não cobrar mensalidades. A Companhia pode ser obrigada a reduzir suas mensalidades ou aumentar suas despesas operacionais, a fim de reter ou atrair alunos ou buscar novas oportunidades de mercado. A Companhia não pode garantir que será capaz de competir com sucesso com seus concorrentes atuais e futuros. Se não conseguir manter sua posição competitiva ou responder às pressões competitivas com eficiência, suas receitas poderão diminuir, sua lucratividade poderá ser comprometida e poderá perder sua participação de mercado.

A Companhia pode não conseguir identificar e adquirir novas instituições de ensino superior ou cumprir seus objetivos estratégicos e financeiros relativos a qualquer aquisição pretendida.

A Companhia pretende adquirir instituições de ensino superior como parte da estratégia de expansão de suas operações, incluindo aquisições que possam ser significativas em tamanho e/ou relevância estratégica. A Companhia pode não ser capaz de continuar identificando instituições de ensino superior que ofereçam oportunidades adequadas e/ou favoráveis de aquisição no momento que desejar realizá-la. Além disso, as aquisições realizadas, bem como as futuras, envolvem uma série de riscos e desafios que podem ter um efeito prejudicial relevante sobre os seus negócios, especialmente porque, entre outras:

- a aquisição pode não contribuir com a sua estratégia comercial ou com a imagem da instituição;
- a aquisição pode estar sujeita à autorização de autoridades concorrenciais que poderão eventualmente indeferir as aquisições ou impor restrições;
- a Companhia pode enfrentar um passivo contingente relevante em decorrência dos processos judiciais relacionados às unidades adquiridas, bem como questões regulatórias relativas ao MEC;
- o processo de aquisição pode ser demorado e consumir mais recursos e/ou demandar tempo e esforço adicional da administração da Companhia, desviando o foco da administração de suas operações;
- os investimentos em aquisições podem não gerar os retornos esperados;
- o modelo de negócio das instituições adquiridas poderá ser diferente do da Companhia, e esta pode não ser capaz de adequar esses modelos aos seus ou fazê-lo de forma eficiente;
- as aquisições podem gerar ágio, cuja amortização resultará na redução de seu lucro líquido e dividendos; e
- a transferência da manutenção decorrente de alienação de controle ou reestruturação societária que deve ser homologada posteriormente pelo MEC.

A Companhia pode precisar de recursos adicionais para dar continuidade à sua estratégia de expansão. Dessa forma, se a Ser Educacional não conseguir obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar seus planos de expansão, não terá condições de implementar integralmente sua estratégia de crescimento.

A Companhia pode não ser capaz de integrar e gerenciar de forma satisfatória as instituições e/ou unidades adquiridas.

No processo de integração das instituições e/ou unidades adquiridas com as já existentes, a Companhia pode enfrentar desafios significativos, tais como a administração de um número maior de funcionários dispersos geograficamente e criação e implementação de controles, procedimentos e políticas uniformes com eficiência, além de custos adicionais de integração. Caso a integração das instituições e/ou unidades adquiridas com as operações e a administração, divulgação e aplicação da estratégia de negócios a tais novas unidades seja significativamente desafiadora, a Companhia pode não alcançar os benefícios que espera obter com as aquisições. A Companhia pode, também, não ser capaz de integrar o corpo docente e os funcionários com experiência profissional e culturas corporativas diferentes, e o relacionamento com os professores e funcionários, atuais e os novos, poderá ser prejudicado. Além disso, a integração de novas unidades adquiridas poderá ser afetada em decorrência de negociações coletivas de cada região, inclusive pela pressão de sindicatos. Se a Companhia não for capaz de administrar o seu crescimento por meio de aquisições com eficiência, seu negócio poderá ser prejudicado significativamente.

A Companhia pode não ser capaz de atualizar e melhorar o seu projeto pedagógico e de continuar oferecendo uma boa relação custo-benefício aos alunos.

Os currículos e programas de ensino da Companhia estão voltados para uma formação acadêmica com foco na capacitação dos alunos para o mercado de trabalho, a fim de proporcionar melhores condições de empregabilidade. Caso a Companhia não consiga se adequar às demandas dos alunos e do mercado, os cursos poderão deixar de ser bem aceitos no futuro. Além disso, a Companhia pode não lograr êxito na introdução de novos programas de ensino na mesma velocidade que os seus concorrentes ou tão rapidamente quanto à demanda dos empregadores. Se não responder de forma adequada às mudanças nas exigências do mercado em virtude de restrições financeiras, rápidas mudanças tecnológicas ou outros fatores, a capacidade de atrair e reter alunos da Companhia poderá ser prejudicada, tendo em vista que a relação custo-benefício de seus custos poderá ser questionada.

Um aumento nas taxas de evasão dos alunos poderá prejudicar os resultados operacionais.

A Companhia acredita que as taxas de evasão estão relacionadas principalmente à motivação pessoal, às condições socioeconômicas do país e à situação financeira dos seus atuais e potenciais alunos. Desvios significativos nas taxas projetadas de evasão dos alunos da Companhia podem afetar os esforços de captação de novos alunos, de tal forma que tais esforços não sejam suficientes para possibilitar atingir as receitas esperadas. Assim, um eventual aumento do índice de evasão e/ou não renovação de matrícula poderá reduzir as receitas da Companhia, prejudicando seus resultados operacionais.

A Companhia pode ser prejudicada em determinadas negociações desfavoráveis em convenções coletivas assinadas entre os sindicatos que representam seus professores e funcionários e os sindicatos das categorias econômicas que representam as instituições de educação da Companhia.

Os gastos da Companhia com pessoal e encargos sociais representam a maior parte do seu custo de produtos e serviços prestados, sendo que para o período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2024, tais gastos representaram 53,5% dos custos. Os professores e funcionários administrativos da Companhia são representados por sindicatos. As convenções coletivas regulam a duração da hora-aula, a remuneração mínima, férias e benefícios diretos dos professores e funcionários administrativos e estão sujeitas à renegociação anual, podendo ser alteradas substancialmente no futuro. Assim, a Companhia pode ser prejudicada em caso de negociações desfavoráveis com relação às referidas convenções coletivas. A Companhia, também, pode ser afetada se não mantiver bom relacionamento com sindicatos de professores ou funcionários administrativos ou se enfrentar greves, interrupções de trabalho ou outros imprevistos trabalhistas por parte de seus professores ou funcionários.

Por fim, a Companhia pode não ser capaz de repassar para as mensalidades dos seus alunos, em caso de um aumento de custos decorrente da renegociação de convenções coletivas, o que poderá ter um efeito adverso sobre o seu negócio.

A Companhia pode ser responsabilizada por determinados eventos que ocorram em suas unidades, o que poderá ter um efeito prejudicial sobre sua imagem, seus resultados e, conseqüentemente, sobre seu negócio.

A Companhia pode ser responsabilizada por atos praticados por diretores, professores e funcionários. Em caso de acidentes, lesões ou outros danos aos alunos dentro de suas unidades, a Companhia pode, ainda, enfrentar reclamações sob a alegação de negligência em razão de, por exemplo, não ter realizado a supervisão adequada das suas instalações ou de que foi, de algum modo, responsável por tais acidentes, lesões ou danos, bem como pelo descumprimento por parte de diretores ou funcionários de legislação específica do MEC e/ou de atos regulatórios de seus cursos. Também, pode enfrentar alegações de que professores ou outros funcionários tenham cometido assédio moral ou sexual, ou outros atos ilícitos contra outros funcionários ou contra alunos. Nestes casos, a cobertura de seguro da Companhia pode (i) não propiciar proteção contra esses tipos de reivindicações; (ii) não ser suficiente para suprir eventuais indenizações que a Ser Educacional venha ser obrigada a pagar; ou (iii) ser inexistente para determinado ato ou fato. Também, não é possível garantir que no futuro será capaz de renovar as suas coberturas nas mesmas condições. As ações de responsabilidade podem afetar a reputação da Companhia e prejudicar o seu negócio e seus resultados financeiros. Por fim, pode ser objeto de ações judiciais propostas por alunos e/ou ex-alunos alegando eventuais lesões a direitos previstos no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990). A simples existência ou divulgação dessas ações, mesmo antes da comprovação de fatos correlatos pode causar danos a sua imagem, diminuir o número de matrículas, aumentar a taxa de evasão de alunos, envolver despesas substanciais e desviar

tempo e atenção da sua administração, o que pode prejudicar seus resultados operacionais e sua situação financeira.

Se a Companhia não conseguir manter a qualidade de ensino e de infraestrutura em toda a sua rede ou se não obtiver notas de avaliação positivas de suas unidades e de seus alunos, poderá ser adversamente afetada.

O corpo docente é essencial para manter a qualidade de seus cursos e de sua reputação. Há carência de professores qualificados no mercado, o que leva a uma disputa acirrada pela contratação desses profissionais. A Companhia não pode garantir que terá condições de reter os atuais professores ou recrutar novos professores que atendam aos padrões de qualidade estabelecidos, especialmente pelo fato de a Companhia continuar expandindo geograficamente suas operações.

Adicionalmente, a qualidade dos projetos pedagógicos dos seus cursos e a infraestrutura das unidades também são componentes fundamentais da qualidade de ensino.

Da mesma forma, não pode garantir que (i) encontrará novos imóveis com infraestrutura adequada; (ii) será capaz de instalar infraestrutura adequada em imóveis que vier a adquirir; (iii) terá recursos suficientes para tanto em seu processo de expansão; ou (iv) conseguirá desenvolver projetos pedagógicos com o mesmo nível que atualmente pratica para novos cursos. Neste sentido, a Companhia poderá ser afetada adversamente em decorrência da falta de (i) professores qualificados; (ii) infraestrutura adequada; ou (iii) projetos pedagógicos para novos cursos que estejam de acordo com o seu modelo de negócio e com os parâmetros estabelecidos pelo MEC. Adicionalmente, seus negócios também poderão ser afetados caso seja percebida, em um ou mais dos mercados em que atua, que houve queda na qualidade de ensino.

Além disso, a Companhia e seus alunos são frequentemente avaliados e pontuados pelo MEC. Se as unidades e cursos ou alunos receberem do MEC notas inferiores às notas de anos anteriores, em qualquer de suas avaliações, poderá haver redução do número de matrículas em virtude da percepção da queda na qualidade do ensino oferecido. Assim, qualquer queda no resultado de avaliação no Índice Geral de Cursos ou no ENADE poderá prejudicar a imagem da marca, o que pode afetar negativamente os resultados operacionais e a situação financeira. Por fim, caso algum dos seus cursos seja avaliado como insatisfatório, a Companhia poderá vir a celebrar um termo de compromisso entre a instituição de ensino superior aplicável e o MEC, incluindo as metas, providências e prazos para corrigir as condições insatisfatórias. O não cumprimento, total ou parcial, das condições prescritas no termo de compromisso pode resultar em penalidades aplicadas pelo MEC, que incluem desde suspensão temporária da abertura de processo seletivo de cursos de graduação até a cassação do credenciamento ou credenciamento da instituição e da autorização de funcionamento de seus cursos, o que pode prejudicar os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

A Companhia está sujeita a atividades de supervisão do MEC, e, por conseguinte, pode sofrer as sanções aplicáveis, conforme abaixo elencadas, em decorrência de qualquer não cumprimento de requisitos regulatórios.

A atividade de supervisão de instituições de educação superior e de cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino foi instituída pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e regulamentada pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. São responsáveis por atividades de supervisão relativas, respectivamente, aos cursos de graduação e sequenciais, aos cursos superiores de tecnologia e aos cursos na modalidade de educação a distância as secretarias de Educação Superior, de Educação Profissional e Tecnológica e de Educação a Distância, órgãos do MEC. No que se refere à Secretaria de Educação Superior, são realizados dois tipos de ações de supervisão: a ordinária e a especial.

A supervisão ordinária é aquela que se origina de denúncias e representações de alunos, pais e professores, bem como de órgãos públicos e da imprensa, envolvendo casos isolados de instituições e cursos com indícios de irregularidades ou deficiências. Cabe ressaltar que a Companhia está sujeita a tais espécies de denúncias e representações.

A supervisão especial, por sua vez, é aquela iniciada pelo próprio MEC, a partir de seus indicadores de regularidade e qualidade da educação superior, e envolvem mais de um curso ou instituição, agrupados de acordo com o critério escolhido para a ação de supervisão. Esses critérios podem incluir resultados insatisfatórios no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e no Indicador de Diferença dentre os Desempenhos Observado e Esperado, o histórico de avaliações de cursos pelo INEP, bem como o atendimento de requisitos legais específicos, como por exemplo a porcentagem mínima de mestres e doutores em universidades e centros universitários.

O sucesso da Companhia depende da sua capacidade de operar em imóveis estrategicamente localizados e com fácil acesso ao transporte público para os seus alunos.

A Companhia entende que a localização de suas unidades é um fator importante no momento da escolha de uma instituição de ensino pelos alunos, em função da dificuldade de mobilidade urbana em muitas cidades brasileiras e do custo do transporte ser relevante no orçamento familiar dos alunos. Desta forma, identificar, alugar e/ou comprar imóveis bem localizados é considerado um fator estratégico do seu negócio. Neste sentido, não pode garantir que no futuro será capaz de reter os atuais imóveis ou de adquirir novos imóveis que sejam bem localizados. Da mesma forma, é possível que os custos relacionados com a aquisição dos novos imóveis (benfeitorias, obras, etc.) e os valores dos aluguéis desses imóveis sofram aumentos nos valores, o que poderá afetar negativamente a sua rentabilidade. Também, não pode garantir que as localizações das suas unidades manterão o potencial de atratividade e conveniência em função de eventuais mudanças demográficas e socioeconômicas das regiões onde já opera.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais, administrativos ou arbitrais podem afetar a Companhia adversamente.

A Companhia é e poderá ser parte em processos judiciais, administrativos e/ou arbitrais em matéria cível, tributária e trabalhista, inclusive envolvendo os seus fornecedores, alunos, membros do corpo docente e/ou autoridades ambientais, concorrenciais e tributárias, dentre outras, decorrentes tanto dos seus negócios em geral como de eventos não recorrentes de natureza societária, tributária, regulatória, dentre outros. A Companhia não pode garantir que os resultados desses processos serão favoráveis aos seus interesses ou, ainda, que terá provisionamento, parcial ou total, com relação a todos os passivos que eventualmente decorrerem desses processos.

Decisões contrárias aos seus interesses que eventualmente alcancem valores substanciais podem afetar adversamente os resultados e o valor das ações emitidas pela Companhia.

Parte dos imóveis que a Companhia ocupa estão com os seus contratos de locação ou aditivos em fase de averbação nas respectivas matrículas e parte dos contratos de locação celebrados pela Companhia não possuem cláusula de vigência.

Parte dos imóveis que a Companhia ocupa está em fase de registro de seus contratos de locação nas respectivas matrículas. Adicionalmente, parte dos contratos de locação celebrados pela Companhia não possui cláusula de vigência.

O registro e averbação de contratos de locação nas matrículas pode demandar mais tempo do que o previsto ou até mesmo não ocorrer por alguma exigência ou impedimento desconhecido pela Companhia. Tal registro ou averbação é importante na medida em que se o imóvel locado for alienado para terceiros, o comprador estará obrigado a respeitar a locação por todo o prazo de vigência previsto no contrato, desde que o instrumento seja: (i) por tempo determinado; (ii) contiver cláusula de vigência; e (iii) estiver averbado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Além disso, no caso de alienação dos imóveis alugados, o locatário tem preferência para aquisição do imóvel em igualdade de condições com terceiros. Todavia, o locatário que não tiver o seu direito de preferência respeitado somente poderá cancelar a venda do imóvel se o contrato de locação estiver averbado no Cartório de Registro de Imóveis competente. Por fim, no caso de alienação de imóvel que não tenha cláusula de vigência em seu contrato de locação, a Companhia poderá ter que entregar o imóvel no prazo de 90 dias, caso o adquirente de tal imóvel denuncie este contrato de locação. Desta forma, a falta de averbação dos contratos de locação ou a rescisão a qualquer tempo dos contratos por prazo indeterminado pode resultar na perda do direito sobre tais imóveis utilizados pela Ser Educacional e, conseqüentemente, prejudicar o desenvolvimento de suas atividades e de seus resultados.

Parte dos contratos de locação de imóveis onde estão localizadas as unidades da Companhia foram celebrados por prazo inferior a 5 (cinco) anos ou vigoram por prazo indeterminado.

De acordo com a Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991, o locatário tem direito à ação renovatória que lhe assegura a faculdade de renovar a locação por iguais períodos subsequentes. De maneira genérica, para a proposição desta ação é necessário que: (i) o contrato de locação não residencial tenha prazo determinado de duração igual ou superior a 5 (cinco) anos consecutivos ou, no caso de existir mais de um contrato ou aditamento tendo por objeto o mesmo imóvel, cujos prazos somados resultem em um prazo mínimo e determinado de 5 (cinco) anos consecutivos; (ii) o locatário esteja desenvolvendo a mesma atividade no imóvel pelo prazo mínimo de 3 (três) anos; e (iii) a ação renovatória seja proposta com antecedência de 1 (um) ano a 6 (seis) meses da data do término do prazo do contrato de locação. Nos casos dos imóveis cujo contrato de locação possui prazo inferior a 5 (cinco) anos, não seria possível propor a ação renovatória, de modo que ao término da vigência do contrato, o locador poderia se recusar a renovar a locação.

Além disso, nos casos de unidades operando em imóveis cujo contrato de locação vigora por prazo indeterminado, o locador poderá rescindir o contrato mediante notificação ao locatário com 30 (trinta) dias de antecedência para desocupação. A descontinuidade da atividade em determinada unidade, em razão do término da vigência da locação do respectivo imóvel poderia causar efeitos negativos às atividades da Companhia, bem como aos seus resultados.

O endividamento da Companhia pode afetar negativamente os seus negócios.

Em 31 de dezembro de 2024, a dívida bruta total consolidada da Ser Educacional foi de R\$1.161,6 milhões, considerando empréstimos, financiamentos e debêntures a pagar e compromissos financeiros relacionados às aquisições. O seu endividamento consolidado poderá:

- limitar sua capacidade de obter novos financiamentos;
- obrigar a Companhia a dedicar uma parte substancial do seu fluxo de caixa para servir a sua dívida, o que pode prejudicar sua capacidade de usar o seu fluxo de caixa para financiar capital de giro, despesas de capital e outros requisitos gerais corporativos, além do cumprimento das obrigações da Companhia;
- limitar a sua flexibilidade para planejar e reagir a mudanças em seus negócios e no setor em que atua;
- colocar a Companhia em uma situação de desvantagem competitiva em relação a alguns de seus concorrentes com menor quantidade de dívidas; e

- aumentar a sua vulnerabilidade a condições econômicas e industriais negativas, incluindo mudanças em variações nas taxas de juros ou uma queda nos seus negócios ou a economia.

Além disso, a Companhia possui contratos de empréstimo com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (*covenants*). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida.

A legislação aplicável estabelece que as operações de aquisição que se enquadrarem em determinados requisitos legais deverão ser submetidas à aprovação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE").

Segundo o artigo 88 da Lei nº 12.529, de 2011, devem ser submetidos ao CADE para aprovação prévia aqueles atos de concentração em que, cumulativamente: (i) pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual no país, no ano anterior à operação, no valor de R\$750 milhões; e (ii) pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual no país, no ano anterior à operação, no valor de R\$75 milhões.

Assim, o CADE pode não aprovar as futuras aquisições da Ser Educacional ou pode impor obrigações dispendiosas como condição à aprovação dessas aquisições, tais como alienação de parte de suas operações ou restrições sobre como opera ou comercializa seus serviços, fatos que podem prejudicar os resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Em decorrência desta estratégia de expansão por meio de aquisições de novas instituições, a Companhia poderá precisar de recursos adicionais para dar continuidade a sua estratégia. Assim, se não conseguir obter financiamento adequado para concluir qualquer potencial aquisição e implementar seus planos de expansão, a sua estratégia de crescimento será prejudicada.

A incapacidade ou falha em proteger a propriedade intelectual da Companhia ou a violação à propriedade intelectual de terceiros, incluindo ataques à infraestrutura necessária para manter os sistemas de TI da Ser Educacional, podem resultar em danos à sua reputação e danos financeiros.

O sucesso da Companhia depende, em parte, da sua capacidade de proteger e preservar os ativos passíveis de proteção por institutos de propriedade intelectual previstos pelas leis brasileiras (incluindo marcas registradas, patentes e *softwares*).

A Companhia acredita que as suas marcas são ativos valiosos e importantes para o sucesso e que problemas relacionados a propriedade intelectual podem afetá-la significativamente.

Eventos como o indeferimento definitivo de seus pedidos de registro de marca perante o Instituto Nacional da Propriedade Industrial ("INPI"), o uso sem autorização ou outra apropriação indevida das suas marcas registradas podem diminuir o valor das suas marcas ou sua reputação, de modo que poderá sofrer impacto negativo em seus resultados operacionais. Caso não logre com êxito em obter os registros pendentes, bem como proteger adequadamente seus ativos intangíveis, tal evento poderá gerar impactos adversos relevantes nos seus negócios, na sua situação financeira, nos seus resultados operacionais, no seu fluxo de caixa, na sua liquidez, na sua reputação e/ou nos seus negócios futuros.

Eventual perda de propriedade intelectual, segredos comerciais ou de outras informações comerciais sensíveis ou a interrupção das operações da Companhia pode afetar negativamente seus resultados financeiros.

Além disso, interrupções ou falhas nos sistemas de tecnologia da informação da Companhia, como por exemplo na apuração e contabilização do faturamento, causadas por acidentes, mau funcionamento ou atos mal-intencionados, podem ocasionar impactos no seu funcionamento corporativo, comercial e operacional, o que pode afetar seus negócios e resultados operacionais de forma negativa, além de afetar adversamente sua imagem e confiabilidade junto ao mercado.

Adicionalmente, referidas interrupções ou falhas podem não estar cobertas pelas apólices de seguros que possuía contratadas para seus ativos. Perdas não cobertas por estes seguros podem resultar em prejuízos, o que poderá impactar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Ser Educacional.

Por fim, terceiros podem alegar que os produtos ou serviços prestados pela Companhia violam seus direitos de propriedade intelectual. Qualquer disputa ou litígio relacionado a ativos de propriedade intelectual pode ser oneroso e demorado devido à incerteza de litígios sobre o assunto.

b. Riscos relacionados aos seus acionistas, em especial aos acionistas controladores.

A Companhia possui um acionista controlador direto, com aproximadamente 59% do capital votante, cujos interesses podem ser conflitantes com os interesses de seus investidores.

A Companhia possui um acionista direto titular da maioria absoluta de seu capital votante. Tal acionista controlador tem poderes para, entre outras coisas, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração da Ser Educacional e determinar o resultado de deliberações que exijam a aprovação de acionistas, inclusive em operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações de ativos, parcerias e pagamento de quaisquer

dividendos futuros, observadas as exigências de pagamento do dividendo obrigatório, impostas pela Lei das Sociedades por Ações. O acionista controlador da Ser Educacional poderá ter interesse em realizar aquisições, alienações de ativos, parcerias, buscar financiamentos ou operações similares que podem ser conflitantes com os interesses dos seus outros investidores e causar um efeito material adverso nas suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

Parte dos imóveis ocupados pela Companhia são de titularidade da sociedade pertencente ao seu acionista controlador. Assim, a Companhia está exposta a conflitos de interesses, visto que a administração de tais imóveis pode ser conflitante com os interesses desta, de seu acionista controlador e de seus investidores.

Alguns dos imóveis onde estão instaladas as unidades da Companhia são de titularidade da sociedade controlada pelo seu acionista controlador e, desta forma, os interesses de seu acionista controlador na administração de tais imóveis poderão ser conflitantes com os interesses da Ser Educacional, bem como com os interesses dos seus investidores. Além disso, as suas despesas e custos históricos da utilização dessas unidades podem não representar os custos e despesas futuros com os aluguéis de tais imóveis pagos ao acionista controlador da Companhia.

c. Riscos relacionados a suas Controladas e Coligadas.

Adicionalmente ao risco abaixo, as controladas e coligadas estão sujeitas aos mesmos riscos descritos nos itens 4.1(a) e 4.1(b) acima.

A Companhia depende da distribuição de resultados de suas controladas e pode ser adversamente afetada caso a suas controladas tenham seu desempenho prejudicado.

A Ser Educacional é uma companhia controladora de diversas outras sociedades que desenvolvem atividades específicas. A capacidade de cumprir com as suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas está relacionada ao fluxo de caixa e lucros das suas controladas. Não há garantia de que o fluxo de caixa e os lucros das suas controladas serão positivos ou que serão suficientes para o cumprimento das suas obrigações financeiras e para o pagamento de dividendos aos acionistas da Companhia.

d. Riscos relacionados aos seus administradores.

A Companhia depende de membros da sua administração e pode não ser capaz de reter ou substituí-los por pessoas com mesma experiência e qualificação.

Parte do sucesso da Companhia depende das habilidades e esforços da sua administração. Contudo, os administradores e colaboradores de alto escalão poderão se afastar no futuro. Se administradores ou colaboradores de alto escalão optarem por não mais participar da gestão dos negócios, a Companhia pode não ser capaz de contratar profissionais igualmente qualificados. A perda de membros da sua administração executiva e sua incapacidade de contratar profissionais com a mesma experiência e qualificação poderão ter um efeito prejudicial sobre o negócio, tendo em vista que a qualidade do produto e/ou serviços ofertados pela Companhia estaria prejudicada. Para mais informações sobre os administradores da Companhia, ver item 7.3 e 7.4 deste Formulário de Referência.

e. Riscos relacionados aos seus fornecedores.

A Companhia e suas subsidiárias podem figurar como responsáveis principais ou solidárias das dívidas trabalhistas de prestadores de serviços.

A Companhia celebra diversos contratos de prestação de serviços tais como de limpeza, construção, reformas e vigilância, entre outros.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços para a Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e às suas subsidiárias podem ser consideradas solidárias ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, assim, ser autuadas e/ou obrigadas a efetuar o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de serem responsabilizadas por todas estas demandas, as atividades da Ser Educacional poderão sofrer um efeito adverso.

f. Riscos relacionados aos seus clientes.

A Companhia pode não ser capaz de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em seus custos.

A principal fonte de receita da Companhia é o recebimento das mensalidades cobradas de seus alunos. Em 2024, o custo dos serviços totalizou R\$887,1 milhões, representando 44,8% da receita líquida, um aumento de 0,6% na comparação com 2023, quando esses custos atingiram R\$881,6 milhões, representando 48,1% da receita líquida. Os principais incrementos nos custos operacionais do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 referem-se (i) ao aumento nos custos com concessionárias, em virtude do aumento da base de alunos de ensino

presencial, em especial em cursos de saúde, que possuem carga horária maior em função das aulas práticas, e do crescimento das unidades mais novas, na comparação dos resultados entre 2024 e 2023, além do aumento tarifário em diversos estados; e (ii) ao impacto do aumento da taxa de inflação sobre os custos no decorrer de 2024, compensados pela melhoria da eficiência operacional. Do total de custos da Companhia, em 31 de dezembro de 2024, 53,5% (53,6% em 2023) decorrem de custos com pessoal e encargos sociais e 5,8% (4,9% em 2023) decorrem de água, energia elétrica e telefonia. Já os custos com aluguéis atingiram, em 31 de dezembro de 2024, 2,4% dos custos totais, ficando em linha com o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, quando também atingiram 2,4% dos custos totais.

Tanto os custos com pessoal quanto os aluguéis e energia são normalmente corrigidos por índices que refletem as oscilações inflacionárias. Caso a Companhia não consiga repassar os aumentos de seus custos aos alunos, por meio do aumento nas mensalidades, seus resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Se a Companhia não tiver condições de atrair e reter os alunos, ou não conseguir assim proceder sem reduzir as mensalidades, suas receitas poderão ser reduzidas e poderá ser prejudicada.

O sucesso do negócio da Companhia depende essencialmente do número de alunos matriculados em seus cursos e das mensalidades que são pagas. A sua capacidade de atrair e reter alunos depende principalmente das mensalidades cobradas, da conveniência da localização, da infraestrutura das suas unidades e da qualidade de seus cursos percebida por seus atuais e potenciais alunos. Tal capacidade pode ser afetada por diversos fatores, tais como sua habilidade para: (i) responder às pressões competitivas cada vez maiores; (ii) desenvolver seus sistemas de ensino a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências das escolas e dos alunos; (iii) desenvolver novos cursos e melhorar os existentes a fim de responder às mudanças nas tendências de mercado e às exigências dos alunos; (iv) preparar adequadamente os alunos para exercer carreiras nas suas respectivas ocupações profissionais; (v) implementar com sucesso sua estratégia de expansão; (vi) gerenciar seu crescimento e, ao mesmo tempo, manter sua qualidade de ensino; e (vii) oferecer com eficiência seus cursos para base mais ampla de potenciais alunos. Se a Companhia não possuir condições de continuar atraindo alunos para que matriculem em seus cursos e se não tiver a capacidade de reter os atuais alunos, sem reduzir de forma significativa as mensalidades, suas receitas e seus negócios poderão diminuir e poderá ser prejudicada.

A Companhia oferece crédito consignado a funcionários e desconto de recebíveis para produtores de cursos livres.

Como parte da estratégia de oferecer serviços cada vez mais completos em um modelo de ecossistema de educação continuada, a partir de 2022, a Companhia passou a oferecer descontos de recebíveis a produtores de cursos livres por meio da plataforma de cursos livres GoKursos e da fintech B.Uni. Caso não seja capaz de analisar adequadamente os recebíveis descontados, bem como o perfil de crédito dos funcionários, a Companhia pode incorrer em prejuízos que podem reduzir os seus resultados financeiros.

g. Riscos relacionados aos setores da economia nos quais o emissor atue.

As instituições privadas de ensino superior poderão ser prejudicadas se o governo alterar sua estratégia de investimento em educação.

Segundo a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 ("Lei de Diretrizes e Bases da Educação"), a educação é dever do Estado e da família, sendo o ensino livre à iniciativa privada, atendidas as condições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Historicamente, o apoio financeiro direto do governo ao Ensino Superior concentra-se em determinadas universidades públicas que atuam como centros de excelência e pesquisa. O número limitado de vagas e processos de admissão altamente competitivos restringe significativamente o acesso a essas universidades. O Governo Federal pode alterar essa política e aumentar a concorrência que enfrentamos por meio (i) do aumento do nível de investimentos públicos no Ensino Básico e Superior em geral e uma maior oferta de vagas e melhoria na qualidade do ensino oferecido; e (ii) da transferência dos recursos de incentivo de universidades que atuam como centros de excelência e pesquisa para instituições públicas de ensino superior acessíveis a adultos trabalhadores de classes média e baixa, potenciais estudantes. A criação e a expansão, pelas universidades federais e estaduais, das políticas de cotas para instituições de ensino superior públicas utilizando renda ou etnia como critérios socioeconômicos também podem aumentar a concorrência que enfrentamos. Além disso, o Governo Federal pode reduzir o nível de investimentos públicos nos ensinos fundamental e médio, resultando na diminuição do número de novos estudantes que buscam o ingresso em instituições de ensino superior depois de concluírem o ensino médio, restringindo, assim, a demanda pelos cursos da Companhia. Adicionalmente, quaisquer alterações na política governamental em educação poderão eventualmente gerar um impacto adverso sobre suas atividades e seus negócios.

h. Riscos relacionados à regulação dos setores em que o emissor atue.

A Companhia atua em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram leis e regulamentos, cujo descumprimento pode implicar em fiscalizações, procedimentos administrativos ou ações judiciais contra as instituições de ensino superior, o que pode gerar efeitos adversos aos seus negócios.

O setor de ensino superior está sujeito às leis federais e à ampla regulamentação governamental imposta, entre outros, pelo MEC e seus órgãos, como o Conselho Nacional de Educação ("CNE"), o INEP e a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior ("CONAES").

As regulamentações educacionais no Brasil definem 3 (três) espécies de instituições de ensino superior, quais sejam: (i) as faculdades; (ii) os centros universitários; e (iii) as universidades. As três espécies supramencionadas, dependem de prévio credenciamento no MEC para poder operar.

Com relação à oferta de cursos, as faculdades diferem das outras espécies, haja vista que

dependem de prévia autorização por parte do MEC para implementação de um novo curso, o que não se verifica nas outras espécies de instituições de ensino superior. Os centros universitários e as universidades não estão sujeitas a essa exigência, devendo apenas informar à Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior sobre os novos cursos criados para fins de supervisão, avaliação e posterior reconhecimento pelo órgão, com exceção aos cursos de direito, medicina, psicologia, enfermagem e odontologia, que exigem a aprovação prévia do MEC.

No que se refere à criação de campi fora da sede, cumpre mencionar que se trata de prerrogativa única das universidades.

Igualmente, é importante destacar que todos os cursos superiores estão sujeitos a reconhecimento realizado por parte do MEC, como condição necessária juntamente com o registro (credenciamento) para a validade nacional dos respectivos diplomas. Assim, qualquer descumprimento de requisitos legais e regulatórios por parte das instituições de ensino superior da Companhia pode acarretar sanções por parte do MEC bem como um desgaste de sua imagem junto a clientes.

O EAD, assim como a modalidade presencial de ensino, também está sujeito a uma série de requisitos impostos pela legislação para o seu funcionamento, os quais a Companhia deve cumprir na íntegra para obter e renovar os atos autorizativos dos cursos e da instituição.

A manutenção dos atos autorizativos da Companhia válidos no futuro está condicionada ao atendimento das exigências regulatórias. Do contrário, o MEC poderá impor restrições sobre as operações, incluindo extinção de cursos, redução no número de vagas, cancelamento da sua prerrogativa de emitir diplomas e certificados e revogação do credenciamento da Companhia, o que poderá prejudicar os seus resultados operacionais e sua situação financeira.

A Companhia ainda não pode assegurar que a obtenção do credenciamento ou credenciamento de suas instituições de ensino superior, bem como do conhecimento e reconhecimento de seus cursos ocorrerão dentro do cronograma previsto ou que terão todos os credenciamentos, credenciamentos, conhecimentos e reconhecimentos exigidos. A falta de tais atos autorizativos ou o indeferimento da sua obtenção poderá ter efeito adverso nos seus resultados operacionais.

As leis e regulamentos que regem os prestadores de serviço de ensino no Brasil podem ser, no futuro, revistas e alteradas. A Companhia pode ser significativamente prejudicada por qualquer alteração nas leis e regulamentos aplicáveis às instituições de ensino superior, especialmente por mudanças relativas a (i) credenciamento e credenciamento de instituições de ensino privadas; (ii) imposição de controles de mensalidades ou restrições sobre os níveis de lucratividade; (iii) exigências de qualificação de membros do corpo docente; (iv) exigências acadêmicas para cursos e currículos; e (v) exigências de infraestrutura das unidades, tais como bibliotecas, laboratórios e suporte administrativo, entre outras.

Ainda, a Companhia busca aprovar novas vagas do curso de medicina junto ao Ministério da Educação ("MEC"), nos termos da Lei nº 10.861/2004, que institui o SINAES. Devido à ausência de evolução no processo autorizativo de novas vagas por parte do MEC, a Companhia ingressou com determinadas medidas judiciais, e obteve provimentos de caráter provisório (liminares) que autorizaram a abertura das novas vagas.

O procedimento de aprovação de novas vagas do curso de medicina junto ao MEC é, atualmente, objeto da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 81 (ADC 81), ajuizada pela Associação Nacional das Universidades Particulares (ANUP) no Supremo Tribunal Federal. A referida ação discute a constitucionalidade do artigo 3º da Lei nº 12.871/2013, que normatiza o procedimento a ser adotado no tocante à autorização para o funcionamento de cursos de medicina no âmbito do Programa Mais Médicos.

Em 7 de agosto de 2023, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, relator da ADC 81, deferiu parcialmente, a medida cautelar requerida pelos impetrantes, sujeita à aprovação *ad referendum* do plenário do Supremo Federal Tribunal, reconhecendo, em caráter provisório, a constitucionalidade do art. 3º da Lei 12.871/2013. Como consequência, definiu-se que é inviável aos mantenedores de Instituições de Ensino Superior (IES) requererem a autorização de novos cursos ou ampliação de vagas em cursos já existentes sem estes se sujeitarem a uma licitação prévia (chamamento público). Por outro lado, admitiu-se a continuidade da operação dos cursos autorizados conforme as decisões judiciais atualmente em vigor, tendo sido autorizado, adicionalmente, a conclusão do trâmite de todos os processos administrativos que tenha como objeto tais decisões e que estejam em etapa mais avançada, desde que observado o cumprimento de uma série de condicionantes.

Em 24 de maio de 2024, o STF retomou o julgamento, e o voto do ministro Gilmar Mendes foi acompanhado por outros seis ministros, formando maioria no referido tribunal: Luiz Fux, Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Cristiano Zanin, Luís Roberto Barroso e Cármen Lúcia. O julgamento foi virtual e foi concluído em 4 de junho de 2024, tendo prevalecido o entendimento exarado no voto do relator, Ministro Gilmar Mendes, nos termos resumidos abaixo:

- (i) Que o art. 3º da Lei do Mais Médicos (Lei nº 12.871/2013) é constitucional e, portanto, a forma exclusiva de abertura de novos cursos de medicina, e que a autorização de novas vagas em cursos já existentes é através de chamamento público, concretizado nos editais publicados pelo Ministério da Educação (MEC);
- (ii) A manutenção dos novos cursos de medicina já instalados, contemplados por Portaria de Autorização do MEC, por força de decisões judiciais; e
- (iii) Que deve ser dada continuidade ao processamento dos processos administrativos instaurados por força de decisão judicial de credenciamento de novos cursos de medicina, desde que já tiverem superado a fase inicial de análise documental.

Ressalta-se que a quantidade de vagas e efetividade da autorização dependem da análise das propostas pelo MEC, que recentemente publicou a portaria MEC nº 531/2023 estabelecendo um novo padrão decisório para o processamento desses pedidos de autorização de novos cursos de Medicina e de aumento de vagas em cursos de Medicina já existentes, instaurados por força de decisão judicial.

Agências governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir inspeções, instaurar processos administrativos ou iniciar litígios contrários à Companhia.

Pelo fato de uma instituição de ensino superior operar em um setor altamente regulamentado, órgãos governamentais, o MEC e terceiros podem conduzir fiscalizações, propor procedimentos administrativos e instaurar ações judiciais contra ela ou contra as instituições adquiridas pela Companhia pelo não cumprimento das normas regulatórias. Se os resultados desses procedimentos ou ações judiciais forem desfavoráveis às instituições de ensino superior ou se uma instituição de ensino superior não puder se defender com sucesso, esta poderá ser obrigada a pagar condenações pecuniárias significativas ou estar sujeita a multas, restrições, ou outras penalidades.

Mesmo que a instituição de ensino superior apresente defesa adequada as questões levantadas pela fiscalização de determinado órgão ou se defenda de um procedimento administrativo ou uma ação judicial, poderá ter de reservar recursos financeiros e administrativos significativos para solucionar questões levantadas por estes procedimentos ou para se defender desses procedimentos administrativos ou ações judiciais. Além disso, os procedimentos administrativos e ações judiciais instaurados contra a instituição de ensino superior podem prejudicar sua reputação, independentemente do resultado.

Se a Companhia perder os benefícios das isenções fiscais federais oferecidas pelo PROUNI, seus negócios, sua situação financeira e seus resultados operacionais poderão ser negativamente afetados.

Alguns alunos da Companhia fazem parte do PROUNI. Este programa do Governo Federal visa a proporcionar a entrada de alunos que não possuem condições de arcar com os custos acadêmicos no ensino superior, mediante concessão de bolsas pelo Governo Federal. Por meio do PROUNI, as instituições de ensino superior, como a Companhia, são favorecidas por determinadas isenções fiscais federais de imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ"), programa de integração social ("PIS"), contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") referentes às receitas de cursos de graduação e graduação tecnológica. Em caso de descumprimento das regras estabelecidas na Lei do PROUNI, as instituições de ensino da Companhia podem perder tais isenções tributárias.

Se não cumprir determinadas exigências tais como o oferecimento de bolsa integral ou parcial para determinado percentual de alunos pagantes no ano anterior, concessão de bolsas parciais, apresentação semestral ao MEC de controle de frequência obrigatória dos bolsistas, aproveitamento do curso e controle de evasão dos alunos dos cursos e turnos, as instituições de ensino superior da Companhia podem ser descredenciadas do PROUNI, o que resultaria na perda de isenções fiscais. Se as instituições de ensino superior perderem suas isenções fiscais ou se não conseguirem cumprir outras exigências mais rígidas que venham a ser introduzidas no futuro, os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia poderão ser afetados negativamente.

Ademais, há o risco de que uma reforma tributária impeça, interrompa ou modifique o uso de incentivos fiscais concedidos. A Companhia não pode assegurar que os incentivos relacionados ao PROUNI serão integralmente mantidos e o prazo pelo qual serão mantidos. Qualquer suspensão, modificação, cancelamento ou a não renovação dos incentivos fiscais com as mesmas características pode ter um efeito adverso em seus resultados operacionais. Nesse sentido, em 12 de setembro de 2013, a Receita Federal do Brasil ("RFB") editou a Instrução Normativa RFB nº 1.394 ("IN. 1.394"), que, posteriormente, foi alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.417, de 6 de dezembro de 2013, que, por sua vez, revogou certas regras anteriores e introduziu, entre outras, novas disposições em relação às isenções fiscais instituídas pelo PROUNI, em especial quanto à forma de cálculo de referido benefício. Segundo a IN. 1.394, além de a isenção fiscal obtida pelas instituições privadas de ensino superior signatárias do PROUNI ser calculada com base na Proporção da Ocupação Efetiva das Bolsas ("POEB"), a isenção relativa ao IRPJ seria calculada com o adicional de 10%, além da alíquota da CSLL. Este valor apurado constitui o valor da isenção do IRPJ e da CSLL, respectivamente, que poderá ser deduzido do IRPJ e da CSLL devidos em relação à totalidade das suas atividades. Nesse sentido, o impacto da IN. 1394, na isenção atribuída à Companhia consiste na forma de cálculo da isenção que leva em consideração a POEB e na inclusão do adicional do IRPJ.

Incertezas em decorrência de futuras alterações nas políticas fiscais e leis tributárias ou em sua interpretação pelas autoridades administrativas ou pelo Poder Judiciário pode afetar adversamente a Companhia e suas controladas.

O Congresso Nacional aprovou recentemente a reforma tributária ("Reforma Tributária") por meio da Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023 ("EC 132/2023"). Em 16 de janeiro de 2025, o atual presidente do Brasil sancionou o primeiro projeto de regulamentação do novo sistema de tributação do consumo, através da Lei Complementar nº 214, de 16 de janeiro de 2025 ("LC 214/2025") que alterou a tributação para um sistema de tributação sobre o Valor Agregado ("IVA Dual"), composto por uma contribuição federal sobre bens e serviços ("CBS"), um imposto sobre bens e serviços ("IBS"), além de um novo imposto especial de consumo ("IS") a ser aplicado sobre bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, como bebidas alcoólicas e cigarros. No âmbito da Reforma Tributária, o CBS substituirá as atuais contribuições sociais federais, o Programa de Integração Social ("PIS") e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), enquanto o IBS substituirá tanto o imposto estadual sobre bens e serviços

("ICMS") quanto o imposto municipal sobre serviços ("ISS"). Em suma, os tributos que compõe IVA Dual possuirão uma base ampla e integral, serão não cumulativos (permitindo a apropriação de créditos sobre quase todos os valores anteriormente pagos – com apenas algumas exceções previstas na legislação), incidirão sobre quaisquer operações com bens e serviços, serão cobrados no destino e terão apenas algumas exceções. Segundo estimativas do Ministério da Fazenda, a alíquota combinada dos dois tributos deve girar em torno de 28%. Durante a fase de transição, que terá duração variada a depender do tributo, haverá uma coexistência dos tributos recém instituídos e dos tributos anteriormente vigentes. A partir de 2027, as contribuições ao PIS/COFINS deixarão de existir e serão substituídas definitivamente pela CBS, que terá sua alíquota padrão definida pelo Senado Federal. Na mesma data, o IPI será zerado, exceto para os produtos que também tiverem sido industrializados na Zona Franca de Manaus no ano de 2024. De 2029 a 2032, as alíquotas do IBS serão aumentadas proporcionalmente ano a ano, enquanto as alíquotas do ICMS e do ISS serão reduzidas gradativamente, assim como os benefícios fiscais concedidos durante esse período. Em 2033, o IBS será implementado integralmente, enquanto o ICMS e o ISS serão extintos. Até o momento, o Congresso Nacional analisou dois projetos de Lei Complementar (PLP 68/2024 e PLP 108/2024) para regulamentar a Reforma Tributária, o primeiro PLP foi aprovado e objeto de sanção presidencial, dando origem à Lei Complementar 214/2025, conforme informado anteriormente, e o segundo aguarda aprovação do Senado Federal. Paralelamente, o Congresso Nacional Brasileiro discute algumas outras mudanças, que podem afetar a distribuição de lucros, dividendos e juros sobre capital próprio, em uma potencial e ampla reforma da tributação da renda.

Mudanças na política tributária, incluindo a criação de novos impostos, ou a expiração ou revogação de incentivos fiscais podem ocorrer com relativa frequência e tais mudanças podem ter um efeito adverso na posição financeira ou resultados operacionais da Companhia e de suas controladas.

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não consegue prever com precisão o impacto da Reforma Tributária ou de outras reformas tributárias em trâmite no Congresso Nacional em sua operação e o efeito dessas reformas em todos os setores da economia permanece incerto e difícil de avaliar. No entanto, se tais mudanças aumentarem a carga tributária (direta ou indiretamente) da Companhia e de suas controladas, suas respectivas margens brutas poderiam diminuir, o que pode afetar materialmente e adversamente seus negócios e resultados operacionais.

A Companhia e suas controladas não conseguem garantir que não haverá mais reformas tributárias ou mudanças na legislação e regulamentações aplicáveis que alterem o regime tributário atual ao qual estão sujeitas, ou que seus incentivos fiscais existentes serão efetivamente mantidos nas condições atuais até o fim de seus termos efetivos, ou que serão capazes de renovar as isenções fiscais em termos favoráveis após o término de seus termos atuais.

Além disso, a Companhia e as suas controladas podem enfrentar situações semelhantes nas quais as interpretações que fazem de uma legislação tributária podem diferir daquela feita pelas autoridades fiscais, ou as autoridades fiscais podem contestar a interpretação feita pela

Companhia e suas controladas que podem assumir provisões e cobranças imprevistas. Além disso, um eventual acordo em uma disputa tributária pode ter um impacto mais amplo em outras disputas tributárias. Qualquer uma dessas ocorrências pode ter um efeito adverso relevante na condição econômico e financeira e nos resultados da Companhia ou de controladas.

Aprovação do Projeto de Lei 4.372/2012 poderá criar novas obrigações aos prestadores de serviço de ensino no Brasil o que poderá acarretar no aumento dos custos operacionais e consequentemente prejudicar os resultados da Companhia.

Está em trâmite a aprovação do Projeto de Lei 4.372/2012 que propõe sobre a criação do Instituto Nacional de Supervisão e Avaliação da Educação Superior ("INSAES"), que será uma autarquia ligada ao MEC e ficará responsável por supervisionar e avaliar instituições e cursos de educação superior e certificar entidades beneficentes que atuem na área de ensino básico e superior. Caso o Projeto de Lei 4.372/2012 venha a ser sancionado na sua forma original, a Companhia acredita que (i) os custos operacionais do setor aumentarão em virtude das taxas de supervisão e de fiscalização, com consequente repasse para o preço das mensalidades; (ii) os processos de avaliação *in loco* das instituições de ensino poderão ser retardados se o INEP for substituído ou se seus quadros não forem aproveitados; (iii) a aprovação prévia de aquisições, fusões, cisões, transferência de mantença, unificação de mantidas ou descredenciamento voluntário de Instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino, pode prejudicar ou retardar as operações da Companhia; e (iv) o número de litígios em face do MEC envolvendo instituições de ensino poderá aumentar. Tais alterações poderão prejudicar os resultados da Companhia.

A Companhia está sujeita a riscos associados ao não cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados e pode ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

No ano de 2018, foi sancionada a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, denominada Lei Geral de Proteção de Dados ("LGPD"), a qual regula as práticas relacionadas ao tratamento de dados pessoais de forma geral e não mais esparsa e setorial, como até então o direito à privacidade e proteção de dados era regulado no Brasil. Em 18 de setembro de 2020, a LGPD entrou em vigor, com exceção dos artigos que tratam das sanções administrativas, que entraram em vigor 1º de agosto de 2021, na forma da Lei nº 14.010/2020.

A LGPD altera a forma pela qual a proteção de dados pessoais no Brasil é regulada e tratada, criando um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia. A LGPD estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais, alterando determinadas disposições do Marco Civil da Internet, além de prever, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais que permitem o tratamento de dados pessoais, obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança da informação, vazamentos de dados pessoais e a transferências de dados pessoais, inclusive internacional, bem como as sanções a serem aplicadas em caso de descumprimento.

Ainda, a LGPD criou a Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), responsável por elaborar diretrizes e aplicar as sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD.

A Companhia coleta, utiliza, processa, armazena e gerencia dados pessoais no curso normal de seus negócios. Tais dados pessoais podem ser tratados em desacordo com a legislação e estão sujeitos a incidentes de segurança, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos.

Eventualmente, pode realizar o tratamento de dados pessoais na forma de controladores ou operadores de dados e, quando atuando como controladores, pode contratar terceiros para atuar como operadores em seu nome. Sempre que atuar como operadores de dados pessoais, a Companhia pode responder solidariamente por danos causados em caso de descumprimento da legislação ou das instruções que receber do controlador de dados.

Caso não esteja em conformidade com a LGPD, a Companhia pode estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) obrigação de divulgação de incidente; (iii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador, em caso de reincidência; (iv) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, em caso de reincidência; (v) bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais a que a infração se refere; (vi) proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; e (vii) multa de até 2% do faturamento da empresa, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, até o montante global de R\$50.000.000 por infração. Além disso, pode ser responsabilizada por danos materiais, morais, individuais ou coletivos eventualmente causados e ser considerada solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos eventualmente causados pela Companhia, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD.

Qualquer interrupção nos sistemas da Companhia poderá causar efeito material adverso sobre os seus negócios ou gerar perdas financeiras, entre os quais (a) prejudicar a reputação da Ser Educacional e fazer com que perca clientes existentes e clientes em potencial; (b) sujeitar-se a penalidades previstas em lei; e (c) afetar adversamente os seus negócios, resultados operacionais e sua situação financeira.

Desta forma, falhas na proteção dos dados pessoais tratados pelas, bem como a inadequação à legislação aplicável, podem acarretar multas elevadas, divulgação do incidente para o mercado, eliminação dos dados pessoais da base, e até a suspensão das atividades da Companhia, implicando custos que podem ter um efeito adverso negativo a sua reputação e em seus resultados e, conseqüentemente, afetar o valor de suas ações.

i. Riscos relacionados aos países estrangeiros onde o emissor atue.

Não aplicável, tendo em vista que não atua em países estrangeiros.

j. Riscos relacionados às questões sociais.

A Companhia está sujeita a obrigações relativas ao cumprimento de metas sociais e respeito aos direitos humanos de todos os stakeholders, que podem fazer com que esta incorra em custos adicionais, bem como em contingências significativas referentes às questões sociais.

Os riscos sociais decorrem de possíveis impactos adversos de suas atividades referentes aos direitos humanos de todos os *stakeholders* envolvidos em sua operação, incluindo seus próprios colaboradores, consumidores, fornecedores, investidores e comunidade local onde a Ser Educacional atua.

A Companhia pode não tomar iniciativas bem estruturadas e integradas ao planejamento de longo prazo para evoluir sua diversidade, equidade e inclusão, tanto no seu quadro de colaboradores quanto na composição dos órgãos estatutários e da liderança, e, com isso, poderá sofrer questionamentos, regulatórios e judiciais. Não há nenhuma garantia de que a Companhia conseguirá realizar o gerenciamento adequado dos riscos sociais acima apontados atendendo a todos os parâmetros e diretrizes nacionais e internacionais o que, conseqüentemente, pode eventualmente prejudicar os resultados operacionais e a reputação da Ser Educacional.

k. Riscos relacionados às questões ambientais.

A Companhia está sujeita a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

A Companhia está sujeita à abrangente legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância da legislação. Tais sanções podem incluir, entre outras, a imposição de multas, a revogação de licenças e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva de atividades desenvolvidas pela Companhia. A aprovação de leis e regulamentos referentes ao meio ambiente mais rigorosos podem forçar a Companhia a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Se não observar a legislação relativa à proteção do meio ambiente, a Ser Educacional poderá sofrer a imposição de sanções administrativas e penais, sem prejuízo da obrigação de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados e, ainda,

penalidades como multas (variando de R\$50 a R\$50 milhões). Não há limite para o valor que os tribunais podem impor para cobrir os custos de reparação, no caso de responsabilidade civil ou, se o dano ambiental não puder ser reparado, o pagamento de uma indenização. Ainda, um pedido de indenização por danos ambientais não está sujeito a prazo de prescrição. Além disso, a demora ou o indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores na emissão ou renovação de licenças, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a implementação das obras e melhorias pretendidas pela Companhia. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental, assim como a sua incapacidade de obter licenças ambientais necessárias, podem demandar custos adicionais significativos. A ocorrência das hipóteses acima previstas pode impactar adversamente na imagem, negócios e resultados da Companhia.

I. Riscos relacionados às questões climáticas, incluindo riscos físicos e de transição.

A Companhia poderá ter as suas instalações físicas afetadas por eventos climáticos extremos.

Como consequência dos efeitos das mudanças do clima, há e é esperado um aumento de eventos climáticos extremos que podem afetar significativamente as instalações físicas da Companhia, fazendo com que esta precise incorrer em custos para restauração e/ou adaptação de suas instalações, o que poderá afetar negativamente os seus resultados.

A Companhia está sujeita às mudanças legislativas, regulatórias ou de mercado referente às mudanças climáticas, que podem afetar negativamente os seus negócios e resultados.

Em decorrência da preocupação crescente sobre os impactos adversos causados pelas emissões de dióxido de carbono e de outros gases de efeito estufa na atmosfera, como o aumento das temperaturas globais, é possível que sejam estabelecidas novas medidas legais ou regulatórias que sujeitem a Companhia à novas obrigações e metas, como a redução destes gases.

Tais obrigações poderão resultar em aumento do custo da energia e do transporte e podem exigir que a Companhia faça investimentos adicionais em instalações e equipamentos. Como resultado, para cumprir com as possíveis exigências legais e regulatórias, os efeitos das mudanças climáticas poderiam causar impactos materiais adversos de longo prazo nos negócios e resultados operacionais da Companhia.

m. Riscos relacionados a outras questões não compreendidas nos itens anteriores.

Riscos macroeconômicos

Condições econômicas e políticas no Brasil e a percepção dessas condições no mercado internacional têm um impacto direto sobre os negócios da Companhia e no seu acesso ao capital internacional e aos mercados de dívida, o que pode afetar negativamente os seus resultados e na sua condição financeira.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e ocasionalmente faz alterações significativas nas políticas e regulamentações. As medidas do governo brasileiro para controlar a inflação e suas demais políticas e regulamentos já envolveram, entre outras medidas, aumentos das taxas de juros, alterações das políticas tributárias, controles de preços, controles de taxas cambiais, desvalorizações da moeda, controles de capital e restrições às importações. A Companhia não tem controle algum sobre e não pode prever as medidas ou políticas que o governo brasileiro possa tomar no futuro. A Companhia e o preço de mercado de seus valores mobiliários podem ser adversamente afetados pelas mudanças em políticas do governo brasileiro, bem como por fatores econômicos em geral, incluindo, entre outros:

- crescimento ou recessão da economia brasileira;
- taxas de juros e políticas monetárias;
- taxas de câmbio e flutuações de moeda;
- inflação;
- liquidez do capital interno e dos mercados de crédito;
- controles de importação e exportação;
- controles cambiais e restrições sobre remessas para o exterior;
- mudanças a leis e regulamentos de acordo com interesses políticos, sociais e econômicos;
- política fiscal e mudanças a leis fiscais;
- instabilidade social, política e econômica;
- regulamentações trabalhistas;
- racionamento e escassez de energia e água;
- a intervenção, modificação ou rescisão de concessões existentes pelo governo brasileiro;
- controle do governo brasileiro de, ou influência sobre o controle de, determinadas empresas produtoras de petróleo e refinarias; e
- outros acontecimentos políticos, sociais e econômicos no Brasil, ou que o afetem.

Além disso, o Brasil está atualmente passando por um ciclo econômico ainda adverso, com baixo crescimento do PIB, que por sua vez gera um ambiente de elevado e prolongado desemprego. Espera-se que essas condições fracas em termos de macroeconomia no Brasil continuem ao longo de todo o ano de 2025. A Companhia não pode prever quais medidas serão tomadas pelo governo brasileiro em face de pressões macroeconômicas crescentes ou de outro modo.

Existe ainda incerteza quanto à implementação pelo governo federal brasileiro de mudanças em políticas ou regulamentações que afetem esses ou outros fatores no futuro. Tais mudanças poderiam afetar o desempenho econômico e contribuir para a incerteza econômica no Brasil, bem como para a volatilidade crescente no mercado de capitais brasileiro e nos valores mobiliários emitidos por empresas brasileiras.

A inflação e as medidas do governo brasileiro para combatê-la podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, e podem ter efeitos adversos sobre os negócios e resultados operacionais da Companhia.

O Brasil historicamente apresentou altas taxas de inflação. A inflação, bem como os esforços do governo para combatê-la, tiveram efeitos negativos significativos sobre a economia brasileira, particularmente antes de 1995. As taxas de inflação, medidas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo, para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022, 2023 e 2024, foram de 5,79%, 4,62% e 4,83%, respectivamente.

Os custos e despesas operacionais da Companhia são substancialmente denominados em Reais e tendem a aumentar com a inflação brasileira porque os seus fornecedores, geralmente, aumentam os preços para refletir a depreciação da moeda. Além disso, a inflação alta geralmente leva a uma maior taxa de juros doméstica e, como consequência, os custos de dívida denominados em Reais podem aumentar.

A inflação e seu efeito sobre a taxa de juros, também pode levar à redução da liquidez no mercado de capitais e no mercado de crédito, o que poderia afetar a capacidade da Companhia de refinar sua dívida. Adicionalmente, as pressões inflacionárias também podem afetar a capacidade da Companhia de acessar mercados financeiros estrangeiros, o que poderia levar a uma deterioração de sua situação financeira e, conseqüentemente, afetar negativamente o preço das ações de sua emissão.

As medidas do Governo Federal para controlar a inflação têm frequentemente incluído a manutenção de uma política monetária conservadora, com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. As ações de combate à inflação e a especulação pública sobre possíveis medidas adicionais também podem contribuir substancialmente para a incerteza econômica no Brasil e, conseqüentemente, podem enfraquecer a confiança dos investidores no Brasil, influenciando a capacidade da Companhia de acesso aos mercados de capitais internacionais.

As altas taxas de juros têm afetado adversamente a economia brasileira e podem afetar negativamente os negócios da Ser Educacional. O governo brasileiro vem administrando a taxa de juros de acordo com os impactos provocados por crises ou instabilidade em economias globais ou parceiros econômicos brasileiros, além das incertezas políticas e econômicas geradas internamente.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía contratos de empréstimos e financiamentos com encargos atrelados ao CDI e à uma taxa de juros fixa ao ano (*spread*) e empréstimo em moeda estrangeira, conforme previsão na Lei 4.131/62. A volatilidade na taxa de juros Brasil pode impactar adversamente sua capacidade de obter financiamentos no futuro a valores atrativos, aumentando o custo da dívida e reduzindo o retorno esperado de investimentos futuros. Além disso, as taxas de juros estabelecidas pelo Banco Central podem afetar negativamente o crescimento econômico e, conseqüentemente, a demanda pelos serviços da Ser Educacional. Da mesma forma, a volatilidade na cotação das moedas estrangeiras podem impactar adversamente sua capacidade de obter financiamentos no futuro a valores atrativos.

Qualquer um desses fatores pode ter um efeito material adverso sobre seus negócios, condições financeiras e os preços de suas ações de mercado.

Os desenvolvimentos e percepções de riscos em outros países, incluindo outros mercados emergentes, nos Estados Unidos e na Europa, poderão afetar adversamente a economia brasileira e o preço dos valores mobiliários brasileiros, incluindo o preço das ações emitidas pela Companhia.

O mercado de valores mobiliários emitidos por sociedades brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em diferentes graus, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e em outros mercados emergentes, assim como nos Estados Unidos, na Europa e em outros países. Na medida em que as condições de mercados globais ou da economia deterioram, as sociedades brasileiras podem ter seus negócios adversamente afetados. Historicamente, a fraqueza na economia global foi marcada por, entre outros fatores adversos, níveis mais baixos de consumo e confiança corporativa, diminuição de investimento e de gastos pelos consumidores, aumento do desemprego, diminuição da receita e de valores de ativos em muitas áreas, redução da taxa de crescimento da China, volatilidade da moeda e disponibilidade de crédito e acesso ao capital limitados. Os desenvolvimentos ou as condições econômicas em outros países de mercado emergente afetaram em determinados momentos significativamente a disponibilidade de crédito para sociedades brasileiras e resultaram em retiradas de fundos consideráveis do Brasil, diminuindo, assim, o valor de investimentos estrangeiros no Brasil.

A eventual crise, bem como instabilidade política em outros países de mercado emergente, nos Estados Unidos, na Europa ou em outros países poderia diminuir a demanda dos investidores por valores mobiliários brasileiros, tais como pelas ações emitidas pela Companhia. Em junho de 2016, o Reino Unido realizou um referendo no qual a maioria da população optou pela sua retirada da União Europeia. A Companhia não tem controle sobre e não pode prever os efeitos da saída do Reino Unido da União Europeia, nem sobre se quaisquer outros Estados-Membro decidirão ou não por sair da União Europeia no futuro. Em 20 de janeiro de 2025, Donald Trump tornou-se o Presidente dos Estados Unidos, tendo, entre outras medidas, assinado decretos para imposição de tarifas de 25% para importação de aço e alumínio e imposição de tarifas

recíprocas aos países que cobram taxas dos EUA. Trump também vem tentando negociar acordos para o fim do conflito entre a Rússia e a Ucrânia, propondo o condicionamento da ajuda à Ucrânia ao fornecimento de terras raras aos EUA, e o fim do conflito entre Israel e Hamas, que teve início após a invasão do Hamas no território israelense por terra, mar e ar, em 7 de outubro de 2023. A Companhia não tem controle sobre e não pode prever o efeito da administração ou das políticas de Donald Trump, bem como dos conflitos estabelecidos. Isso, assim como outras crises e formas de instabilidade política, podem afetar adversamente a Companhia, bem como o preço das ações de sua emissão.

As atividades e a negociação das ações emitidas pela Companhia estão sujeitas a riscos inerentes ao mercado de valores mobiliários brasileiro, como a volatilidade e falta de liquidez do mercado.

Mercados emergentes de valores mobiliários como o brasileiro envolvem, com frequência, investimentos de maior risco quando comparados a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa.

Sobre os riscos econômicos e políticos, os investidores podem ter sua capacidade de obter retorno, total ou parcial, de seus investimentos afetada por mudanças no ambiente regulatório, fiscal, econômico e político. Especificamente com relação aos investidores estrangeiros, existe o risco de que os mesmos enfrentem restrições relacionadas ao repatriamento do capital investido ou à criação ou majoração de alíquotas de impostos existentes sobre o investimento estrangeiro.

Por ser um mercado substancialmente menor, menos líquido, mais concentrado e potencialmente mais volátil do que os principais mercados de valores mobiliários mundiais, o mercado brasileiro de valores mobiliários poderá limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações emitidas pela Companhia nas condições por eles desejadas.

A comparação entre alguns dados do mercado brasileiro de valores mobiliários e alguns mercados internacionais, como os dos Estados Unidos, permite ilustrar as características descritas acima. Como exemplo, no mês de maio de 2025, a B3 apresentou uma capitalização bursátil de aproximadamente US\$0,7 trilhões e no mesmo mês, o valor de mercado das empresas listadas americanas na New York Stock Exchange era de US\$28 trilhões.

Portanto, o tamanho, liquidez, concentração e potencialmente volatilidade do mercado de capitais brasileiro poderão se transformar em obstáculos para os investidores de ações emitidas pela Companhia que desejarem vender suas ações pelo preço e na ocasião desejados, o que poderá ter efeito substancialmente adverso no mercado das ações emitidas pela Ser Educacional. Na hipótese das ações em negociação não se transformarem e permanecerem como um mercado ativo e líquido de negociação, o preço de negociação das ações pode ser negativamente impactado.

A atual crise econômica e política no Brasil pode afetar adversamente os negócios, operações e a condição financeira da Companhia.

A recente instabilidade econômica no Brasil causada pelo aumento da inflação observada nos últimos anos, a desaceleração do crescimento do PIB e a incerteza sobre se o governo brasileiro vai conseguir promulgar as reformas econômicas necessárias para melhorar a deterioração das contas públicas e da economia levaram a um declínio da confiança do mercado na economia brasileira e a uma crise no governo.

Com o Brasil em meio a um cenário de crise econômica, em virtude do aumento da inflação e dos preços dos combustíveis, bem como do aumento dos índices de desemprego, amplificada pela percepção de corrupção generalizada, bem como outros fatores, em outubro de 2018, o Presidente Jair Bolsonaro foi eleito, após uma acirrada campanha eleitoral à Presidência. Nesse mesmo cenário de polarização, o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva tomou posse em janeiro de 2023, após o fim do mandato de Jair Bolsonaro. As disputas políticas acirradas durante os processos eleitorais, refletidas na insatisfação de determinados segmentos da população, podem criar dificuldade na formação de uma base de sustentação ao governo no Congresso, que pode impactar na capacidade do atual governo em governar e, consequentemente, aprovar projetos classificados como essenciais para a retomada da economia, tais como a reforma da previdência e a reforma tributária, e, como consequência, dificultar a retomada de crescimento da economia brasileira. O presidente do país tem poder para determinar políticas e atos governamentais relativos à economia brasileira e, consequentemente, afetar as operações e o desempenho financeiro das empresas, incluindo o da Companhia, e por consequência, poderá afetar adversamente os mercados brasileiros e preços de negociação dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo pela Ser Educacional. A Companhia não é capaz de estimar plenamente o impacto dos acontecimentos políticos e macroeconômicos globais e brasileiros em seus negócios. Além disso, frente à atual instabilidade política, decorrente das divergências apresentadas entre os aliados do governo e a oposição, a Companhia não pode prever quais políticas serão adotadas pelo governo brasileiro e se essas políticas afetarão negativamente a economia, seus negócios ou condição financeira. Qualquer instabilidade econômica recorrente e incertezas políticas podem afetar adversamente os negócios e as ações da Companhia.

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis em todo mundo, como o coronavírus (COVID- 19), podem impactar a economia mundial e atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações.

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis podem impactar de forma adversa, diversos setores da economia mundial, causando volatilidade e perdas nos mercados de ações globais, e de forma amplificada nos mercados emergentes, que compreendem o mercado de capitais brasileiro em que ações da Companhia são negociadas. Dessa forma, a Companhia não consegue garantir que a cotação das suas ações emitidas não sofrerá quedas decorrentes inclusive da possibilidade de mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira que cause a diminuição do interesse de investidores em ativos brasileiros.

A declaração da pandemia da COVID-19 em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) provocou a adoção de uma série de medidas restritivas pelas autoridades governamentais no Brasil e no mundo, visando limitar a circulação de pessoas para contenção do surto. Dentre tais medidas, foram adotadas quarentenas e *lockdown* com fechamento de atividades de setores da economia não considerado essenciais, e rigorosas medidas de restrição a circulação e isolamento social. Adicionalmente, o cenário atribui incertezas quanto à possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes. Dessa forma, os negócios da Companhia podem ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de desemprego e consequente redução da renda e do poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, o agravamento da situação do déficit das contas públicas em relação ao PIB com a expansão da política fiscal promovida pelo governo, o rebaixamento de ratings de crédito do Brasil por agências de avaliação de risco, a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio, bem como instabilidades sociais e políticas e outras consequências de ordem econômico- financeiras. Adicionalmente, a Companhia não tem previsibilidade quanto à extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos mencionados.

Por fim, estudos macroeconômicos vinculam a celeridade da recuperação da economia brasileira ao sucesso na realização de campanhas de vacinação contra a COVID-19. Apesar de referidas campanhas já terem sido iniciadas no território nacional, a velocidade na aquisição de vacinas e insumos pelo Governo Federal, bem como a condução das campanhas de vacinação pelas autoridades competentes, têm sido fortemente criticadas no Brasil e internacionalmente. Nesse sentido, não é possível prever em que momento os índices de recuperação econômica e de aumento da confiança de investidores no mercado brasileiro voltarão a alcançar ou se restabelecer em patamares superiores aos atuais como resultado das políticas de saúde pública implementadas.

Qualquer mudança material nos mercados financeiros ou na economia brasileira como resultado desses eventos mundiais pode diminuir o interesse de investidores nacionais e estrangeiros em valores mobiliários de emissores brasileiros, incluindo os valores mobiliários emitidos pela Companhia, o que pode afetar adversamente o preço de mercado de tais valores mobiliários e pode dificultar o acesso ao mercado de capitais e o financiamento das operações no futuro em termos aceitáveis.

Indicar os 5 (cinco) principais fatores de risco, dentre aqueles enumerados no campo 4.1, independentemente da categoria em que estejam inseridos:

- 1- A Companhia depende de membros da sua administração e pode não ser capaz de reter ou substituí-los por pessoas com mesma experiência e qualificação.
- 2- A Companhia pode não ser capaz de reajustar as mensalidades cobradas para repassar os aumentos em seus custos.
- 3- Parte dos imóveis que a Companhia ocupa está em processo de obtenção ou de renovação de licenças municipais e do corpo de bombeiros.
- 4- O sucesso da Companhia está ligado à sua capacidade de acompanhar e se adaptar às mudanças tecnológicas do setor educacional e ao funcionamento adequado e ininterrupto da sua infraestrutura tecnológica.
- 5- A Companhia atua em um setor altamente regulado por órgãos governamentais, em especial o MEC, que elaboram leis e regulamentos, cujo descumprimento pode implicar em fiscalizações, procedimentos administrativos ou ações judiciais contra as instituições de ensino superior, o que pode gerar efeitos adversos aos seus negócios.

Descrever, quantitativa e qualitativamente, os principais riscos de mercado a que o emissor está exposto, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxa de juros

As atividades da Ser Educacional a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros), risco de crédito, risco de liquidez e risco regulatório. O programa de gestão de risco da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos em seu desempenho financeiro, tendo como prática a utilização de instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a riscos cambiais.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria central da Ser Educacional, que identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros em cooperação com suas unidades operacionais. O Conselho de Administração aprova e revisa a efetividade da política de gestão de risco, bem como monitora os controles junto às áreas específicas.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações financeiras futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimo de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e instrumentos financeiros derivativos	Análise de vencimento Avaliação de crédito	Diversificação das instituições financeiras
			Orientações de investimento em instrumentos de dívida
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Linhas de crédito disponíveis
Risco regulatório	Licenças de cursos, PROUNI FIES	Análise das políticas educacionais	Acompanhamentos regulatórios e disponibilidade de vagas

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar, depósitos judiciais, compromissos a pagar, debêntures e empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de

rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 se aproximam dos valores de mercado. Os riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados à variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

Com relação aos empréstimos, referem-se a operações cujo valor registrado é próximo ao valor de mercado desses instrumentos financeiros. As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, operações compromissadas e fundos de investimentos, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Taxas de juros e inflação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores aos quais o Grupo estava exposto em 31 de dezembro de 2024, foram definidos cenários diferentes, utilizando as taxas de juros acumuladas nos últimos doze meses (Cenário Base) e, a partir desta, foram calculadas variações de 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II), sensibilizando a elevação e queda dos indexadores. Para cada cenário foi calculada a posição líquida (receitas financeiras menos as despesas financeiras), não levando em consideração o efeito tributário. A data-base utilizada da carteira foi 31 de dezembro de 2024, projetando um ano e verificando a sensibilidade dos indexadores CDI e IPCA em cada cenário.

Operações	Saldos	Cenários dos Indexadores 2024				
		Base	Elevação		Queda	
			(I)	(II)	(I)	(II)
Risco CDI - % anual		11,13%	13,91%	16,70%	8,35%	5,57%
<u>Ativo</u>						
Aplicações financeiras	358.539	39.905	49.873	59.876	29.938	19.971
Títulos e valores mobiliários	763	85	106	127	64	42
<u>Passivo</u>						
Debêntures	(684.182)	(76.148)	(95.170)	(114.256)	(57.130)	(38.108)
Financiamentos - Capital de Giro	(135.116)	(15.038)	(18.795)	(22.564)	(11.282)	(7.526)
SWAP de empréstimo em moeda estrangeira	(153.113)	(17.041)	(21.298)	(25.570)	(12.785)	(8.528)
Compromissos a pagar	(6.657)	(741)	(926)	(1.112)	(556)	(371)
Risco IPCA - % anual		5,65%	7,06%	8,48%	4,24%	2,83%
<u>Passivo</u>						
Compromissos a pagar	(110.805)	(6.260)	(7.823)	(9.396)	(4.698)	(3.136)
Posição líquida		<u>(75.240)</u>	<u>(94.033)</u>	<u>(112.897)</u>	<u>(56.450)</u>	<u>(37.656)</u>

Operações	Saldos	Cenários dos Indexadores 2023				
		Base	Elevação		Queda	
			(I)	(II)	(I)	(II)
Risco CDI - % anual		13,04%	16,30%	19,56%	9,78%	6,52%
Ativo						
Aplicações financeiras	209.176	27.277	34.096	40.915	20.457	13.638
Títulos e valores mobiliários	79.053	10.309	12.886	15.463	7.731	5.154
Passivo						
Debêntures	(413.645)	(53.938)	(67.424)	(80.907)	(40.455)	(26.969)
Financiamentos - Capital de Giro	(269.177)	(35.101)	(43.876)	(52.651)	(26.326)	(17.550)
Empréstimo em moeda estrangeira	(222.031)	(28.953)	(36.191)	(43.429)	(21.715)	(14.476)
Compromissos a pagar	(7.538)	(983)	(1.229)	(1.474)	(737)	(491)
Risco IPCA - % anual		3,86%	4,83%	5,79%	2,90%	1,93%
Passivo						
Compromissos a pagar	(172.131)	(6.644)	(8.314)	(9.966)	(4.992)	(3.322)
Posição líquida		<u>(88.034)</u>	<u>(110.052)</u>	<u>(132.050)</u>	<u>(66.036)</u>	<u>(44.016)</u>

Considerando as projeções econômicas divulgadas pelo Relatório Focus do Banco Central do Brasil de 24 de março de 2025 validadas por economistas do mercado financeiro, estima-se que a taxa de inflação medida pelo IPCA seja mais próxima do cenário base e as taxas de juros medidas pelo CDI sejam mais próximas do Cenário I de elevação dos indexadores.

Cambial

Em 31 de dezembro de 2024, se o real tivesse variado cerca de 5% em relação ao euro, sendo mantidas todas as outras variáveis constantes, o lucro líquido do exercício teria variado, para mais ou para menos, conforme tabela abaixo, principalmente em decorrência de ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimo em moeda estrangeira mantidas em euros, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e ganhos/perdas cambiais sobre a conversão de empréstimos em euros.

Operações	Saldo	Reais		
		Base	Impacto no Resultado	
			2024	2023
Risco cambial - Moeda euro		Alta		
Empréstimos em moeda estrangeira	144.870	5% (Em 2023 4%)	7.244	6.779

Operações	Saldos	Cenários dos Indexadores 2024				
		Base	Elevação		Queda	
			(I)	(II)	(I)	(II)
Risco cambial - Moeda euro		5,00%	6,25%	7,50%	3,75%	2,50%
Empréstimos em moeda estrangeira	144.870	7.244	9.054	10.865	5.433	3.622

Risco de mercado

Taxa de juros

O risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de curto e longo prazo, debêntures, passivos de arrendamento e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós fixadas ao certificado de depósitos interbancários (CDI). A Companhia analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica, avaliando cenários e levando em consideração refinanciamento e renovação de posições existentes. Com base nessa avaliação, a Companhia monitora o risco de variação significativa na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado (Nota Explicativa 4.3 das demonstrações financeiras 2024).

Cambial

O Grupo utiliza operações de swap para se proteger contra a exposição ao risco cambial. A Administração estabeleceu uma política para gerência do risco cambial em relação à sua moeda funcional. As operações expostas ao risco cambial são protegidas por suas posições via operações de hedge.

O risco cambial ocorre quando operações financeiras futuras, ativos ou passivos registrados são mantidos em moeda diferente da moeda funcional da entidade.

A política de gestão de risco financeiro da Companhia é a de proteger 100% dos seus ativos financeiros pelo prazo do contrato ou no mínimo pelos 12 meses subsequentes de acordo com a classe do ativo, através de operações cambiais com taxas pré-fixadas para se proteger contra a exposição ao risco cambial. Em sua política, os termos essenciais dos contratos e das opções devem estar alinhados aos itens protegidos.

Risco de crédito

O risco de crédito é administrado de forma centralizada, que decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros, depósitos em bancos e créditos mantidos em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

A política de vendas da Companhia está diretamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposto a se sujeitar no curso de seus negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação da carteira de recebíveis e a seletividade dos alunos, assim como o acompanhamento dos

prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência no contas a receber. Na modalidade presencial, a Companhia tem parte dos créditos garantidos pelo Programa de Financiamento ao Estudante de Ensino Superior – FIES, que vem diminuindo a cada semestre em função da redução na oferta de bolsas pelo Governo Federal e formatura dos alunos antigos.

A Companhia mantém registrada provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência da parcela não garantida dos alunos beneficiados pelo FIES. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a instituição e análise de crédito (SPC e Serasa).

A Administração monitora os riscos de crédito específicos e não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado, conforme Nota Explicativa 9(f), das demonstrações financeiras 2024, que demonstra também a movimentação da provisão para perdas esperadas com créditos no exercício.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia concentra os saldos de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários com instituições financeiras e fundos de investimentos com rating institucional mínimo de brBBB, pela Standard & Poors, BBB(br), pela Fitch Ratings, e Baa1.br, pela Moody's.

Risco de liquidez

É o risco de não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e os pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores correspondem aos fluxos de caixa não descontados e projetados conforme taxas contratuais.

	Controladora			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	17.871			
Empréstimos e financiamentos	198.049	93.244	30.672	
Debêntures	193.301	225.122	491.552	
Obrigações de arrendamento	74.423	75.288	212.942	287.821
Parcelamento de tributos	479	213	213	
	<u>484.123</u>	<u>393.867</u>	<u>735.379</u>	<u>287.821</u>
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	15.197			
Empréstimos e financiamentos	254.772	201.405	124.399	
Debêntures	83.709	154.971	320.183	
Obrigações de arrendamento	72.701	72.026	205.846	329.292
Parcelamento de tributos	611	512	426	
	<u>426.990</u>	<u>428.914</u>	<u>650.854</u>	<u>329.292</u>
	Consolidado			
	Até um ano	Entre um e dois anos	Entre três e cinco anos	Acima de cinco anos
31 de dezembro de 2024				
Fornecedores	41.799			
Empréstimos e financiamentos	198.049	93.244	30.672	
Debêntures	193.301	225.122	491.552	
Obrigações de arrendamento	142.987	145.765	401.041	512.812
Parcelamento de tributos	850	430	468	5
Compromissos a pagar	99.239	33.963	55.838	
	<u>676.225</u>	<u>498.524</u>	<u>979.571</u>	<u>512.817</u>
31 de dezembro de 2023				
Fornecedores	40.674			
Empréstimos e financiamentos	254.772	201.405	124.399	
Debêntures	83.709	154.971	320.183	
Obrigações de arrendamento	148.239	148.378	417.489	614.996
Parcelamento de tributos	16.971	883	843	60
Compromissos a pagar	80.327	90.076	74.609	
	<u>624.692</u>	<u>595.713</u>	<u>937.523</u>	<u>615.056</u>

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e de suas controladas são monitorados diariamente pelas áreas de gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para manutenção do cronograma de compromissos financeiros, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

A tabela abaixo analisa a alavancagem financeira e o indicador de endividamento da Companhia em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022:

Indicador de Endividamento

Endividamento (Valores em R\$ ('000))	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	Var. (%) Dez24 x Dez23	Var. (%) Dez23 x Dez22
Disponibilidades	(371.491)	(294.320)	(241.559)	26,2%	21,8%
Caixa e disponibilidades	(370.728)	(215.267)	(180.764)	72,2%	19,1%
Títulos e valores mobiliários	(763)	(79.053)	(60.795)	-99,0%	30,0%
Endividamento bruto	1.090.037	1.086.789	1.025.449	0,3%	6,0%
Empréstimos e Financiamentos	288.393	493.475	595.566	-41,6%	-17,1%
Curto prazo	176.984	212.241	193.950	-16,6%	9,4%
Longo prazo	111.409	281.234	401.616	-60,4%	-30,0%
Debêntures	684.182	413.645	210.319	65,4%	96,7%
Curto prazo	122.349	43.724	11.208	179,8%	290,1%
Longo prazo	561.833	369.921	199.111	51,9%	85,8%
Compromissos a pagar *	117.462	179.669	219.564	-34,6%	-18,2%
Curto prazo	91.624	72.384	53.940	26,6%	34,2%
Longo prazo	25.838	107.285	165.624	-75,9%	-35,2%
Caixa (dívida) líquido	718.546	792.469	783.890	-9,3%	1,1%
Dívida líquida / EBITDA Ajustado (udm)	1,64	2,17	2,68		

*Compromissos a pagar são referentes a aquisições realizadas e ainda não liquidadas.

⁽¹⁾ Essa medida não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerada como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular essa medida de maneira diferente da Ser. Vide informações adicionais a respeito de sua utilização no quadro 2.5 (a) deste Formulário de Referência.

Alavancagem Financeira⁽¹⁾ (em milhares de reais):

(R\$ mil)	Exercício Social Encerrado em		
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2022
Total de empréstimos e financiamentos bancários	288.393	493.475	595.566
Total de Debêntures	684.182	413.645	210.319
Total de compromissos a pagar	189.040	245.012	289.495
Menos: caixa e equivalentes de caixa	(442.306)	(280.610)	(250.695)
Menos: Títulos e valores mobiliários	(763)	(79.053)	(60.795)
Dívida (Caixa) líquido	718.546	792.469	783.890
Total do patrimônio líquido	1.208.464	1.209.487	1.237.531
Total do patrimônio líquido adicionado a dívida líquida	1.927.010	2.001.956	2.021.421
Índice de alavancagem financeira	37,3%	39,6%	38,8%
Índice de liquidez corrente	1,35	1,33	1,36
Dívida (Caixa) líquido / EBITDA Ajustado (udm)	1,64	2,17	2,68

⁽¹⁾ Alavancagem financeira significa a dívida líquida dividida pelo total do patrimônio líquido adicionado à dívida líquida.

⁽²⁾ Essa medida não é uma medida contábil segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou IFRS, tampouco deve ser considerada isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, como medida operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez e não deve ser considerada como base para distribuição de dividendos. Outras companhias podem calcular essa medida de maneira diferente da Ser. Vide informações adicionais a respeito de sua utilização no quadro 2.5 "a" deste Formulário de Referência.

Risco Regulatório

A análise dos aspectos regulatórios no setor educacional pelo Grupo serve de instrumento para a tomada de decisão da gestão administrativa e financeira da instituição, visando melhorar seu desempenho pela identificação de oportunidades de ganhos e impactos de perdas. O Grupo realiza análise periódica de riscos regulatórios com o objetivo de mitigar ou minimizar seus impactos, principalmente no que diz respeito à disponibilização das vagas relativas ao PROUNI e ao FIES, à aplicação das regras desses programas, e ao monitoramento e acompanhamento das mantenças, ou seja, da renovação de autorização para a continuidade dos cursos oferecidos.

Novo Marco Regulatório do EAD de 2025: Em 29 de novembro de 2023, foi publicada a Portaria nº 2.041/23, que suspendeu temporariamente os processos de autorização de cursos superiores na modalidade de Ensino a Distância (EAD) por 90 dias, com o objetivo de estabelecer novas regras dentro de um novo marco regulatório. Esse sobrestamento foi sucessivamente prorrogado por meio de outras portarias emitidas pelo MEC, sendo a Portaria nº 247, de 8 de abril de 2025, a mais recente extensão desse prazo, até o dia 9 de maio de 2025, ou até a publicação do novo marco regulatório, que passou a ser publicado a partir de 19 de maio de 2025 com a assinatura do decreto nº 12.456/25 e as Portarias MEC nº 378/25 e nº 381/25. O decreto revoga o Decreto nº 9.057/2017, contudo, mantém parte das regras existentes na nova regulamentação que estão resumidas no item 1.6 desse formulário.

A Companhia e suas controladas são partes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, dentre processos com chance de perda provável, possível e remota. A Administração, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos externos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas potenciais prováveis com essas ações em curso. Abaixo encontra-se a relação e descrição dos processos cíveis, trabalhistas e tributários e procedimentos administrativos nos quais a Companhia e/ou suas controladas figuram no polo passivo ou ativo e que a Companhia julga mais relevantes para seus negócios e de suas controladas.

Foram considerados relevantes, nos termos da regulamentação em vigor, os processos que podem impactar de forma significativa o patrimônio, a capacidade financeira ou os negócios da Companhia ou de suas controladas, bem como foram considerados outros fatores que podem influenciar a decisão do público investidor.

Processos Cíveis

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas eram parte em 267 processos de natureza cível classificados com probabilidade de perda provável, em relação aos quais manteve provisão no valor de R\$4,8 milhões.

Adicionalmente, estão envolvidas em outros 3.806 processos cíveis surgidos no curso normal dos nossos negócios no valor total de R\$83,9 milhões, classificados com probabilidade de perda possível. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída.

A maioria das ações cíveis tem por objeto pedidos de indenização por danos materiais e morais e questionamentos de alunos sobre a existência de débitos perante as instituições da Companhia.

Abaixo estão descritos os processos cíveis individualmente considerados relevantes:

(i) Processo nº 0022807-50.2018.8.17.2001	
a. Juízo	6ª Vara da Fazenda Publica
b. Instância	Primeira Instância
c. Data de instauração	15/05/2018
d. Partes no processo	MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL X SER EDUCACIONAL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 10.000.000,00
f. Principais fatos	Cuida-se de Ação Civil Pública destinada à proteção do meio ambiente promovida pelo MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO contra o MUNICÍPIO DO RECIFE e contra a SER EDUCACIONAL S/A,

	mantenedora da FACULDADE MAURÍCIO DE NASSAU, apontando dano ambiental provocado pela ocupação de via pública e margens do Rio Capibaribe, por um estacionamento de veículos do segundo réu.
g. Resumo das decisões de mérito proferidas	Existe uma decisão indeferindo o pedido liminar no processo: Desta forma, INDEFIRO o pedido liminar.
h. Estágio do processo	Concluso para julgamento.
i. Chance de perda	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Devido à complexidade da causa e valor atribuído a este processo.
k. Análise do impacto em caso de perda do processo	Até a presente data, não houve sentença definitiva de mérito, apenas indeferimento da liminar pelo juiz sob o argumento de que a utilização da área pelo seu possuidor para estacionamento particular não violaria, a princípio, a legislação ambiental aplicada aquela área, visto que não se alegou que o estacionamento teria recebido cobertura (portanto construção) para a proteção dos veículos. Outrossim, houve perda o objeto tendo em vista que o estacionamento não é mais utilizado pela IES, provavelmente o processo será extinto a favor da Instituição.

Processos Trabalhistas

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas eram parte em 120 processos de natureza trabalhista classificados com probabilidade de perda provável, em relação aos quais manteve provisão no valor de R\$10,7 milhões.

Adicionalmente, estão envolvidas em outros 374 processos trabalhistas surgidos no curso normal de nossos negócios no valor total de R\$69,6 milhões, classificados com probabilidade de perda possível. Para esses processos nenhuma provisão foi constituída.

O montante total envolvido nesses 494 processos, com probabilidade de perda provável e possível, é de R\$80,3 milhões, não havendo, em 31 de março de 2025, processos trabalhistas oriundos de combinação de negócios por aquisições de investimentos realizadas pela Companhia ou suas controladas.

A Companhia entende como relevantes os processos trabalhistas com valor da causa superior ou igual a R\$1 milhão e classificados com prognóstico de perda provável. Em geral, o prognóstico de perda é classificado a partir do histórico de processos dirigidos contra a Companhia ou suas controladas e da jurisprudência dos tribunais trabalhistas. É realizado o contingenciamento desses processos trabalhistas a partir das decisões judiciais que forem sendo proferidas durante o curso processual. Para os processos trabalhistas com prognóstico de perda classificado como provável, realiza-se o provisionamento integral do valor de perda contingenciado.

A maioria das ações consiste em pleitos para pagamento de verbas rescisórias, adicionais por horas extras e redução de carga horária, dentre outros pedidos baseados em convenções coletivas de trabalho e na legislação trabalhista.

No período encerrado em 31 de março de 2025, a Companhia não estava envolvida em processos de natureza trabalhista individualmente considerados relevantes.

Processos Tributários

Em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas eram parte em 1 processo de natureza tributária, em âmbito administrativo, classificado com probabilidade de perda provável, referente a auto de infração lavrado pelas autoridades fiscais municipais para uma das unidades da Companhia, em relação ao qual manteve provisão no valor de R\$6,9 milhões.

Adicionalmente, conforme levantamento, avaliação e quantificação das ações de natureza tributária classificadas com risco de perda possível, efetuado por consultores jurídicos, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros 08 processos de natureza tributária surgidos no curso normal de nossos negócios no valor total de R\$2,3 milhões, para os quais nenhuma provisão foi constituída.

Os processos tributários são decorrentes de riscos ou disputas administrativas ou judiciais sobre autos de infração lavrados, registrados pelo valor estimado de acordo com a expectativa de perda da administração.

Na data deste Formulário de Referência, não há processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam partes e cujas partes contrárias sejam administradores, ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores, nossos investidores ou investidores de nossas controladas.

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

A Companhia não possui valores provisionados para os processos descritos no item 4.4 deste Formulário de Referências, dado que todos possuem a Chance de Perda possível.

Em relação aos processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4, analisar o impacto em caso de perda e informar os valores envolvidos

Não existem processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados no item 4.4 acima.

Descrever outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Além das ações provisionadas, com ativos de indenização reconhecidos pelo Grupo, a Companhia tem ainda contingência que tramita em âmbito administrativo no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, órgão vinculado ao atual Ministério da Fazenda, referente aos autos de infração lavrados em dezembro de 2016 e abril de 2018 para cobrança de contribuições previdenciárias e contribuições para entidades e fundos, no período de janeiro de 2011 a dezembro de 2014, no valor original de R\$ 173.029 mil, da Sociedade Paulista de Ensino e Pesquisa (“SOPEP”), pertencente ao grupo da Companhia e atual mantenedora da UNG. A Receita Federal entendeu que as atividades exercidas pela Associação Paulista de Educação e Cultura (APEC), antiga mantenedora da UNG, não se enquadravam na categoria de não lucrativa e, apesar da transferência da manutenção da UNG ter ocorrido somente em janeiro de 2015, autuou a SOPEP de forma subsidiária pela ausência de pagamento das referidas contribuições.

Por se tratar de contingência anterior à aquisição, o contrato prevê que eventuais prejuízos estão garantidos pela retenção ou descontos em aluguéis futuros das unidades e hipoteca de imóvel em favor da Companhia, no valor de R\$ 362.505 mil. Os advogados que patrocinam esse processo foram contratados pelos acionistas vendedores e são acompanhados pelos advogados da Ser Educacional, classificando os respectivos riscos de perda como possíveis.

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

(a) se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em reunião realizada em 24 de maio de 2022, o Conselho de Administração aprovou a nova Política de Gestão de Riscos Corporativos da Companhia ("Política de Gestão de Riscos"), podendo ser encontrada no site da CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) e no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.sereducacional.com>) clicando em "Governança Corporativa", "Estatuto Social, políticas e Regimentos" e, por fim "Política de Gestão de Riscos", ou diretamente através do link (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/9503e14f-ab95-4bb6-9134-92c8487a6fa8?origin=1>).

A Política de Gestão de Riscos é composta por diretrizes aplicáveis aos negócios e ao conjunto de processos e procedimentos internos no tocante à identificação, análise, avaliação, priorização e tratamento dos riscos corporativos existentes, de forma a garantir a sustentabilidade do negócio e criação de valor aos acionistas, tendo sido desenvolvida com fundamento nas determinações previstas na: (i) Lei das Sociedades por Ações; (ii) Regulamento do Novo Mercado da B3; (iii) Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022; (iv) Diretrizes de Gerenciamento de Riscos Corporativos – Estrutura Integrada do COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*; (v) no Estatuto Social da Companhia; e (vi) no Código de Conduta e Integridade da Companhia.

(b) os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:

O objetivo principal da Política de Gestão de Riscos é estabelecer os princípios, diretrizes e responsabilidades a serem observados no processo de gerenciamento dos riscos - ameaça de incidente ou ocorrência, a partir de fontes internas ou externas a uma entidade, que possa afetar negativamente a realização dos objetivos, negócios e oportunidades de negócios e dos respectivos processos da Companhia e que pode abranger um ou mais aspectos, entre eles: corporativo, estratégico, financeiro, operacional, regulatório, inerentes à reputação, político, tecnológico e socioambiental, de forma a possibilitar a identificação, avaliação, priorização de tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos para a perpetuidade dos negócios da Companhia.

Com relação aos riscos de mercado, a Política de Gestão de Riscos tem como objetivo: **(i)** a manutenção de níveis adequados de liquidez e alavancagem financeira do grupo Ser Educacional, garantindo recursos suficientes para necessidade das atividades operacionais e de crescimento, considerando inclusive as respostas necessárias à eventuais contingências; **(ii)** estabelecer as diretrizes, limites, atribuições e procedimentos a serem adotados pelo

grupo Ser Educacional na execução e monitoramento das atividades que impliquem riscos financeiros; **(iii)** rentabilização do excedente de caixa, considerando incremento do valor, minimização de riscos e maximização da liquidez por meio da gestão dos ativos financeiros do grupo Ser Educacional; e **(iv)** otimização dos custos financeiros do grupo Ser Educacional, em uma proporção que seja razoável e respeite as necessidades de crescimento e operação, bem como respeitando um nível razoável de exposição a riscos de mercado.

i. os riscos para os quais se busca proteção

Os riscos aos quais a Companhia está exposta estão descritos anteriormente no item 4.1 deste Formulário de Referência, dentre os quais se destacam:

- (i) riscos associados às decisões estratégicas para fins de atingimento de seus objetivos e/ou decorrentes da sua habilidade em se proteger ou se adaptar a mudanças no setor de educação;
- (ii) riscos decorrentes da estratégia de expansão, por meio da aquisição e integração de instituições de ensino superior, estratégia esta que, em vista, inclusive, das práticas contábeis, divulgações de demonstrações financeiras ou controles internos das empresas adquiridas, pode gerar a assunção de passivo contingente destas empresas, eventualmente não cobertos por garantias contratuais;
- (iii) riscos de sanções legais ou regulatórias, instauração de processos legais contra a Companhia e suas controladas cuja perda ou aplicação de penalidades, possa impactar de forma relevante do ponto de vista financeiro, operacional ou causar danos à imagem;
- (iv) risco de aumento dos custos de suas operações, em virtude não só de condições de mercado como também decorrentes de alterações legais e regulatórias nas localidades e nos setores no qual a companhia opera;
- (v) riscos associados à falta de consistência e adequação dos sistemas e controle de operações e de seus projetos, incluindo, mas não se limitando a sistemas de informações, bem como a falhas no gerenciamento dos seus controles internos;
- (vi) riscos de mercado associados ao fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros do grupo Ser Educacional decorrerem de empréstimos de curto e longo prazo, debêntures, compromissos de arrendamento e aplicações financeiras substancialmente atreladas a taxas pós-fixadas ao certificado de depósitos interbancários (CDI);
- (vii) riscos regulatórios inerentes ao sistema educacional brasileiro, principalmente no que se refere aos principais programas públicos de incentivo à educação privada, quais sejam, FIES e PROUNI, uma vez que caso tais programas sejam descontinuados nossos resultados serão afetados negativamente;

(viii) riscos de crédito relacionados à possibilidade de inadimplência de nossos alunos, bem como ao fato de que estamos sujeitos a determinadas obrigações contratuais que impõem restrições às nossas operações, incluindo a manutenção de níveis de endividamento mínimo, de acordo com os termos e as condições de contratos de financiamento que celebramos e de nossa escritura de emissão de debêntures. Na hipótese de descumprimento por nós de quaisquer dessas obrigações contidas nos referidos instrumentos, a totalidade do valor principal, juros futuros e quaisquer multas devidas nos termos dos referidos instrumentos poderão tornar-se imediatamente devidos e exigíveis; e

(ix) riscos de liquidez decorrente de não dispormos de recursos líquidos suficientes para honrarmos nossos compromissos financeiros em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os nossos recebimentos e os nossos pagamentos previstos.

ii. os instrumentos utilizados para proteção

Os instrumentos implantados pela Política de Gestão de Riscos da Companhia no processo de Gerenciamento de Riscos são:

- Adoção de processo estruturado de gerenciamento de riscos, com objetivo de: **(i)** contribuir para a sustentabilidade e manutenção das operações do grupo Ser Educacional, incidindo na perpetuidade do negócio com segurança jurídica e empresarial; **(ii)** criar valor para os acionistas da Ser Educacional; **(iii)** contribuir para o desenvolvimento socioeconômico e ambiental das regiões onde atua; **(iv)** auxiliar na identificação, monitoramento e comunicação dos riscos às diversas partes envolvidas e adoção de medidas preventivas e coercitivas; **(v)** integrar tecnologia, processos e pessoas; e **(vi)** observar as melhores práticas de governança corporativa existentes, de forma a garantir a qualidade e a transparência das informações;
- Identificação e avaliação dos riscos, por meio da: **(i)** identificação dos principais riscos de negócio, internos e externos, aos quais o grupo Ser Educacional está exposto; **(ii)** quantificação dos principais impactos econômicos diretos e indiretos; e **(iii)** avaliação de forma contínua dos riscos, documentados através do mapa de riscos da Companhia, através da avaliação dos eventos com base em duas perspectivas – probabilidade e impacto, especialmente quanto aos aspectos de probabilidade de ocorrência e impacto financeiro aos negócios, e geralmente usando uma combinação de critérios qualitativos e quantitativos, de forma a permitir a priorização e tratamento de tais Riscos;
- Tratamento e monitoramento dos riscos, por meio da: **(i)** definição do tipo de tratamento a ser adotado para cada risco (exemplos: evitar, mitigar, compartilhar ou aceitar) a partir do grau de exposição ao risco considerado aceitável da Ser Educacional; e **(ii)** realização de atividades contínuas de monitoramento dos riscos de negócio, por meio de avaliações internas, independentes (se necessário) e implantação dos planos de ação.

Os principais riscos são monitorados, periodicamente, através do Mapa de Riscos, garantindo-se a efetividade dos controles-chave de prevenção/mitigação em funcionamento e a execução da estratégia de tratamento dos riscos. Para fins de proteção aos riscos aos quais está exposta, a Companhia:

(i) está constantemente monitorando seus concorrentes e acompanhando as mudanças e inovações do setor educacional, bem como as tendências de mercado, que possam aumentar a competitividade e influenciar as atividades;

(ii) mantém um foco em inovação para melhor atender às mudanças de perfil do aluno e do mercado que possam afetar o poder atrativo da Companhia, tanto em relação aos alunos quanto aos seus profissionais, a médio e longo prazo;

(iii) realiza análises constantes na confecção dos contratos de aquisições, com o intuito de se resguardar de riscos tais como passivos omissos bem como avaliações dos valores a serem pagos nas operações;

(iv) acompanha mudanças na legislação federal e regulamentação governamental, para identificar mudanças as quais trazem impactos na operação;

(v) quando se trata de demonstrações financeiras, utiliza ferramentas alternativas de controle, como calendário de fechamento, divisão de responsabilidade entre as áreas, procedimentos de elaboração de orçamento, pedido de compras e aprovação, etc.;

(vi) determina alçadas para a Diretoria como medida de gerenciamento de riscos em decisões operacionais e financeiras, tal qual estabelecido pelo artigo 16 do Estatuto Social, que estabelece a competência do Conselho de Administração para, dentre outras matérias, determinar as competências da Diretoria na aquisição ou alienação de bens do ativo permanente e bens imóveis, bem como a constituição de ônus reais e a prestação de avais, fianças e garantias a obrigações próprias;

(vii) contrata apólices de seguros anualmente, com objetivo de proteção para diversos ramos de riscos, conforme descrito na tabela abaixo, em 31 de dezembro de 2024:

Ramos	Coberturas (R\$ mil)
Danos materiais ao imobilizado (prédios/equipamentos)	R\$153.220
Responsabilidade civil com terceiros	R\$15.000
Frota – Danos materiais, corporais e de objetos transportados	100% tabela FIPE
Responsabilidade civil dos administradores	R\$60.000

(vii) possui um departamento específico para monitoramento e gestão de suas práticas de segurança nos imóveis em que conduz suas operações. Esse departamento é responsável pela criação de planos de prevenção contra incêndios, gerenciamento de resíduos e relacionamento com o meio ambiente e tem como objetivo identificar riscos operacionais e atuar em seu saneamento e ou monitoramento.

- Comunicação dos riscos, de forma clara e objetiva, a todas as partes interessadas, bem como os resultados de todas as etapas do processo de gestão de riscos, de forma a contribuir para o entendimento da situação atual e da eficácia dos planos de ação.

Além dos processos descritos acima, os instrumentos de proteção utilizados estão descritos no item "a" acima e no item "iii" abaixo.

Adicionalmente, com relação aos riscos financeiros e de mercado, a política financeira possui diretrizes estabelecidas para sua estrutura financeira (capital próprio e terceiros) de forma a estabelecer métricas de liquidez e alavancagem financeira que incluem índices de endividamento bancário líquido dividido pelo patrimônio líquido consolidado, percentual máximo da dívida de longo prazo em relação ao endividamento total, limite máximo de endividamento mensurada pela razão entre o endividamento líquido e o EBITDA Ajustado, dentre outros.

A política financeira estabelece indicadores mínimos de liquidez para a Companhia que são mensurados pelo indicador de liquidez corrente e saldo mínimo de caixa, bem como possui regras para aplicações financeiras, onde são respeitados limites de concentração de aplicações financeiras em instituições ou instrumentos de acordo com o rating de crédito institucional de ao menos: Standard & Poor's - brBBB, Fitch Ratings - BBB(br) e Moody's - Baa1.br.

O risco de crédito de alunos é administrado de forma centralizada. A política de vendas do grupo Ser Educacional está intimamente associada ao nível de risco de crédito que o grupo está disposto a sujeitar no curso de nossos negócios. A matrícula para o período letivo seguinte é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a instituição. A diversificação de carteira de recebíveis e a seletividade de alunos, assim como o acompanhamento dos prazos, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em nossas contas a receber. A Companhia mantém registrada provisão para créditos de liquidação duvidosa para fazer face ao risco de crédito, incluindo os potenciais riscos de inadimplência. Essa análise de crédito avalia a qualidade do crédito dos alunos levando em consideração o histórico de pagamentos, prazo do relacionamento com a Instituição e análise de crédito (SPC e Serasa).

No âmbito dos instrumentos de gestão de riscos de planejamento e controle, cabe a Diretoria Financeira apresentar o orçamento anual para a aprovação do Conselho de Administração, bem como mensalmente apresentar a evolução dos ativos e passivos tomando como base o orçamento operacional, plano de investimentos, fontes de recursos e fluxo de caixa.

iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

No âmbito da Política de Gestão de Riscos, as funções de gestão de risco, no que concerne à estrutura organizacional da Companhia, são desenvolvidas pelo Conselho de Administração, Comitê de Auditoria, Presidência, Diretoria de Gestão de Riscos, pelas Diretorias Executivas e Diretores, Gerentes e Gestores e pela Auditoria Interna.

O **Conselho de Administração** acompanha os assuntos de Gestão de Riscos, diretamente por relatórios disponibilizados pela Administração da Companhia ou por meio do Comitê de Auditoria, que é composto também por membros do Conselho. É de responsabilidade do Conselho de Administração: **(i)** aprovar e revisar periodicamente a Política de Gestão de Riscos; **(ii)** prover direcionamento estratégico e apoiar a Diretoria Executiva na implementação dos planos de ação e estabelecer a gestão de consequências no caso de descumprimento das diretrizes; e **(iii)** analisar e aprovar o Mapa de Riscos da Companhia. Cabe ao **Comitê de Auditoria**: **(i)** assessorar o Conselho de Administração em suas responsabilidades na avaliação e mitigação de riscos; e **(ii)** apoiar a Diretoria de Gestão de Riscos na execução de suas responsabilidades.

Compete à **Auditoria Interna**, no âmbito da Política de Gestão de Riscos: **(i)** elaborar o planejamento e executar testes de auditoria dos planos de ação e dos controles internos executados pelas áreas gestoras (*1ª. Linha*) e pelas áreas de suporte (*2ª. Linha*); e **(ii)** comunicar tempestivamente ao Comitê de Auditoria e Diretoria de Gestão de Riscos o resultado dos testes dos controles, assim como novos riscos e controles identificados a cada projeto.

À **Presidência** cabe as seguintes responsabilidades: **(i)** patrocinar continuamente o processo de Gestão de Riscos; **(ii)** analisar o Mapa de Riscos da Companhia, submetendo-o anualmente à aprovação do Conselho de Administração; **(iii)** promover a integração do processo de Gestão de Riscos com os ciclos de planejamento, orçamento e gestão do grupo Ser Educacional; e **(iv)** aprovar e garantir que os planos de ação para evitar e/ou mitigar os riscos identificados sejam executados de forma tempestiva.

É de responsabilidade da **Diretoria de Gestão de Riscos**: **(i)** divulgar a Política de Gestão de Riscos e sua metodologia; **(ii)** acompanhar de forma sistemática o processo de Gestão de Riscos com o objetivo de garantir sua eficácia e o cumprimento de seus objetivos; **(iii)** assegurar que as áreas gestoras executem a identificação, mapeamento e resposta a riscos, bem como a criação e implementação de controles sobre esses riscos; **(iv)** elaborar recomendações para as áreas gestoras e para as Diretorias Executivas, a fim de auxiliá-los nos processos de elaboração de controles, procedimentos ou tomada de decisão para mitigar os riscos identificados; **(v)** realizar *follow-up* das ações de melhoria referentes ao mapeamento de riscos; **(vi)** assessorar o Conselho de Administração, o Comitê de Auditoria, a Presidência e demais Diretorias Executivas em assuntos relacionados à riscos; **(vii)** reavaliar anualmente a adequação dos controles da Companhia para o gerenciamento dos riscos, reportando tal análise ao Comitê de Auditoria e/ou Conselho de Administração; e **(viii)** propor a atualização da Política de Gestão de Riscos sempre que julgada necessária.

São responsabilidades das **Diretorias Executivas**: **(i)** executar a política de gestão de riscos, e atualizar, pelo menos anualmente, o Mapa de Riscos de suas respectivas áreas, propondo eventuais ajustes; **(ii)** revisar e propor os planos de ação para responder aos riscos identificados em sua área e/ou unidade; e **(iii)** monitorar continuamente a implementação dos planos de ação definidos para tratamento dos Riscos.

Cabe aos **Diretores, Gerentes e Gestores**: **(i)** identificar e gerir os riscos de suas respectivas áreas; **(ii)** participar na elaboração de planos e ação; e **(iii)** implementar os planos de ação definidos para tratamento dos riscos.

Adicionalmente, a Companhia adota o modelo de Três Linhas de Defesa, como forma de melhora na comunicação e gestão de riscos, ampliando a cultura de mitigar riscos por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais.

O modelo conta com objetividade e transparência sobre as responsabilidades de cada um na condução dos negócios, operação e gestão de riscos na Companhia, resumidamente da forma a seguir:

- **1ª. Linha de Defesa.** Composta pelos diretores, gerentes e gestores que têm como responsabilidade identificar e gerir os riscos de suas áreas;
- **2ª. Linha de Defesa.** Profissionais que têm como objetivo apoiar a 1ª. Linha, fornecendo conhecimento e ferramentas adequadas para que cumpram suas responsabilidades. Nesta Linha se encontram os especialistas em processos, qualidade, controles internos, gestão de riscos, controladoria, compliance entre outros; e
- **3ª. Linha de Defesa.** Atividade de auditoria interna a que tem como meta uma avaliação objetiva e independente da gestão dos riscos, controles e governança da organização. O resultado é a comunicação de gaps identificados e sugestão de melhorias.

Com relação aos riscos de mercado, a Companhia conta com uma estrutura organizacional específica coordenada pela **Diretoria Financeira**, que é composta pelo Diretor Financeiro, pelos diretores adjuntos e pela equipe de gerentes executivos. O **Comitê de Finanças** é formado por quatro membros, dos quais, pelo menos 1 (um), deverá ser Conselheiro Independente, conforme a definição do Regulamento do Novo Mercado.

Por fim, o **Conselho Fiscal** da Companhia é composto por 3 membros, sendo 1 eleito pelos minoritários e dois membros eleitos pelo acionista controlador. Sua função é fiscalizar as ações praticadas pelos administradores e opinar sobre as nossas contas. Para isso, os membros do Conselho Fiscal reúnem-se para analisar amplamente os assuntos de sua competência e emitem pareceres e manifestação a respeito.

c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A Companhia entende que a sua estrutura operacional e seus controles internos estão adequados para mitigar ou controlar os riscos aos quais está exposta através da utilização dos processos e procedimentos estabelecidos na Política de Gestão de Riscos, devidamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Além disso, possui também a ferramenta *GRC ACL – HighBond*, a qual contribui para manutenção do gerenciamento dos riscos aos quais está exposta, dando mais efetividade na identificação e avaliação dos riscos, no mapeamento dos controles internos e no monitoramento dos planos de ação.

A utilização da ferramenta colabora, também, para realização de testes automáticos de auditoria, trazendo mais assertividade sobre os testes dos controles mitigatórios.

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

A Companhia implementa e mantém práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer aos seus acionistas uma maior segurança sobre a confiabilidade de suas demonstrações contábeis e demais demonstrações financeiras, além de possuir uma estrutura de controles internos alinhada à sua estrutura organizacional, conforme descrita no item 5.1 deste Formulário de Referência.

Os diretores entendem que os procedimentos internos adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são suficientes e satisfatórios para assegurar sua eficiência e precisão.

A eficácia dos principais controles implementados pela Companhia é testada anualmente para garantir a precisão de suas demonstrações financeiras. Em caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, a Companhia elabora um plano de ação, definindo prazos e responsabilidades, para garantir a mitigação de todos os riscos associados.

O plano anual de auditoria é elaborado em conformidade com o resultado da avaliação de riscos e tem como principal objetivo prover uma avaliação independente sobre riscos, ambiente de controle e deficiências significativas que possam impactar em suas demonstrações financeiras e em seus processos. Eventuais deficiências ou não conformidades são remediadas por meio de planos de ação estabelecidos pelas diretorias responsáveis pelos processos, revisados pela área de Auditoria Interna e sua implementação é devidamente acompanhada pela Auditoria.

A revisão dos principais controles que impactam as demonstrações financeiras da Companhia é realizada periodicamente pelo Comitê de Auditoria e pela área de Auditoria Interna e por meio da contratação de consultorias especializadas com base em testes de eficácia e conforme necessidade de especialização. No caso de identificação de eventuais pontos de melhoria sobre esses controles, são elaborados planos de ação, com definição de prazos e alocação de responsabilidades, para colocar em prática a melhoria desses controles de forma efetiva.

b. As estruturas organizacionais envolvidas

Em sua estrutura, a Companhia conta com o Comitê de Auditoria e com a área de Auditoria Interna que tem como principais atribuições analisar e recomendar melhorias nos processos e controles da Companhia, de acordo com a metodologia COSO, com o propósito de implementar novos controles chaves e/ou prover recomendações e oportunidades de melhorias para os controles existentes, testar e certificar a eficácia dos controles internos

adotados pela Companhia, bem como assessorar as áreas de negócio na revisão de processos e implementação de controles para garantir precisão das informações financeiras e o cumprimento das leis, normas, regulamentos e procedimentos internos, reportando-se ao Comitê de Auditoria.

Foram contratados também auditores independentes com a finalidade de aumentar o grau de confiança nas demonstrações financeiras da Companhia e examinar se estas, no seu conjunto, representam adequadamente a sua posição patrimonial e financeira.

A Companhia conta também com o Comitê de Auditoria, que tem por objetivo, entre outros, **(1) em relação à Auditoria Independente:** analisar e acompanhar as recomendações da auditoria independente a respeito de falhas e/ou deficiências relevantes identificadas nos controles internos da Companhia; **(2) em relação à Auditoria Interna:** (i) aprovar e acompanhar a execução do plano anual da Auditoria Interna; (ii) acompanhar, junto à administração, a implementação de planos de ação baseados nas recomendações feitas pela auditoria interna no tocante a processos e controles internos; (iii) avaliar e monitorar, juntamente com a administração e a área de auditoria interna, a razoabilidade e a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidenciações. As atividades da Auditoria Interna são aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia.

c. Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

O plano de auditoria é aprovado pela Diretoria e pelo Comitê de Auditoria da Companhia. O resultado das respectivas auditorias e o plano de ação para implementação de potenciais melhorias e regularizações são apresentados ao Conselho de Administração e Conselho Fiscal periodicamente.

d. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata o registro e do exercício da atividade de auditoria independente

A *PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.*, auditores independentes da Companhia, emitiu o relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, não tendo sido reportada deficiência considerada por eles significativa.

e. Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

A *PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.*, auditores independentes da Companhia, emitiu o relatório de recomendações para o aprimoramento dos controles internos elaborado em conexão com o exame das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024, não tendo sido reportada deficiência considerada por eles significativa.

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

A Companhia possui uma metodologia de identificação, avaliação e reporte dos riscos, inclusive os de conformidade, e, nos casos em que são detectadas vulnerabilidades, planos de ação são desenvolvidos a fim de sanar esses desvios.

Além disso, possui um conjunto de instrumentos normativos relacionados ao programa de integridade. São eles:

- Código de Conduta e Integridade: estabelece princípios que devem nortear as relações e atividades referentes aos diferentes públicos envolvidos nos negócios, contemplando os princípios e valores de integridade, transparência, atendimento à legislação e condutas desejadas, bem como estabelece como deve ser o relacionamento com os entes públicos de interesse, bem como dispõe de ações disciplinares em situações de violação de conduta. O Código de Conduta e Integridade foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2025 e, pode ser acessado no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.sereducacional.com/>), clicando em "Governança Corporativa", "Código de Conduta e Integridade" e, por fim "Código de Conduta e Integridade", ou diretamente através do link (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/917d7f8f-0743-72d6-937d-f73913f8d520?origin=1>).
- Canal de Ética (Ser Ética): é o canal para recebimento, registro e encaminhamento dos relatos de situação que vão contra o estabelecido no Código de Conduta e Integridade, provendo ao denunciante a garantia de não retaliação por meio do e-mail do Comitê de Integridade disponibilizado no Código de Conduta e Integridade da Companhia;
- Comitê de Integridade: é um órgão de assessoramento da Presidência nas questões que envolvem violações aos valores éticos e de conduta do grupo e

cujo objetivo é o de zelar pelo compromisso e aplicação do Código de Conduta e Integridade. O Comitê de Integridade deve atuar com total confidencialidade e descrição, independentemente do assunto ao receber relatos que tratem de desvios dos valores éticos do grupo, avaliar e discutir os casos denunciados tendo como base o Código de Conduta e Integridade e contribuir, em caráter não exclusivo, com a sua atualização, bem como das demais políticas internas que tenham como objetivo disciplinar a ética e conduta dos colaboradores e terceiros e atuar preventivamente na resposta aos questionamentos à gestão sobre dúvidas de caráter ético surgidas nas condutas de colaboradores e terceiros. Ainda, cabe ao Comitê de Integridade cooperar e apoiar as auditorias internas e externas, disponibilizando as informações necessárias, acompanhar os resultados e evolução das condutas éticas e monitorar resoluções de planos de ações originados de auditorias realizadas.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As seguintes áreas são envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, conforme estrutura formalmente aprovada pelo Conselho de Administração:

- Auditoria Interna: é responsável por elaborar o planejamento e testes de auditoria de riscos e controles internos mapeados, bem como realizar a comunicação dos resultados de tais testes e controles ao Comitê de Auditoria.
- Diretoria de Gestão de Riscos: responde para a presidência da Companhia e é responsável pela coordenação e monitoramento do processo de gestão de riscos, assim como a recomendação de controles internos para prevenção e detecção de irregularidades, formalizados através de políticas e procedimentos internos. Os resultados dos mapeamentos de riscos realizados são apresentados para as Diretorias Executivas, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração.
- Área Jurídica: é responsável por orientar a Companhia quanto a aplicabilidade, interpretação e atualização de leis ou regulamentações relacionadas aos temas dos instrumentos normativos.

- Comitê de Auditoria não Estatutário: o Comitê de Auditoria da Companhia é um órgão de assessoramento do Conselho de Administração e tem como objetivos supervisionar a qualidade e integridade dos relatórios financeiros, bem como as atividades dos auditores independentes e auditores internos, recomendar o aprimoramento das políticas e controles internos da Companhia, monitorar a conformidade às normas legais, estatutárias e regulatórias e avaliar a adequação dos processos relativos à gestão de riscos.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

A Companhia possui um Código de Conduta e Integridade aprovado pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 19 de fevereiro de 2025.

- **se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados**

O Código de Conduta e Integridade da Companhia é um documento de referência não só para os colaboradores, estagiários e administradores, abrangendo inclusive diretores e conselheiros, mas também para todos os prestadores de serviços, as sociedades controladas e os demais públicos com os quais a Companhia se relaciona.

- **as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas**

A Companhia disponibiliza um canal de ética externo independente, meio pelo qual deve ser reportado qualquer indício que signifique uma quebra do Código de Conduta e Integridade ou de qualquer normativo. As sanções cabíveis às violações serão definidas pelo Comitê de Integridade após análise e deliberação acerca das violações ao Código de Conduta e Integridade denunciadas por meio do canal de ética.

- **órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado**

O Código de Conduta e Integridade foi aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de fevereiro de 2025 e, pode ser acessado no *website* de Relações com Investidores da Companhia (<https://ri.sereducacional.com/>), clicando em "Governança Corporativa", "Código de Conduta e Integridade" e, por fim

“Código de Conduta e Integridade”, ou diretamente através do link (<https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/4e9e23d7-cea5-42fd-bf06-7a7ca01880fc/917d7f8f-0743-72d6-937d-f73913f8d520?origin=1>)

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

A Companhia possui um canal de ética externo terceirizado responsável pelo recebimento, registro e encaminhamento dos relatos para tratamento.

O canal pode ser acessado pelo link: <https://canalconfidencial.com.br/sereducacional/>

i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

O Canal de Ética (Ser Ética) é externo, independente e gerido pelo prestador de serviço ICTS.

ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O Canal de Ética está aberto ao recebimento de relatos de terceiros, incluindo fornecedores, prestadores de serviço e clientes.

iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Atualmente, o Canal de Ética externo visa o tratamento dos relatos prevendo a não retaliação do denunciante e total garantia de anonimato. O Canal de Ética independente e terceirizado, garante o anonimato e é previsto no Código de Conduta e Integridade que não haverá qualquer penalidade ou represália pelo encaminhamento de denunciante de boa fé.

iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Os relatos são recebidos e apurados pela empresa terceirizada e posteriormente encaminhada para o Comitê de Integridade.

c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Em 7 de outubro de 2023, a Administração identificou um incidente de cibersegurança nos sistemas de um de seus prestadores de serviços, causando impacto financeiro

no valor de R\$ 629 mil, bem como vazamento de dados pessoais. Como forma de proteção para que esse evento não ocorra novamente a Companhia revisou seus procedimentos de proteção de arquitetura de segurança cibernética tais como: (i) aprimorou o processo de gestão de risco sobre prestadores de serviços; (ii) revisou seu processo de gestão de contas privilegiadas; (iii) comunicou formalmente as partes envolvidas como parte do processo, bem como a conclusão do processo investigativo de apuração dos fatos; e (iv) reportou tempestivamente às autoridades com objetivo de alertar sobre os esclarecimentos, bem como estar em compliance com as leis e regulamentos vigentes.

d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesses sentidos

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia possui políticas e procedimentos voltados para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública.

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:

Em 2024, a Companhia incluiu em seu mapa de riscos, os riscos potencialmente ocasionados por medidas intervencionistas passíveis de serem realizadas por órgãos públicos, como o Ministério da Educação ou pelos governos federal, estaduais e municipais, relativos a alterações de impostos, regulação ou decisões judiciais. Esse fator de risco foi incluído no item 4.1 de fatores de risco desse formulário de referência.

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:

Não há outras informações consideradas relevantes para esta Seção 5 do Formulário de Referência.